



NOVA

NOVA SCHOOL OF
SCIENCE & TECHNOLOGY

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE

PROCESSOS COLABORATIVOS EM PLANEAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE - DA TEORIA À PRÁTICA, UM CONTRIBUTO PARA O MODELO DE AVALIAÇÃO

Filipa Maria Gomes Ferreira

Mestre em Engenharia do Ambiente

DOUTORAMENTO EM E-PLANEAMENTO

Universidade NOVA de Lisboa

Outubro, 2024

PROCESSOS COLABORATIVOS EM PLANEAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE - DA TEORIA À PRÁTICA, UM CONTRIBUTO PARA O MODELO DE AVALIAÇÃO

FILIPA MARIA GOMES FERREIRA

Mestre Engenharia do Ambiente

Orientadora: Prof. Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos,
Professora Associada Aposentada, Universidade NOVA de Lisboa

Coorientadores: Prof. Doutor João Correia de Freitas,
Professor Auxiliar, Universidade NOVA de Lisboa

Júri:

Presidente: Doutora Maria da Graça Madeira Martinho,
Professora Catedrática na Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade NOVA de Lisboa

Arguentes: Doutora Tânia Marisa Dias Almeida Fonseca,
Professora Associada na Kingston University, London, Reino Unido
Doutora Maria João Lopes Freitas,
Investigadora Auxiliar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Orientador: Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos,
Professora Associada Aposentada da Faculdade de Ciências e Tecnolo-
gia da Universidade NOVA de Lisboa

Membros: Doutor João Manuel Machado Ferrão,
Investigador Coordenador Aposentado no Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa
Doutora Maria da Graça Madeira Martinho,
Professora Catedrática na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Uni-
versidade NOVA de Lisboa
Doutor João Miguel Dias Joanaz de Melo,
Professor Associado com Agregação na Faculdade de Ciências e Tecno-
logia da Universidade NOVA de Lisboa

DOUTORAMENTO EM e-PLANEAMENTO

Universidade NOVA de Lisboa
Outubro, 2024

Processos colaborativos em planeamento para a sustentabilidade - da teoria à prática, um contributo para o modelo de avaliação

Copyright © Filipa Maria Gomes Ferreira, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade NOVA de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

À minha família e amigos

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora Professora Doutora Lia Vasconcelos, pela total disponibilidade, orientação, apoio e confiança ao longo deste percurso. Agradeço igualmente, por toda a disponibilidade, orientação e incentivo, ao meu coorientador Professor Doutor João Correia de Freitas.

Agradeço ao Prof. Doutor João Joanaz de Melo e ao Prof. Doutor João Ferrão, membros da CAT pelo acompanhamento do trabalho desenvolvido. Aos professores e colaboradores do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT NOVA, bem como do Centro de Investigação MARE pelo conhecimento e experiência partilhada ao longo deste percurso, nomeadamente ao Prof. Doutor José Carlos Ferreira e à Prof. Doutora Graça Martinho.

A todos os que contribuíram para a presente investigação através da disponibilidade, experiência e conhecimento. Com um obrigada ao David Avelar, 2adpat, pela disponibilidade e contributos no âmbito do estudo de caso, que muito contribuíram para a concretização dos resultados. À Joana Almeida e ao Mário Ramos que, com as suas sugestões, enriqueceram o produto final da presente investigação. À Flávia Silva e ao Renato Monteiro que iniciaram este programa doutoral comigo, e à Rita Dias e Catarina Joia pela força e partilharem comigo esta etapa final. Aos restantes amigos e colegas que passaram na sala 103 durante este período, ao Cláudio Duarte e ao Diogo Sousa.

Por último, um agradecimento especial aos meus pais e irmãos, por todo o apoio dado, e pela presença contínua que me encorajaram e fizeram avançar. Aos meus amigos que me acompanharam durante este percurso, sempre presentes e disponíveis para ajudar e apoiar.

“We should continue to use simple models where they capture enough of the core underlying structure and incentives that they usefully predict outcomes.” (Elinor Ostrom).

RESUMO

Atualmente, a sociedade vive uma era ímpar da informação e de desenvolvimento tecnológico. Embora essa situação pareça promissora, o facto é que, simultaneamente, novas preocupações decorrentes da sobre-exploração dos recursos do planeta refletem um afastamento da sociedade em relação aos ideais de sustentabilidade. Este contexto gera um aumento de questões complexas que requerem soluções holísticas e integradas, e que frequentemente estão envolvidas em controvérsia, desafiando as instituições e os modelos de democracia existentes. Isto levou a que as políticas públicas modernas sentissem a necessidade de novas estruturas e de vínculos mais interativos entre as instituições e a sociedade civil. Emergem, assim, nas últimas décadas e com um aumento exponencial, os processos de participação pública apoiados em formatos de mobilização intensa, como são os processos colaborativos de co-construção de conhecimento.

No entanto, apesar do reconhecimento dos benefícios destes formatos, estes encontram, muitas vezes, resistência na sua aplicação. Parte dessa resistência pode estar relacionada com a ausência de instrumentos adequados para avaliar a sua eficácia e dar a conhecer aos envolvidos os resultados. A bibliografia evidencia lacunas a este nível, especialmente associadas à dificuldade de medir resultados que surgem de forma progressiva, mas por vezes mais sustentada, deixando assim de fora a avaliação do grau de sustentabilidade do projeto e a sua capacidade transformadora. Estes resultados - intangíveis - do processo participativo englobam parte dos benefícios gerados na tomada de decisão associados a este tipo de processos, ao transformarem os envolvidos e, conseqüentemente, a sociedade tornando-a mais sustentável. Em paralelo, a literatura revela que a avaliação da participação pública não é utilizada na prática nem como prática, existindo um distanciamento entre os critérios ao nível teórico e o modo de os operacionalizar na prática, afetando a sua integração na avaliação formal do processo.

Esta investigação contribui para a melhoria de duas lacunas de conhecimento identificadas: 1) as metodologias de avaliação dirigidas aos resultados intangíveis e a longo prazo, e 2) a operacionalização da avaliação como prática no terreno.

Numa primeira fase, o processo metodológico envolveu a exploração das várias metodologias de avaliação comumente utilizadas recorrendo a análise bibliográfica e a um conjunto de testemunhos da experiência de avaliação de processos de participação, permitindo compreender e reforçar o quadro conceptual da avaliação, juntamente com a aplicação da metodologia *SWOT*. Com base nos resultados e de forma a responder às lacunas identificadas, foi desenvolvida uma solução holística, apoiada em tecnologias digitais, que permite agilizar a operacionalização e a acessibilidade a modelos de avaliação. Esta solução constitui, numa primeira parte, o Repositório de publicações com a avaliação de processos de participação.

Numa segunda parte, é proposto o Sistema de Planeamento e Gestão da avaliação que integra a avaliação dos intangíveis e resultados a longo prazo (pós-processo), representando uma ferramenta holística que permite refletir e decidir sobre o processo de avaliação de uma forma orientada e, desta forma, contribuir para a introdução da avaliação no planeamento de processos colaborativos de co-construção de conhecimento.

Conclui-se que a abordagem proposta contribui para reforçar o papel destes processos colaborativos na promoção do desenvolvimento sustentável, ao evidenciar os seus resultados através da avaliação.

Palavas-chave: Processos Colaborativos; Co-construção de conhecimento; Avaliação, Resultados intangíveis; e-Planeamento; Tecnologias digitais; Sustentabilidade

ABSTRACT

Today, society is living in a unique era of information and technological development. Although this situation seems promising, the fact is that, at the same time, new concerns arising from the over-exploitation of the planet's resources reflect society's drift away from the ideals of sustainability. This context is giving rise to an increase in complex issues that require holistic and integrated solutions, and which are often shrouded in controversy, challenging existing institutions and models of democracy. This has led to modern public policies feeling the need for new structures and more interactive links between institutions and civil society. This is how public participation processes have emerged in recent decades, with an exponential increase, based on intense mobilisation formats, such as collaborative knowledge co-construction processes.

However, despite recognising the benefits of these formats, there is often resistance to applying them. Part of this resistance may be related to the lack of suitable instruments to evaluate their effectiveness and inform those involved of the results. The literature shows gaps at this level, especially associated with the difficulty of measuring results that emerge progressively, but sometimes more sustainably, thus leaving out the assessment of the degree of sustainability of the project and its transformative capacity. These intangible results of the participatory process include part of the decision-making benefits associated with this type of process. At the same time, the evaluation of public participation is not used in practice or as a practice. This represents a gap between the criteria at a theoretical level and how to operationalise them in practice, affecting their inclusion in the formal evaluation of the process.

To contribute to improving the two gaps identified, the methodological process involved exploring the various evaluation methodologies commonly used using bibliographical analysis and a set of testimonies from the experience of evaluating participation processes. This made it possible to understand and reinforce the conceptual framework for evaluation, together with

the application of the SWOT methodology. Based on the results and in order to respond to the gaps identified, a holistic digital technology-supported solution was developed to facilitate the operationalisation and accessibility of evaluation models. The first part of this solution is the Repository of publications with the evaluation of the participation process. The second part proposes the Evaluation Planning and Management System, which integrates the evaluation of intangibles and long-term results (post-process). It represents a holistic tool that allows you to reflect and decide on the evaluation process in a targeted way and thus contribute to the introduction of evaluation in the planning of a collaborative process of co-construction of knowledge in the sustainability area.

In conclusion, the proposed approach could strengthen the role of these collaborative processes in promoting sustainable development by highlighting outcomes through evaluation.

Keywords: Collaborative processes; Co-construction of knowledge; Evaluation; Intangible results; e-Planning; Digital technologies; Sustainability

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	5
2.1	Tópico de investigação e objetivos	5
2.2	Abordagem às questões de investigação	7
3	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	9
3.1	Enquadramento.....	9
3.2	Conceito de participação pública.....	11
3.3	Formas e níveis de participação.....	13
3.4	Processos colaborativas para a co-construção de conhecimento.....	19
3.4.1	Princípios de funcionamento dos Processos colaborativos	23
3.5	Conclusões	27
4	A AVALIAÇÃO.....	29
4.1	Enquadramento - Importância da avaliação	30
4.2	Avaliação da participação pública - Literatura	33
4.2.1	Metodologia	33
4.2.2	Resultados	40
4.2.3	Conclusão	52
4.3	Avaliação da participação pública - no terreno.....	53
4.3.1	Enquadramento metodológico	53
4.3.2	Caracterização do Perfil dos Intervenientes-chave.....	55

4.3.3	Principais resultados.....	55
4.3.4	Ideias-chave - Contributo das entrevistas.....	68
4.4	Matriz de caracterização e avaliação das metodologias identificadas.....	70
4.4.1	Matriz de caracterização das avaliações.....	71
4.4.2	SWOT: Pontos Fortes e Fracos.....	77
4.4.3	Boas práticas e limitações	82
4.5	Conclusão	84
5	REPOSITÓRIO DE PUBLICAÇÕES - AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO.....	87
5.1	Objetivo e pressupostos	87
5.2	Definição dos atributos	90
5.3	Caracterização e operacionalização do Repositório	93
5.3.1	Definição dos critérios de pesquisa.....	96
5.4	Desenvolvimento da interface e visualização dos resultados	96
5.4.1	Interface do Repositório	99
5.5	Conclusões	105
6	AVALIAÇÃO DE PROCESSOS COLABORATIVOS - SISTEMA DE PLANEAMENTO E GESTÃO	107
6.1	Objetivo e pressupostos	107
6.1.1	Pressupostos assumidos.....	107
6.1.2	Objetivos.....	108
6.2	Caracterização da avaliação.....	109
6.2.1	Objeto de avaliação - Processo colaborativo	109
6.2.2	A avaliação - Metodologia-base.....	111
6.3	Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de processos colaborativos.....	116
6.3.1	Enquadramento conceptual	116
6.3.2	Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos ...	117
6.3.3	Desenvolvimento da interface - Operacionalização.....	133
6.4	Critérios de avaliação	134

6.4.1	Critérios pré-definidos - transversais.....	134
6.4.2	Critérios Específicos	153
6.5	Ensaio de usabilidade através de estudos de caso.....	153
6.5.1	Estudo de caso 1 – Territorialização dos ODS em Loulé - (ODSlocal).....	154
6.5.2	Estudo de caso 2 – Plataforma de Agentes Locais para a gestão do Lobo: Paredes de Coura	157
6.6	Conclusão	164
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	BIBLIOGRAFIA	175
A		187
A.1	Linhas orientadoras: Entrevista semi-estruturada	187
A.2	Acordo de Consentimento Informado	188
B		191
B.1	Repositório de publicações com a avaliação de processo de participação (<i>Microsoft Excel</i>).....	191
B.2	Ensaio de usabilidade: Interface de pesquisa V1-	191
B.3	Visualização da Matriz de classificação	192
C		194
C.1	Lista de projetos de investigação	194
C.2	Questões de caracterização dos processos colaborativos.....	195
C.3	Modelo de avaliação	197
C.4	Dossier de avaliação	197
C.5	Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação (<i>Microsoft Excel</i>).....	202
D		203
D.1	Fichas caracterização de metodologias de avaliação	203

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Mapa conceptual do presente documento	8
Figura 3.1 - Diferentes formas de participação (adaptado de IAP2, 2018; OCDE, 2005)	17
Figura 3.2 - Tendência de publicação na área da participação em matéria de sustentabilidade e ambiente no período de 1990 a 2021.....	23
Figura 4.1 - Metodologia desenvolvida para o mapeamento da avaliação de processo de participação	29
Figura 4.2 - Mapa de rede de palavras-chave VOSviewer – 1ªTriagem (Quanto maiores os círculos, maior a densidade de uma palavra-chave específica - logo maior o número de publicações em que está presente)	36
Figura 4.3 - Mapa de rede de palavras-chave VOSviewer – 2ªTriagem.....	37
Figura 4.4 - Mapa de rede VOSviewer Título + palavras abstratas usadas mais de 10 vezes – 2ªtriagem.....	38
Figura 4.5 - Evolução ao longo dos anos do número de publicações que abordam como avaliar processos que envolvem a participação pública . Este gráfico inclui apenas publicações que de alguma forma apresentam métricas ou orientações (teóricas ou práticas) para a realização da avaliação	38
Figura 4.6 - Abordagem metodológica da revisão sistemática (adaptado de (Liberati et al., 2009).....	39
Figura 4.7 - Distribuição das publicações pelas 4 categorias em análise (cada publicação pode estar em mais do que uma categoria)	41
Figura 4.8 - Número acumulado de publicações que apresentam algum tipo de enquadramento metodológico para avaliar um processo de participação e as que apenas abordam o tema.	41

Figura 4.9 - Esquema ilustrativo do processo de análise dos resultados da revisão sistemática.	42
Figura 5.1 - Processo de consulta por parte das partes interessadas, utilizador do Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos	89
Figura 5.2 - Critérios de pesquisa do utilizador do reportório.	96
Figura 5.3 - Diferentes áreas constituintes do Repositório.	99
Figura 5.4 - Instruções de utilização do Repositório.	100
Figura 5.5 - Interface de pesquisa do Repositório de Publicações sobre a avaliação de processos participativos.	101
Figura 5.6 - Interface de pesquisa do Repositório de Publicações sobre a avaliação de processos participativos, com o exemplo de aplicação dos critérios de pesquisa.	102
Figura 5.7 - Matriz de resultados da pesquisa realizada no Repositório.	103
Figura 5.8 - Lista ordenada das metodologias por pontuação resultante da atribuição dos critérios de pesquisa pelo utilizador.	104
Figura 5.9 - Matriz das pontuações atribuídas a cada atributo em cada uma das metodologias.	104
Figura 6.1 - Fases comumente presentes no desenvolvimento de um processo colaborativo.	109
Figura 6.2 - Processo de avaliação acompanha o processo colaborativo (Legenda: PA x - Momentos em que deve ser considerado incluir na avaliação)	111
Figura 6.3 - Projeto de avaliação (legenda: PAx - Sub-plano de avaliação que acompanha o processo colaborativo.	113
Figura 6.4 - Esquema ilustrativos das fases constantes no Sistema e a relação estabelecida entre as mesmas.	120
Figura 6.5 - Cronograma ilustrativo da implementação do Plano de Avaliação a um processo colaborativo com a duração de dois anos. (Siglas: Equipa do Projeto (EP); Equipa de Avaliação (EA); Patrocinador(P))	127
Figura 6.6 - Página inicial do Sistema de planeamento e gestão da avaliação	134

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 - Diferentes abordagens à definição de participação pública ao longo dos anos..	12
Tabela 3.2 - Interesses na participação (Fonte: Adaptado de (White, 1996)).....	15
Tabela 3.3 - Diferentes formas de participação e nível de envolvimento das partes interessadas	18
Tabela 3.4 - Fatores que podem influenciar a condução de um processo colaborativo (fonte: (Wine, 2017))	23
Tabela 3.5 – Adaptado de Pressupostos da Teoria do Planejamento Colaborativo (Fonte: (Oels, 2003)).....	26
Tabela 4.1 - Pesquisar termos Q.....	34
Tabela 4.2 - Critérios de elegibilidade utilizados para revisão de literatura (para filtro de título e resumo).....	35
Tabela 4.3 - Número de metodologias para cada uma das componentes analisadas (Processo e Resultado) e o método de avaliação aplicado.....	44
Tabela 4.4 - Diferentes critérios encontrados na literatura para avaliação do componente "Processo"	46
Tabela 4.5 - Diferentes critérios encontrados na literatura para avaliar a componente "Resultado"	48
Tabela 4.6 - Identificação das metodologias analisadas	72
Tabela 4.7 - Matriz de características do processo de avaliação presente em cada publicação analisada	74
Tabela 4.8 - Matriz de caracterização referente à escolha dos critérios utilizados para a avaliação do processo de participação presente em cada uma das publicações analisada.....	75
Tabela 5.1 - Lista de atributos que constituem o Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos e respectivos itens.....	90

Tabela 6.1 - Critérios pré-definidos transversais na aplicação da metodologia proposta a diferentes projetos	113
Tabela 6.2 – Sistema de Planeamento e Gestão da avaliação de Processos colaborativos	119
Tabela 6.3 - Ficha de caracterização da metodologia de avaliação a utilizar como exemplo ilustrativo do sistema	122
Tabela 6.4 - Matriz de avaliação	124
Tabela 6.5 - Matriz de avaliação com a caracterização da situação inicial e as metas esperadas (classificação ilustrativa)	126
Tabela 6.6 - Estimativa de esforço dos recursos da Equipa de Avaliação (EA)	128
Tabela 6.7 - Exemplo ilustrativo da gestão das atividades de avaliação, caso a Avaliação se encontre a iniciar a fase 2 - Implementação da avaliação em si	130
Tabela 6.8 - Registo das Avaliações - gestão de evidências	131
Tabela 6.9 - Avaliação detalhada qualitativa de cada critério e respetivo indicador	131
Tabela 6.10 - Avaliação final da eficácia do processo colaborativo.	133
Tabela 6.11 - Matriz RACI - Responsabilidade associada ao critério Qualidade de Facilitação com a indicação das atividades associadas.....	137
Tabela 6.12 - Matriz RACI associado ao critério Representatividade sociológica	139
Tabela 6.13 - Matriz RACI associado ao critério: Adequabilidade de recursos.....	141
Tabela 6.14 - Matriz RACI relativa ao critério Acessibilidade e igual oportunidade de falar .	142
Tabela 6.15 - Escala de normalização dos resultados aplicada	143
Tabela 6.16 - Operacionalização do critério de forma a garantir uma avaliação contínua no processo	148
Tabela 6.17 - Questões para a operacionalização do critério Empoderamento ao longo do processo, garantindo a avaliação do mesmo em três pontos críticos	151
Tabela 6.18 - Questões para a operacionalização do critério “Partilha e co-construção de novo conhecimento”, ao longo do processo, garantindo a avaliação do mesmo em três pontos críticos.....	152
Tabela 6.19 -Caraterização uniforme dos estudos de caso.....	154
Tabela 6.20 – Caracterização descritiva do processo colaborativo em avaliação	155
Tabela 6.21 – Caracterização do processo de avaliação.....	155
Tabela 6.22 – Modelo de avaliação sumativa do processo colaborativo para a Territorialização dos ODS em Loulé.....	156
Tabela 6.23 - Matriz de avaliação: a presente matriz reporta o instrumento de avaliação, as metas definidas e os resultados obtidos	157

Tabela 6.24 - Caracterização descritiva do processo colaborativo em avaliação	158
Tabela 6.25 - Caracterização do processo de avaliação	159
Tabela 6.26 – Modelo de avaliação Modelo de avaliação sumativa do processo colaborativo para a Plataforma de Agentes Locais (PAL-PCoura)	160
Tabela 6.27 - Matriz de avaliação com registo da situação inicial e metas a atingir	161
Tabela 6.28 – Cronograma de avaliação da Plataforma Local de Atores Locais	162
Tabela 6.29 – Estimativa de esforço dos recursos da equipa de avaliação.	162
Tabela 6.30 – Gestão de evidência da implementação da Avaliação.	163

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a par da evolução da sociedade da informação e da era do digital, verifica-se um aumento da degradação dos ecossistemas e um afastamento da sustentabilidade, tornando-se urgente inverter esta tendência. No contexto das ciências da sustentabilidade, existe um amplo consenso de que a transformação bem-sucedida da sustentabilidade requer a participação de atores académicos e não-académicos (Musch & von Streit, 2020) como pré-condição relevante para o desenvolvimento sustentável. Surgem, assim, projetos que se desenvolvem nestes contextos, frequentemente de cariz complexo e em áreas de interface, com novos formatos mais ativos de participação pública. Estes processos de participação ativa, processos colaborativos, que se têm vindo a multiplicar, apoiam-se em formatos mobilizadores, que envolvem multipartes na co-construção de conhecimento, procurando responder mais adequadamente aos desafios colocados em contextos de complexidade. Esta nova postura defensora de participação ativa é adotada como contributo para assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Considera-se que estes processos colaborativos, onde a participação de áreas interdisciplinares e de partes interessadas multissetoriais apoia a co-criação, tradução e troca de novos conhecimentos (Wine, 2017), cria condições para a construção de capital social que promoverá a "governância ambiental" (Rydin & Pennington, 2000). Desta forma, estes espaços de participação têm a capacidade de se tornarem espaços de transformação (Fritz & Binder, 2018), onde a comunidade desempenha um papel de co-investigador para identificar problemas, recolher e analisar informações e identificar potenciais soluções (Purnomo et al., 2024). Desta forma, tem-se verificado um aumento da participação pública como ferramenta para expandir o envolvimento de atores da sociedade civil e partes interessadas na solução de problemas da sociedade atual relacionados com a sustentabilidade.

A procura por promover a participação pública iniciou-se no final da década de 1960 e início da década de 1970 como um dos principais movimentos sociais na área do planeamento territorial e políticas ambientais (Day, 1997; Rydin & Pennington, 2000), sendo reforçada pelo Princípio 10 da Declaração do Rio que emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 (United Nations, 1992). Estamos perante um campo em desenvolvimento rápido que foi estabelecido no contexto europeu como um dos seis pilares do quadro de políticas da União Europeia para as atividades de investigação a "*Responsible Research and Innovation (RRI) approach*", que visa aumentar o alinhamento da ciência com os valores, necessidades e expectativas da sociedade civil (Rask et al., 2018). Em 2019, uma das 6 prioridades da Comissão Europeia para o período de 2019 – 24 é "dar um novo impulso à democracia europeia", comprometendo-se a "reforçar os laços entre as pessoas, as nações e as instituições" (EU, 2019: página 4). Como parte deste compromisso, o Centro de Competências em Democracia Participativa e Deliberativa está a trabalhar para implementar práticas participativas e deliberativas na ciência e nas políticas, nomeadamente promovendo a participação dos cidadãos (EU, 2022).

Por vezes, existe alguma resistência em relação à aplicação de formatos de processos colaborativos. Isto pode estar relacionado com o foco especificamente orientado para a produção de resultados diretamente mensuráveis, em vez da promoção de possíveis efeitos sociais (a longo prazo), evidenciando a necessidade de uma melhor compreensão das condições e dos procedimentos que originam um processo com impacto a longo prazo (Musch & von Streit, 2020). Nestes contextos de participação, como em qualquer outra área de especialidade, uma avaliação cuidada é crucial para compreender o grau de eficácia e perceber os fatores de sucesso e críticos de melhoria. Dadas as características deste tipo de processos e o contexto em que ocorrem, estes fatores implicam não só os resultados específicos mensuráveis e para os quais geralmente são delineados, como sejam os produtos (v.g. planos, estratégias, ações), mas também os gerados ao longo das sessões, intangíveis (v.g. aprendizagens coletivas, aumento dos graus de confiança, redes e parcerias), trazendo mais-valias acrescidas, que, se consolidadas no tempo, podem contribuir para a transformação social orientada para uma sociedade mais sustentável e ambientalmente responsável.

Na bibliografia, uma parte substancial das metodologias de avaliação foca-se na primeira componente, os produtos. A avaliação da segunda componente, os intangíveis, é mais escassa, dada a dificuldade associada ao modo como medir os resultados reais destes processos, assim como avaliar se atingem os objetivos a que se propõem, representando um desafio principalmente em situações em que os resultados emergem de forma lenta (Musch & von Streit, 2020),

e da sua relação com o processo em si (Suškevičs et al., 2018; Ernst, 2019). É a este nível que estas metodologias de avaliação apresentam maior potencial para a avaliação do grau de sustentabilidade do processo e da sua capacidade transformadora, posicionando-se a sua avaliação como uma ferramenta-chave para medir a sua eficácia, sustentabilidade e aceitabilidade. Porém, a avaliação não é frequente nestes contextos apesar de ser essencial para se testar o uso de qualquer novo processo. Isto representa uma lacuna crítica na avaliação dos processos de participação, restringindo a sua avaliação completa e representativa.

Um outro aspeto que merece atenção especial na avaliação é o formato da mesma, devido, principalmente, à ausência de metodologias de operacionalização e de estruturas de avaliação bem definidas e padronizadas na bibliografia. É relevante ter presente que as estruturas maioritariamente direcionadas para a avaliação - produtos tangíveis do processo - são mais facilmente automatizadas, pois respondem essencialmente a problemas estruturados que se adaptam a este tipo de contextos, medindo aspetos essencialmente quantitativos.

Os segundos - os resultados intangíveis -, dado o seu carácter mais ambíguo e evolutivo, são mais difíceis de se traduzirem em formas operacionais tão estruturadas. Nesta segunda componente verifica-se um distanciamento entre o desenvolvimento das metodologias de avaliação e os critérios para a sua aplicação no terreno, ficando-se pela teoria e não avançando para o seu uso como prática. Esta situação leva à necessidade de um modelo prático de avaliação que integre as suas várias vertentes.

Estes dois aspetos – metodologias de avaliação dos resultados intangíveis e a operacionalização da avaliação no terreno - constituem as duas lacunas centrais que o projeto de investigação reportado, neste documento, pretende contribuir para superar.

Face ao exposto, o principal objetivo da presente investigação é dar um contributo para o quadro conceptual da avaliação de processos colaborativos e de co-construção de conhecimento na área da sustentabilidade, contribuindo com o desenvolvimento de uma solução holística apoiada em novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente nas tecnologias digitais (TD), que permite agilizar a operacionalização e a acessibilidade a modelos de avaliação, materializando-se no desenvolvimento de um Sistema de Planeamento e Gestão de Avaliação de Processos Colaborativos.

OBJETIVOS

O presente capítulo, apresenta os objetivos desta investigação bem como a estrutura do documento.

2.1 Tópico de investigação e objetivos

Parte-se da premissa de que a avaliação dos processos de participação pública é essencial para extrair conhecimento para aplicações futuras, contribuindo para a conceptualização de modelos e métodos mais eficazes para as situações em análise, bem como para promover o reconhecimento do seu valor, que, como mencionado, por vezes é difícil de obter (Rowe & Frewer, 2004). Processos colaborativos, como estes, que exigem maior consumo de recursos (devido às suas características), requerem também um processo de avaliação que permita o estabelecimento de critérios para monitorizar, ao longo do tempo, algo determinante para a sua aceitação (Charnley & Engelbert, 2005). Vários são os critérios teóricos de avaliação que existem na bibliografia relativos à efetividade de um processo de participação pública. Contudo, além da falta de consenso e padronização dos critérios a aplicar, existem limitações teóricas, não sendo suficientemente influentes num sentido prático, o que acentua a dificuldade de avaliar um processo de participação.

Desta forma, visa-se com a presente investigação contribuir para a área do conhecimento da avaliação de processos de participação pública, nomeadamente colaborativos, por serem os que tem mais influência no processo de decisão, explorando as várias metodologias de avaliação comumente utilizadas. Numa primeira fase, pretende-se aprofundar o conhecimento de

como se realiza a avaliação através da identificação e compreensão das metodologias¹ aplicadas. Numa segunda fase, desenvolve-se uma ferramenta de suporte à decisão com recurso a tecnologias digitais (TD) para planear e gerir um processo de avaliação, incluindo as abordagens de avaliação consideradas mais relevantes, destacando-se assim a utilização das novas TIC, nomeadamente através das TD, como veículo para atingir os objetivos. Considerando que as TD possuem a capacidade de manusear conjuntos de dados caracterizados por uma dimensão espacial, obtendo resultados relevantes para a respetiva dimensão, propõe-se, no âmbito desta investigação, o desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à operacionalização da avaliação da participação pública, com foco na avaliação de processos colaborativos.

Ao explorar a relação das TD com o planeamento da avaliação dos processos de participação pública, pretende-se contribuir para a agenda do e-planeamento com foco na área científica da e-cidadania e e-governança. Considerando que a melhoria dos processos de participação pública tanto presenciais como em formato online, pela transparência da sua avaliação, contribuem para aumentar a aceitabilidade dos cidadãos e a sua participação nos mesmos, aumentando assim os espaços de capacitação e envolvimento para abordar os desafios da sociedade atual, tanto tecnológicos, éticos, ambientais e sociais. Contribui também para a área das Infraestruturas de Conhecimento para e-Planeamento, uma vez que existirá uma forte aposta no mapeamento de estruturas de avaliação, que constitui um pilar fulcral em termos de planeamento e de desenvolvimento de estratégias com a utilização das TD.

Os processos de participação pública que consideram o envolvimento dos cidadãos e de atores da sociedade civil nos processos de decisão com o intuito de aumentar a transparência e assegurar equidade e inclusão das decisões, representam uma forma de delinear um caminho mais adequado para o desenvolvimento sustentável. A presente investigação, através da exploração da avaliação como uma ferramenta para promover a melhoria contínua destes processos, encontra-se alinhada com agendas internacionais na área da sustentabilidade e inovação. Nomeadamente, contribui indiretamente para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas (2015), onde um dos pilares transversais é o aumento do envolvimento da sociedade civil de forma a mobilizar esforços em áreas que afetam a sua qualidade de vida, com o mote "*não deixar ninguém para trás*" (ONU, 2015). O envolvimento de cidadãos e atores da sociedade civil é também uma das lições consideradas necessárias que transitam para o Plano Estratégico de Implementação do Programa-Quadro para a Investigação e Inovação *Horizon Europe 2021-2027* da Comissão Europeia e que reforça a

¹ Conjunto de regras ou princípios empregados no ensino de um ciência ou arte (Porto Editora, sem data).

importância de criar mais impacto através do envolvimento dos cidadãos. Tendo em conta o reconhecimento do contributo do envolvimento e dos processos de participação para atingir os objetivos propostos, bem como o seu efeito transformador na sociedade, é agora o momento crucial para assegurar o seu contínuo investimento e potenciar melhores práticas neste domínio, salientando a importância da avaliação como uma ferramenta de melhoria dos processos de participação, uma vez que é necessário conhecer para melhorar.

Desta forma e para alcançar os objetivos definidos, a presente investigação teve como ponto de partida as seguintes questões de investigação:

- 1) Qual o estado atual das metodologias de avaliação da participação pública?
- 2) Quais os pontos fortes e fracos das metodologias de avaliação, de forma a identificar potencialidades e limitações?
- 3) Como pode a avaliação de processos colaborativos ser operacionalizada e padronizada?
- 4) Como pode a avaliação ser integrada no planeamento da participação em questões de sustentabilidade ambiental recorrendo a tecnologias digitais (TD)?

2.2 Abordagem às questões de investigação

O presente documento encontra-se estruturado de forma a reportar o processo desenvolvido para endereçar as diferentes questões de avaliação. Assim, o projeto de investigação iniciou-se com a caracterização dos diferentes tipos de participação pública, o objeto de avaliação, com foco nos processos colaborativos para a co-construção de conhecimento. Seguiu-se a caracterização da prática da avaliação pelo mapeamento através de protocolo de revisão sistemática das diferentes metodologias de avaliação de processos de participação presentes na literatura e sua caracterização, bem como através de entrevistas a intervenientes-chave envolvidos nestes processos. Esta abordagem permitiu estabelecer o estado atual da prática da avaliação da participação pública, incluindo os principais critérios utilizados, e contribuiu ainda para identificar os pontos fortes e fracos das metodologias de avaliação analisadas, bem como as boas-práticas, e limitações e lacunas associadas.

Paralelamente, estes resultados permitiram o desenvolvimento do Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos, que pretende, através de uma solução de suporte digital, tornar acessíveis, de forma sistemática, as várias metodologias de avaliação da participação incluídas no presente estudo.

Por último, com base nos resultados anteriores relativamente às boas-práticas e limitações associadas à avaliação de um processo de participação ativa, desenvolveu-se o Sistema de

Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos, com o intuito de, através desta ferramenta e da metodologia de avaliação proposta, promover a operacionalização da aplicação e de acesso aos mecanismos de avaliação, bem como a uniformização do processo a avaliar. Isto permite, através da avaliação da eficácia dos processos colaborativos, comparar os resultados dos processos de tomada de decisão com objetivos similares, mas que recorrem a métodos diferentes. Esta ferramenta pretende contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de processos colaborativos e a sua consequente melhoria contínua.

Na Figura 2.1 encontra-se sumariado o mapa conceptual do projeto de investigação, tendo como ponto de partida as questões de investigação e os objetivos propostos.

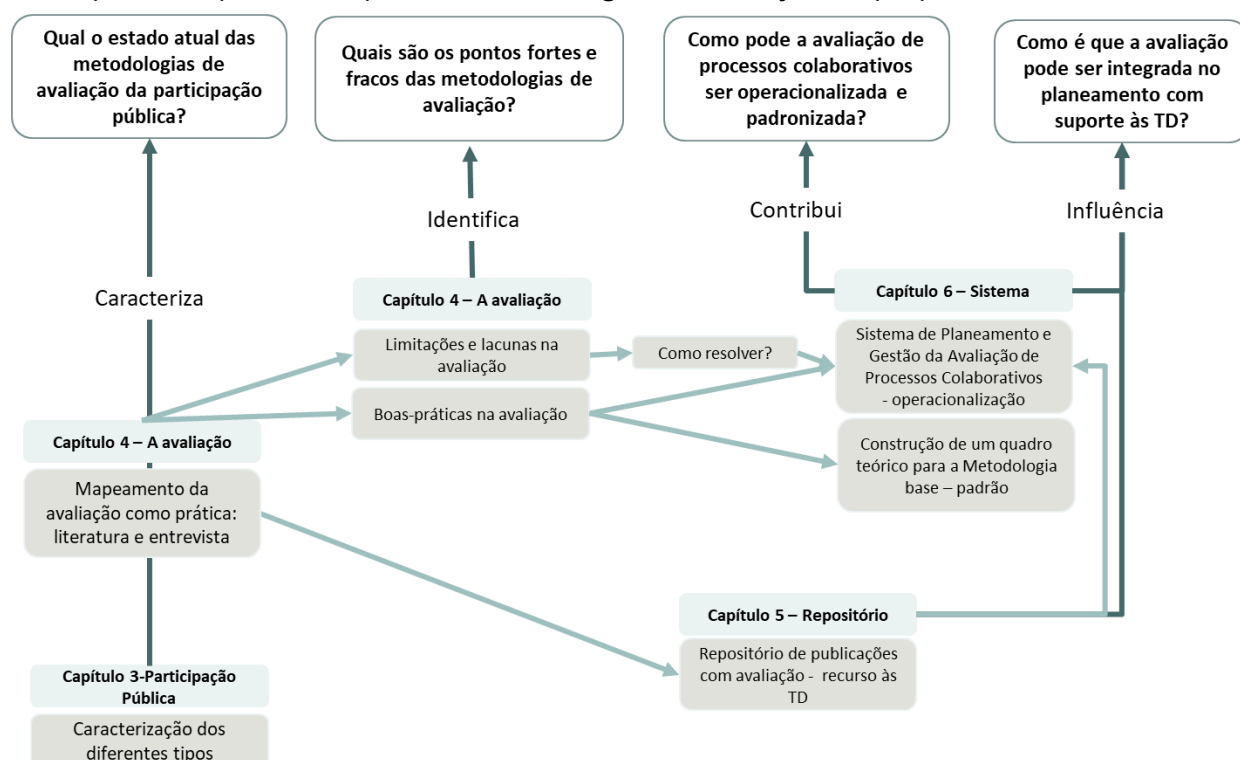


Figura 2.1 - Mapa conceptual do presente documento.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O presente capítulo apresenta a caracterização e evolução do conceito de participação pública, bem como os diferentes níveis de participação pública, onde se incluem os processos colaborativos de co-construção de conhecimento, o objeto de avaliação.

3.1 Enquadramento

Existe uma crescente preocupação com o envolvimento direto da sociedade civil em questões complexas, como problemas ambientais e de sustentabilidade. Paralelamente, existe um aumento constante de exigências para soluções capazes de integrar diferentes disciplinas e para assegurar o diálogo entre o governo, os agentes sociais e económicos e a sociedade civil. De facto, os problemas ambientais e as ameaças à biodiversidade são consequências de ações humanas sendo, por isso, também necessárias ações humanas para combatê-los (Sampford, 2002), pelo que é fundamental ver as pessoas como parte da solução e não só como parte do problema.

A complexidade dos problemas ambientais exige, pois, a mobilização cada vez mais alargada de todos e, mais especificamente, o envolvimento direto dos cidadãos na tomada de decisão (Akerboom & Craig, 2022) para que estes se tornem efetivamente agentes de mudança. Através de abordagens multidisciplinares de envolvimento e articulação das perspetivas dos diferentes atores, com vista a identificar os interesses e as posições dos mesmos, permite negociar e incorporar esses elementos no processo de decisão e, como tal, convergir na solução. Nesse sentido têm emergido, nas últimas décadas e com um aumento exponencial, os processos de participação pública apoiados em formatos de mobilização intensa (Akerboom & Craig, 2022; Bidwell & Schweizer, 2021).

Desta forma, a participação pública representa, mais do que uma imposição legal, uma forma eficaz de atribuir poder de influência aos cidadãos, assumindo-se estes como agentes de mudança para combater o papel da crescente indiferença da população na solução dos problemas atuais, cada vez mais complexos (Carreira, 2018).

Várias são as justificações para a adoção desta postura participativa, nomeadamente:

- Permite a formulação de um plano mais abrangente, considerando os cidadãos com fonte de informação e sabedoria coletiva sobre desejos e condições da comunidade.
- Atua como veículo para aumentar a probabilidade de o interesse público ser incluído no processo, criando condições para que as decisões respondam mais adequadamente às necessidades, levando a uma implementação mais eficaz e eficiente (Day, 1997; Vasconcelos, 2005).
- Do ponto de vista instrumental, atua como uma ferramenta de tomada de decisão, com o intuito de melhorar o processo, reduzir potenciais conflitos, garantir parecer sobre políticas e programas, e servir como fonte de novas abordagens, inventivas e inovadoras (Day, 1997; Rydin & Pennington, 2000; Woltjer, 2009).
- Do ponto de vista ético, é vista como uma oportunidade para abrir novos espaços de expressão dos diferentes pontos de vista e opiniões, não necessariamente para a produção de soluções de consenso, mas sim de ganho mútuo. A ênfase no consenso é criticada por ser excessivamente otimista e ingénua em relação às soluções de ganho mútuo (Musch & von Streit, 2020). Os partidários deste tipo de abordagem (ganho mútuo) defendem que se deve requerer um foco nos interesses, e não nas posições, procurando desenvolver opções que considerem as prioridades dos envolvidos (Shmueli et al., 2008). No entanto, é de notar que pela teoria da construção de consensos no contexto de tomada de decisão ou negociação (Innes, 2004), este surge quando todas as partes envolvidas tiveram a oportunidade de expressar seus interesses e preocupações, e existiu um esforço genuíno para resolver as várias questões após ter-se explorado todos os interesses presentes.²

A participação pública teve o seu início nos processos de planeamento territorial, onde a cooperação dos cidadãos era essencial para que as metas fossem alcançadas com sucesso (Day, 1997). Este movimento tem sido crescente desde meados de 1960, período em que os requisitos de participação foram alterados, passando a estar presentes não só no campo do planeamento territorial, mas também no das políticas ambientais (Rydin & Pennington, 2000).

² No presente documento, quando se aborda a construção de consenso no âmbito de um processo participativo, considera-se que consenso é a solução que todos os envolvidos assumem como viável no contexto em que estão a trabalhar a decisão, depois de explorados todos os interesses conforme mencionado em Innes, 2004.

Acreditava-se que os cidadãos deveriam ser mobilizados de forma a terem voz e contribuírem substancialmente para programas que afetassem o seu destino, em vez de participarem apenas como um meio para obter a sua cooperação (Day, 1997), evoluindo-se, assim, de formatos formais para outros mais abertos, informais e de longo prazo (Vasconcelos, 2008), que procuram promover o envolvimento dos cidadãos, o diálogo genuíno (Honneth & Joas, 1991) e a deliberação. Este esforço da evolução de processos participativos mais passivos para processos colaborativos de co-construção competiu com as abordagens mais tradicionais *top-down* (Abelson & Gauvin, 2008) ao incentivar que os cidadãos discutam e ponderem opções concorrentes, visando a formação de preferências, em vez da afirmação de preferências (Kubicek & Aichholzer, 2016). Efetivamente, a participação pública mais intensa e ativa tem vindo a ser exigida em áreas de ambiente e sustentabilidade. A União Europeia tem desenvolvido em crescendo um quadro legal cada vez mais exigente, requerendo uma participação mais intensa, em que a Convenção de Aarhus (1998) e a Diretiva Quadro da Água (2000) tiveram um papel fundamental. Esta Convenção parte do pressuposto de que uma melhoria da participação e da sensibilização do público em matéria do ambiente conduz a uma melhoria da proteção do ambiente. Neste contexto, o envolvimento direto da sociedade civil promove uma cidadania responsável e ativa de todos e assegura a sustentabilidade a longo prazo.

3.2 Conceito de participação pública

Ao longo do tempo diferentes autores tem identificado, conforme o contexto, o âmbito, e objetivo do processo de participação pública, diferentes definições para a mesma, Tabela 3.1., incluindo que pode não existir uma definição clara e singular para “participação pública”, (Bryson et al., 2013; L. M. T. de Vasconcelos, 2009; Lammerink, 2001; Jennings, 2000; Warburton, 1997). Bem como a precessão de que vários processos de envolvimento do público na tomada de decisão como o processos de envolvimento de partes interessadas a processos de democracia deliberativa são frequentemente descritos pelo termo geral de participação pública (Bidwell & Schweizer, 2021). É de destacar, contudo que os termos que mais são mencionados para definir dos diferentes processos de participação pública ativa, são: “partilha de poder”, “empoderamento”, “cidadãos”, “partes interessadas” e “capacitação”.

Tabela 3.1 - Diferentes abordagens à definição de participação pública ao longo dos anos

Definição "Participação pública"	Autor
Inclui todas as formas de participação dos cidadãos e partes interessadas podem ser envolvidas nas decisões políticas e serviços públicos, permitindo-lhes influenciar o processo em várias fases.	(OECD, 2022)
Um processo de envolvimento em que as partes interessadas procuram interagir, aprender, compreender, e ao mesmo tempo fornecer informação relevante, colaborando no sentido da obtenção de uma decisão representativa e justa.	(Carreira, 2018)
Um processo deliberativo, não um evento único, que oferece às partes interessadas a oportunidade de influenciar decisões que os afetam antes destas serem tomadas.	(US EPA, 2014)
O envolvimento de indivíduos/grupos afetados (positiva ou negativamente) ou que tenham interesse no projetos, programas, políticas que se encontra sujeito a um processo de tomada de decisão.	(André et al., 2006)
Uma ferramenta para legitimar o processo de tomada de decisão, enquadrando-se no contexto democrático na busca de resultados mais sustentáveis. Considerando que todos os potencialmente afetados devem ter o direito a participar na decisão, este processo permite esclarecer as dúvidas e integrar conhecimentos relevantes para apoiar a promoção de resultados mais eficazes.	(Heinelt et al., 2002)
Um processo em que as partes interessadas influenciam e partilham o controlo em decisões que potencialmente afetam, focando-se nas pessoas, empoderando-as e promovendo uma atitude participativa.	(Lammerink, 2001)
Envolvimento dos cidadãos e restantes partes interessadas, no desenvolvimento de conteúdos, programas ou políticas que os podem influenciar que positiva como negativamente. É visto como uma forma de capacitar os participantes e equilibrar o poder entre diferentes classes sociais, uma vez que o seu conhecimento é incorporado no processo, aumentando a probabilidade do desenvolvimento de uma solução mais sustentável, por ser um processo empoderador.	(Jennings, 2000)
Um conjunto de métodos e procedimentos de modo que os potencialmente afetados por uma decisão deem um contributo para a mesma. É esse contributo que diferencia os métodos de participação mais ativa de outras estratégias de comunicação.	(Rowe & Frewer, 2000, 2005)
É uma ferramenta de apoio à política pública que têm peso e dinâmica para alterar padrões de poder, dependendo do nível de participação gerado e dos participantes envolvidos.	(White, 1996)
Meio para os cidadãos serem mobilizados de forma a terem voz e contribuir substancialmente para programas que afetassem o seu destino, em vez de participarem apenas como um meio para obter a sua cooperação.	(Day, 1997)

Com base nos diferentes autores presentes na Tabela 3.1, a participação pública pode ser definida como um processo deliberativo que oferece às partes interessadas a oportunidade de influenciar decisões que os afetam antes destas serem tomadas (US EPA, 2014), estabelecendo um fluxo de partilha de informação entre as diferentes partes e livre defesa dos seus interesses e valores privados e coletivos, devendo ser um momento de educar e capacitar as partes fornecendo informação relevante (Carreira, 2018). Os envolvidos apreendem com o conhecimento do outro, e colaboram no sentido de um diálogo consensual e genuíno, e de uma partilha de poder para a obtenção de uma decisão representativa e justa e em que as partes se revejam. A participação pública funciona assim como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão com potencial de empoderar as partes interessadas envolvidas (Heinelt et al., 2002; Vasconcelos, 2009; US EPA, 2014; Carreira, 2018).

Considera-se o envolvimento de partes interessadas como a "atividade realizada com o intuito de criar oportunidades de diálogo entre uma organização e uma ou mais das partes interessadas, com o objetivo de fornecer uma base informada para as decisões da organização", de acordo com a Norma Internacional ISO 26000:2010 "Guia de Responsabilidade Social" (p.9). Este Guia define partes interessadas como todos aqueles que têm um interesse em jogo, como indivíduos, grupos de interesse ou comunidades, sobre o tema em decisão (ISO/TMB, 2010). A GRI (*Stichting Global Reporting Initiative*) vai inclusive mais longe, definindo como partes interessadas todas as "entidades ou indivíduos que possam razoavelmente esperar ser significativamente afetados pelas atividades, produtos ou serviços da organização e, por outro lado, que as suas atividades possam de alguma forma afetar a capacidade da organização para implementar, com sucesso, as suas estratégias e alcançar objetivos" (ISO & GRI, 2014, p.9).

Entre as partes interessadas, há atores críticos para o sucesso ou insucesso de um processo de participação, tanto pelos seus recursos, como capacidade de influência na decisão final (Fumega, 2013; Lourenço & Costa, 2007; Lammerink, 2001). De facto, é frequente que um grupo deles demonstre ser fundamental - o cidadão - dado contributos a nível do conhecimento não técnico que podem trazer para o processo, que podem não ser considerados de outra forma (Geurts & Joldersma, 2001; Lammerink, 2001; Lourenço & Costa, 2007; Stephen Coleman & John Götze, 2001).

3.3 Formas e níveis de participação

A participação pública como instrumento de apoio à tanto à cidadania ativa como às políticas, evoluiu do objetivo de democratizar e legitimar as mesmas através de formatos *top-down* para

uma participação com formatos mais mobilizadores no envolvimento de partes interessadas para a formulação de políticas, programas entre outros (Vasconcelos, 2008; Lourenço & Costa, 2007), que respondam melhor às necessidades dos envolvidos.

De seguida, apresentam-se várias nomenclaturas classificativas de participação, identificadas na literatura para lançar a discussão da mesma, uma vez que existem algumas diferenças referentes ao termo participação. Considerando que a participação deve ser plural e abrangente, permitindo a exposição e debate das várias ideias, objetivos e valores em questão, pode deferir ao nível de interação entre as diferentes partes - participação ativa ou passiva - e a altura no processo de tomada de decisão onde ocorre o processo de participação pública - Participação preventiva ou sucessiva (Carreira, 2018). Pelo que um processo de participação pode ser:

- Ativo ou passivo:
 - Ativo: associada a processos de envolvimento ativo das partes interessadas na tomada de decisão (OECD, 2003) através do diálogo e colaboração entre as partes, de forma interativa que promova a partilha de conhecimento e coresponsabilização por parte dos participantes, são exemplo os: painéis de cidadãos, grupos *focus*, workshops, fóruns colaborativos (Dores, 2009). Neste tipo de participação existe duas vias de comunicação, estabelecendo uma relação bidirecional entre o governo e os cidadãos (OECD, 2003);
 - Passivo: caracterizada pela partilha de informação sem implicar uma interação direta entre as partes, a comunicação geralmente é realizada apenas num sentido (OECD, 2003) como no caso de consulta pública, audiências públicas, comissões consultivas, entrevistas (Dores, 2009).
- Preventivo ou sucessivo :
 - Preventivo: envolvimento de todos os que têm interesse em contribuir no âmbito da elaboração de Plano, programa, estudo, política (Orosa, 2014) durante o seu desenvolvimento, com maior potencial de influência na decisão final;
 - Sucessivo: tem lugar após a conclusão da proposta do plano na fase de discussão pública, onde se pode levantar questões e sugerir alterações mas com menor potencial de influência na decisão final (Orosa, 2014).

Difere também segundo White, (1996), com base nos diferentes interesses de "**quem participa**" no processo e o "**nível de participação**", existindo assim diferentes formas, interesses e funções dos processos participativos, Tabela 3.2.. Na primeira coluna encontram-se descritas 4 formas de participação, enquanto a segunda coluna dá os interesses na participação do ponto de vista de quem desenvolve/implementa o processo participativo; a terceira coluna descreve os interesses/benefícios para os participantes do processo e como eles o vê; e por fim, a quarta coluna identifica qual a função atribuída a cada tipologia de participação.

Assim com base nos interesses a participação pública pode ser classificada em:

- **Nominal:** Envolvimento das partes interessadas nas tomadas de decisões políticas como recurso para legitimar a mesma. Dando também aos participantes visibilidade e inclusão na esfera social e política;
- **Instrumental:** O envolvimento das partes interessadas como um meio para concretizar as mudanças pretendidas, não sendo necessário recursos extra e garantindo as pessoas no projeto. Para os participantes é visto como um custo (tempo) e não valorizada;
- **Representativa:** Partes interessadas são convidados a envolverem-se nas iniciativas, ganhando espaço de influência dentro do processo de tomada de decisão;
- **Transformativa:** Ocorre de forma transversal, que considera uma agenda "*bottom-up*", onde a decisão é construída coletivamente criando condições para empoderar os envolvidos, acabando por criar transformação na sociedade a longo prazo.

Tabela 3.2 - Interesses na participação (Fonte: Adaptado de (White, 1996)).

Forma de Participação	Interesses " <i>Top-Down</i> " (ponto de vista de quem desenvolve/implementa o processo participativo)	Interesses " <i>Bottom-up</i> " (como participantes encaram a sua participação e o que esperam obter com ela)	Função
Nominal	Legitimação	Inclusão	Exibição
Instrumental	Eficiência	Custo	Meios
Representativa	Sustentabilidade	Influência	Voz
Transformativa	Capacitação	Empoderamento	Meio/Fim

Realça-se, ainda que os interesses dos envolvidos são diversos e dinâmicos, e podem alterar-se no tempo (Fumega, 2013; White, 1996). É assim importante compreender que os processos participativos podem não ocorrer de forma linear, tendo as formas de participação um objetivo mais analítico do que prático (Fumega, 2013), pois "(...) raramente algum destes tipos aparecerá na forma "pura"" (White, 1996) coexistem dinamicamente.

Paralelamente, é necessário também reconhecer que, a participação e o poder estão ligados e podem/devem gerar conflito para que exista progresso (Fumega, 2013; White, 1996). Estes conflitos pode evoluir consoante o meio, considerando fatores sociais, políticos, culturais, geográficos e como tal a participação, pode ter um papel crucial.

Neste sentido, a participação pode assumir diversos propósitos explícitos e incorporar diferentes objetivos subjacentes, mas o que determina o seu impacto na decisão é também a contribuição para uma cidadania mais ativa e capacitada (Abelson & Gauvin, 2008).

Diferentes autores contribuíram ao longo do tempo para a conceção de duas das mais conhecidas e usadas tipologias de participação em contexto de democracia ativa e participativa, referentes ao nível de participação esperado pelos participantes no processo: "Os 3 níveis/pilares de participação pública" pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

(OCDE), que classifica as formas de participação em três grandes conjuntos: informação; consulta; e participação ativa/cooperação (OECD, 2005, 2022). E as cinco formas de participação descritas no “espectro da participação pública” pela Associação Internacional para a Participação Pública (IAP2), que define o papel do público/cidadão em qualquer processo distinguindo três formas diferentes de participação ativa – Envolver; Colaborar; e Empoderar (IAP2, 2018), (Figura 3.1).

Segundo **OCDE**, a participação e colaboração entre o governo e os cidadãos encontra-se organizada em três níveis/pilares hierárquicos em ordem crescente de interação: Informação, Consulta e Participação Ativa (OECD, 2022):

- **Informação:** nível inicial de participação, caracterizado por uma relação unidirecional, em que o governo produz e transmite informação aos cidadãos e partes interessadas, abrange formatos passivos de participação através tanto da transmissão de informação a pedido dos cidadãos como medida do governo para divulgação da mesma;
- **Consulta:** nível onde já existe uma relação bidirecional entre as partes interessadas e o governo com a disponibilização de informação sobre uma questão prévia para que seja possível os envolvidos darem o sua opinião e receberam feedback;
- **Participação Ativa:** nível existe a colaboração entre as partes, onde as partes interessadas têm a oportunidade e os recursos necessários (como informação e ferramentas) para colaborar em todas as fases do ciclo de políticas e/ou serviços. Tendo, assim, um papel ativo na definição da agenda e no diálogo, sendo que a decisão final geralmente é tomada pelo governo.

O “**Espectro da participação pública**”, desenvolvido pelo IAP2, foi desenvolvido com objetivo de orientar a seleção do nível apropriado de envolvimento público nos processos de tomada de decisão (IAP2, 2018). Permitindo clarificar os papéis de todos os envolvidos, a definir as expectativas tanto para o público como para os responsáveis pela tomada de decisão, relativamente ao grau de influência que o público terá, e a aumentar a transparência, promovendo a confiança entre o público e a organização (IAP2, 2024). Tem sido amplamente utilizado como referência para processo de participação publica a nível internacional (IAP2, 2018) por ser adequado para diferentes tipologias de grupos, podendo ser utilizado tanto da perspectiva organizações públicas como privadas (Bruns, 2003; IAP2, 2024). Os diferentes níveis do espectro por ordem ascendente são (IAP2, 2018): Informar; Consultar; Envolver; Colaborar; Empoderar. Os dois primeiros níveis apresentam características semelhantes aos níveis definidos pela OCDE. No nível “Envolver” o público-alvo é ouvido durante o processo para garantir que as suas preocupações e aspirações são refletidas nas alternativas desenvolvidas e é informado sobre como a sua participação influenciou a decisão. Avançando para o nível “Colaborar”, o

público encontra-se em todas as etapas da decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a escolha da solução preferida com a incorporação das suas sugestões nas decisões sempre que possível. No último nível do espectro "Empoderar", a decisão é colocada nas mãos do público.

Destaca-se que a principal diferença entre as duas tipologias de participação, assenta no facto dos três níveis definidos pela OCDE, para autores como Rosa, (2008), apesar do cidadão poder ter uma participação ativa através da possibilidade de tentar influenciar o processo de tomada de decisão, não estão verdadeiramente empoderados, pois a sua influência é limitada na medida que é o governo quem toma, geralmente, a decisão final. Enquanto no "espectro da participação pública" definido pela AIP2, no último nível, "Empoderar", a decisão final não é claramente atribuída a uma única entidade (como o governo ou a organização), envolvendo outros atores (Bruns, 2003; IAP2, 2018).

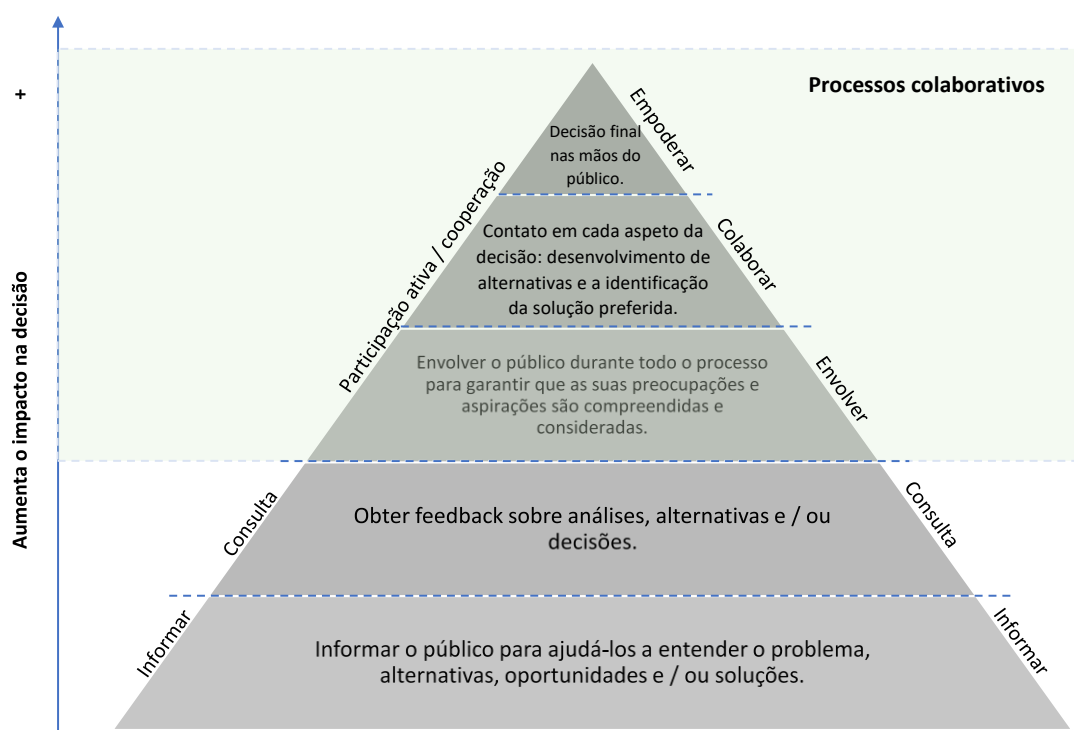


Figura 3.1 - Diferentes formas de participação (adaptado de IAP2, 2018; OCDE, 2005)

As formas de participação presentes na Figura 3.1, distinguem-se entre si pelo nível / intensidade de participação: quanto mais perto do topo da pirâmide, maior o nível de participação e, consequentemente, maior será o potencial de impacto na tomada de decisão. O nível de impacto dos contributos das partes interessadas na decisão final pressupõe um nível e um envolvimento das partes interessadas diferentes. Na Tabela 3.3 encontram-se indicadas as principais formas de participação pública e as suas características de implementação.

Tabela 3.3 - Diferentes formas de participação e nível de envolvimento das partes interessadas

Diferentes níveis de envolvimento (OECD, 2004:11)	"Os níveis de participação pública" da OCDE	"Espectro da participação pública", desenvolvido pelo IAP2	Objetivo da participação (Espectro da participação pública (Fonte: Adaptado de IAP2 (2018)).		Promessa feita aos participantes (Espectro da participação pública (Fonte: Adaptado de IAP2 (2018)).	Nível de influencia / impacto na decisão (OECD, 2004)	Formas de participação assumidas na presente investigação ¹	
Suporte / Apoio <i>Quando:</i> As instituições querem capacitar os interessados para gerir o processo, estes aceitam o desafio de desenvolver soluções e existem um acordo para implementar as soluções desenvolvidas; as instituições estão prontas a assumir o papel de capacitadores.	Participação ativa / cooperação	Empoderar	Decisão final nas mãos do público.	Ativa a aprendizagem mútua	Será implementado o que os participantes decidirem.	Alto (+++) (Parceiro na implementação de soluções)	Co-Construção Circular loop intenso Aprendizagem coletiva e co-construção Poder partilhado transversal levando ao empowerment, construção de maturidade e autonomia Quando se produz	PROCESSOS COLABORATIVOS E DE CO-CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO
Delegar <i>Quando:</i> É necessário estabelecer o diálogo entre as partes interessadas; há capacidade que estes influenciem as políticas que os afetam; há oportunidade para a definição de agendas partilhadas e prazos abertos para a deliberação sobre questões; as opções geradas em conjunto serão respeitadas.		Colaborar	Contato em cada aspeto da decisão: desenvolvimento de alternativas e a identificação da solução preferida.		O participante terá um papel direto no trabalho é desenvolvido através da incorporação do máximo possível de recomendações/ conselhos/ ideias/ soluções dadas pelos participantes nas decisões finais. Colaboram visando convergir e chegar a um compromisso	Alto (++) (Envolver-se totalmente em questões complexas)	Colaborar Aprendizagem double-loop – aprendizagem coletiva Diálogo	
Envolver / co-decidir <i>Quando:</i> É necessária uma troca de informações nos dois sentidos; há uma oportunidade de influenciar o resultado final; o organizador deseja promover a discussão entre e com as partes interessadas; os contributos podem moldar as orientações políticas e a execução do programa.		Envolver	Envolver o público durante todo o processo para garantir que as suas preocupações e aspirações são compreendidas e consideradas.		O trabalho é desenvolvido diretamente para assegurar que as suas preocupações e aspirações/ necessidades estejam refletidas nas alternativas desenvolvidas. Será dado feedback sobre como opinião pública influenciou a decisão.	Médio (+) (Discutir através de diálogo em dois sentidos)	- Considera-se que o envolvimento tem que existir em todo as forma de participação ativa	
Consultar <i>Quando:</i> Objetivo é ouvir e obter informações (quando as decisões estão a ser desenvolvidas e a informação pode melhorá-las); pode não existir um compromisso de que as opiniões recolhidas serão tidas em conta.	Consulta	Consulta	Obter feedback sobre análises, alternativas e / ou decisões.	Passiva Da informação...	Será garantida a informação, as preferências/ preocupações dos participantes serão ouvidas. Os participantes serão informados sobre como a sua contribuição do influenciou a decisão.	Baixo (-) (Reunir informação, opiniões)	Consulta Aprendizagem single-loop Outros mais informados	
Informar <i>Quando:</i> É necessária informação factual para descrever uma política, programa ou processo; já foi tomada uma decisão (não é necessária qualquer decisão); o público precisa de conhecer os resultados de um processo; não há oportunidade de influenciar o resultado final; é necessária a aceitação de uma proposta antes de poder ser tomada uma decisão; uma emergência ou crise requer ação imediata; a informação é necessária para reduzir as preocupações ou preparar-se para o envolvimento; a questão é relativamente simples.	Informar	Informar	Informar o público para ajudá-los a entender o problema, alternativas, oportunidades e / ou soluções.		Vamos mantê-lo informado	Baixo (-) (Informar, educar, partilhar ou divulgar informação)	Informar Outros mais informados	

¹ Tipologia dos diferentes tipos de participação definida com base na revisão de literatura refletido nas fontes mencionadas na Tabela e na experiência desenvolvida pela participação e condução de processos de participação no terreno. Desenvolvido pela autora com base no trabalho desenvolvido por Lia Vasconcelos 2023.

Diferentes níveis de participação ou envolvimento das partes interessadas são oferecidos por diferentes técnicas. Uma abordagem pode simplesmente transmitir informação a uma audiência de partes interessadas passivas. No outro extremo da escala, uma técnica pode capacitar significativamente as partes interessadas no processo de tomada de decisão. É precisamente neste nível que atuam os processos colaborativos, procurando o envolvimento, a colaboração e o *empoderamento* através de uma intervenção mais substancial no processo decisório. Geralmente estes processos participativos caracterizam-se pela aplicação em áreas complexas e com um grau acentuado de incerteza (Vasconcelos, 2007), bem como com tendência para gerar controvérsia, recorrendo, assim, ao envolvimento de partes interessadas multisectoriais como apoio à co-construção e tradução de novo conhecimento (Wine, 2017), como se verifica em projetos que lidam com questões relacionadas com a Sustentabilidade.

Este tipo de processos tenta, geralmente, contribuir para o desenvolvimento de soluções de ganhos mútuos, criando benefícios para todas as partes, o que fornece uma explicação substantiva para o motivo pelo qual os participantes optam por manter este esforço colaborativo (Shmueli et al., 2008).

3.4 Processos colaborativas para a co-construção de conhecimento

A participação ativa, através da implementação de um processo colaborativo, parte do pressuposto de que as partes interessadas têm um papel chave nos processos (Berkes, 2009) e visa "*amplificar as vozes menos ouvidas*", ou mesmo não ouvidas, pois considera que a imposição sem um consenso alargado leva ao fracasso (Christie & White, 2007). Para além disso, pretende promover a apropriação do processo pelas partes interessadas envolvidas, torná-lo inclusivo, transparente e colaborativo, assegurando um diálogo genuíno entre todos (Honneth & Joas, 1991), de modo a que se oiçam uns aos outros – escuta ativa – e partilhem experiências e conhecimento, construindo soluções conjuntas. O objetivo principal desta forma de participação é, então, assegurar a colaboração interventiva e responsável de todos os interessados, visando uma solução co-construída coletivamente e uma maior convergência na solução. Isto contribui para a continuidade do processo e o envolvimento efetivo, criando condições para a construção de três tipos de capital partilhado – social, intelectual e político (Judith Gruber, in Innes et al., 1994).

- O **capital social** é definido como a soma dos recursos atuais e potenciais incorporados, disponíveis e derivados da rede de relacionamentos de uma unidade individual ou

social (Innes et al., 1994; Mäkelä, 2007; Yu et al., 2013). Este capital, baseado na forma de criação de confiança, nas normas de comportamento e nas redes de comunicação, cria o potencial para o diálogo entre partes interessadas, aumentando o entendimento entre eles e reduzindo o risco de conflito. Em suma, é construído através do fortalecimento de relações (pessoais e profissionais), potencia o diálogo genuíno entre as partes interessadas, aumentando o entendimento e partilha de conhecimento e, consequentemente, contribui para a redução de conflitos (Stratoudakis et al., 2019).

- Por outro lado, o **capital intelectual** fornece uma base comum para a discussão, criando as condições para que sejam usadas as informações partilhadas para coordenar interesses e levar os participantes a conseguir acordos conjuntos sobre as questões em debate, desempenhando, para além disso, um papel crucial na capacitação das partes interessadas para a coordenação de ações e resolução de conflitos.
- O **capital político** permite a formação de alianças e acordos sobre propostas que proporcionam ganhos mútuos, criando a possibilidade de as propostas serem adotadas e implementadas (Innes et al., 1994; Yu et al., 2013). O capital político do grupo contribui para influenciar a decisão.

Ou seja, através deste capital partilhado, os indivíduos agem coletivamente e partilham conhecimento, tornando-se os principais facilitadores do processo, o que incentiva a comunicação e capacita ações mais efetivas para atingir a meta comum (Hage et al., 2010; Putnam, 1995). É considerado capital porque o seu valor aumenta à medida que é utilizado, pois ajuda e vive entre os participantes, mesmo depois do grupo se dissolver, beneficiando das ações coordenadas a longo prazo.

Adicionalmente, o sucesso da construção destes três tipos de capitais – social, intelectual e político – conduz ao *empoderamento* da comunidade e contribui para que a sociedade se aproprie dos processos e se torne elemento ativo e interventivo nos mesmos, criando assim o que hoje se chama de inteligência coletiva. Deste modo, contribuindo para o estabelecimento de comunidades resilientes, essenciais no contexto das problemáticas ambientais e de sustentabilidade atuais.

A aposta na utilização de metodologias colaborativas e interativas representa uma forma de alargar o envolvimento das partes interessadas, tornando-as interventivas e promovendo a sua corresponsabilização no processo de tomada de decisão. Assim, reuniões interativas, estruturadas e facilitadas, em que a participação das partes interessadas é inclusiva, criativa e baseada no diálogo genuíno (Vasconcelos, 2007; Videira et al., 2006), são cruciais para o desenvolvimento de soluções consensuais (Coenen, 2009).

De um modo geral, as preocupações ambientais e de sustentabilidade são altamente intersectoriais, exigindo processos de resolução de problemas que permitam a coordenação entre diferentes áreas políticas (van den Hove, 2000). Os processos colaborativos representam, por isso, uma ferramenta que aumenta a legitimidade e a qualidade dos processos de tomada de decisão, nomeadamente em condições de incerteza, permitindo que as diferentes partes interessadas trabalhem em conjunto, mesmo com incerteza e informação limitada (Hage et al., 2010; Newig, 2007).

Isto é possível porque neste tipo de participação colaborativa o ênfase é dado não apenas ao produto que surge da discussão (e.g., decisão ou conjunto de recomendações), mas também ao processo que o gerou (Abelson et al., 2003). Pelo que, segundo Fearon (1998) em Abelson et al. 2003, e com base na Teoria da Democracia Deliberativa, este tipo de participação ativa potencia os benefícios associados à participação pública, criando oportunidade para (Coenen, 2009):

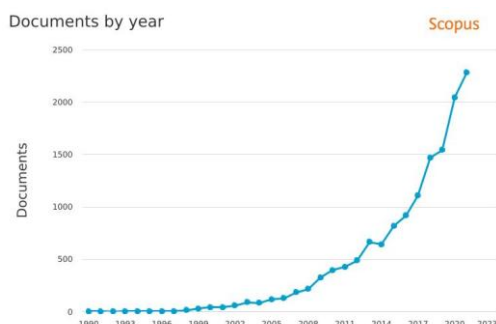
- Gerar e considerar uma gama mais ampla de opções através da incorporação de conhecimento local, que poderia não ter sido considerado de outra forma;
- Apoiar ou incentivar mais propostas de espírito público, em contraste com as que são motivadas pelo interesse próprio;
- Aumentar a legitimidade da decisão final e facilitar a implementação ou o cumprimento da decisão;
- Melhorar as qualidades morais ou intelectuais dos participantes;
- Tornar os cidadãos mais envolvidos e ativos em assuntos cívicos;
- Reforçar a crença no processo democrático;
- Aumentar o capital social da comunidade;
- Possibilitar decisões individuais e coletivas mais sólidas;
- Permitir o desenvolvimento de novas relações de trabalho e melhores níveis de confiança em vários interesses.

Estes processos são, no geral, apelidados de Laboratórios Sociais (Hassan, 2014) e têm vindo a crescer nos últimos 20 anos aplicados a um leque diversificado de situações principalmente associados a problemas complexos relacionados com questões ambientais e sustentabilidade. Com estes processos menos hierarquizados e formalizados espera-se desenvolver uma maior legitimidade e eficácia, mas também cidadãos corresponsáveis, aumentando a responsabilidade social (Aragão, 2005), posto que a participação pública está fortemente ligada à filosofia da democracia e não pode ser separada dela (Vasconcelos, 2005), a participação efetiva e expandida deve ser vista como um recurso imprescindível à governância.

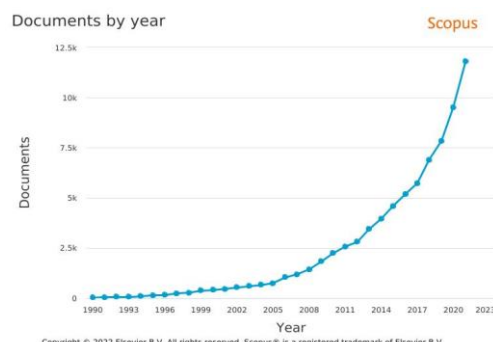
A governância apresenta-se como resposta às novas preocupações, uma solução diferente para problemas tanto especiais como atuais (Aragão, 2005), e pauta-se pelos princípios da transparência, coerência, abertura, eficácia e democracia participativa. A adoção da designação 'governância' nesta investigação em detrimento da denominação 'governança' advém do próprio conceito, que reflete a ideia de ação e envolvimento ativo, um possível caminho para a mudança de um Estado democrático para uma Sociedade democrática (Boyte (2005) em (Raposo, 2014)).

Assim, uma participação efetiva e expandida da sociedade civil deve ser vista como um recurso imprescindível à governância ambiental. Para ter sucesso, a governância ambiental, implica uma abordagem multidisciplinar e envolve articulação dos valores das diferentes partes interessadas, da identificações de interesses das mesmas, negociação de planos de gestão ambiental que incorporem esses valores e interesses e criação de regimes de governância que possibilitem a concretização desses planos (Haque, 2017).

Em suma, os processos de participação ativa começam a ser vistos como ferramentas para alcançar melhores resultados sociais, económicos e ecológicos (Mattor et al., 2020), por incluírem os diversos interesses, oportunidades de aprendizagem social, comunicação e expectativas claramente identificadas (Mattor et al., 2020). Verifica-se, assim, um aumento substancial destes processos em temáticas relacionadas com a sustentabilidade, Figura 3.2, a chamada ciência participativa da sustentabilidade (Blackstock et al., 2007). Esta perspetiva promove a cogeração de conhecimentos sobre sistemas socio-ecológicos, baseada em múltiplos entendimentos e no diálogo coletivo contínuo (Blackstock et al., 2007), transformando espaços de capacitação em espaços de transformação da sociedade (Fritz & Binder, 2018) e de apropriação de conhecimento.



"Participatory AND science AND sustainability "



"Participatory AND approach AND environment"

Figura 3.2 - Tendência de publicação na área da participação em matéria de sustentabilidade e ambiente no período de 1990 a 2021

Esta tendência crescente da utilização de abordagens participativas em matérias relacionadas com a sustentabilidade, verifica-se pela análise bibliométrica realizada na *Scopus*³ com os termos "*participatory AND science AND of AND sustainability*", abrangendo a escala temporal de 1990 a 2021 e considerando apenas a publicação de comunicações em artigos científicos. O mesmo se verifica com as palavras-chave "*participatory AND approach AND environment*".

3.4.1 Princípios de funcionamento dos Processos colaborativos

Na sua conceção, os processos colaborativos - participação ativa - abrangem um conjunto de métodos unilaterais, em que cada um dos quais inclui uma série de práticas, técnicas, procedimentos e ferramentas participativas formais e não formais (Berman, 2017). A combinação destas dimensões e destes métodos pode afetar a eficácia do processo em conjunto com uma gama de fatores externos e internos (Wine, 2017), que os podem influenciar, mas que, ao mesmo tempo os tornam únicos (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 - Fatores que podem influenciar a condução de um processo colaborativo (fonte: (Wine, 2017))

Fatores internos	Fatores externos
•Requerem a afetação de recursos (tempo e financeiros); •Abordam questões multidisciplinares complexas, mas também setoriais; •Constroem relacionamentos; •Garantem a representação dos vários partes interessadas; •Incorporam os resultados da participação no processo; •Apoiam uma colaboração contínua; •Promovem o desenvolvimento e a troca de conhecimento.	•Financiamento disponível; •Sistemas de reconhecimento e recompensa (por exemplo, análises de desempenho); •Formação adequada em metodologias colaborativas e interdisciplinar; •Prioridade institucional e serviços de apoio; •Clima político; •Estruturas sociais e culturais; •Estruturas para o envolvimento de partes interessadas.

³ www.scopus.com

Neste sentido, a participação exige atenção aos aspetos processuais, discursivos e sociotécnicos, além de sua interconexão devendo ter em conta para o cumprimento dos seus objetivos. Assim, na organização e desenho de processo participativos colaborativos, é necessário considerar que o mesmo evolui de uma fase de conceção e preparação à fase colaborativa e de avaliação (Vasconcelos,, et al., 2021). Comumente são seguidas um conjunto de orientações práticas (Rosa, 2008; Bryson et al., 2013; OECD, 2022), que podem desenvolver-se de forma autónoma mas pretende-se criar uma interdependência entre as mesmas, por forma a promover um processo dinâmico e evolutivo (Rosa, 2008; Vasconcelos, Silva, et al., 2021), nomeadamente:

a) Avaliação e adaptação do desenho do processo ao contexto e ao tema (Bryson et al., 2013):

- a.1. Identificação do âmbito:** é identificado o problema a resolver, a necessidade de processo participativo e o nível de envolvimento que se pretende (OECD, 2022);
- a.2. Enquadramento do processo participativo e objetivos:** realizar uma análise ao contexto onde se insere o processo participativo, definir os objetivos e resultados do processo de participação (Rosa, 2008; Bryson et al., 2013; OECD, 2022). Deverá ser comunicado previamente aos envolvidos, garantindo que todos estejam bem informados sobre as temáticas a serem abordadas durante o processo, bem como do seu papel no mesmo, como forma de gerir expectativas. (Potapchuk, 1991).

b) Gestão do processo participativo e atribuição de recurso:

- b.1. Seleção das partes interessadas** (Rosa, 2008; Bryson et al., 2013; OECD, 2022): é crucial para o sucesso participativo pois afeta o processo do seu envolvimento e os próprio método participativo (OECD, 2022) e trazem novas visões e estratégias (Fumega, 2013; Potapchuk, 1991). Deve-se garantir a participação de grupos representativos nas tomadas de decisão, provenientes dos vários contextos sociais, económicos, sectoriais (entre outros), que tenham interesse em participar e/ou que sejam afetados pelo projeto. É essencial envolver participantes de diferentes áreas para assegurar a inclusão e representação nos resultados do processo. Considerando que os participantes pode contribuir com uma variedade de conhecimentos que podem ser provir do senso comum, da experiência pessoal, da especialização técnica, bem como de interesses sociais, sendo todos eles fundamentais para enriquecer o processo e seus resultados (Renn et al., 1993) com:

- Informações sobre os impactes do projeto,
- Conhecimento local e experiências pessoais,
- Dados técnicos para a resolução do problema,
- Assegurar a implementação final do projeto.

- b.2. Descrição dos resultados esperados e produtos finais esperados pelo processo** (Rosa, 2008): definição dos produtos finais, tangíveis, do processo, que se traduzem num

elemento-chave para o desenvolvimento da metodologia do processo participativo, podendo constituir vários formatos como relatórios, guias, protótipos entre outros. Estes devem estar alinhados com os resultados que se espera obter com o processo, que podem ser ou não tangíveis, nomeadamente: alinhar objetivos e direções de um projeto, programa ou política; obter apoio público; obter feedback entre outros.

b.3. Planeamento da fase colaborativa (Rosa, 2008):

b.3.1. Criar regras e estruturas adequadas para orientar o processo de participação (Bryson et al., 2013), nomeadamente, avaliando-se e/ou considerando-se fatores como prazos, custos, os métodos/técnicas a utilizar para promover a interação e colaboração entre e com os participantes, os resultados das sessões colaborativas e a sua integração de forma contínua no processo.

b.3.2. Equipa de facilitação: tem o papel fundamental de conduzir as sessões colaborativas de forma independente e imparcial, garantindo igualdade de oportunidade para todos os envolvidos. Deve assegurar uma preparação cuidadosa do processo e a independência necessária para conduzir as sessões de forma equitativa, inclusiva e sem preconceitos (European Commission, 2023; Rowe & Frewer, 2000). No sentido do desenvolvimento de soluções em grupo e do consenso desde o início à conclusão do processo (Kovács et al., 2017; Rosa, 2008).

b.3.3. Envolvimento das partes interessadas no processo: assegurar estratégia de mobilização e de envolvimento desde do início do processo com partilha de informação (Bruns, 2003; Potapchuk, 1991; Luyet et al., 2012; OECD, 2021, 2022). A diversidade de participantes, traz novas visões e estratégias para o processo (Dawodu et al., 2021; Potapchuk, 1991; Rowe & Frewer, 2000).

c) Avaliação do processo participativo e comunicação dos resultados (Rosa, 2008; Bryson et al., 2013; OECD, 2022): comunicar regularmente aos participantes os resultados alcançados (intermédios e finais) e esclarecer regularmente os objetivos bem como, analisar se o processo está no sentido de desenvolver os resultados desejados do processo de participação, ajustando e redesenhando-o conforme necessário.

O processo colaborativo deve ser desenvolvido com o objetivo de promover contribuições de todos, flexível e adaptável às características de cada fase e assegurar a integração das diferentes partes interessadas, desde o início do processo. Neste sentido, nas sessões colaborativas, devem fazer por respeitar as instituições, valores e culturas das comunidades envolvidas (André et al., 2006) e incorporar valores públicos na tomada de decisão (Beierle, 1999). Informar, educar público sobre o processo decisório (Beierle, 1999; Beierle & Konisky, 2000), capacitando-os para participar desde o início do mesmo. Promover uma gestão eficaz de potenciais conflitos entre as partes interessadas através da facilitação ativa, partilha de conhecimento, promoção de dialogo genuíno (Honneth & Joas, 1991; Renn, 2006) e a procura por soluções

equitativas e de consenso (Innes, 2004) que reflitam o contributo dos envolvidos (Rosa, 2008; Woltjer, 2009).

Destaca-se, assim, a importância de desenvolver o processo colaborativo, com base nos pressupostos da Teoria do Planeamento Colaborativo - *Collaborative Planning Theory*, (Oels, 2003; Vasconcelos, Silva, et al., 2021), representados na Tabela 3.5. Esta teoria defende que uma decisão só pode ser tão legítima como o processo e que o consenso se torna possível à medida que os participantes começam a ouvir-se mutuamente e a ajustar as suas próprias opiniões e posições com base na sua aprendizagem (Oels, 2003). Tudo isto encontra a sua âncora teórica no racional da Teoria Habermas da Ação Comunicativa – (*Habermas Theory of Communicative Action*) (Honneth & Joas, 1991; Renn, 2006).

Tabela 3.5 – Adaptado de Pressupostos da Teoria do Planeamento Colaborativo (Fonte: (Oels, 2003))

Processo	Outcome /Resultados	Capacitação
• Justiça • Diversidade de partes interessadas • Diálogo construtivo • Um processo justo • Participantes especialistas nos diversos assuntos em discussão • Permitir várias formas de realizar afirmações válidas • Utilizar informações relevantes	• Um consenso seguido de ação	• Novos contactos e parcerias • Aprendizagem, nomeadamente entre os participantes • Ultrapassando preferências egoísticas em prol do bem comum • Possibilidades de inovação • Construção e geração de confiança • Reviver a democracia local • Regeneração do espírito de comunidade



De acordo com a Tabela 3.5, o produto de um processo pode, por si só, ser o processo de capacitação dos participantes que por sua vez torna possível a construção de um possível consenso. Isto contribui para a continuidade do processo e o envolvimento efetivo dos que nele participam, criando condições para a construção de capital partilhado (Innes et al., 1994), pela construção de confiança e parcerias (social) que influenciam o diálogo entre as partes, a partilha e aquisição de diferentes tipos conhecimento como base para o desenvolvimento da soluções (intelectual) e por último ultrapassar preferências egoísticas para formação de acordos que proporcionam ganhos mútuos (político). Esta capacitação ao promover a construção bem-sucedida desses três tipos de capital, contribui para aumentar a influência na decisão final e leva ao empoderamento dos participantes.

3.5 Conclusões

De um modo geral, as preocupações ambientais, para além da complexidade intrínseca, são intensamente intersectoriais, exigindo processos de resolução de problemas que permitam que sejam abertos à coordenação entre diferentes áreas políticas (van den Hove, 2000) e que gerir conflitos resultantes dos diferentes interesses dos intervenientes (partes interessadas). Uma participação ativa através do envolvimento, colaboração e empoderamento, representa uma ferramenta que aumenta a legitimidade e a qualidade dos processos de tomada de decisão, especialmente em contextos de incerteza, permitindo alargar o envolvimento das partes interessadas e que estas trabalhem em conjunto, tornando-as interventivas e promovendo a sua corresponsabilização no processo de tomada de decisão (Hage et al., 2010; Newig, 2007). Desta forma, reuniões interativas, estruturadas e facilitadas, em que a participação das partes interessadas é inclusiva, criativa e baseada no diálogo genuíno (Vasconcelos, 2007; Videira et al., 2006), são cruciais para o desenvolvimento de soluções consensuais (Coenen, 2009) em áreas complexas com vista à sustentabilidade.

Passando o âmbito deste estudo, considera-se a participação pública um campo que difere numa série de dimensões, de estruturada a não estruturada, informal a formal, passiva a ativa, individual a coletiva, pontual a contínua, não remunerada a remunerada, reativa a proactiva, impulsionando a mudança social (Sprain, 2017). Onde o processo participativo é visto principalmente como um termo abrangente que incorpora várias formas de interação e envolvimento, desde informar e ouvir através do diálogo, do debate e da análise, até à implementação de soluções acordadas em conjunto (Hügel & Davies, 2020). Tem foco na participação colaborativa onde a ênfase é dada não apenas ao produto que surge da discussão, mas também ao processo que o gerou (Abelson et al., 2003).

A AVALIAÇÃO

No presente capítulo, descreve-se o processo de investigação realizado para identificar a prática da avaliação de processos de participação pública, nomeadamente da participação ativa. Através de casos presentes na literatura, mapearam-se os processos de avaliação e estabeleceu-se um quadro conceptual apoiado nos critérios em que estes se alicerçam, identificando-se boas práticas e limitações associadas. Com o intuito de complementar e esclarecer questões emergentes na literatura, foi ainda recolhido um conjunto de testemunhos da experiência de avaliação de processos participação através de entrevistas a intervenientes-chave envolvidos nestes processos. Nesse sentido, a metodologia adotada apoiou-se em duas ferramentas principais: a) a revisão de literatura com recurso a protocolo de revisão sistemática e b) a aplicação, condução e análise de entrevistas semiestruturadas, Figura 4.1.

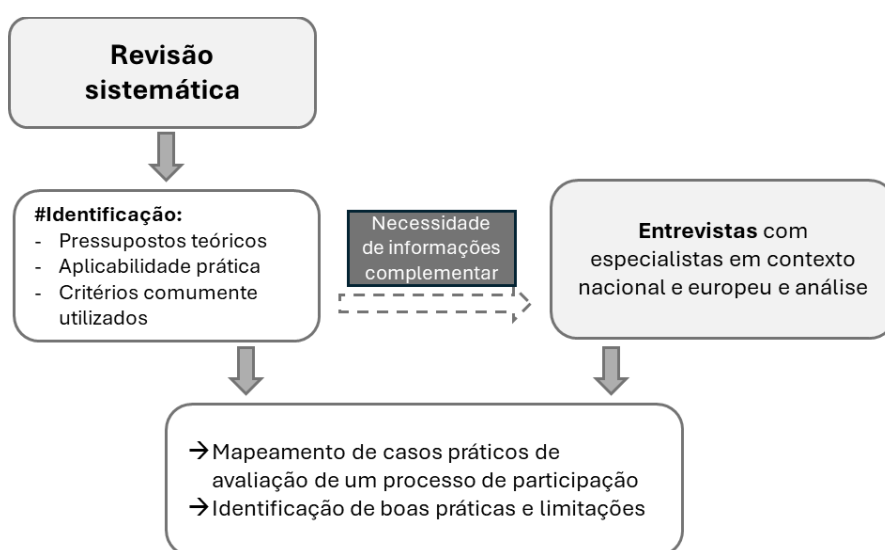


Figura 4.1 - Metodologia desenvolvida para o mapeamento da avaliação de processo de participação

4.1 Enquadramento - Importância da avaliação

A utilização de ferramentas de participação ativa em áreas interdisciplinares com as partes interessadas multissetoriais, está cada vez mais associada a um veículo para criar espaços de comunicação claros, eficientes e genuínos que apoiam a cocriação, tradução e troca de novos conhecimentos (Wine, 2017). Estes espaços de comunicação integram intervenientes com diferentes formas de pensar e perspetivas baseadas em diversas competências e conhecimentos, conduzindo a efeitos positivos duradouros, como a construção de novos capitais: social, humano e político (Hassan, 2014). Nestes processos participativos, muitas vezes referidos como, Investigação-Ação Participativa, a comunidade desempenha um papel de co investigador para identificar problemas, recolher e analisar informações e identificar potenciais soluções, criando condições para que estes espaços de participação se tornem espaços de transformação (Fritz & Binder, 2018; Purnomo et al., 2024).

Como em qualquer campo de intervenção e investigação, é importante determinar se a participação funcionou, assim como aprender com as experiências de modo a alcançar melhorias futuras e, adicionalmente, o reconhecimento da participação que por vezes é difícil de obter (Chess, 2000; Rowe & Frewer, 2004).

Apesar da controvérsia sobre o significado da participação e a sua complexidade científica tornarem a avaliação extremamente difícil (Chess, 2000), onerosa, controversa e teoricamente incerta, esta é rara (Rowe & Watermeyer, 2018), mas essencial (Chess, 2000).

O domínio da avaliação como prática sistemática e formal desenvolveu-se sobretudo na década de 1960 e profissionalizou-se na década de 1970. Inicialmente, foi dominada por abordagens quantitativas que pressupunham que poderiam fornecer conhecimentos objetivos sobre a eficiência dos programas sociais. Posteriormente, desenvolveu-se para incluir abordagens qualitativas, interpretativas e experimentais que introduziram novas metodologias (Bosson et al., 2016).

A avaliação é considerada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) como “um processo tão sistemático e objetivo quanto possível que consiste em apreciar um projeto, programa ou política, a sua conceção, execução e resultados” (OECD, 2010). Deve fornecer informações credíveis e úteis apoiadas por evidências constatadas, promovendo oportunidade de aprendizagem sobre o que está a resultar, ou não, de forma a retirar lições aprendidas e a apoiar a (re)definição de prioridades (OECD, 2010).

É um conceito com uma aplicabilidade tão geral que é fácil esquecer que, na prática, deve ser adaptada a situações específicas. Mesmo que o objetivo da avaliação de per si seja o mesmo,

os recursos necessários e as abordagens metodológicas adotadas serão diferentes (OECD, 2005). O ponto de partida de qualquer avaliação é a determinação do que avaliar e porquê avaliar, abordando quatro questões centrais: Qual o objeto e objetivo da avaliação? Quem conduz a avaliação e quem participa? Quem estabelece os critérios? Quais os métodos aplicados? (Bossen et al., 2016).

Ao ligar o conceito de avaliação e os processos de participação pública identifica-se um conjunto de dúvidas (Conrad et al., 2011). Senão vejamos: a participação em si mesmo representa um conceito complexo, com múltiplos propósitos, significados, níveis e métodos (Rowe & Frewer, 2004), pode limitar a escolha do avaliador, o âmbito e a abordagem da avaliação e, finalmente, a sua capacidade de influenciar a conceção de futuros processos de participação (Chess, 2000; Abelson & Gauvin, 2008).

A não existência nem de critérios amplamente aceites para avaliar o sucesso ou o fracasso, nem métodos de avaliação consensuais, (Conrad et al., 2011), implica o acrescento de complexidade ao processo de avaliação, podendo contribuir para que não seja amplamente realizada como prática, pelo que revisões de literatura sobre a avaliação da participação pública (Chess, 2000; Abelson & Gauvin, 2008; Morgan, 2017; Rask et al., 2018) realçam a natureza multifacetada deste campo de avaliação.

No entanto, a literatura apresenta argumentos a favor da realização de avaliações explícitas e sistemáticas à participação pública ativa. Para os seus defensores:

- A conceção de um processo de participação abrange um conjunto de métodos unilaterais, cada um dos quais inclui a combinação de uma série de práticas, técnicas, procedimentos e ferramentas participativas formais e não formais (Berman, 2017) que podem afetar a eficácia do mesmo em conjunto, com uma gama de fatores externos e internos;
- É uma forma de assegurar o uso adequado de recursos públicos ou institucionais, incluindo o tempo e o esforço dos cidadãos (Abelson & Gauvin, 2008);
- Um processo de avaliação permite o estabelecimento de critérios para monitorizar ao longo do tempo, o que é determinante para a sua aceitação (Charnley & Engelbert, 2005);
- As avaliações informais correm o risco de perder oportunidades de aprendizagem que podem ser comunicadas a outros, para além de carecerem de solidez e validade metodológica (Bossen et al., 2016);
- Questões de carácter mais intangível, como a aprendizagem mútua e a capacitação, exigem uma análise reflexiva que não surge necessariamente por si só (Bossen et al., 2016);

- Nem todas as perguntas relacionadas com o projeto podem ser respondidas no âmbito do próprio projeto. O que aconteceu aos resultados do projeto? E ao trabalho e vida das pessoas após o projeto? A aprendizagem mútua, a capacitação e a democracia tiveram um impacto temporário ou duradouro? (Bossen et al., 2016);
- Sem instrumentos de avaliação adequados é difícil garantir a integridade dos princípios e práticas de participação, avaliar os resultados, aprender com as práticas atuais e demonstrar a responsabilidade pelos investimentos (Boivin et al., 2018).

Paralelamente, é identificado um conjunto de dilemas associados com a eficácia da participação pública (Rowe & Watermeyer, 2018), a começar com os termos eficácia/sucesso/boa performance que são pouco claros devido à não existência de critérios de avaliação reconhecidos ou estabelecidos (Kubicek & Aichholzer, 2016). Algumas definições e critérios de eficácia são formulados com base em teoria, enquanto outros se baseiam em conhecimentos empíricos (Rowe & Frewer, 2004).

Os principais dilemas vão desde o tempo em que ocorre a participação, a sua relevância e representação até à avaliação e ao impacto da mesma (Rowe & Watermeyer, 2018). O dilema da avaliação encontra-se relacionado com o facto de quanto mais um exercício de participação precisa de ser avaliado, menor é a probabilidade de ser adequadamente avaliado. De acordo com Rowe e Frewer (2005), existem várias razões possíveis para que a avaliação não seja realizada, desde os custos associados até ao conhecimento de como realizar estas avaliações, não descurando a motivação para o fazer. A presença da avaliação é suscetível de ser um sinal de uma participação bem financiada e ponderada (Rowe & Watermeyer, 2018). Outro ponto está relacionado com a importância da avaliação tanto a nível instrumental como teórico / académico. A avaliação pode basear-se na demonstração de um "processo justo" e de "boas práticas" e com o objetivo de transmitir transparência relativamente ao que foi feito e aos seus efeitos (Rowe & Watermeyer, 2018). Mais, coloca pressão nos resultados tangíveis, com projetos orientados para os resultados instrumentais e produtos e menos para os processos (Musch & von Streit, 2020).

Por consequência, a maioria das avaliações concentra-se em resultados imediatos e não em resultados de longo prazo, que emergem de forma mais gradual mas, por vezes, mais duradora (Musch & von Streit, 2020). Por outro lado, pode ser racionalizada em termos menos instrumentais com base numa contribuição pedagógica para a aprendizagem formativa e como uma iteração de reflexão crítica que melhora a prática da participação (Rowe & Watermeyer, 2018). Isto leva a que existam avaliações que refletem os processos de participação sob diferentes ângulos, pelo que o consenso generalizado assenta na necessidade de avaliar separadamente

os produtos do processo em resultados e impactos/efeitos (Shirk et al., 2012). Existe a necessidade de desenvolver instrumentos para medir esses critérios com maior precisão, bem como identificar fatores contextuais e ambientais que determinam a eficácia dos diferentes métodos de participação (Rowe & Frewer, 2000, 2004; Abelson & Gauvin, 2008). Autores como Rowe & Frewer (2000) afirmam que, além de existirem limitações teóricas, este tipo de instrumentos ainda não foi suficientemente influente num sentido prático. Consequentemente, existe a necessidade de melhorar a articulação entre a investigação sobre a avaliação da participação pública e a avaliação como prática (Morgan, 2017), existindo pouco conhecimento de como esta é aplicada e como afeta os resultados da participação. Esta falta de instrumentos avançados para uma avaliação sistémica e operacional que acentua a falta da prática da avaliação (Kubicek & Aichholzer, 2016) representa uma lacuna de conhecimento dada a complexidade associada. Em suma, embora exista progressão significativa e contínua, falta ainda uma investigação sistemática nalgumas áreas, razão pela qual a avaliação dos processos de participação e os seus resultados pode ser descrita como uma área ainda em evolução (Durman, 2020).

4.2 Avaliação da participação pública - Literatura

Revelou-se necessário para a presente investigação compreender qual o estado de arte da avaliação da participação pública através da identificação de metodologias/instrumentos de avaliação, considerando a identificação não só de pressupostos teóricos, mas também de publicações que reportam a prática da avaliação, de forma a retratar a implementação de processos de avaliação da participação pública nos últimos anos.

4.2.1 Metodologia

Foi considerado que a avaliação da participação pública, com foco na participação colaborativa, beneficiaria com uma revisão de literatura sistemática, uma vez que não é consensual entre investigadores, profissionais e atores políticos o que deve ser tido em consideração na avaliação. Isto representa uma oportunidade para contribuir para a sua conceptualização holística através da síntese da literatura sobre este tema até à data. Foi, assim, conduzida a revisão de literatura com o objetivo de identificar publicações que apresentassem e discutissem referências, critérios e métricas para avaliação de contextos participativos, considerando tanto publicações que permitam a identificação de metodologias de avaliação teóricas, como também aquelas que reportavam a avaliação de estudos de caso específicos.

A revisão da literatura foi estruturada utilizando um conjunto de procedimentos (Liberati et al., 2009; Moher et al., 2009; Pullin & Stewart, 2006), como o protocolo PRISMA⁴ (Liberati et al., 2009), de forma a garantir a qualidade da recolha de dados. Este procedimento integra várias fases, incluindo:

- **Fase 1) Planeamento da pesquisa:** Definição dos critérios de pesquisa (como bases de dados, escala temporal e tipos de publicação), seleccionando termos de pesquisa apropriados e realizando a pesquisa bibliográfica;
- **Fase 2) Seleção das publicações relevantes:** Triagem e seleção das publicações através da formulação dos critérios de elegibilidade para inclusão e exclusão, bem como a condução da revisão e seleção das publicações;
- **Fase 3) Síntese qualitativa – revisão** das publicações elegíveis na fase 2, com a caracterização das mesmas.

As fases são sequenciais e culminam na criação de uma compreensiva base de dados com publicações e na sua consequente análise, que visa suportar o estabelecimento de um quadro conceptual para avaliar os processos de participação pública. As três etapas são descritas da seguinte forma.

Fase 1) Planeamento da pesquisa

A primeira fase corresponde ao planeamento da estratégia de pesquisa para a identificação de publicações relevantes, devido à natureza do tema, a estratégia de pesquisa, além do foco na literatura científica publicada, também incluiu literatura cinzenta. Assim, a estratégia de pesquisa teve por base:

- Bases de dados incluídas: *Google Scholar; Science Direct; B-On e Scopus*.
- Escala temporal das publicações: últimas três décadas, abrangendo o período 1990-2021, dada a existências de publicações muito citadas anteriores a 2010.
- Termos de Pesquisa, Tabela 4.1, onde os conceitos listados em colunas (por exemplo, *Engagement, Participation, Evaluation*) foram combinados com os conectores "AND", enquanto os itens em cada coluna (Ferramenta "tool") foram combinados com "OR".

Tabela 4.1 - Pesquisar termos Q

Engagement	Participation	Evaluation	Tool
Public Participatory Collaborative	Participation Process Project Practices Programmes	Evaluation Effectiveness Monitor Assessment Long term Impact	Methodology Design Framework Model

⁴ O protocolo PRISMA fornece orientações para a comunicação transparente de revisões sistemáticas e meta-análises de intervenções.

- Condução da pesquisa bibliográfica: Os dados em bruto foram retirados das bases de dados selecionadas, utilizando os termos Q. Este procedimento devolveu um conjunto de 358 publicações, no período de 12 de janeiro a 17 de fevereiro de 2022.

Fase 2) Seleção das publicações relevantes (com base em critérios de elegibilidade pré-definidos)

A segunda fase consistiu numa primeira triagem das publicações, para isso procedeu-se à eliminação de títulos duplicados, resultando numa amostra de 240 publicações para ser avaliada.

A) 1ª Triagem⁵: Título + Resumo (*Kappa analyse*)

De seguida, foram aplicados os critérios de elegibilidade, critérios qualitativos de avaliação, Tabela 4.2, às 240 publicações, considerando a análise do título e resumo correspondente. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram identificado um conjunto de 110 publicações que passaram à 2ª triagem através da leitura completa da publicação.

Tabela 4.2 - Critérios de elegibilidade utilizados para revisão de literatura (para filtro de título e resumo)

Critérios de elegibilidade	
Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
• Título ou Resumo menciona alguma expressão que permita medir a implementação de um processo de participação pública/participativo: menciona avaliar ou necessidade da avaliação • Considera metodologias/estudos de caso, medição de impacto do processo ou da sua implementação • Palavras como: <i>evaluation / assessment / measure / measuring AND participatory process / public participation / stakeholder involvement / stakeholder engagement</i>	• Sem referência à avaliação • Sem referência a abordagens participativas • O conceito de avaliação ou possíveis métricas de avaliação estavam ausentes. • Publicações que não existiu acesso ao texto integral • Comentários de artigos

⁵ *Screening*.

Adicionalmente, os mesmos resultados de pesquisa foram analisados usando o *software* VOSviewer⁶, resultando num mapa de rede de palavras-chave entre as publicações que identificam assuntos relacionáveis. Na criação do mapa de rede de palavras-chave com os resultados da 1ª Triagem, considerando as 110 publicações, foi utilizado como critério que existisse um mínimo de 1 ocorrência, considerando os 229 itens identificados, onde nem todos estão ligados entre si. Como resultado, foi identificado que destes 229 itens, 112 estão conectados, ou seja, o maior conjunto de itens conectados consiste em 112 itens, como mostrado Figura 4.2.

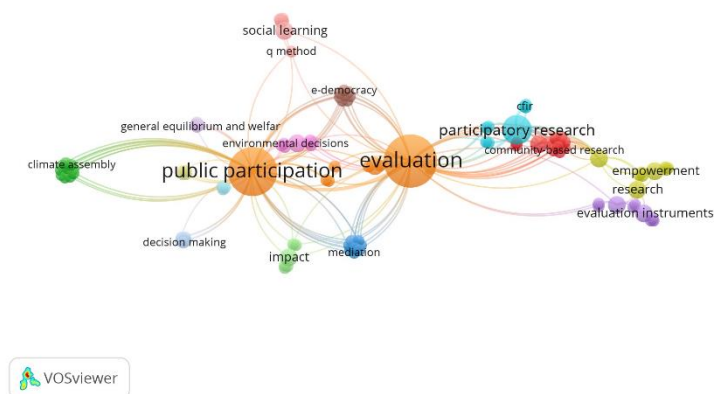


Figura 4.2 - Mapa de rede de palavras-chave VOSviewer – 1ª Triagem (Quanto maiores os círculos, maior a densidade de uma palavra-chave específica - logo maior o número de publicações em que está presente)

B) 2ª Triagem- Revisão da publicação completa (Triagem qualitativa)

Após a primeira triagem, foi realizada uma segunda triagem através da leitura do texto integral de todas as 110 publicações que preenchiam os critérios de elegibilidade. Nesta 2ª triagem, as publicações foram analisadas de acordo com seguintes critérios:

- A necessidade da avaliação em matéria de participação e envolvimento em projetos / estudos;
- A apresentação ou menção de metodologias ou dos instrumentos de avaliação/ medição de um processo com participação;
- A apresentação de algum estudo de caso onde foi avaliado, de alguma forma, um processo de participação

Nota: Foram excluídas as publicações que não se enquadravam em um ou mais destes critérios e as que abordavam a Avaliação participativa / *Participatory Evaluation* destinada a avaliar

⁶ VOSviewer é uma ferramenta *software* para construção e visualização de redes bibliométricas e pode ser usado para construir e visualizar redes de coocorrência de termos importantes extraídos da literatura científica.

projetos sem componente participativa. As publicações que mencionavam a aplicação da Avaliação participativa / *Participatory Evaluation* como ferramenta para avaliar projetos com alguma componente participativa, foram consideradas na análise.

Esta 2ª triagem resultou na identificação de 64 artigos a incluir na fase 3: Síntese qualitativa – revisão. Tal como realizado nos resultados da 1ª triagem, também as palavras-chave presentes nas 64 publicações foram analisadas com recurso ao *software* VOSviewer. A Figura 4.3 ilustra o mapa de rede das 64 publicações, considerando que foram identificados 145 itens (palavra-chave), sendo o que maior conjunto de itens ligados entre si é composto por 81 itens.

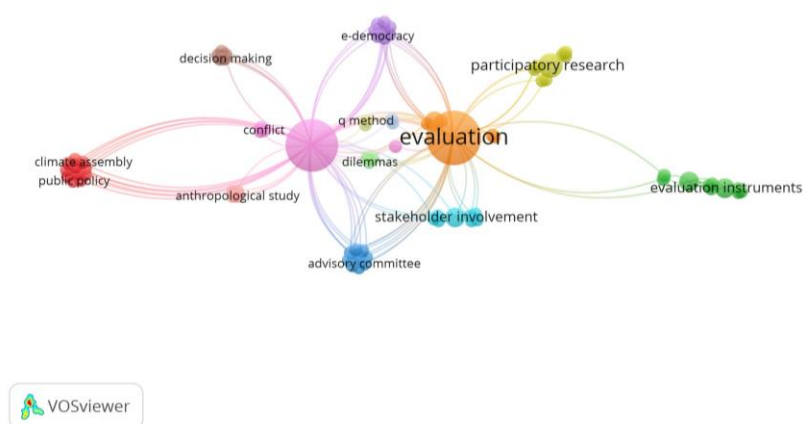


Figura 4.3 - Mapa de rede de palavras-chave VOSviewer – 2ª Triagem

De seguida, das mesmas publicações analisadas, também com recurso ao *software* VOSviewer, foi criado o mapa de rede, considerando as informações dos títulos e resumos. É possível observar que os termos que aparecem pelo menos 10 vezes, considerando o universo das 64 publicações, são "*public participation*"; "*evaluation*"; "*effectiveness*"; "*public involvement*", Figura 4.4.

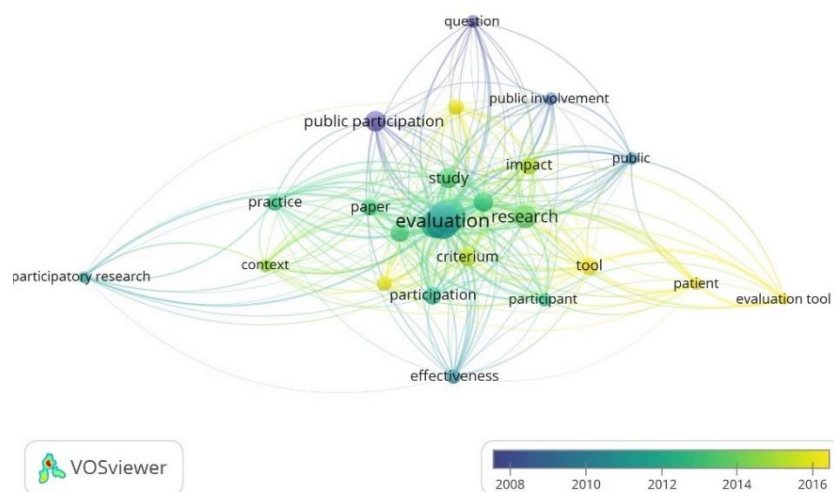


Figura 4.4 - Mapa de rede VOSviewer Título + palavras abstratas usadas mais de 10 vezes – 2ª triagem

Observou-se, também pela Figura 4.4, que os anos de publicação em que essas palavras estão mais presentes encontram-se entre 2008 e 2016. Isto está em linha com as tendências de publicação observadas nas métricas de avaliação ao longo dos anos, considerando as publicações incluídas nesta análise, Figura 4.5.

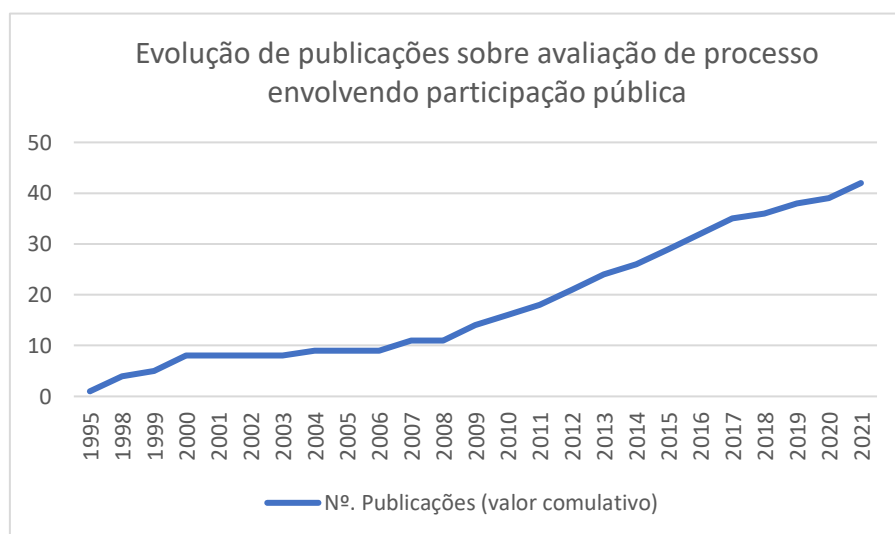


Figura 4.5 - Evolução ao longo dos anos do número de publicações que abordam como avaliar processos que envolvem a participação pública. Este gráfico inclui apenas publicações que de alguma forma apresentam métricas ou orientações (teóricas ou práticas) para a realização da avaliação

A aplicação das **Fases 1 e 2**, conforme reportado, permitiu identificar as publicações a serem analisadas detalhadamente na **Fase 3** e a ser incluídas na presente investigação, conforme resumido na Figura 4.6.

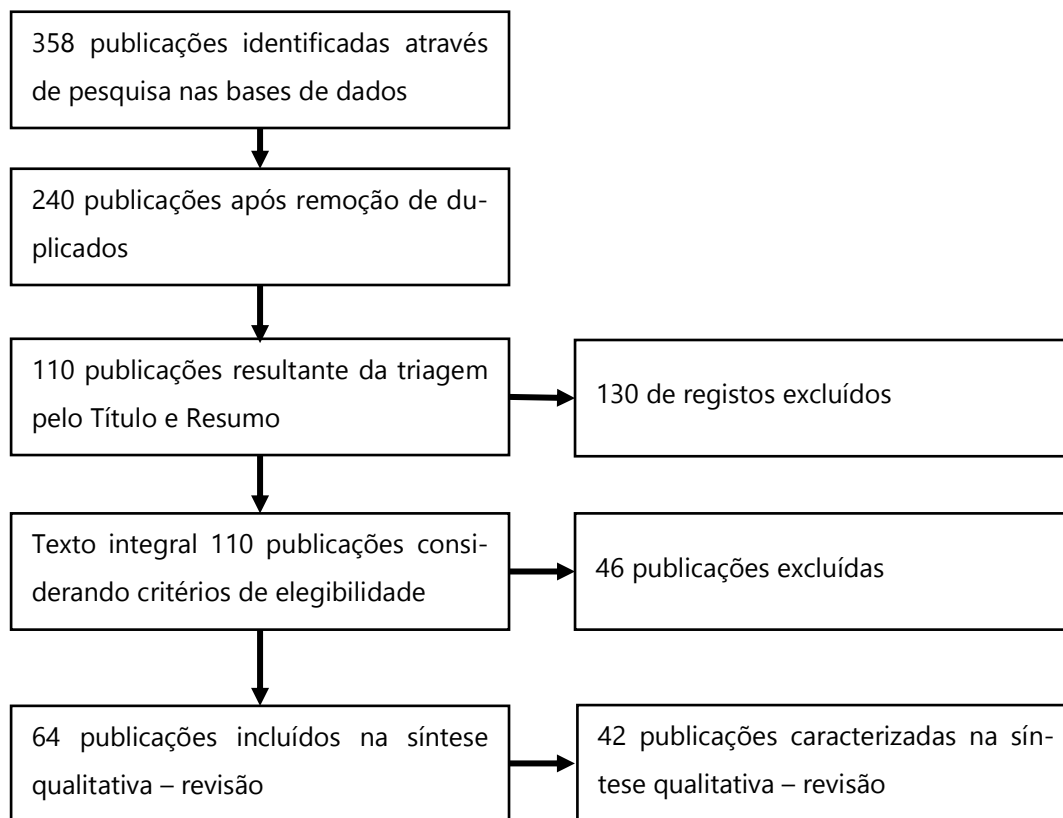


Figura 4.6 - Abordagem metodológica da revisão sistemática (adaptado de (Liberati et al., 2009)

Fase 3) Síntese qualitativa – revisão

Considerando que o objetivo da presente revisão sistemática é a identificação do estado da arte atual da avaliação da participação pública, procedeu-se à identificação de metodologias de avaliação com os respetivos critérios e métricas, incluindo conceitos teóricos e práticos. A revisão detalhada das 64 publicações dividiu-se em duas partes principais:

- Parte 1: Agrupar as publicações em 4 categorias (cada publicação pode estar em mais de uma categoria):
 - Estado da arte da avaliação da participação
 - Necessidade de avaliação
 - Metodologia e/ou quadro de avaliação
 - Estudos de caso com avaliação de processo de participação
- Parte 2: Análise detalhada dos artigos incluídos nas categorias "Metodologia e/ou quadro de avaliação" e "Estudos de caso com avaliação de processo de participação". Esta análise tem como intuito identificar e mapear as diferenças nas metodologias e ferramentas de avaliação existentes. Neste mapeamento pretende-se identificar as suas limitações e oportunidades, contribuindo para a identificação de princípios, critérios e

boas práticas na avaliação dos processos de participação pública, tanto a nível teórico como na sua aplicação prática.

Esta abordagem conceptual ajudará a estabelecer um quadro contextual para o estado da arte na avaliação dos processos de participação pública, incluindo a identificação das principais metodologias, os pressupostos teóricos e critérios mais utilizados, bem como as áreas de aplicação. Os principais resultados estão presentes na próxima secção.

4.2.2 Resultados

Ao iniciar a apresentação específica dos resultados da análise realizada, é importante enfatizar a limitação metodológica da revisão relacionada com problema concetual da terminologia desigual, que tem implicações diretas para a metodologia da pesquisa e seus resultados, considerando que a literatura emprega vários termos referentes ao mesmo fenómeno (*citizen/public participation, citizen/public involvement, citizen involvement, citizens' engagement, etc.*). Termos relacionados, mas separados, como cocriação, coprodução, colaboração e empoderamento aumentam a confusão deste termo. Além disso, os mesmos instrumentos participativos são, por vezes, rotulados de forma diferente (por exemplo, e.g. *citizens' juries, planning cells*) (Durman, 2020). A terminologia não padronizada pode acentuar problemas metodológicos e não permitir a comparabilidade de resultados.

O mesmo fenómeno ocorre quando olhamos para a avaliação: por vezes, na literatura, podemos encontrar termos relacionados com a indicação de ferramentas, metodologias, métricas, quadros de avaliação, avaliação e métodos, que são traduzidos em formas práticas ou teóricas de avaliar e propõem critérios de avaliação.

De forma a ultrapassar esta limitação de terminologia, todas as publicações que indicam a presença de estruturas, métodos, ferramentas, metodologias e instrumentos de avaliação são colocadas na categoria " Metodologia e/ou quadro de avaliação". Como resultado desta categorização, mais de 70% das publicações apresenta algum tipo de enquadramento para avaliar um processo de participação pública, Figura 4.7 e Figura 4.8.

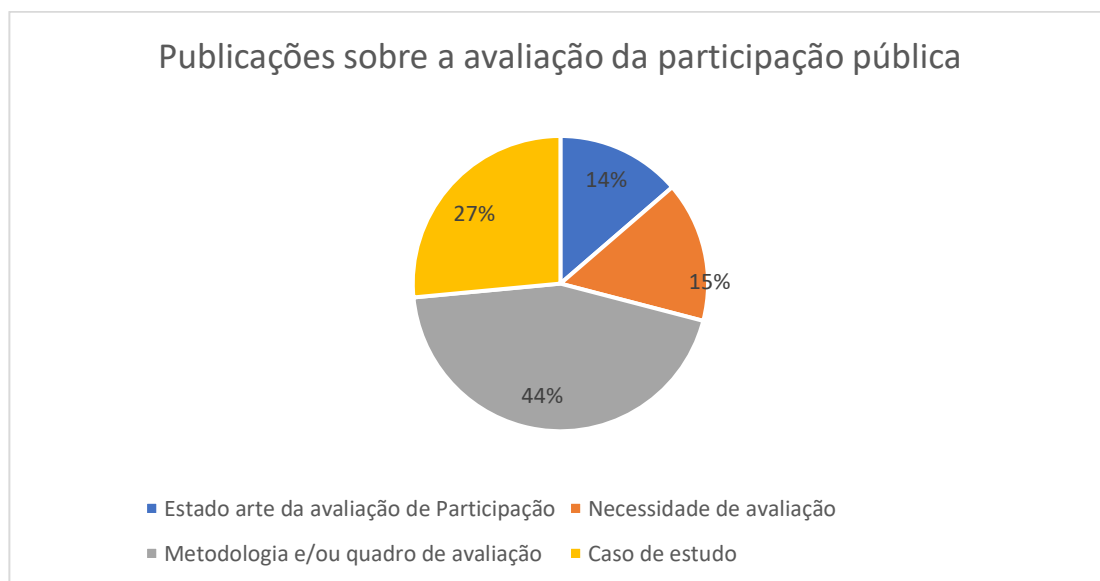


Figura 4.7 - Distribuição das publicações pelas 4 categorias em análise (cada publicação pode estar em mais do que uma categoria)

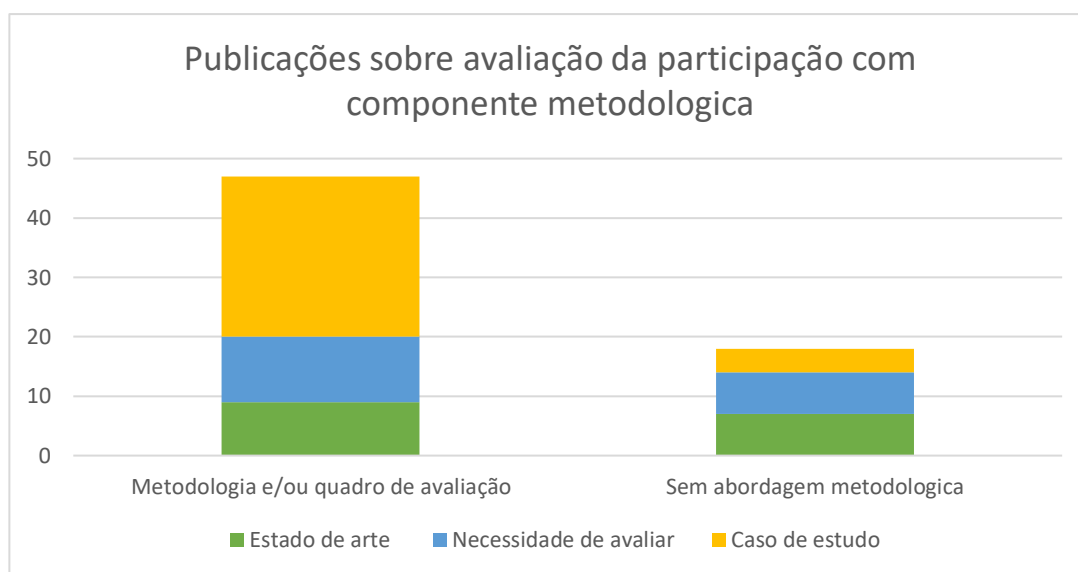


Figura 4.8 - Número acumulado de publicações que apresentam algum tipo de enquadramento metodológico para avaliar um processo de participação e as que apenas abordam o tema

A Figura 4.7 apresenta a distribuição das publicações, salientado que a maioria refere metodologias e/ou quadros de avaliação (44%) e que cerca de 25% das publicações relatam estudos de caso da avaliação de um processo participativo. A Figura 4.8 reforça esta ideia, ilustrando que a maioria das publicações que apresenta metodologias de avaliação reporta Estudos de Caso. As publicações presentes na barra "metodologia e/ou quadro de avaliação" foram analisadas para a identificação das principais metodologias, identificando os pressupostos teóricos

e critérios comumente utilizados. Foram ainda identificadas as áreas de aplicação e os principais autores citados, conforme ilustrado na Figura 4.9.

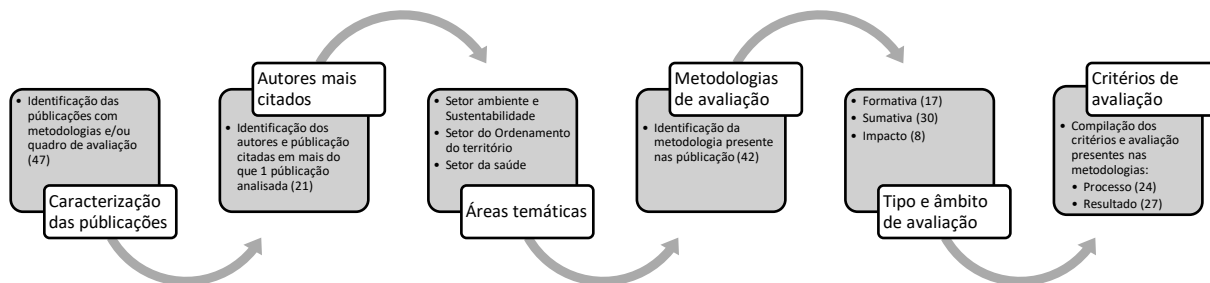


Figura 4.9 - Esquema ilustrativo do processo de análise dos resultados da revisão sistemática

O processo de análise dos resultados permitiu identificar os autores mais citados, ou seja, aqueles com mais publicações em comum, como sucede com os trabalhos realizados por: In-nes et al., 1994; Webler et al., 1995; Petts & Leach, 2000; Beierle & Konisky, 2000; Rowe & Frewer, 2000; Webler & Tuler, 2000; Halvorsen, 2001; Beierle, 2002; Abelson et al., 2003; Rowe & Frewer, 2004; OECD, 2005; Renn, 2006; Abelson & Gauvin, 2008; Laurian & Shaw, 2009; Stephens & Berner, 2011; Hassenforder et al., 2015; Kamal Uddin & Bhuiyan Monwar Alam, 2021.

As principais áreas de intervenção dos estudos de caso estão relacionadas com os seguintes temas:

- **Ambiente e sustentabilidade:** Gestão da água (Falconi & Palmer, 2017); tomada de decisões em matéria de ambiente (Carnes et al., 1998; Chompunth & Chomphan, 2012; Trimble & Lázaro, 2014); desenvolvimento comunitário e gestão ambiental (Trimble & Lázaro, 2014); literacia ambiental (Jordan et al., 2012; Singletary & Sterle, 2020); políticas e programas relacionados com a gestão dos recursos naturais (Hassenforder et al., 2016; Kovács et al., 2017).
- **Ordenamento do território:** Ordenamento do território (Brown & Chin, 2013), incluindo áreas como: turismo (Chiodo et al., 2019; Jamal & McDonald, 2011); planeamento do sistema de transportes/mobilidade (Griffin et al., 2018); caminhos para alcançar a sustentabilidade urbana (Dawodu et al., 2021).
- **Setor da saúde:** A participação do público é fundamental para as políticas de saúde e de investigação social (Barber et al., 2011); envolvimento do paciente e do público (EPI) na investigação na área da saúde (L'Espérance et al., 2021); intervenções (Dugan et al., 2016).

A partir da sua análise foi possível identificar 42 metodologias de avaliação de processos que envolvem a componente da participação, com diferentes tipos de avaliação, reportando-se 30 metodologias associadas a uma avaliação sumativa (55%), 17 associadas a uma avaliação formativa (30%) e 8 que mencionam também a avaliação de impacto (15%). É importante notar que uma metodologia pode ser usada para realizar mais de um tipo de avaliação (formativa, sumativa, de impacto):

- **Avaliação sumativa** - Avaliação para apreciação no final do projeto - *ex post*, com o objetivo de medir a sua eficácia global e determinar se atingiu as suas metas e objetivos (Chess, 2000; Phillips et al., 2014; Hassenforder et al., 2016; Singletary & Sterle, 2020);
- **Avaliação formativa** - Avaliação para a melhoria contínua, uma vez que deve ser conduzida enquanto o processo está em curso para promover possíveis melhorias e avaliar as perceções das partes interessadas sobre a eficácia dos processos em avaliação (Bryson et al., 2013; Chess, 2000; Danielson et al., 2009; Singletary & Sterle, 2020, 2020; Trimble & Lázaro, 2014);
- **Avaliação de impacto** - Na avaliação de impacto, a longo prazo, consideram-se os resultados que emergem de forma lenta, alguns meses ou anos após a conclusão do processo. Por outro lado, pode estar relacionado com a prestação de contas, pois a avaliação de impacto centra-se nos resultados a longo prazo dos programas e tem potencial para fundamentar as principais decisões políticas e acompanhar a aprendizagem social (Chess, 2000; Shirk et al., 2012; Phillips et al., 2014; Hassenforder et al., 2016).

A avaliação, pode ser realizada por avaliadores externos, pelos próprios participantes ou pela equipa envolvida no processo. A recolha de informação base é geralmente realizada através de análise documental, entrevistas, inquéritos, atas, notas de campo e observação.

A maioria das metodologias identificadas inclui métodos de avaliação quantitativos e qualitativos, com preferência pelo segundo tipo de avaliação (qualitativa), Tabela 4.3, e dividem o âmbito da avaliação em duas componentes:

- 1) Processo: Explora como as atividades de participação pública ocorrem, em vez dos resultados, quão significativa é a contribuição da participação (Avaliação de Processos) (Chess, 2000; Brown & Chin, 2013)
- 2) Resultados: Avalia os resultados do processo participativo (Avaliação de Resultados) (Chess, 2000) que são os benefícios incrementais da participação, muitas vezes não planeados e que podem construir confiança, comunicação, redes, acordos, capacidade institucional e outros resultados intangíveis (Falconi & Palmer, 2017).

Tabela 4.3 - Número de metodologias para cada uma das componentes analisadas (Processo e Resultado) e o método de avaliação aplicado.

Nº metodologias							
Âmbito da avaliação				Método de avaliação			
Processo	Resultado	Processo & Resultado	N.A	Ambos	Qualitativa	Quantitativo	N.A
8	12	17	5	21	17	2	2

Todas as 42 metodologias identificadas foram analisadas e caracterizadas, conforme discriminado no subcapítulo 4.4.

A título de exemplo, algumas das metodologias identificadas encontram-se elencadas de seguida:

- Atributos para avaliar o sucesso da Participativo através do **Modelo objetos de fronteira** (Falconi & Palmer, 2017), estabelecendo **limites, considerando** o contexto social, político, ambiental e institucional, selecionando critérios, métodos e fontes de dados adequados (Blackstock et al., 2007).
- **Índice de compromisso**, incluído na avaliação sumativa **variáveis de processo e de resultado baseadas na teoria** de processo participativo num bairro considerando o ponto de vista dos participantes (Brown & Chin, 2013).
- Utilização **Método Q** para a avaliação formativa dos processos de participação pública (Brown & Chin, 2013; Danielson et al., 2009).
- **Recurso aos Múltiplos Propósitos da Participação Pública**, com as considerações associadas ao design e critérios de avaliação de resultados (Bryson et al., 2013).
- **Escala de Qualidade Percebida do Processo Deliberativo (DPPQS)** – Os participantes avaliam a qualidade do processo participativo utilizando uma escala de 7 pontos num conjunto de 11 itens, considerando a dimensão diálogo (com 6 critérios de avaliação: Respeito; Confiança; Discordância; Igualdade; Bem Comum; Reciprocidade) e a dimensão conhecimento/compreensão (com 4 critérios: Aprendizagem Coletiva; Reflexividade; Compreensão; Argumentação; Tópico) (Mannarini & Talò, 2013).
- **Escala de Avaliação de Resultados (ORS)** – Incluindo um conjunto de 4 itens para medir os resultados percebidos alcançados através da discussão. Para cada item existe um critério de avaliação selecionado (Discurso; Redes; Influência; Realização). Os itens foram medidos de acordo com uma escala de concordância de sete pontos (de 1 = discordo totalmente a 7 = concordo totalmente) (Mannarini & Talò, 2013).
- **Lista de verificação de processos e resultados**: Conjunto de 17 critérios: 12 critérios de processo e 5 critérios de resultado a serem avaliados por uma escala de 3 pontos para

a maioria dos critérios, e uma escala de 2 pontos para os critérios em que a escala de 3 pontos não tem significado (Kovács et al., 2017).

- **Qualidade dos objetivos como critérios de avaliação.** Consideram-se avaliação de boa qualidade recorrente a critérios **SMART**. - acrônimo popular usado nas áreas da gestão); (Witteveen et al., 2009).
- **Identificação de 8 melhores práticas para avaliar os esforços de participação pública** (Griffin et al., 2018).
- **Duas categorias de critérios de avaliação:** os critérios de «aceitação», que estão relacionados com a aceitação pública do procedimento, e os critérios de «processo», que estão relacionados com a implementação e a eficácia do procedimento (Rowe & Frewer, 2000).
- **Medição qualitativa do processo colaborativo com base na definição de "impacto coletivo".** Lista de variáveis que identificam processos colaborativos e métodos de cálculo, classificados de 0 a 1, considerando: 1) nível de integração: Integração dos recursos e Compromisso do ator; 2) a nível de coordenação: 3) Nível de ligação em rede entre atores locais. Esta abordagem, permite a representação num plano cartesiano e a comparação de múltiplos estudos de caso (Chiodo et al., 2019).
- **Avaliação dos resultados de aprendizagem da ciência cidadã** (Jordan et al., 2012).
- **Avaliação do Programa (PERS)**, um instrumento empírico baseado na experiência que foi construído e validado com base em métodos de avaliação menos estruturados e observações de um programa (Dugan et al., 2016).
- **Avaliação da Participação Pública através de objetivos sociais:** Seis objetivos "sociais" constituem a base do quadro avaliativo (Beierle, 1998), eles são: Educar e informar o público; Incorporar valores públicos na tomada de decisões; Melhorar a qualidade substantiva das decisões; Aumentar a confiança nas instituições; reduzir os conflitos entre as partes interessadas; Alcançar uma boa relação custo-eficácia.
- **Equidade, competência e aprendizagem social** - fornecem uma base sólida para avaliar os processos de participação pública (Webler et al., 1995).
- **Comparação de Processos Participativos (COPP)**- Quadro desenvolvido para a descrição e análise comparativa de processos participativos: contexto, atributos do processo e produtos, resultados e impactos. A estrutura COPP visa ser usada em processos participativos caracterizados por diversos contextos, com o objetivo de monitorização e avaliação (Hassenforder et al., 2015). Novo quadro **para monitorizar e avaliar** que como resultado final será cruzar o quadro com base em três agregados principais: contexto, processo e realizações, resultados e impactos (Hassenforder et al., 2016).

- **Avaliação Participativa (PE)** de um projeto de Investigação-Ação Participativa (PAR). O modelo de avaliação participativa de Burke (1998) é usado como um quadro para orientar a discussão: (a) decidir fazê-lo; b) Montagem da equipa; c) Elaboração de um plano; d) Recolha de dados; e) Sintetizar, analisar e verificar os dados; f) Elaborar planos de ação para o futuro; e (g) controlar e utilizar os resultados e relatórios (Chen et al., 2007).
- **Orientações para a conceção de processos efetivos de participação pública:** Avaliar como o processo de participação pública **incorporar** conhecimento local no planeamento dos resultados. A Ferramenta de Avaliação sugere dezenas de parâmetros segundo os quais qualquer projeto de participação pública pode e deve ser ajustado/calibrado. (Berman, 2017).
- **Avaliação de processo com base em valores de participação:** Pontuação na medida em que os valores fundamentais da participação pública definidos pela Associação Internacional para a Participação Pública se refletem na prática. Pontuações atribuída numa escala de 1 a 10, sendo 1 a mais baixa e 10 a mais elevada (Conrad et al., 2011).

4.2.2.1 Critérios de avaliação

Analisando as diferentes metodologias elencadas foi possível extrair vários critérios⁷ que diferentes autores consideram adequadas para avaliar o "Processo" e para avaliar o "Resultado", por sua vez, estes critérios foram agrupados e categorizados, resultando num conjunto de 12 categorias, com 24 critérios de avaliação da componente Processo (Tabela 4.4).

Tabela 4.4 - Diferentes critérios encontrados na literatura para avaliação do componente "Processo"

Categoria	Critérios	Descrição	Fonte
Comunicação	Liderança	Liderança interna e/ou um elemento externo	(Blackstock et al., 2007)
Comunicação	Comunicação	A qualidade e o fluxo de informação devem assegurar uma comunicação bidirecional eficaz com os participantes	(Blackstock et al., 2007; Chompunth & Chomphan, 2012)
Comunicação	Igualdade de oportunidades para o diálogo	Todos têm a oportunidade de expressar o que pensam e de se fazerem ouvir	(Lauber, 1999; Mannarini & Talò, 2013)
Comunicação	Diálogo e respeito	Todas as ideias são valorizadas. Uma ampla participação garante que todas as perspetivas sejam ouvidas, respeitadas e consideradas	(Lauber, 1999; Laurian & Shaw, 2009; Mannarini & Talò, 2013)
Resolução de conflitos	Resolução de conflitos	Através da tomada de decisões e deliberações coletivas, o grupo chega a acordo sobre pontos-chave, apesar dos diferentes graus de conflito e opiniões divergentes	(Blackstock et al., 2007; Brown & Chin, 2013; Mannarini & Talò, 2013; Trimble & Lázaro, 2014)

⁷ Normas, regras pelas quais um resultado, processo ou projeto pode ser avaliado (Project Management Institute, 2013)

Categoria	Crerios	Descrio	Fonte
Influ	Influ	Os participantes tm oportunidade e a capacidade de influenciar o processo, e recebem <i>feedback</i> sobre como as suas contribuies s3o utilizadas e integradas nos resultados, garantindo um impacto real	(Lauber, 1999; Rowe & Frewer, 2000; Blackstock et al., 2007; Loukis et al., 2010; Dawodu et al., 2021)
Inclusividade	Equidade e partilha de poder	Regras justas, tomada de deciso partilhada, aus	(Lauber, 1999; Laurian & Shaw, 2009)
Definio de tarefas	Clareza e definio de objetivos	Os objetivos do processo s3o bem definidos e claros para os participantes.	(Chompunth & Chomphan, 2012; Kov3cs et al., 2017; Loukis et al., 2010)
Definio de tarefas	Funoes e responsabilidades	A natureza e o 3mbito da tarefa de participao est3o claramente definidos	(Chompunth & Chomphan, 2012; Dawodu et al., 2021; Loukis et al., 2010)
Representatividade	Representatividade dos participantes	Envolver grupos de partes interessadas e garantir que os participantes representem uma ampla seao transversal da populao afetada	(Lauber, 1999; Rowe & Frewer, 2000; Laurian & Shaw, 2009; Brown & Chin, 2013; Trimble & L3zaro, 2014; Dawodu et al., 2021)
Envolvimento	Envolvimento das partes interessadas desde o in3cio do processo	Envolver as partes interessadas, o mais cedo poss3vel para garantir que percebam alternativas reais quando os juzos de valor se tornarem relevantes	(Rowe & Frewer, 2000; Chompunth & Chomphan, 2012; Brown & Chin, 2013; Trimble & L3zaro, 2014; Kov3cs et al., 2017)
Facilitador	Qualidade da facilitao	A qualidade da facilitao das sess3es deve ser elevada, com um facilitador(a) experiente a garantir a igualdade de oportunidades para todas as partes interessadas e uma preparao minuciosa do processo	(Kov3cs et al., 2017; Loukis et al., 2010; Trimble & L3zaro, 2014)
Imparcialidade do facilitador/moderador	Independ	A equipa de facilitadores opera de forma independente de todas as partes interessadas, garantindo que o processo de participao 3 conduzido de forma imparcial e sem preconceitos	(Lauber, 1999; Rowe & Frewer, 2000; Kov3cs et al., 2017; Dawodu et al., 2021)
Acesso a m3todos/ferramentas de participao adequados	Adequao da Participao na conceao do Projeto	O exerc3cio de participao deve utilizar mecanismos eficazes para estruturar e apresentar o processo de tomada de deciso, recorrendo a diversos m3todos e ferramentas para envolver as partes interessadas e apoiar a formao de opiniao	(Rowe & Frewer, 2000; Loukis et al., 2010; Chompunth & Chomphan, 2012; Trimble & L3zaro, 2014; Kov3cs et al., 2017; Dawodu et al., 2021)
Acesso a m3todos/ferramentas de participao adequados	Multiplicidade de canais para <i>feedback</i> e envolvimento dos participantes	Uso de diferentes canais de comunicao, como entrevistas, f3runs, cartas, e-mails e blogs para envolver as partes interessadas e recolher os seus coment3rios de forma a potenciar um alcance efetivo de potenciais participantes usando diversos m3todos de envolvimento	(Kov3cs et al., 2017; Loukis et al., 2010; Quesada-Silva et al., 2019)
Transpar	Transpar	O processo 3 transparente, permitindo que todas as partes interessadas entendam e acompanhem como as decises s3o tomadas	(Rowe & Frewer, 2000; Laurian & Shaw, 2009; Loukis et al., 2010; Chompunth & Chomphan, 2012; Brown & Chin, 2013; Kov3cs et al., 2017; Dawodu et al., 2021)
Transpar	Comunicao dos resultados	Publicao dos resultados e conclus3es da an3lise das contribuies das partes interessadas	(Loukis et al., 2010)
Conhecimento	T3pico	Os discursos dos participantes foram mantidos no assunto em quest3o	(Mannarini & Tal3, 2013)

Categoria	Crerios	Descrio	Fonte
Conhecimento	Expanso de Perspetiva - Propostas e soluoes	Os participantes propuseram soluoes benficas, inovadoras e criativas e consideraram novas perspectivas sobre o assunto ao longo do processo	(Kovacs et al., 2017; Mannarini & Tal, 2013)
Conhecimento	Compreenso e Conscincia	Os participantes procuraram obter esclarecimentos sobre pontos de vista e foram informados sobre questoes, interesses e processos de tomada de deciso. Com um raciocnio minucioso de diferentes posies, o seu conhecimento do problema foi melhorado	(Brown & Chin, 2013; Chompunth & Chomphan, 2012; Laurian & Shaw, 2009; Mannarini & Tal, 2013)
Acessibilidade dos recursos	Recursos essenciais para os participantes	Os participantes devem ter acesso aos recursos necessrios, incluindo conhecimentos cientficos e competncias especializadas, para desempenharem eficazmente o seu papel	(Rowe & Frewer, 2000; Loukis et al., 2010; Trimble & Lzaro, 2014; Kovacs et al., 2017; Dawodu et al., 2021)
Acessibilidade dos recursos	Acessibilidade e logstica das sessoes	As sessoes srio realizadas em horrios e locais convenientes, com um ambiente confortvel	(Kovacs et al., 2017)
Acessibilidade dos recursos	Adequao dos recursos	Os recursos (humanos, tcnicos, financeiros) srio adequados, com tempo e recursos suficientes atribuidos para garantir uma boa relao custo-eficcia e uma boa relao custo-beneficio. Estrio tambm incluindo recursos de facilitao	(Lauber, 1999; Rowe & Frewer, 2000; Loukis et al., 2010; Brown & Chin, 2013; Trimble & Lzaro, 2014; Kovacs et al., 2017; Quesada-Silva et al., 2019; Dawodu et al., 2021)
Acessibilidade dos recursos	Adequao do tempo	Est assegurado o tempo necessrio para concluir efetivamente o processo	(Loukis, Xenakis, e Charalabidis 2010; Kovacs et al., 2017)

Para a avaliao da componente de resultados do processo de participao, Tabela 4.5, foram identificadas 15 categorias com 27 crerios. Est importante notar que, em alguns casos, o mesmo crerio pode ser utilizado para medir o processo e o resultado, dependendo do propoito, foco e, especialmente, do momento da avaliao (Blackstock et al., 2007).

Tabela 4.5 - Diferentes crerios encontrados na literatura para avaliar a componente "Resultado"

Categoria	Crerios	Descrio	Fonte
Realizao dos objetivos	Realizao dos objetivos	O processo participativo produz propostas que efetivamente abordam a questo e atendem aos objetivos individuais e de grupo	(Mannarini & Tal, 2013; Trimble & Lzaro, 2014)
Transparncia	Transparncia e confiana	A confiana est garantida tornando a tomada de decises clara para os participantes, que entendem como as decises srio tomadas, e auditvel para os observadores, impactando a transparncia e a confiana percebidas	(Blackstock et al., 2007; Bryson et al., 2013; Chompunth & Chomphan, 2012; Loukis et al., 2010)
Impacto na tomada de deciso	Impacto na tomada de deciso	A deciso integra uma ampla base de conhecimentos e contributos pblicos. As alteraes sugeridas estrio includas no plano (submetidas para aprovao)	(Chompunth & Chomphan, 2012; Laurian & Shaw, 2009; Stephens & Berner, 2011)
Impacto na tomada de deciso	Definio de problemas e desenvolvimento de soluoes	O processo gera informaes, conhecimentos e pontos de vista teis sobre o tema, conduzindo a novas definies do problema e potenciais soluoes inovadoras atravs de contribuies informadas	(Loukis, Xenakis, e Charalabidis 2010; Bryson et al., 2013; Kovacs et al., 2017)
Impacto na tomada de deciso	Qualidade da deciso	As decises srio validadas por especialistas com base em crerios especificos do contexto, como eficincia, segurana e viabilidade	(Bryson et al., 2013; Stephens & Berner, 2011)

Categoria	Crerios	Descrião	Fonte
Impacto na tomada de deciso	Influência do participante	A diversidade de contribuies e o nvel de interao entre os participantes so assegurados	(Loukis et al., 2010)
Implementao da soluo	Implementao de solues	Os resultados do processo so implementados conforme planejou e atendem aos padres exigidos	(Laurian e Shaw 2009; Mannarini e Talò 2013; von Thiele Schwarz, Lundmark, e Hasson 2016; Kovács et al., 2017)
Implementao da soluo	Recursos disponveis para implementao	Disponibilidade e perceo dos recursos necessrios, incluindo tempo, espao, ferramentas e outros para implementar efetivamente solues, decises ou alteraes em novas estruturas	(Laurian e Shaw 2009; Bryson et al., 2013; von Thiele Schwarz, Lundmark, e Hasson 2016)
Resoluo de conflitos	Presena/ausncia e grau de conflito.	O processo gere conflitos de forma eficaz, com poucos problemas de interpretaes erradas ou mudanas imprevistas em valores, relacionamentos ou informaes	(Laurian e Shaw 2009; Loukis, Xenakis, e Charalabidis 2010; Stephens e Berner 2011; Chompunth e Chomphan 2012; Bryson et al., 2013; Trimble e Lázaro 2014; Kovács et al., 2017)
Resoluo de conflitos	Gerir a incerteza	Sustentar estruturas de aprendizagem e negociao contnuas, utilizar critrios de tomada de deciso acordados e criar resiliência para gerir a incerteza e a resoluo contnua de problemas	(Bryson et al., 2013; von Thiele Schwarz et al., 2016)
Suporte para deciso	Justia	Alcanar um elevado nvel de acordo sobre a equidade do processo de tomada de deciso para gerar apoio s decises e à sua implementao	(Bryson et al., 2013)
Suporte para deciso	Legitimidade do processo	Satisfao dos participantes com o processo e perceo da legitimidade do processo entre os detentores de interesse	(Blackstock et al., 2007; Laurian & Shaw, 2009; Loukis et al., 2010; Stephens & Berner, 2011; Trimble & Lázaro, 2014)
Suporte para deciso	Aceitabilidade	O nvel de concordncia ou consenso sobre os resultados da deciso, atitudes em relao à interveno e satisfao. Considerar o impacto na aceitao, aplicabilidade e qualquer oposio ou apoio durante a implementao	(Laurian & Shaw, 2009; Loukis et al., 2010; Stephens & Berner, 2011; von Thiele Schwarz et al., 2016)
Representatividade das partes interessadas	Inclusividade de participao	Grau de participao de todas as partes afetadas, com um envolvimento sustentado e diversificado adaptando-se às circunstâncias em mudana, e um amplo alcance para a populao-alvo	(Bryson et al., 2013; Loukis et al., 2010)
Aprendizagem Social	Alteraes nos pressupostos e no comportamento dos participantes	Mudanas nos pressupostos, valores e comportamentos individuais ou coletivos resultantes da colaborao, que influenciam a cultura e as normas coletivas, levando a novos conhecimentos sobre o tema discutido	(Blackstock, Kelly, e Horsey 2007; Bryson et al., 2013; Mannarini e Talò 2013)
Conhecimento	Aprendizagem e partilha de conhecimentos	Os participantes adquirem uma compreenso mais profunda das questes, melhoram a sua capacidade de expressar interesses e apreciam diferentes perspectivas atravs da partilha de conhecimentos mtuos	(Blackstock, Kelly, e Horsey 2007; Stephens e Berner 2011; Jordânia, Ballard, e Phillips 2012; Bryson et al., 2013; Trimble e Lázaro 2014; von Thiele Schwarz, Lundmark, e Hasson 2016; Kovács et al., 2017)
Conhecimento	Conhecimento emergente	Influência do conhecimento local no resultado do processo	(Blackstock et al., 2007)
conhecimento	Coproduo de conhecimento	Melhor alinhamento das expectativas e aes dos participantes com os objetivos coletivos. Avaliar se o grupo gerou novas abordagens ou	(Bryson et al. 2013; Trimble e Lázaro 2014; Phillips et al., 2014)

Categoria	Crítérios	Descrição	Fonte
		conhecimentos e se os conhecimentos científicos e locais são coproduzidos e integrados no processo	
Conhecimento e reforço das capacidades	Reforço das capacidades, competências	Construir relacionamentos e habilidades para permitir que os participantes se envolvam em processos futuros. Desenvolver conhecimentos e competências para implementar a mudança e trabalhar dentro de novas estruturas, garantindo uma capacidade coletiva sustentada para abordar novos problemas e gerir atividades em curso	(Blackstock, Kelly, e Horsey 2007; Bryson et al., 2013; von Thiele Schwarz, Lundmark, e Hasson 2016)
Redes	Redes sociais reforçadas	Novas relações e parcerias são formadas durante o processo participativo. Refletir sobre como as relações com outros membros mudaram e avaliar a criação de novas estruturas (parcerias) para apoiar a participação contínua	(Bryson et al., 2013; Mannarini & Talò, 2013)
Envolvimento Cívico e Capacidade de orientar/administrar/tomar conta ⁸	Empoderamento - efeitos sobre a cidadania	Mudanças no comportamento da participação, incluindo maior capacidade de orientar, novas formas de participação e ação comunitária. Efeitos positivos na cidadania, tais como uma melhor compreensão dos processos democráticos, um maior empenhamento e um maior sentido de eficácia na influência da tomada de decisões)	(Bryson et al. 2013; Phillips et al., 2014)
Informar o público	Comunicação ao público	Comunicação clara como a participação influencia os resultados com o público-alvo e o público em geral	(Bryson et al., 2013; Laurian & Shaw, 2009)
Informar o público	Formação	Maior sensibilização do público para estes temas	(Bryson et al., 2013; Stephens & Berner, 2011)
Impacto da participação	Impactos esperados	Identificação dos impactos previstos do processo participativo, incluindo quais os indivíduos ou grupos afetados e os impactos específicos esperados	(Chompunth & Chomphan, 2012; Loukis et al., 2010; Trimble & Lázaro, 2014)
Participação	Participação-frequência	Tempo despendido em atividades de intervenção e grau de envolvimento dos participantes	(von Thiele Schwarz et al., 2016)
Participação	Indicador de custos	Eficiência, Redução de Custos e Custo Eficiente de Comunicação e Divulgação	(Bryson et al., 2013; Stephens & Berner, 2011)

Pela análise realizada, foi possível extrair os principais critérios associados à "Avaliação da componente Processos" e aqueles associados à "Avaliação da componente Resultados". Como mencionado anteriormente e demonstrado em Tabela 4.4 e Tabela 4.5, pode notar-se que existem critérios comuns a ambos os âmbitos de avaliação. Da análise foi possível identificar os principais critérios de avaliação presentes na literatura, encontrou-se, porém, alguns contrangimentos na compreensão de quais os dados que permitam avaliar os diferentes critérios. Os métodos de recolha da informação/dados (v.g. questionário, quais as perguntas a colocar, análise documental, ...) que permitem analisar alguns dos critérios não apresentam uma padronização presumida. Verificou-se que, por vezes, para o mesmo critério, esta informação

⁸ *Stewardship*.

base poderia ser recolhida com recurso a diferentes métodos quantitativos e/ou qualitativos, consoante a publicação analisada.

Pela análise individual dos critérios associados à "Avaliação da componente Processos", verifica-se que são mais intuitivos para a recolha de informação e menos subjetivos do que os critérios associados à "Avaliação da componente Resultados", dada a sua complexidade de medição. Destaca-se, também, que os vários critérios se encontram associados aos pressupostos da Teoria do Planeamento Colaborativo (Oels, 2003).

Em termos de conceção dos processos de participação ativa, a Teoria do Planeamento Colaborativo afirma que é necessário garantir o seguinte: Equidade, Diversidade de partes interessadas; Diálogo Construtivo; e Permitir várias formas de fazer reivindicações válidas, usando informações relevantes (Oels, 2003). Os critérios presentes na Tabela 4.4 incentivam um processo equitativo, inclusivo e participativo, com respeito e consideração por todos os pontos de vista através de critérios de liderança imparcial e moderação do processo, envolvimento de partes interessadas com influência na decisão, clareza dos objetivos de participação, igualdade de oportunidades para o diálogo e métodos/ferramentas de participação adequados. Além de garantir os recursos necessários, garantir que todos tenham acesso ao conhecimento base que necessitam e, por último, transparente com o intuito de assegurar que todos os intervenientes compreendem e acompanham como as decisões foram tomadas.

No que diz respeito à "Avaliação da componente Resultados", os critérios (Tabela 4.5) estão associados aos pressupostos de Capacitação da Teoria do Planeamento Colaborativo, que defende novas parcerias, aprendizagem, espaço para inovação, construção de confiança, regeneração do espírito comunitário, aprendizagem entre os participantes, reavivar a democracia local (Oels, 2003). Com o objetivo último de assegurar condições para a criação de capital compartilhado: social, intelectual e político (Hassan 2014; Gruber 1994 in Innes et al. 1994), que se inspira um pouco nestas características, que estão definidas no Capítulo 3, ponto 3.4.

É por meio deste capital partilhado que os participantes atuam coletivamente e partilham conhecimento, tornando-se os principais facilitadores do processo, o que incentiva a comunicação e possibilita ações mais efetivas para alcançar o objetivo comum (Hage et al., 2010; Putnam, 1995). Além disso, a construção bem-sucedida desses três tipos de capital - social, intelectual e político - leva ao empoderamento da comunidade e contribui para a apropriação pela sociedade do processo, transformando os elementos do grupo - participantes - em cidadãos ativos e intervenientes. Esta capacitação é um dos critérios de avaliação presentes na Tabela 3.5.

Posto isto, é possível salientar que os critérios de "Avaliação da componente Resultados" estão, principalmente, relacionados com a capacidade do processo de participação para capacitar as partes interessadas e promover a aprendizagem e a troca de conhecimentos. Este processo, que contribui para a promoção da aprendizagem mútua entre os indivíduos, influencia outros critérios identificados, tais como: ação coletiva, resolução de conflitos e construção de relacionamentos (Ernst, 2019; Vasconcelos, Farrall, et al., 2021), criando também condições para a alteração nos pressupostos e nos comportamentos e na coprodução de conhecimento, Tabela 4.5. Contudo, estes só podem ser verificados após conclusão do projeto, com natureza intangível, o que dificulta a sua avaliação. Daí resulta uma dificuldade adicional na avaliação dos resultados de um processo colaborativo e, por vezes, na possibilidade de estabelecer uma relação causa-efeito entre o processo e o resultado esperado. Não obstante, a Tabela 4.5 identifica também critérios de avaliação relacionados com os resultados tangíveis do processo, mais objetivos de avaliar, como o cumprimento dos objetivos definidos, o impacto na tomada de decisão, a definição de problemas e o desenvolvimento de soluções e sua implementação. Apesar da distinção entre critérios para "Avaliação da componente Processos" e "Avaliação da componente Resultados", estes são, geralmente, utilizados conjuntamente na mesma avaliação. Embora se possa observar que quando há preferência por um deles, é dominante a "Avaliação da componente Resultados". Dado o conjunto de critérios que foi possível identificar, verificou-se também que não existe consenso sobre quais destes critérios devem ser aplicados de forma global para avaliar o sucesso da participação (Conrad et al., 2011). A seleção para ocorrer depende do tipo de avaliação realizada, do objetivo dessa avaliação e de quem a conduz (Bossen et al., 2016), o que mostra a natureza multifacetada da avaliação da participação.

4.2.3 Conclusão

Adicionalmente, à existência de pouco consenso sobre os critérios e métodos a aplicar também se verificou que a não uniformização da terminologia/nomenclatura associada aos mesmos promove o desenvolvimento de vários estudos e definição de critérios similares que não permitem a sua reaplicação e comparabilidade.

A presente análise contribui para a identificação dos principais critérios associados à avaliação de um processo de participação ativa - processo colaborativo e padronização da terminologia associada, tanto ao conceito de participação, quanto aos seus critérios de avaliação, partindo da premissa de que a padronização dos nomes dos critérios de avaliação pode incentivar a partilha de experiências em relação à recolha de dados, especialmente quando se trata de avaliar resultados intangíveis, uma área ainda subdesenvolvida devido à sua complexidade e

consequente dificuldade de estabelecer uma relação causa-efeito direta. Pode ser especialmente importante em resultados de longo prazo, como no caso da promoção do capital partilhado, uma vez que o seu valor aumenta à medida que é utilizado e se perpetua entre os participantes, mesmo após a dissolução do grupo, beneficiando de ações coordenadas a longo prazo. É também evidente que avaliar o processo de participação é essencial para promover a sua melhoria contínua, e ainda a aprendizagem e a gestão dos recursos alocados, apesar de se verificar que é um campo em crescimento.

4.3 Avaliação da participação pública - no terreno

4.3.1 Enquadramento metodológico

No seguimento da revisão de literatura, com recurso a protocolo de revisão sistemática, validaram-se as conclusões, através de um conjunto de testemunhos de intervenientes que, nas suas atividades profissionais, atuam em áreas de interface, recorrendo a processos de participação, sobretudo de participação ativa e refletem sobre a sua avaliação. Nesse sentido, recorreu-se à utilização da ferramenta de investigação qualitativa que permite recolher os pontos de vista dos participantes e compreender o contexto - a entrevista semiestruturada (Bryman & Bell, 2011), que assenta num método de recolha de dados com a introdução de perguntas dentro de um quadro temático pré-determinado. Existem três tipos de entrevistas associadas ao nível de formalidade e estrutura, são elas (Saunders et al., 2009):

- Entrevistas estruturadas;
- Entrevistas semiestruturadas;
- Entrevistas não estruturadas.

No âmbito da presente investigação, considerou-se que a tipologia de entrevistas semiestruturadas, era a que melhor respondia aos objetivos pretendidos, permitindo tirar partido das áreas de conhecimento do entrevistado. As entrevistas semiestruturadas são um método comum de recolha de dados na investigação qualitativa, que oferece características adequadas para este caso pela sua versatilidade e flexibilidade (Kallio et al., 2016). O investigador desenvolve uma lista de temas e questões a abordar, sem que as perguntas estejam ordenadas ou rigidamente formuladas, sendo então colocadas e adaptando-se ao discurso do entrevistado, explorando as áreas em que este tem mais conhecimento. As perguntas colocadas podem variar de entrevista para entrevista, permitindo omitir algumas perguntas, a alguns

entrevistados ou acrescentar perguntas adicionais, tendo em conta um contexto específico, ajustando consoante o fluxo da conversa (Saunders et al., 2009).

Na área da investigação, as entrevistas semiestruturadas são uma ferramenta frequentemente utilizada quando a questão de investigação é exploratória, seguindo como base a questão de investigação - "Qual o estado atual das metodologias de avaliação da participação pública?", considerando para isso uma questão intermédia "Como são avaliados processos de participação pública ativa?". O principal objetivo é obter respostas dos entrevistados que sinalizem aspetos dominantes da área em que se vai desenvolver a investigação, contribuindo para a identificação de questões relevantes e apoio para o desenvolvimento de uma base de conhecimento mais substancial para a investigação em curso. De forma a responder à questão de investigação colocada, o guião da entrevista foi desenvolvido tendo como ponto de partida as diferentes características e questões associadas à avaliação identificadas na revisão de literatura, presente no subcapítulo 4.2, Apêndice A.1.

Neste sentido, foram identificados 16 intervenientes informantes-chave. Um dos critérios foi o diversificar o leque de perfis, pelo que os elementos a entrevistar operassem a diferentes escalas tanto a nível geográfico (Europeu, Nacional, Local), bem como o âmbito de atuação (Académico, Político e Sociedade Civil). Dos 16 intervenientes, 12 aceitaram a realização das entrevistas que foram conduzidas, durante o ano 2024, numa base individual, entre o investigador (entrevistador) e um único participante (entrevistado). As entrevistas foram realizadas maioritariamente num formato online com recurso à Plataforma *Zoom Video Conferencing software*, mas também presencialmente. Com a duração média entre 45 minutos a 1h45 min, tiveram por base um conjunto de questões pré-definidas (Apêndice A.1.) com o intuito de identificar se realizavam a avaliação dos seus processos de participação e como a mesma é realizada – ferramentas utilizadas - e com que periodicidade. Adicionalmente, o objetivo foi auscultar os entrevistados relativamente aos diferentes aspetos relevantes identificados na literatura, nomeadamente: avaliação externa e/ou interna; tipo de avaliação; avaliação de processo ou de resultados; objetivos e resultados da mesma. Tendo como base as orientações para um bom procedimento de recolha dos dados (Saunders et al., 2009), os mesmos foram registados através da tomada de notas por parte do entrevistador e de gravação áudio da conversa para transcrição, de forma a assegurar um registo rigoroso e completo da informação relevante e complementar informação que não tenha ficado registada em notas tomadas na altura da entrevista. Para isto, os entrevistados autorizaram a gravação através da assinatura do documento "Acordo de Consentimento Informado", Apêndice A.2.

O resultado das entrevistas permitiu ainda identificar 3 metodologias adicionais de avaliação comumente utilizadas, bem como recolher contributos substanciais sobre a aplicação na prática da avaliação a um processo de participação ativa. Isto contribuiu também para refletir e validar resultados identificados através da revisão sistemática da literatura, e desta forma complementar o quadro conceptual para avaliar processos de participação pública de co-construção de conhecimento na área da sustentabilidade.

4.3.2 Caracterização do Perfil dos Intervenientes-chave

Em conformidade com o compromisso assumido pela investigadora nas entrevistas, os dados obtidos em contexto de entrevista foram utilizados de forma anónima, sendo os entrevistados caracterizados apenas pelo seu perfil geral, apresentando uma categorização global considerando 2 aspetos, que incluem:

- **Formação e especialização:** Diversas áreas de formação desde Economia Social, Sociologia, Engenharia do Ambiente, Ambiente e Sustentabilidade, Biologia, Geografia Física, Relações Internacionais, Sistemas de Informação e Psicologia.
- **Investigação e atuação profissional:** Foco na participação cidadã, com ênfase em práticas participativas e deliberativas, utilizando metodologias ativas e transdisciplinares. As áreas de atuação abrangem a ciência da sustentabilidade, a governança ambiental, a participação dos cidadãos na ciência e na formulação de políticas públicas a nível europeu, educação e cidadania global, economia social, cooperação para o desenvolvimento, inovação e gestão de riscos, desenvolvem, assim trabalho centrado em temas como a Agenda 2030, a Emergência Climática e a cidadania global, incluindo a inovação democrática em políticas públicas e participação cívica. Têm experiência de mediação e facilitação em contextos institucionais e locais, e uma sólida experiência em consultoria e avaliação de projetos, orientados para o acompanhamento de políticas públicas, desenvolvimento comunitário e a participação cívica.

4.3.3 Principais resultados

A entrevista iniciou-se solicitando aos entrevistados para enquadrarem o seu trabalho na área da participação pública e avaliação. A presença das metodologias participativas nas atividades profissionais dos entrevistados surgiu naturalmente das suas experiências, tanto por trabalharem em áreas de interface, como pela sua participação em projetos colaborativos que lhes trouxe esta necessidade de operar com o envolvimento dos cidadãos e outros atores-chave (E1, E2, E3, E4, E6, E7, E8, E9, E10, E12), como pela avaliação destes processos (E5, E11).

Na perspectiva dos entrevistados, a Participação pública não deve ser sobre opiniões, mas sobre experiências (E1) e deve ser vista como forma de criar relação entre as pessoas, independentemente da posição e do espaço (E2), sempre na ótica da continuidade (E1, E2), existem processo/projetos que têm um princípio, meio e fim, sendo que o objetivo último é aplicar metodologias colaborativas (participação ativa), de forma contínua, e contribuir para transformação de uma sociedade mais democrática. Indo de encontro à premissa que a participação precisa de tempo e continuidade, se for apenas uma aplicação pontual de uma metodologia participativa, não conta, propriamente, como participação efetiva (de interesse para o estudo), porque é pontual e não existe tempo para criar a relação (E1, E2). Curiosamente, esta premissa não é defendida por todos os entrevistados pois consideram que a participação instantânea pode ter efeito durador, uma vez que pode ser transformativa, mudando as perspectivas e modos de ver a realidade, de quem participa e de quem monta o processo (E6). No entanto, o que faz um bom processo de participação pública é o grau de impacto que um processo participativo consegue atingir (E6).

Necessidade e cultura de avaliação

Os entrevistados consideram que quando existe um projeto tem de existir avaliação (E1, E3, E4, E5; E6; E7; E8; E9), por vários motivos, nomeadamente, pelo facto da participação representar uma ocupação de tempo, que pode ser substancial (E3) para quem participa, sendo um meio e não um fim. Parte do pressuposto, como em qualquer processo, que existem situações em que resulta e outras em que não resulta, sendo, pois, relevante avaliar "*à priori*" se estão reunidas as condições para que seja útil e, "*à posteriori*", verificar se deu resultados (E3). É assim importante avaliar (E6), se não existir avaliação, não existe produção de conhecimento (E6, E11) o processo de avaliação deve ser visto como uma mais-valia (E9, E12), apesar do escasso reconhecimento da sua importância para melhorar os processos (E11). O que leva a que não exista uso das recomendações que emergem do processo de avaliação (E11). É mencionado que, por vezes, a avaliação realizada é muito quantitativa e os benefícios associados aos processos participativos não são quantificáveis (E6; E9). Ressalva-se, no entanto, a dificuldade de ver uma avaliação que convença mais do que a experiência empírica e a vivência do processo (E6). As avaliações quantitativas são consideradas informativas, uma vez que não é só a perceção, mas também o fenómeno de empoderar as pessoas que as tornam difíceis de avaliar (E6). É necessário tempo e recursos, tanto técnicos como financeiros, para proceder à avaliação (E5, E6, E9), dificultando a sua atribuição por existir pouca cultura de avaliação, em crescimento, mas ainda em estado débil (E5; E11).

No processo de avaliação é importante considerar o ciclo de vida do projeto desde a sua concepção, passando pela fase de exploração, desativação e pós-projeto (E7). No caso de um processo colaborativo, inclui a preparação do processo (recrutamento e qual o conhecimento que se leva aos cidadãos/participante), ao que acontece nas sessões e depois o respetivo *follow-up* – o que as instituições fazem com os resultados (E1). Esta componente de *follow-up* e comunicação dos resultados é um dos fatores que falha na maioria dos processos participativos (E6, E12), apesar de ser um fator considerado pelos participantes como muito relevante na avaliação (E1, E8, E11), porque a ausência de demonstração das consequências práticas pode "contaminar" o processo colaborativo em futuros processos (E12).

Os entrevistados consideram que é importante dar valor à experiência como possibilidade de avaliar a partir daí, percebendo se se é capaz de criar uma rede com a existência de um interesse comum (E2).

Formas de avaliação - Altura do processo

Relativamente **a formas de avaliação**, apesar de existir pouca prática consideram que qualquer uma já seria bom (E5; E11). A mais frequente é a avaliação de resultados (E11) - **sumativa** - o que ocorre, em geral, no final do projeto, apesar de começar a existir o acompanhamento e monitorização ao longo do decorrer do projeto - **formativa** (E1, E2, E4, E5, E7, E8). A relevância do processo de avaliação, na ótica da monitorização e melhoria contínua (E7), está relacionada com o facto de que se algo correu mal, não se consegue indicar onde, na ausência de um acompanhamento contínuo (E7; E8). Para isso, é incentivado pelos entrevistados que seja incluído como prática no final de cada sessão, *briefing* pela equipa de facilitação (E6; E8) devendo estar bem definidas as responsabilidades dos diferentes elementos da equipa.

Temos, depois, a avaliação a longo prazo - de **impacto** - menos comum (E1, E5, E6; E9; E10), que devia ser uma das componentes do processo de avaliação. Esta avaliação revela-se difícil de operacionalizar em 4 pontos essenciais: 1) Dificuldade em manter o compromisso de longo prazo, como são, exemplo, os projetos de investigação e em municípios, onde, muitas vezes os envolvidos mudam de funções, ou seja quem faz o compromisso, já não está lá na altura de o cumprir (E6); 2) A dificuldade de ter condições e os recursos para ir ao terreno passado um determinado numero de anos (E11); 3) e acresce a necessidade de ligar determinados impactos à sua origem (E8; E10); 4) O conhecimento para a avaliação de impacto ainda é insuficiente, apesar de começar a existir trabalho nessa área (E1, E5) como o desenvolvido a nível da heurística de impacto, que olham para a análise de impactos *sociais* de projetos transdisciplinares, considerando 3 níveis (contexto do projeto; atividades que continuam além projeto; efeitos estruturais- além projeto v.g: contexto politico) (E8). Considerando que no processo

avaliativo existe a interação com o respetivo desenvolvimento das relações humanas que não se consegue aferir – parte do relacionamento/contactos pessoais – como transpor isto para uma tabela de avaliação? (E9) e como este vai influenciar os resultados a longo prazo (E9). Considera-se que se consegue medir a expressão do impacto imediato (E10), se for algo mais de longo prazo, acreditam que existem um conjunto de fatores externos que vão condicionar o associar uma alteração substancial à iniciática alvo de avaliação (E10, E12).

Avaliação como prática

A opinião dos entrevistados difere na forma como a avaliação é realizada e que ferramentas são utilizadas no contexto dos projetos envolvendo participação ativa. Indicam que existe a tendência que principalmente a avaliação de resultados seja traduzida quase como uma *check-list* ou inquérito de satisfação dos participantes (E11). Numa abordagem onde se opta pela aplicação de *check-lists*, existe especial menção ao trabalho desenvolvido a nível quadro lógico com a narrativa e indicadores pela OCDE (E1, E5, E9, E10, E11). Noutras abordagens mais subjetivas (E3), verifica-se, por observação e nos diálogos criados, se existe liberdade, pluralidade de expressão, representatividade, capacidade de deliberação conjunta. Também se destaca que avaliação pode ocorrer pela apreciação do sucesso ou insucesso da sessão, normalmente no que se refere à produção de resultados tais como: não existindo elemento específico, podendo apenas se refletir nas indicações se conseguiu diminuir conflitos / atingir resultados, passando também por perguntas no final de “acharam bem?” e “se voltavam a participar?” (E3). Sendo indicado que o ambiente e espaço onde ocorre a sessão contribui para o seu sucesso (E9, E10). É também mencionada a importância de dar tempo para que a avaliação ocorra nos encontros/sessões: tempo e espaço para a avaliação, durante a sessão, com vista a contornar a avaliação do, “fez-se” / “não se fez”, “O que gostou mais?”, “O que gostou menos”, “Melhorias” (E4). Destaque para a necessidade da elaboração de questões e exercícios de avaliação com a diversificação de linguagem para fugir à resposta do “Sim” e “Não” (E5). De forma também a sair da ótica do “bom e mau” e encarar a avaliação como uma oportunidade de aprendizagem (E1; E11), promovendo uma avaliação qualitativa durante todo o processo (E4). Para isso, esta deve ser planeada desde o início do processo participativo (E2, E4, E5, E8, E9, E11). Dando o exemplo de boa prática de avaliação de uma política pública, pensada deste da sua conceção, onde além de existir um processo de avaliação no final, existe também no meio - através de um processo de monitorização aplicado desde o seu início, que foi planeado desde a candidatura e tem uma equipa dedicado a esta componente, desde o primeiro dia. Esta equipa cria um mecanismo de acompanhamento que permite falar com os atores frequentemente (E4), promovendo avaliação interna (pelos envolvidos na Política) ao longo do

tempo, com avaliações realizadas por equipes externas (contratam uma entidade externa) ao fim de ciclos da política. Esta ideia é reforçada pelos entrevistados que consideram que a avaliação devia ser uma tarefa do processo (E6) e pode ser importante existir um organismo, entidade responsável para promover o processo participativo, que seja o “Guardião” do processo, de forma a garantir que siga as linhas orientadoras da boa participação. Por sua vez, a avaliação seria encomendada pelos “Guardiões” do processo, de forma a existir uma divisão de tarefas, separando os elementos que conduzem o processo dos elementos que avaliam o mesmo (E6). É importante ter alguém responsável pela avaliação, e ter alguém para documentar os dados (nível de detalhe) (E8). Mostrando a relevância da avaliação estar contemplada desde a sede de candidatura, de forma a garantir que existe financiamento para a mesma (E5, E8, E9, E11). Sem financiamento alocado, não existe avaliação (E5, E6, E8; E9; E11).

a) Avaliação por entidade externa ou equipa interna

Quando abordado o tema da origem da equipa de avaliação, os entrevistados não demonstraram consenso sobre a **prevalência de uma avaliação externa e/ou avaliação interna**. Foi considerado que avaliador externo é importante (E2, E6, E7, E8, E9, E10) numa ótica mais operacional e de produção de conhecimento. Alguém de fora que possa ver à distância (E7) com autonomia (E11) e legitimidade, pode tratar as características mais incómodas (E6, E12), conferindo até credibilidade adicional aos resultados da avaliação (E12). Não tem o envolvimento emocional, é mais racional (E7); no entanto é importante que acompanhe o processo colaborativo (E6; E9, E12). Este acompanhamento pode ser realizado através da observação das sessões (E6; E9). Contudo, foi mencionado que a presença do avaliador ao aumentar o número de elementos da sessão pode condicionar a mesma, pois a sensação de ser sujeito de “observação” pode não ser confortável nem para o facilitador nem para os participantes (E6). Levantando também a preocupação em questões relacionadas com desconfiança de entidade externa ficar a par do core do projeto e quem é dono da informação gerada por essa avaliação (na ótica do participante) (E3). Esta posição não é partilhada por todos os entrevistados, que indicam que não quer dizer, necessariamente, que exista desconfiança por parte dos cidadãos/participantes (E6). Mas até que ponto este observador irá, ou não, fazer parte do processo? (E8). E é também mencionado que é muito difícil um observador de fora não ter um olhar mais quantitativo (E10).

Por outro lado, temos a premissa de que, como o avaliador externo tem um contexto diferente e um desafio em ter de se adaptar ao grupo, o método de avaliação ser desenhado no momento (E5). É importante avaliar tendo em conta o contexto, a especificidade de cada instituição, sem perder o foco no coletivo (E2), na objetividade e neutralidade, é importante ter

alguém que conheça o contexto e o seu objetivo (E4) que não seja totalmente externo, pois pela experiência relatada sentiram que o que ganham em ter alguém/entidade totalmente externo é inferior ao que perdem por não terem alguém/entidade com conhecimento prévio do projeto (E4). A avaliação interna, por sua vez, é considerada importante no ponto de vista de autoavaliação (E7), mas pode acentuar o envasamento da avaliação, pois tem potencial de amenizar aspetos mais críticos (E11). Nesta avaliação poder ter a ótica do técnico envolvido no processo é considerada de grande importância (E9; E10), mas até que ponto o próprio técnico consegue ter um olhar crítico sobre o seu próprio projeto? (E9; E10). Podemos ter também a promoção da "avaliação participada", onde são os participantes que criam a sua própria metodologia de avaliação (E4). Esta "Avaliação participada" tem por base a avaliação na ótica dos participantes. Para isso, é importante que no início do processo participativo exista um assumir de compromisso, uma avaliação empírica e, no final, a avaliação do que se propôs fazer e obteve (E7). Na definição deste compromisso pode existir o envolvimento dos participantes nos critérios de avaliação, mas devem ser monitorizados e, se necessário, adaptados ao longo do processo (E8). Por outro lado, os participantes, por vezes, no final da sessão, têm dificuldade em preencher fichas de avaliação e transmitir uma apreciação menos positiva, principalmente se sentirem empatia pela equipa do projeto (E10). Por vezes a prática mais comum é um inquérito de satisfação dos participantes no final do projeto/processo, o que esgota a avaliação. Todavia, a mesma não deve basear-se apenas na satisfação do participante, é a sua perceção, pelo que não pode ser a única fonte de avaliação (E11). No entanto, os participantes são considerados a fonte de informação mais isenta, uma vez que são aqueles que estiveram menos envolvidos no desenho do processo de participação, em contraste com a equipa do projeto, de facilitação, promotor (E12). É salientado que é necessário existirem várias fontes para se realizar uma triangulação da informação (E11), o que, por vezes, é difícil porque, segundo os entrevistados, a prevalência é por avaliações *flash*, onde o avaliador tem pouco contacto com o projeto e com o processo de envolvimento (E5).

b) Duração e dimensões do processo de avaliação

Nestas avaliações, em que o tempo é muito restrito com os públicos, e são aplicadas técnicas nas poucas horas que estão com estes, existe uma tentativa por alguns avaliadores de que ao simultaneamente gera informação para a avaliação, esta seja também significativas para quem está a participar e dar o seu tempo (E5).

Existe uma vertente de avaliação que procura que a avaliação de um projeto participativo traga mais significado a quem participa no processo e a quem avalia. E, desta forma, quando existe tempo dedicado à avaliação, foram identificadas pelos entrevistados algumas metodologias

de avaliação mais longas no tempo, como “Sistematização de Experiências” (E2, E4, E5), “a Teoria da Mudança” (E4, E5), “Protocolo de Camberra” (E2). Estas metodologias promovem a identificação da existência de momento-chave do processo, onde pode ter existido transformação e aprendizagem dos envolvidos (E2, E4, E5). No entanto, é importante salientar que as condições mudam muito, e a avaliação é dependente do tipo de projeto e do tempo da avaliação pedida, correspondendo sempre aos objetivos dos projetos e à fase do projeto em que se encontra (E1, E2, E5, E11) de quem requer a avaliação (E1, E5, E11) que, geralmente, é o financiador, quem contrata o serviço (E5, E12), reforçando que existe um processo de avaliação para todos os intervenientes e diferentes formas de avaliação (E1, E2, E5, E12), dependente do tipo de avaliação previamente identificados (E2):

- Avaliação Sumativa (de resultados): uma avaliação externa com alguém de fora que pode trazer algo de inovador, e alimentar o ciclo de discussão – Avaliação-ação (E2);
- Avaliação Formativa (contínua ao longo do processo): permite perceber onde se está e para onde se caminha em conjunto sendo que aqui o papel dos participantes no processo avaliativo é fundamental (E2);
- Avaliação de impacto (longo prazo) – os participantes e o financiador podem ter interesse em perceber o potencial efeito transformativo do projeto nos participantes, como forma de criar cidadãos “mais participativos”(E12).

É de notar que qualquer processo de avaliação tem de ter sempre uma racionalidade que começa com o contexto e âmbito da avaliação, perguntas da avaliação, objetivos da avaliação, metodologia do que é para avaliar e como se vai ouvir todos (E5). Esta metodologia de avaliação desenvolve-se em 3 passos: 1) quais os critérios; 2) quais os indicadores associados a cada critério; 3) quais os métodos para medir cada indicador proposto (E11), sendo importante serem estes considerados na definição dos critérios de avaliação da participação (E10):

- Dimensão da metodologia – se é eficaz tendo em conta os objetivos da sessão:
 - Avaliação pelos participantes e mesmo o que eles esperam alcançar;
 - Avaliar pela observação – se permitiu ou não a pessoa participar (E5, E10);
- Dimensão humana (E10; E11)
- Dimensão dos objetivos do projeto (E10; E11)

c) Âmbito da avaliação

Quando consideramos o **âmbito de avaliação**, é consensual, na literatura, a distinção entre avaliação de Processo e de Resultados (E11). Os entrevistados também consideram que pode ser importante separar o Processo do Resultado, uma vez que o Resultado é uma consequência do processo, mas “leva mais longe do que parece” (E1, E2, E4, E6, E12), subentendendo que

tem consequências a longo prazo. Contudo, é do entendimento geral que não é possível separar completamente o Processo do Resultado (E1, E2, E3, E4, E5), por estarem interligados; porém, uma coisa justifica a outra. Segundo os entrevistados, o Processo é tão importante como o Resultado, mesmo quando diferentes processos podem originar resultados similares (E6; E9; E10), uma vez que as dinâmicas dos grupos envolvidos são variáveis. Por sua vez, a qualidade do processo contribui para a qualidade do produto final (E6).

A nível de Processo pode ser importante avaliar quem é convocado (E1; E11), o espaço onde se encontra a decorrer o Processo (E10; E11) e o tema do debate, enquanto, a nível de Resultados temos o que se produz (tangível, o produto final, e intangível, que influencia o modo atuar dos participantes) e o próprio processo participativo em si (E11). No entanto a avaliação é o somatório de tudo (E7) e pode-se ter objetivos gerais e objetivos mais específicos, sendo importante ter uma compartimentação para saber onde atuar. A avaliação geral é importante, sem descorar a avaliação parcelar, que facilita a aplicação de pequenas medidas corretivas que podem influenciar o processo em larga escala (E7). Porém, quando questionados sobre a importância de medir os produtos finais do processo, existe uma resistência generalizada em avaliar a qualidade destes produtos, do que é proposto, se foi proposto é porque os participantes acharam que fazia sentido (E1, E2, E4, E5). Considera-se que só os participantes podem avaliar se estão satisfeitos com os produtos ou não (E8), que não compete, nem a facilitadores nem a avaliadores externos, ajuizar da sua qualidade (E8), uma vez que processos destes implicam o resultado do coletivo, não passíveis de julgamentos de valor.

Frequentemente o avaliador no terreno não faz esta distinção entre avaliação de Processo ou de Resultado (E5). Mas o avaliador tem de fazer o mesmo, aquando da produção dos resultados da avaliação (E5), sendo relevante a existência de objetivos processuais ao longo do processo que possam ser avaliados ao longo da participação (E3), nomeadamente pela avaliação participante (E4). É consensual que, consoante a fase do processo participativo e a tipo de avaliação pretendida, determinadas características podem ser consideradas como processo ou como resultado (E2, E5). Pode, assim, a mesma característica originar critérios tanto de processo como de Resultado.

d) Critérios de avaliação - pressupostos

Para a definição dos critérios de avaliação especificamente, os entrevistados indicam que utilizam os princípios gerais de um bom processo de participação pública como base para de qualidade de um processo participativo (E1, E2; E4, E7). Refere-se que princípios básicos para uma boa participação incluem: diálogo aberto a todos; pessoas capazes expressar e compartilhar conhecimentos de ideias, decisor transparente sobre como usa a informação (E7, E8, E9),

qualidade e independência da equipa de facilitação (E2, E8). É importante a transparência tanto para os envolvidos como não envolvidos, sobre o que vai acontecer no processo (E8). Integrar o código que conduta – ética e corrupção – pode ser o elemento a estar integrado na transparência dos procedimentos, de forma a não existir favoritismo (E9). Afirmam que a utilização destes princípios permite criar confiança no cidadão para que se desloque a participar, reforçando que, se não existir confiança, não existe participação (E7). Além do mais considera que estes princípios fazem parte do trabalho desenvolvido e até servem como processo de aprendizagem e capacitação de como deve ser conduzido um processo participativo (E9; E10). Inclui-se ainda que deve ser tido como princípio que o processo tem de garantir confidencialidade para se assegurar o resultado do que realmente se quer (E9). É, pois, importante existir um bom balanço entre confidencialidade de certas reuniões / conteúdos durante um determinado período para permitir a criação de confiança (E8).

Na prática da definição dos critérios tem de se ter em conta que, se forem muito gerais, existe dificuldade em operacionalizar dada a dificuldade anexada à formulação dos repetitivos indicadores (E11) e que, os mesmo devem estar alinhados com os objetivos específicos do processo participativo em avaliação.

e) Características mais relevantes a serem avaliadas no processo participativo

Assim quando questionados sobre o que se considera importante avaliar num processo de participação a resposta varia, incluindo: o objetivo e o tema (E7), este recai no conhecimento e entendimento do tema -evolução da construção do entendimento – linguagem comum (E7); se os objetivos de participação foram entendidos (E7) e o grau de influência da participação na decisão (E3, E6, E7). É importante que os participantes tenham a certeza de que a sua participação vai ter impacto (E1, E3, E6, E7, E9), de ter a segurança de ser consequente (E12) , desta forma é importante avaliar o grau de influência na decisão (E6; E7; E8). Este grau deve estar definido, à partida, e ser verificável no fim (E7).

Não obstante isso, existe um conjunto de características inerentes ao processo de participação que os entrevistados consideram importantes incluir na sua avaliação.

A representatividade (E8): quem são os participantes (E1, E3), porque quem participa influencia os resultados uma vez que o desequilíbrio dos pontos de vista pode influenciar o mesmo (E3). Apesar de ser considerada como característica importante avaliar, deixa, nos entrevistados, a questão de que a participação é para todos e, assim, como fazer a avaliação da representatividade; considerando que não existe uma representatividade real, como garantir um processo representativo? (E7). É importante salientar que existem várias formas de representatividade (E11). A representatividade estatística, onde se utilizam métodos estatísticos, para declarar

quando uma amostra é representativa da população não é possível acontecer neste âmbito (11), uma vez que, a nível do processo participativo, o que temos é a representatividade sociológica, onde se deseja que exista diversidade de público (E11). No entanto, alguns entrevistados não iriam pela representatividade, admitindo que é mais importante perceber as **nuances do contexto** (E3, E9, E10, E11). Podemos ter a mesma equipa técnica, a mesma equipa de facilitação, a mesma vertente metodológica, mas em diferentes contextos (horas das sessões, formação base dos envolvidos...), sendo que são estas diferentes variáveis que vão condicionar o resultado (E9), assumindo o pressuposto que, só por si, a mensagem é sempre envasada, uma vez que é percebida pelo recetor consoante o seu contexto pessoal e profissional (E10). É, assim, importante avaliar a componente humana pois podemos ter um resultado muito diverso, tendo em conta o contexto (E11), considerar, assim, uma avaliação de contexto antes da avaliação de processo e resultados (v.g. população está informada?) (E11). Em suma, o resultado de um processo é influenciado por quem está na sala e por quem conduz o processo (E1, E2, E3, E7). No entanto, o contexto é uma dimensão muito importante, e ambiente e o espaço onde ocorre a sessão (E9; E10) condicionam o sucesso da sessão.

Os entrevistados salientaram, também, a **necessidade de garantir o seguimento do que foi feito e do produto final** (E1; E11). A capacidade de implementar o que foi decidido (E1, E3), e o seu seguimento deverão também ser avaliados. Apesar de existirem custos envolvidos, é importante existir um seguimento dos produtos finais do processo, devendo os participantes ser informados do que aconteceu com as propostas. Esta informação é fundamental para avaliar a qualidade do processo participativo, pois o participante tem de saber o que fizeram com o seu tempo (E1). A capacidade de implementação dos resultados do processo é um dos critérios que pode adquirir característica de processo ou de resultado: um critério de qualidade do processo em fase de desenho de quem (entidade) faz nascer o processo e um resultado do processo (E3), no final do mesmo.

Identificação dos produtos tangíveis do processo: É de salientar que os produtos são uma consequência do próprio processo (E1), e que na avaliação, a identificação dos produtos tangíveis do processo, os seus "produtos finais", é importante para justificar o financiamento (E2) que os participantes pretendem que resulte em algo palpável e mensurável (E3), algo que é mais fácil de avaliar quando existe esta dimensão material associada (E5). Como mencionado anteriormente, existe consenso na não avaliação da qualidade do produto final do processo. No entanto, existe, usualmente, consenso na necessidade de avaliar se o mesmo cumpre, ou não, os objetivos do processo. E, em caso de não cumprir, se pode estar relacionada com a qualidade do processo (E1), como foi conduzido. É dado o exemplo o caso de processos

participativos com o intuito de originar propostas, se depois, quem vai implementar não tem competência para tal, ou não está no seu âmbito, é um defeito de quem organiza que não transmitiu isso, e não um erro da proposta em si (E1, E3). Ainda, se a proposta já se encontra implementada, o problema é, então, de quem influenciou o processo. No entanto, esta premissa não é partilhada por todos os entrevistados, pois considera-se que se as recomendações/ produtos do processo participativo, não estiverem no âmbito de implementação do resultado do processo, não quer dizer que não se tenha fechado bem o âmbito, mas tão só que são temas complexos em que não é possível esclarecer todas as variáveis, para as quais seria necessário um esforço de participação inviável (E6).

Assegurar a representatividade e a capacidade de implementação (E1, E3), introduzindo a qualidade da condução de um processo (papel da equipa de facilitação – **qualidade intrínseca do facilitador** (E2), são fatores para garantir o sucesso do produto final. Na avaliação da qualidade da facilitação deve verificar-se, geralmente, se a mesma foi conduzida tendo presente os princípios de boa facilitação com linha orientadora: equidistante; participantes estão e ficam responsáveis pelos resultados e produtos obtidos de forma livre, sem registo de tentativa de manipulação na gestão do processo (E8).

Outra das ressalvas indicadas pelos entrevistados relaciona-se com as pessoas não participam em processos participativos apenas para apreender, isso é educação. Mas se o processo participativo tiver como objetivo final criar conhecimento novo, a **aprendizagem** tem de ser considerada, necessariamente, um critério de sucesso (E6).

Adicionalmente, consideram relevante ter espaço para considerar os **quantitativos que o processo** que pode ter desde nº participantes, nº de sessões, em relação aos impactos esperados, envolvendo os participantes através de entrevistas (E8). Tentar, de antemão, avaliar o envolvimento nas diferentes sessões e o desenvolvimento de conteúdos, se existir mudança na dinâmica, bem como a influência de contextos externos sobre o processo (E8).

Por outro lado, é importante a **identificação dos resultados intangíveis do processo**. Quando olhamos para os resultados intangíveis do processo, é necessário, no exercício da avaliação, tentar, analiticamente, estabelecer a relação “Causa – efeito” (E2, E4, E5), que permita refletir nas mudanças das pessoas e das instituições (E4), considerando o novo modo de operar de uma instituição, como exemplo: Se as pessoas começam a dialogar e a estabelecer relações horizontais por prática, significa que a transformação social aconteceu (E2). Adicionalmente, ser capaz de identificar pontos de mudança subtils, por vezes, um processo participativo gera continuidade, relações, e promove a transferência institucional, mas depois passado um período longo (E3), desmorona. Neste ponto consideram também existir espaço para a avaliação

da dimensão colaborativa e pedagógica; dimensão ética, Justiça social (igualdade e equidade); dimensão Política da ação e transformação (E2) focando em interpretações individuais.

É importante destacar que, apesar dos critérios identificados, se assume sempre que, como ponto principal, a avaliação deve ser capaz de responder se os objetivos foram cumpridos, ou não, e deve explicar porque foi ou não cumprido (E2, E5, E11).

Reflexões finais

Retirando a subjetividade associada ao processo de participação para o desenvolvimento metodológico da sua avaliação, é necessário partir da cultura de avaliação que assenta nas questões iniciais: o que fazemos? E porque fazemos? Se estamos a produzir? (E5) indicadores-base de desempenho, resultado e impacto (E5, E11) na sua resposta. Considerar que, para termos uma avaliação mais ortodoxa, são necessários critérios, e que o bom e o mau dependem do que é esperado da participação e do que é bom para quem solicita a avaliação (E5, E11). Seja qual for a avaliação que está a ser feita, o contexto, tipo de contacto que tem com os participantes, se é no início, no meio ou no fim do processo, e os métodos preferenciais de recolha de informação são geralmente: análise documental (atas, relatórios das sessões), observação, entrevistas, testemunhos, questionários (E1, E2, E3, E4, E5), exercícios reflexivos, memorandos (E5) e workshops como o workshop de consenso e *focus* grupo (E4).

Verifica-se que os entrevistados posicionam a avaliação como ferramenta de aprendizagem de quem está no processo (E1, E2, E4, E5) e abordam, de forma qualitativa, as questões tendo a preocupação de procurar e aprofundar diferentes desenhos de métodos de recolha e inovação no quadro da avaliação da participação, devendo ser pública e não apenas para aprendizagem interna, uma vez que pode produzir conhecimento útil para o público (E11).

A experiência, aprendizagem, diálogos, deliberação conjunta são critérios valorizados, bem como a importância da representatividade social, qualidade da facilitação do processo e o seguimento dos resultados, vão de encontro aos principais critérios identificados na literatura sobre as características para um bom processo de participação. O perfil diversificado dos entrevistados permite cruzar o ponto de vista de avaliador interno, avaliador externo, avaliador participante do processo e diferentes áreas de atuação, desde questões ambientais, à cooperação e educação, tanto a nível nacional como no contexto europeu.

Salientando que na perspetiva da maioria dos entrevistados, a avaliação da participação deve ser vista na ótica da melhoria contínua (E1, E2, E5, E6, E7, E9, E10) e centrada no desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem que permita fazer juízo de valor e, portanto, um exercício de ética sobre a capacidade de transformação (E2, E5, E8), muito associados a processos de participação. Em complemento, a avaliação é importante por uma questão de legitimidade,

representação e aceitação das abordagens participativas (E1, E3, E7, E8, E12), indicando que por vezes a avaliação também pode ser usada para a desacreditação ou no desinteresse nela para que se possa perpetuar agendas (E1), ou que os seus resultados não sejam valorizados (E11).

Foi mencionado que a nível da profissionalização da área da avaliação a abordagem *multistakeholders* é um padrão, apesar de que, na realidade, a prática da avaliação convoca mais para a auscultação do que para a participação (E5). Existem processos participativos com características que permitem avaliações colaborativas e a própria comunidade do projeto auto avalia e envolve-se na avaliação (E4, E5), onde se cria um espaço de aprendizagem e os participantes não são apenas auscultados (E5), mas sim avaliadores. Outros processos requerem abordagens mais tradicionais, com critérios pré-definidos, onde, por vezes, existe alguma dificuldade na sua seleção / definição (E2, E8, E9, E10, E11). No processo de avaliação é importante ter um máximo de vozes possíveis, de forma a ter perspetivas mais perto da realidade (E4, E5, E11) e perceber quem se está a privilegiar ou a excluir (E4), respeitar o contexto, processo e resultados, definindo os objetivos desde o início (E2, E11). Promover o acompanhamento e partilha regular dos resultados é relevante, pois, muitas vezes, as práticas de uma participação inspiram outras (E2). Com a participação ativa estamos a experimentar os processos e com a institucionalização dos processos estamos a dar voz a quem não tem voz (E1, E12). Na avaliação instrumental (E1, E2, E11) é fundamental, para melhorar o processo em todo o seu ciclo – preparação / condução / seguimento / encerramento (E1, E3, E4,) que seja planeada desde a sua conceção de forma a incluir os recursos necessários (financeiros e humanos) (E4, E5, E11). Verifica-se, por vezes, que em termos de projetos financiados por fundos europeus e/ou nacionais, a avaliação é planeada no final de candidatura, “sem se lhe dar grande importância”, o que, consequentemente, se traduz em que os critérios e os respetivos indicadores selecionados acabem por ser redutores, ficando-se sem saber como medir os mesmos (E9).

Um processo de participação tem de ter tempo suficiente e financiamento incluído para a sua avaliação, e os participantes têm de acreditar que os esforços vão contribuir para uma melhor decisão (E7). É importante, ainda, uma avaliação simples, mas não simplista, da participação (E10). Adicionalmente, é preciso dar tempo para se desenvolver a cultura de avaliação e avaliação entre pares (E9; E10), atualmente com uma fraca cultura de avaliação de processos participativos (E5, E11).

4.3.4 Ideias-chave - Contributo das entrevistas

A análise dos resultados das entrevistas tornou possível a identificação de um conjunto de ideias-chave a considerar quando se reflete sobre a avaliação de processo de participação. As principais encontram-se elencadas, como segue:

- É consensual na necessidade de avaliação:
 - Deve existir avaliação quando existir processo/projeto;
 - Senão existir avaliação não existe produção de conhecimento;
 - É necessário a atribuição de recursos para avaliação, tanto técnicos como financeiros;
 - Deve ser criada uma cultura de avaliação de processos de participação;
 - Permite aprender com os diferentes processos de participação;
 - Incluir a prática da avaliação no planeamento de um processo de participação.
- Existe espaço para diferentes formas de avaliação com diferentes objetivos:
 - É importante que a avaliação seja conduzida e planeada desde a conceção do processo de participação até ao seguimento dos resultados do processo;
 - Garantir que pelo menos, uma avaliação de resultados que ocorre no final do processo, sumativa;
 - Incentivar a avaliação contínua, formativa, como ferramenta de aprendizagem e de forma fornecer informações para que se possam aplicar medidas corretivas durante o processo de participação de forma a atingir os resultados esperados;
 - Introduzir a avaliação de impacto, a longo prazo, é importante, mas ainda não se considera que se esteja em condições de realizar;
 - É necessário dar tempo para que exista tempo para avaliação durante o processo.
- Tanto a avaliação por uma entidade externa como uma avaliação interna têm as suas vantagens:
 - Externa: Alguém de fora que possa ver à distância as características mais incómodas. Pode ser observador durante o processo participativo;
 - Interna: conhece o contexto, pode ser realizada na ótica da equipa técnica, da equipa de facilitação e/ou dos participantes.
- Relativamente ao âmbito de avaliação:
 - Importante a avaliação da qualidade do processo e dos resultados, mas não dos produtos produzidos;

- Não é possível separar completamente o processo do resultado, está tudo interligado, uma coisa justifica a outra.
- Os critérios de avaliação:
 - Devem estar alinhados com os objetivos específicos do processo participativo;
 - Podem ter por base as características associadas a um bom processo de participação pública, nomeadamente:
 - Representatividade sociológica;
 - Seguimento dos produtos e resultados do projeto;
 - Qualidade da facilitação;
 - Influência na decisão.
 - Utilização do quadro lógico com a narrativa e indicadores da OCDE;
 - Ter em conta os quantitativos do processo;
 - Inclusão das nuances de contextos do processo de avaliação;
 - Identificação dos produtos mensuráveis do processo;
 - Indicadores estarem relacionados com três dimensões principais: metodologia; componente humana e objetivos do projeto;
 - Por vezes, são bastantes gerais o que se traduz na dificuldade de operacionalização.
- Ferramentas e métodos de avaliação:
 - Aposta em abordagens quantitativas mais redutoras, existe a tendência para aumentar as abordagens mais qualitativas, mas afastando-se de apenas se avaliar a satisfação dos participantes e das abordagens do "Bom" e "Mau". Integração de ambos métodos;
 - A avaliação de resultados geralmente traduzida em *check-list* ou inquérito de satisfação dos participantes;
 - Recolha de informação através de entrevistas, análise documental, questionários, observação.
- A avaliação pode ser incluída como parte do processo participativo, mas beneficiaria de uma figura que esteja responsável pela mesma e por documentar os dados.
- É importante ter várias fontes de informação, de forma a ter perspetivas mais perto da realidade.
- Avaliação é dependente do tipo de projeto e do tempo para a avaliação, fase onde o projeto se encontra e de quem requer a avaliação.
- Metodologia de avaliação simples, sem ser simplista.

Os entrevistados indicaram um conjunto de contributos-chave que ilustra a complexidade associada ao processo de avaliação de um projeto/processo de participação. Elencam características e o racional a ter em conta no desenvolvimento de um processo de avaliação, bem como constrangimentos que devem ser ultrapassados. A informação extraída vai de encontro aos principais pontos identificados no processo de revisão de literatura e através da análise SWOT realizada às diferentes metodologias identificadas, reportado no ponto 4.4.2. e 4.4.3. Contribuindo, assim, para robustecer o quadro conceptual das boas práticas para avaliação de um processo de participação e a limitações identificadas que condicionam o desenvolvimento da cultura de avaliação e o que considerar para as ultrapassar.

4.4 Matriz de caracterização e avaliação das metodologias identificadas

Foi realizada uma análise detalhada às metodologias de avaliação presentes nas publicações identificadas pela revisão de literatura, recorrendo ao protocolo de revisão sistemática e complementadas com informação recolhida através do processo de entrevistas a intervenientes-chave. A análise sintetizada no presente capítulo teve como intuito contribuir para a identificação dos pontos fortes e fracos das metodologias de avaliação, de forma a suportar a identificação de oportunidades e limitações das mesmas.

Cada uma das metodologia de avaliação foi analisada com base num conjunto de características comuns a um processo de avaliação que vão desde: objetivo; quem avaliar; quem é envolvido no processo, o método (quantitativo; qualitativo), o tipo de avaliação (formativa; sumativa; impacto), a tipologia de critérios (teóricos com base num quadro concetual/teórico de participação pública e/ou empíricos com base na experiência/conhecimento das principais partes interessadas); tipo de ferramenta para recolha de informação de base. Posteriormente, as metodologias de avaliação que se revelaram semelhantes, foram agrupadas de forma a reduzir a duplicação de informação.

Foi ainda analisado se as mesmas tinham em conta a visão do público/participantes e se capturava a sua influência no processo de participação, bem como, se o processo de avaliação pressupunha avaliar o processo de participação, o seu contexto, e os resultados do envolvimento. Adicionalmente as características de fácil compreensão, e utilização, bem como possível replicabilidade foram alvo de análise, em conjunto com o facto de a metodologia de avaliação permitir a comparação entre diferentes projetos de participação pública.

De seguida, foi aplicada uma análise SWOT simplificada - um quadro que permite identificar e analisar os fatores internos (pontos fortes e fracos) e externos (oportunidades e ameaças) passíveis de ter impacto no processo (Ghazinoory et al., 2011; Palazzo, 2024; Phadermrod et al., 2019). Este quadro é considerado uma poderosa ferramenta de apoio à tomada de decisões, uma vez que, permite identificar oportunidades de sucesso que anteriormente não estavam articuladas ou destacar ameaças antes que se tornem demasiado pesadas. Suporta, ainda, na identificação dos fatores mais importantes em cada dimensão de análise e elimina as alternativas menos relevantes (Dvorak et al., 2024). A opção pela aplicação dos princípios de análise SWOT está relacionada com este permitir refletir nos pontos fortes e fracos das metodologias e suportar a identificação as suas oportunidades de forma expedita.

4.4.1 Matriz de caracterização das avaliações

Pela análise dos processos de avaliação com base nos atributos elencados, foi possível constatar que existe uma procura por medir a "Eficácia" do processo de participação. O conceito de "Eficácia" do processo e como deve ser avaliada, não é uniforme, nem consensual. Sendo a questão predominante: o que é que constitui "Eficácia" de um processo participativo e como é que a podemos determinar, quer teoricamente quer empiricamente? (Rowe & Frewer, 2000) e quem é que define "Eficácia"?

Considerando que por definição, Eficácia é a qualidade de algo que produz o efeito desejado ou esperado, sem importar os meios ou recursos utilizados na medida em que as atividades planeadas são realizadas e os resultados planeados são alcançados (IPMA, 2016). Faz sentido que a maioria dos processos de avaliação analisados se centrem em avaliações após o término do projeto, de carácter sumativo. Verifica-se que as avaliações pós término do projeto de impacto de longo prazo, ainda são pouco documentadas, mas a sua importância é cada vez mais reconhecida e necessária. Estas avaliações de impacto para retratarem, de forma fiel, os resultados necessitam de ser pensadas "à priori" e podem utilizar as avaliações formativas e sumativas como horizontes de referência. As avaliações sumativas e de impacto surgem neste contexto, na maioria das publicações analisadas que reportam processos de participação ativa, e onde se espera que exista influência no processo de decisão e na mudança operadas nos participantes (comportamentos e conhecimento). A participação ativa tem sido, cada vez mais, utilizada em áreas complexas e de interface, com tendência a gerar conflito como as áreas de ambiente e planeamento, pelo que são as áreas com mais estudos de caso analisados.

Existe também uma predominância para métodos de avaliação qualitativos, para a avaliação do componente de processo em si e de resultados (*Outcomes*). Recorrem principalmente a

critérios com base num quadro concetual/teórico da participação pública. Apesar dos participantes serem envolvidos no processo de avaliação, poucos são os processos em que contribuem para a definição dos próprios critérios de avaliação. Critérios estes que se encontram essencialmente relacionados com boas práticas e pressupostos de um processo de participação pública, dada a prevalência de ferramentas com critérios definidos pela literatura. São exemplo: *aceitabilidade, resolução de conflito, representatividade, efetividade, transparência, promoção condições para aprendizagem, cocriação de conhecimento e promoção de capital social*. Não obstante que na prática pequem por falta de instrumentos de medição e unidade de avaliação, o que torna, por vezes, difícil de compreender tanto as ferramentas de avaliação como os seus resultados, pois vai dificultar não só a replicabilidade a outros casos de estudo, mas também a comparação entre os resultados da avaliação de processos de participação ativa similares. Dada as características de um processo de participação ativa, algumas das publicações apresentam, não a aplicação da avaliação, mas perguntas orientadoras e possíveis passos gerais a considerar na elaboração do processo de avaliação a nível teórico em vez de uma aplicação da avaliação já estabelecida, oferecendo uma base em linha com os casos práticos analisados, de reflexão sobre processo de avaliação a projeto de participação pública. Na Tabela 4.7 e Tabela 4.8, é possível verificar as características associadas a cada uma das publicações analisadas. A Tabela 4.7 apresenta as características gerais associadas à caracterização do processo em análise (nível de participação e área de atuação) e questões essenciais em qualquer processo de avaliação (tipo de avaliação; objetivo, quem avalia, quem participa). Por sua vez, a Tabela 4.8, apresenta informação associada ao objetivo da avaliação (o que vai ser avaliado), apresentando critérios mais recorrentes que espelham o tipo de resultados esperados. As mesmas encontram-se codificadas com o número de identificação, Tabela 4.6.

Tabela 4.6 - Identificação das metodologias analisadas

#ID	Metodologia (nome)	Fonte	#ID	Metodologia (nome)	Fonte
#01	Fairness, competence, and social learning - Criteria to evaluate participation process	(Webler et al., 1995)	#20	Effectiveness of the public participation process - evaluation model developed from relevant literatures	(Chompunth & Chomphan, 2012)
#02	Attributes of successful public involvement as Performance indicators	(Carnes et al., 1998)	#21	Formative and summative evaluation of a Collaborative research project	(Singletary & Sterle, 2020)
#03	Evaluating Public Participation Using Social Goals	(Beierle, 1998, 1999)	#22	Effective participation criteria Survey	(Brown & Chin, 2013)
#04	Process evaluation of the participatory methodology named VIPP (Visualization in Participatory Programmes)	(Wyss et al., 1998)	#23	Multiple Purposes of Public Participation, with Associated Design Considerations and Proposed Outcome Evaluation Criteria	(Bryson et al., 2013)

#ID	Metodologia (nome)	Fonte	#ID	Metodologia (nome)	Fonte
#05	Measuring Fairness in Citizen Participation - Procedural fairness perceptions	(Lauber, 1999)	#24	Deliberative Process Perceived Quality Scale (DPPQS) and the Outcome Rating Scale (ORS)	(Mannarini & Talò, 2013)
#06	Key questions about the evaluation of Environmental Public Participation Programmes	(Chess, 2000)	#25	Seventeen Criteria to evaluate participatory research processes and outcomes	(Trimble & Lázaro, 2014)
#07	Framework for evaluation of an effective public participation	(Rowe & Frewer, 2000)	#26	Guiding framework for evaluating individual learning outcomes from citizen-science project	(Phillips et al., 2014)
#08	Potential Agency effectiveness criteria	(Petts & Leach, 2000)	#27	Evaluation protocol relies on the Challenge and Reconstruct Learning (ChaRL) Framework	(Smajgl & Ward, 2015)
#09	Qualitative measurement of the Collaborative process - Based on the definition of "collective impact"	(Chiodo et al., 2019)	#28	Learning-oriented evaluation - questions	(Home & Rump, 2015)
#10	Framework to Evaluate Participatory Research for Sustainability	(Blackstock et al., 2007)	#29	Framework for the Comparison of Participatory Processes (COPP)	(Hassenforder et al., 2015)
#11	Participatory evaluation of a Participatory Action Research project	(Chen et al., 2007)	#30	Program Evaluation Rating Sheet (PERS)	(Dugan et al., 2016)
#12	Theory-driven evaluation criteria derived from participation goals	(Laurian & Shaw, 2009)	#31	Consolidated Framework for Implementation Research (CFIR) - rating assignment criteria	(Wilhelm et al., 2021)
#13	Public Participation Best Practices Principles as criteria for evaluating the quality of practices of public participation - SMART Operationalisation criteria	(Witteveen et al., 2009)	#32	Framework for the M&E of a participatory planning process	(Hassenforder et al., 2016)
#14	Q method as a tool for conducting formative evaluations	(Danielson et al., 2009)	#33	Evaluates participatory models based on the concept of "boundary objects"	(Falconi & Palmer, 2017)
#15	Participatory Impact Pathways Analysis (PIPA) workshop	(Alvarez et al., 2010)	#34	Qualitative research protocol to evaluate Participatory Planning	(Kovács et al., 2017)
#16	Evaluation framework for e-participation in the legislation formation process	(Loukis et al., 2010)	#35	Evaluation Parameters (Evaluation Tool)	(Berman, 2017)
#17	Framework for evaluating collaborative outcomes	(Jamal & McDonald, 2011)	#36	Performance Measures for Public Participation Methods	(Griffin et al., 2018)
#18	Participatory approach to assessing the functioning of public participation mechanisms	(Conrad et al., 2011)	#37	Synthetic model of Public Engagement (PE) evaluation	(Rask et al., 2018)
#19	Stakeholder Participation Assessment Framework (SPAF)	(Quesada-Silva et al., 2019)	#38	Qualitative Evaluation using the Canberra Protocol (PoC)	(Raposo, 2014)

Tabela 4.7 - Matriz de características do processo de avaliação presente em cada publicação analisada

	#ID	#01	#02	#03	#04	#05	#06	#07	#08	#09	#10	#11	#12	#13	#14	#15	#16	#17	#18	#19	#20	#21	#22	#23	#24	#25	#26	#27	#28	#29	#30	#31	#32	#33	#34	#35	#36	#37	#38	
Tipo de avaliação	Formativa	1	1		1		1				1	1	1		1				1	1		1		1		1		1			1		1				1			
	Sumativa	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
	Impacto				1		1										1		1									1			1		1						1	
Nível de participação do projeto a ser avaliado	Participação Ativa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1
	Consulta		1	1		1	1	1	1					1	1						1		1									1		1	1	1				
	Informação		1	1		1	1	1	1						1	1							1											1		1				
Área temática do projeto	Ambiente	1	1	1		1	1		1					1	1	1			1	1	1	1					1		1	1	1			1	1	1				1
	Sustentabilidade										1																													
	Ordenamento do território e planeamento territorial									1			1						1	1	1		1										1		1	1	1			
	Programas sociais				1							1												1									1	1						
	Sector da Saúde																															1	1							
	Outros							1										1						1	1		1			1									1	
Método de avaliação	Quantitativos		1										1		1		1				1	1	1		1		1			1	1		1			1	1			
	Qualitativos	1		1				1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	
	Não indicado				1	1	1										1							1														1		
Quem avalia	Avaliação externa				1		1				1			1	1	1	1				1	1	1	1	1	1		1	1					1					1	
	Avaliação participativa (interna)					1					1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				1		1	1	1	1			1	1		1		1			
	Não indicado	1	1	1				1	1	1																					1	1				1		1		
Quem vai estar envolvido na avaliação	Participantes / Partes interessadas	1			1	1		1		1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1		1		1		
	Equipa do projeto	1			1			1		1	1	1	1				1	1	1					1						1		1		1		1		1		
	Equipa de facilitação / moderação				1														1														1		1				1	
	Promotor	1																1																					1	
	Apenas avaliadores													1															1					1						
	Todos os intervenientes		1	1			1											1											1			1				1		1		
Tipo de documento que prefere consultar	Baseado no estudo de caso	1	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1				1	1	1	1	1			1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	
	Diretrizes para planear uma avaliação						1	1					1				1	1				1		1	1	1		1				1				1	1		1	
	Fácil de ler e perceber? É fácil de usar	1			1	1	1		1	1																1	1			1				1		1				
	Pode ser replicada			1		1		1	1		1	1		1	1	1	1			1		1			1	1				1			1	1	1			1		
	Permite a comparação de projetos					1				1															1		1		1	1	1	1	1		1					

Tabela 4.8 - Matriz de caracterização referente à escolha dos critérios utilizados para a avaliação do processo de participação presente em cada uma das publicações analisada

	#ID	#01	#02	#03	#04	#05	#06	#07	#08	#09	#10	#11	#12	#13	#14	#15	#16	#17	#18	#19	#20	#21	#22	#23	#24	#25	#26	#27	#28	#29	#30	#31	#32	#33	#34	#35	#36	#37	#38	
Âmbito dos critérios	Contexto										1						1				1							1											1	
	Processo	1	1	1	1	1	1	1	1		1		1	1			1	1	1	1	1		1	1	1	1			1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	
	Resultado	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	
Base para definir os critérios	Baseado no utilizador (experiência/conhecimento das principais partes interessadas)		1		1		1					1	1		1	1		1	1	1		1						1			1		1					1	1	
	Baseada na teoria (assente num quadro concetual/teórico do envolvimento do público)	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	
Alguns critérios usualmente utilizados	Aceitação		1			1		1					1				1			1				1																
	"Capacity building" / Reforço das capacidades										1		1																	1										
	Comunicação			1	1				1		1		1	1			1								1								1	1			1	1		
	Resolução de conflitos			1	1				1		1		1	1			1								1	1			1			1			1			1		
	Relação custo-eficácia			1	1			1												1						1					1									
	Envolvimento precoce nas fases iniciais							1					1							1															1		1			
	Eficácia							1	1				1						1		1		1							1	1	1			1	1	1			
	Facilitação / moderação				1			1										1			1					1								1		1				
	Equidade	1				1																			1										1			1		
	Influência / impacto na tomada de decisões		1	1		1		1	1		1				1			1			1		1			1				1	1		1	1	1	1	1	1		
	Conhecimento				1				1		1		1	1			1				1		1		1	1	1						1		1		1		1	
	Aprendizagem	1							1		1		1	1	1			1		1					1	1	1	1	1					1						
	Legitimidade												1														1							1	1					
	Satisfação dos participantes	1			1								1					1				1								1										
	Acessibilidade de recursos							1										1																		1		1		
	Capital social										1			1							1						1					1							1	
	Representação das partes interessadas / Inclusão		1					1	1	1	1		1	1			1			1		1					1							1		1		1	1	1
	Transparência e confiança		1	1					1				1					1			1					1								1		1				

Na sequência da análise e caracterização realizada para cada publicação, foi produzida uma ficha de caracterização, Apêndice D, que contempla informações/atributos: Identificação; Objetivo; Caso de estudo (quando aplicável); Descrição sumária; Método de avaliação; Nível de participação; Fase do processo participativo onde ocorre a avaliação; Pontos-chave e Possíveis limitações. Estes dois últimos atributos foram a base para a implementação dos princípios da análise SWOT.

4.4.2 SWOT: Pontos Fortes e Fracos

A análise SWOT simplificada foi realizada, conforme mencionado anteriormente, tendo sido identificada para cada uma da publicação os respectivos pontos fortes, pontos fracos (fatores internos possíveis - tendo por base o documento em análise, onde reportam o processo de avaliação), e as possíveis oportunidades e ameaças (fatores externos: que analisaram o potencial, que o autor vê que aquela metodologia pode ter para a integrar - de forma integral, uma parte específica, ou adaptada - um processo de avaliação futuro e o que pode condicionar na sua implementação).

Para a apresentação dos resultados, optou-se pela elaboração de uma análise agregada e sistemática que integre os principais pontos selecionados, possibilitando, assim, a identificação dos principais pontos fortes e fracos das metodologias de avaliação. Deste processo, tirando partido do campo das "Oportunidades", foram identificadas as publicações que reportam processos de avaliação com alguma característica, que possa ser enquadrada num processo de avaliação futuro com vista a colmatar as principais limitações encontradas (que derivam dos pontos fracos e ameaças) e potenciar a boas-práticas (que derivam em conjunto com pontos fortes).

4.4.2.1 Pontos Fortes

Os principais pontos fortes identificados considerados nas avaliações analisadas encontram-se listados de seguida⁹:

- Importância da avaliação contínua ao longo do processo de forma a medir a potencial mudança nos participantes (#01)
- Atributos e indicadores de avaliação desenvolvidos pelos especialistas e partes interessadas (#02; #18). Recurso à avaliação participativa (#11), utilizando metodologias como

⁹ As metodologias com mais peso em cada um dos pontos encontram-se identificadas com o identificador correspondente (#x)

- o "Q Method" que permitem que os participantes expressem as suas opiniões livremente e priorizem as suas preferências, destacando áreas de concordância e discordância (#14). Análise de expectativas dos participantes (#18)
- Destaca a complexidade da participação pública na gestão ambiental, tendo a avaliação mais foco no processo de participação do que nos resultados em si (#02)
 - Modelo flexível para aplicar a um conjunto variado de mecanismos de participação pública (#03) relacionando a predisposição de cada mecanismo para atingir 6 objetivos sociais (#03) com foco em resultados tangíveis. (#03)
 - Para a medição do impacto define um conjunto de indicadores para medir o ambiente participativo: "*Empowerment*" e "*Enabling Environment*" (#04)
 - Destaque na avaliação da Justiça do projeto "*Fairness*" recurso a inquérito e análise com escalas (#05). Avaliação baseada em 12 critérios teóricos relacionados com a aprendizagem social e justiça (#01)
 - Estrutura orientadora para formular perguntas que definem a avaliação da participação pública, permitindo organizar as etapas do planeamento de acordo com os objetivos da avaliação (#06)
 - Foco na eficácia do processo (#07; #08; #18; #20; 22)
 - Eficácia: Critérios de aceitação: relacionados com a potencial aceitação pública de um procedimento; Critérios de processo: relacionados com a construção e aplicação efetivas de um procedimento (#07), num total de 9 critérios, que representam a base grande parte das avaliações da participação pública (#19). Definição de 14 critérios de eficácia do processo de participação, avaliados através de um conjunto de questões (#08).
 - Framework aplicável em diferentes fases da avaliação (ex ante formativa ou sumativa) e de maneira participativa, provocando reflexão contínua sobre as escolhas de design (#10; #21) e permita a inclusão dos resultados da avaliação no processo (#36). Tentativa de comparação entre processos participativos e o contributo para um modelo de estrutura replicável (#09; #19; #29)
 - Critérios para a avaliação de "Processo"; "Contexto"; "*Resultado*" (#10; #16; #20; #29;32) ou considerando apenas o "Processo" e o "*Resultado*" (#22; #24; #25) ou apenas o *Resultado* (#26)
 - Critérios com base dos possíveis objetivos da participação pública (#12). Considerar objetivos processuais como aprendizagem mútua e reforço dos processos democráticos; objetivos baseados em resultados, tais como encontrar soluções, melhoria de

governância; objetivos baseados no utilizador, como a satisfação dos participantes aos objetivos definidos.

- Avaliação qualitativa do processo, recurso a *softwares* de análise (v.g: Atlas.ti *software*) (#25)
- Utilização de critérios SMART (#13)
- Princípios de Boas Práticas de Participação Pública como critérios para avaliar a qualidade das práticas de participação pública (#13), considerando parâmetros segundo os quais um determinado projeto de participação pública pode e deve ser ajustado/calibrado (#35)
- Estabelecer, no início do projeto, um processo que envolva os participantes ou a equipa do projeto a mapear os *resultados* do projeto que podem originar impactos sociais, económicos, ambientais. Sendo uma ferramenta para mapear possíveis impactos antes destes ocorrerem e também oferece uma hipótese para uma avaliação posterior de impacto a longo prazo (#15). Métodos de avaliação para usar durante o processo e que permitam recolher informações para uma avaliação a longo prazo (#32)
- Importância de considerar que os critérios de processo e os critérios de resultado, em última instância, não estão ao mesmo nível, pois os últimos estão dependentes/ são afetados pelos vários fatores que influenciam o processo. (#16)
- Foco na avaliação implementação da estratégia pós-processo (#17)
- Necessidade de caracterizar na avaliação os resultados a) imediatos e a curto prazo, b) a médio e a longo prazo; c) impactos, distinguindo entre "resultados do processo" e "resultados do conteúdo", que podem ser avaliados com resultados positivos ou negativos que, por sua vez, podem ser considerados "diretos ou indiretos e tangíveis ou intangíveis" (#17). Para a avaliação é importante associar os tipos de impactos esperados aos diferentes níveis de participação (#23). Indicação teórica dos possíveis resultados relacionados com a aprendizagem que pode ocorrer num processo participativo, importante para a avaliação (#23; #26) e passos para planear a sua avaliação (#26) e avaliações com casos de estudo com foco nos resultados de aprendizagem (#27;28).
- Relacionar os propósitos da participação pública aos possíveis resultados a serem considerados na avaliação (#23)
- Apresentação de um "índice de envolvimento" (#22)
- Perceção das partes interessadas sobre nível de participação que estão a experienciar (#22)

- Utilização das escalas de *Lickert* para recolha de informação (#22; #23), escala de hierarquia (#31) e avaliações percentuais permitirão uma avaliação global do sucesso/eficácia do processo participativo (medição qualitativa) (#30; #09)
- Dois instrumentos para medir o processo (a Escala de Qualidade Percebida do Processo Deliberativo, composta por dois fatores: "diálogo" e "conhecimento/compreensão") e o resultado (*Outcome Rating Scale*) de um procedimento participativo específico (#23)
- Modelo de objetos de fronteira utilizando 3 critérios de avaliação relacionados com atributos de uma participação eficaz, nomeadamente: credibilidade; relevância; legitimidade (#33)
- Importância dos recursos disponíveis para a realização da avaliação (#04; #34)
- Avaliação pode basear-se na análise de conteúdo (#34)
- Conjugação de avaliação externa com avaliação interna (#21)

4.4.2.2 Pontos Fracos

À semelhança dos pontos fortes, os pontos fracos identificados encontram-se elencados abaixo:

- A informação base que dá origem ao resultado da avaliação dos diferentes critérios não é disponibilizada (#01; #08; #21): unidades de medida ou diretrizes claras para recolha dos dados (#16; #20; #29; #35), apenas a indicação do método de recolha: questionário, entrevistas, sem menção às questões colocadas e tratamento da informação (#01; #16; #17)
- Não é possível replicar na íntegra (#01; #04). Em alguns casos, a proposta de modelo de avaliação com utilidade limitada porque exige conhecimento dos princípios teóricos subjacentes (#08).
- Foco em apenas características específicas do processo e/ou de resultado (#01). Na componente de justiça do processo e na aprendizagem social, como resultado (#01)
- Por vezes, a aplicação de um processo de avaliação apresentado é teórica (#02; #03; #08; #16) e não testada e/ou indicada nos métodos para a recolha de dados, e é necessária a validação prática para comprovar sua eficácia (#02)
- Apresentação de questões básicas e fontes de dados, sem indicar instrumentos precisos para medir os critérios (#06; #36)
- Dificuldade em medir a justiça do processo, identificando os fatores que a influenciam, como tempo, custo e conhecimento, e não avaliar o processo em si (#05)

- Dificuldade em definir ferramentas mais precisas para medir os critérios e identificar fatores contextuais que afetam a eficácia dos métodos de participação (#03; #07), levando a resultados subjetivos (#03, #16), as avaliações são principalmente baseadas nas opiniões dos avaliadores (#07, #28; #31)
- A avaliação participativa pode comprometer a confidencialidade e pode introduzir viés, pois falta o anonimato típico de métodos tradicionais de avaliação. Esta ausência de anonimato pode comprometer a confidencialidade dos participantes (#11). Além de que métodos, como o Q método, podem limitar a expressão dos participantes a declarações predefinidas, além de exigir um esforço considerável e a participação de avaliadores experientes para análise (#14)
- Não é possível identificar quais as ferramentas de avaliação que foram desenvolvidas e aplicadas (#11)
- A avaliação é teórica e subjetiva, com dificuldades em operacionalizar ou medir critérios de forma precisa (#12; #13; #20; 23; #26; #36)
- Os resultados não são comparáveis entre projetos, e a falta de critérios mensuráveis prejudica a avaliação (#18; #26; #31). Além de que nem todos os critérios são alcançáveis em todas as intervenções, o que dificulta uma comparação detalhada da implementação (#30)
- Falta adaptabilidade a contextos altamente participativos (#24)
- Dificuldade associada ao facto de que a maioria dos critérios se refere direta ou indiretamente ao processo, apesar de poderem estar na categoria de resultados (#25; #28)
- Recursos necessários para a realização da avaliação (monetários, humanos e tempo) (#32; #33; #38) e a necessidade de uma equipa afeta à avaliação (#27). Adicionalmente, no caso da avaliação contínua do processo, onde a avaliação da existência da mudança nos participantes é realizada por observação das sessões pode gerar desconfiança (#27)
- O sistema de avaliação binária, ou de recursos a escala de pontuação, pode ser simplista e não capturar a instabilidade, além de não se conseguir reduzir fatores contextuais importantes a uma pontuação relativa (#22; #23; #30; #31)
- Difícil de operacionalizar devido ao tempo e recursos necessários, e além da falta de informações práticas sobre como avaliar cada fase do processo participativo (#32).
- Na avaliação com base em análise documental, onde o processo participativo pode não estar bem documentado, dificultando a obtenção das informações necessárias para a avaliação (#33)

→ Falta de incorporação da visão das partes interessadas / participantes (#33; #34)

4.4.3 Boas práticas e limitações

No seguimento da análise, com base na informação previamente apresentada, foram identificados os principais atributos associados aos pontos fortes identificados e às oportunidades associadas a cada metodologia analisada, o que constitui boas práticas para um processo de participação. Por outro lado, através da análise dos pontos fracos e das possíveis ameaças na aplicabilidade das metodologias analisadas, foi possível extrair um conjunto de limitações associadas à implementação de um processo de avaliação, em contexto de avaliação de um processo de participação pública.

4.4.3.1 Boas Práticas associadas ao processo de avaliação

É de notar que a avaliação de um processo de participação, por norma, não avalia o resultado da participação na ótica do resultado do produto final (qualidade da decisão), uma vez que parte da premissa que se os participantes propuseram, era porque consideram que fazia sentido (E1, E2, E4, E5). No entanto, é avaliado se atingiu o objetivo e foi implementada a decisão. No caso do produto final não se encontrar no âmbito de atuação e/ou não pode ser implementado ou, mesmo, se já existe, pode-se considerar um defeito do processo. Sendo a qualidade e eficácia do processo um dos principais motores da avaliação de um processo de participação. Como é possível verificar nas boas práticas listadas de seguida:

- **Avaliação com base na "Eficácia" do processo de participação** (#07; #08; #18; #20; #22), procura de, "*à priori*", definir o conceito de eficácia do processo participativo em questão.
- **Envolvimento de Especialistas e partes interessadas:** Existe um reconhecimento do papel fundamental dos especialistas e partes interessadas na criação e validação dos critérios e indicadores utilizados para avaliação. Esta abordagem colaborativa assegura que os indicadores sejam relevantes e aceites pelas diferentes partes envolvidas, aumentando a validade e aplicabilidade dos resultados (#02; #11; #14; #18);
- **Planeamento da avaliação:**
 - **Realizar avaliação inicial – pré projeto:** Estabelecer, no início do projeto, um processo que envolva os participantes ou a equipa do projeto a mapear os objetivos e resultados esperados. Representa uma base para uma avaliação "*posterior*" de impacto a longo prazo. (#15; #32);

- **Importância da Avaliação Contínua:** É enfatizada a necessidade de uma avaliação contínua para medir mudanças e garantir a eficácia do processo ao longo do tempo, ainda que os resultados da avaliação sejam incluídos no processo. (#01, #21, #26).
- **Flexibilidade e adaptabilidade:** Ser flexível o suficiente para se adaptar a diferentes contextos. Essa adaptabilidade torna a ferramenta útil em diversos contextos, potencialmente aumentando sua eficácia e relevância. (#28);
- **Objetividade:** Relacionar os propósitos da participação pública aos possíveis resultados a serem considerados na avaliação (#23), incluindo os resultados de aprendizagem (*Learning Outcomes*) (#26; #27; #28). Considerar a definição de metas sociais tangíveis como um resultado esperado do processo participativo. (#02);
- **Foco no Processo e não apenas no produto final:** Ênfase maior na avaliação do processo de participação, em vez de se concentrar apenas nos produtos finais, reconhecendo a complexidade da participação pública. Desta forma valoriza-se o processo como um fim em si mesmo, e não apenas como um meio para alcançar resultados. (#02);
- **Utilizar critérios de "Processo" e critério de "Resultado":** ter presente que os critérios de processo e os critérios de resultado, podem não estar ao mesmo nível, pois os últimos estão dependentes e/ou são afetados pelos vários fatores que influenciam o processo. (#16);
- **Existência de recursos (#04; #34) para a realização da avaliação e a possibilidade de considerar uma avaliação interna e uma avaliação externa (#21).**

4.4.3.2 Limitações associadas ao processo de avaliação

Por sua vez, as limitações associadas à implementação de um processo de avaliação em contextos participativos, encontram-se essencialmente relacionadas com a operacionalização do conceito de "Eficácia" do processo de participação, os recursos necessários e a ausência de uma cultura de planeamento do processo de avaliação no início da preparação do processo de participação, conforme ilustrado de seguida:

- **Ausência de planeamento inicial do processo de avaliação:** leva à dificuldade de ter informação base para a mediação dos critérios de avaliação que, por vezes, são só estabelecidos posteriormente (#27; #33). Além de acentuada a falta de informações práticas sobre como avaliar cada fase do processo participativo (#32);
- **Complexidade e Recursos:** um processo de avaliação requer tempo, recursos financeiros e humanos treinados (#19; #27 #32; #33);

→ **Falta de orientações práticas:**

- A nível da definição de critérios;
- A falta de diretrizes claras sobre os métodos recolha de dados, fontes de informação e unidades de medida, o que dificulta a operacionalização dos critérios. (#12; #13; #20; #23; #26; #36);
- Há dificuldade em definir ferramentas precisas para medir critérios e identificar fatores contextuais que afetam a eficácia dos métodos de participação (#03; #07);

→ **Foco na teoria em vez da prática:** Apresentação de critérios apenas teóricos (#02; #03; #08; #16), sem propostas práticas de implementação, o que pode tornar esses critérios difíceis de alcançar e influenciar ou condicionar a avaliação;

→ **Subjetividade e falta de representatividade:**

- As avaliações são realizadas por especialistas externos ou elementos que acompanham de perto os processos, mas a maioria não incorpora critérios definidos considerando perspectivas dos participantes (#33; #34);
- Pode resultar em análises subjetivas (#03, #16) e possivelmente enviesada, por estarem dependentes da opinião e juízo valor do avaliador (#07, #28; #31);
- Dificuldade em promover um processo participativo de avaliação considerando as opiniões dos participantes, mas garantindo a sua confidencialidade (#11);

→ **Dificuldade de Replicação:** dificuldade em apresentar instrumentos de avaliação replicáveis, pois na maioria dos processos de avaliação não explicam como os critérios foram aplicados aos estudos de caso nem como algumas conclusões foram obtidas. Além que a falta de critérios mensuráveis prejudica a avaliação (#18; #26);

→ **Aplicabilidade limitada:** Características de um processo colaborativo tornam difícil uma abordagem única (#08).

4.5 Conclusão

Através da análise reportada no presente capítulo, considerando o mapeamento das metodologias de avaliação de processos participativos, por um processo de revisão de literatura sistemática e bem como por um processo de recolha de testemunho com recurso a entrevistas, permitiu a identificação de um conjunto de questões relevantes para compreender o estado atual do campo da avaliação de processos de participação pública.

Como em qualquer área de intervenção e investigação, também aqui, se destaca que é essencial como para qualquer projeto, o estudo da avaliação, uma vez que sem ela não se produz conhecimento nem se promove a melhoria contínua. No entanto, continua a faltar uma cultura sólida de avaliação, bem como a atribuição dos recursos necessários, nomeadamente: tempo, financeiros e humanos. Sendo a avaliação raramente integrada no planeamento inicial de um processo de participação. Esta falta de planeamento compromete a obtenção de dados-base para medir, de forma adequada, os critérios de avaliação, que são definidos posteriormente. Contribuindo, também, para a falta de orientações práticas sobre como avaliar cada fase do processo participativo, tendo critérios teóricos que não acompanham a necessidade prática da avaliação. Existe consenso que estes critérios devem estar alinhados com o propósito da participação bem como com os objetivos específicos do processo participativo em causa. Estes critérios devem refletir tanto o processo desenvolvido como os seus próprios resultados, considerando como um dos resultados a existência de produtos finais tangíveis que respondem aos objetivos específicos do processo participativo, mas não a sua qualidade, sendo o foco da avaliação o processo criado e não apenas o seu produto final. Representando a eficácia e/ou qualidade do processo participativo o eixo orientador da avaliação, é medir / entender a eficácia do processo criado, bem como o potencial transformativo/impacto que o processo promoveu. O foco é na avaliação sumativa, final do processo participativo, mas é salientada também a importância de uma avaliação formativa, que permita a integração no processo de medidas corretivas, se necessário.

É importante considerar que dado as características intrínsecas a um processo participativo, o processo de avaliação deve ser suficientemente flexível para se adaptar a diferentes contextos e deve considerar várias fontes de informação, de forma a existir uma triangulação de perspetivas. Um processo de avaliação exige planeamento e monitorização, pelo que pode ser incluído como parte do processo participativo, como um subprojecto, mas beneficiando de uma figura que esteja responsável pelo controlo da sua execução. Existe a necessidade de ter tempo no processo participativo para a avaliação, mas que esta deve contemplar uma metodologia simples, sem ser simplista, integrando a perspetiva externa e interna, incluindo dos próprios participantes. Um dos desafios é introduzir o processo de avaliação como uma mais-valia para melhorar os processos de participação, pelo uso das suas recomendações e, tornar uma prática o planeamento da avaliação, desde a base da conceção do processo participativo.

Como resultado da análise realizada, mapeamento e caracterização de metodologias de avaliação a casos práticos identificados na literatura, além da identificação das boas práticas e limitações, foi elaborada uma base de dados. Esta base de dados constitui um Repositório da

avaliação de processos de participação, que disponibiliza as várias metodologias e métodos identificados e que permite a sua consulta pelas partes interessadas, definido no Capítulo 5. Ainda como resultado da presente análise, os resultados permitirão a identificação das boas práticas a considerar no desenho do Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos e as limitações que este se propõe ultrapassar, como reportado no Capítulo 6.

REPOSITÓRIO DE PUBLICAÇÕES - AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

No seguimento da análise presente no capítulo anterior, foi desenvolvida uma base de dados que irá constituir um Repositório de publicações, com a avaliação de processo de participação. O objetivo é contribuir para disponibilizar e tornar acessíveis, de forma sistemática, as várias metodologias de avaliação da participação e métodos, permitindo a consulta e facilitando o seu uso pelas partes interessadas. O desenvolvimento do Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos, denominado ao longo do texto como Repositório, encontra-se reportado no presente capítulo.

5.1 Objetivo e pressupostos

O Repositório é composto por publicações que reportam processos de avaliação da componente participativa. O Capítulo anterior reporta a análise e sistematização destes processos, o que permitiu o mapeamento e agregação de diferentes metodologias que integram a base de dados. Isto constitui a base do Repositório, onde se assume como metodologia de avaliação a que é descrita em cada publicação. Estas publicações integram o Repositório como exemplos práticos da implementação de processos de avaliação de processos com abordagens participativas. Dadas as características intrínsecas a processos de participação e à não padronização da sua avaliação, as metodologias presentes, apesar de similares, apresentam algumas divergências no tipo de avaliação, métodos e análise. No entanto, os estudos de caso que integram o Repositório encontram-se maioritariamente relacionados com avaliações de carácter sumativo (após o término do projeto) e processos com participação ativa, onde é esperado que os participantes tenham algum grau de influência no processo decisório.

Pretende-se, com este Repositório, disponibilizar e facilitar a consulta destas metodologias por parte das partes interessadas, a fim de informar e inspirar formas de avaliação da componente de participação, tornando acessível a informação relacionada com o processo de avaliação. Para isso, é objetivo último do Repositório estar disponível e acessível para consulta de todos, em acesso aberto, tendo sido desenvolvido em língua inglesa por ser considerada uma língua "universal" e a mais utilizada em contexto académico e internacional. Os principais atributos constituintes do Repositório estão relacionados com as questões tipo/chave para o desenvolvimento de um processo de avaliação (Chess, 2000).

O Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos permite a pesquisa, com base no interesse da parte interessada - utilizador, devolvendo as metodologias hierarquizadas considerando, em primeiro lugar, as que melhor cumprem os pressupostos assumidos pelo utilizador. O processo de consulta encontra-se sintetizado na Figura 5.1.

Repositório de publicações - Avaliação de projetos participativos



Pesquisa por parte do utilizador:

É apresentado um conjunto de 12 atributos e respetivos itens onde:

- Utilizador conforme a metodologia de avaliação que procura e o que considera essencial estar presente classifica os diferentes atributos de 0–Sem importância a 100–Muito importante;
- Posteriormente deve selecionar os itens que tem interesse que esteja presentes nas metodologias que vai consultar.

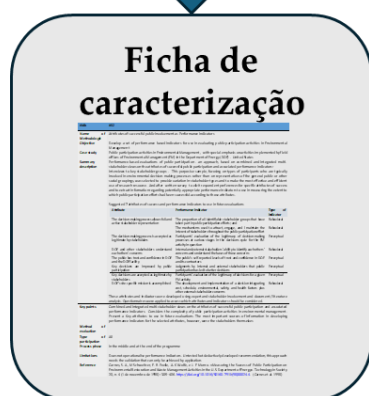
Devolve



Matriz de Resultados:

- O repositório devolve uma matriz de resultados, onde se destaca as metodologias com pontuação superior por serem as que melhor vão de encontro aos critérios de pesquisa do utilizador. Quando maior o retângulo, maior a pontuação da metodologia;
- Na matriz de resultados, o utilizador decide quais as metodologias a consultar..

Consulta



Consulta das metodologias:

- Consulta das fichas de caracterização das metodologias selecionadas;
- Informação presente permite redirecionar para a publicação original, para informações adicionais.

Figura 5.1 - Processo de consulta por parte das partes interessadas, utilizadoras do Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos

A operacionalização do Repositório e a caracterização dos atributos constituintes e correspondentes itens de pesquisa encontram-se detalhados de seguida nos pontos 5.2 e 5.3.

5.2 Definição dos atributos

Cada uma das características analisadas anteriormente foi transformada em atributos do Repositório, tendo como base as principais questões associadas ao desenvolvimento de um processo de avaliação, como descrito em (Chess, 2000). Os atributos definidos também invocam referências às boas práticas de implementação de um processo participativo que são comumente utilizadas como critérios de avaliação na literatura analisada. Posto isto, cada atributo é composto por um conjunto de itens e encontra-se descrito na Figura 5.1.

Tabela 5.1 - Lista de atributos que constituem o Repositório de publicações sobre a avaliação de projetos participativos e respetivos itens

Atributo	Item	Descrição
Tipo de avaliação	Formativa	O documento a consultar pode reportar diferentes tipos de avaliação, que condicionam a forma e a informação recolhida, que estão associados aos objetivos da avaliação: - <u>Formativa</u>: geralmente uma avaliação ao longo do projeto, que tem como objetivo monitorizar o seu avanço e garantir pequenos ajustes de forma a atingir os objetivos. - <u>Sumativa</u>: reportar o que foi feito e verificar se atingiu os objetivos, normalmente é realizada no final do projeto. - <u>Impacto</u>: Alguns meses ou anos após o fim do processo, centra-se nos resultados a longo prazo dos programas.
	Sumativa	
	Impacto	
Nível de participação do projeto a ser avaliado	Participação Ativa	Considerando que, nos projetos envolvendo formatos participativos, podem segundo "Os níveis de participação pública" da OCDE, encontra-se dividida em três níveis de participação e colaboração, considerando por ordem ascendente: "Informação", "Consulta" e "Participação Ativa"
	Consulta	
	Informação	
Formato de participação	Presencial	Um projeto de participação pode ocorrer em formatos presenciais e/ou online, e tem de ser tido em conta num processo de avaliação, dado o impacto que pode gerar a nível das dinâmicas criadas.
	Online	
Área temática do projeto	Ambiente	A área do projeto a ser analisado é importante para que as metodologias a selecionar se possam ajustar melhor ao contexto do mesmo. Assim, as áreas temáticas identificadas são as presentes nas publicações que constituem o Repositório.
	Sustentabilidade	
	Ordenamento do território e planeamento territorial	
	Programas sociais	
	Sector da saúde	
	Outros	

Atributo	Item	Descrição
Método de avaliação	Quantitativos	A escolha, por método de avaliação mais quantitativo e/ou qualitativo, vai impactar a metodologia de avaliação, análise da informação e os resultados atingidos. A escolha do método depende do tipo de dados e os objetivos pretendidos. Uma abordagem mais quantitativa permite a apresentação de resultados mais objetivos, baseados na recolha de dados estatísticos e estruturados, analisados de forma sistemática. Uma abordagem mais qualitativa irá dar mais detalhes de o contexto interpretar o fenómeno que observa, com menos ênfase em estatísticas e dados estruturados e com resultados que são mais subjetivos.
	Qualitativos	
Critérios de avaliação	Contexto	Interessa perceber/definir o âmbito de avaliação em que se vai aplicar os critérios. Os critérios podem dizer respeito ao desenvolvimento do processo de participação "Processo", ao contexto em que a participação ocorre "Contexto" e aos resultados do processo de participação considerando resultados tangíveis e intangíveis, denominados por "<i>Outcome</i>". O balizar do âmbito dos critérios permite dar uma direção à avaliação. De notar que podem existir critérios de avaliação em mais do que um dos âmbitos identificados e que uma avaliação pode conter critérios de Contexto, Processo e <i>Outcome</i>.
	Processo	
	<i>Resultado</i>	
Interesse em que a avaliação permita a comparação com outros projetos	Sim	Relevância em comparar na ótica da melhoria contínua os resultados da avaliação de diferentes processos de participação, permitindo o ajuste de métodos de participação a contextos similares. A possibilidade de comparação de resultados aumenta a probabilidade de identificação de boas práticas e/ou fatores limitantes.
	Não	
Base para definir os critérios	Baseado no utilizador (experiência/conhecimento das principais partes interessadas)	O conhecimento base para o estabelecimento dos critérios de avaliação pode estar enquadrado ao nível do quadro teórico ou das experiências dos envolvidos no processo. Neste atributo é importante perceber se a definição dos critérios toma uma componente mais participativa com o envolvimento das partes interessadas/envolvidos no processo e/ou se foca na abordagem mais tradicional da definição apenas por princípios teóricos.
	Baseada na teoria (assente num quadro concetual/teórico do envolvimento do público)	
Quem avalia?	Avaliação externa	A seleção de quem está responsável pela avaliação influencia os resultados e metodologia da mesma. É importante perceber que tipo de avaliação se pretende, se uma avaliação <u>externa</u>, geralmente por um entidade/alguém que não tem papel no projeto ou não é parte da equipa do mesmo, e, portanto, por vezes não está a par do contexto; se

Atributo	Item	Descrição
	Avaliação participativa (interna)	uma avaliação <u>interna</u> pressupondo que é conduzida por um elemento que está dentro do processo participativo, que participa ou promove o mesmo, que, portanto, está dentro do contexto. Um processo de avaliação pode conter os dois tipos de avaliação com as responsabilidades bem definidas. Uma avaliação realizada por uma equipa externa não pressupõe a exclusão da equipa interna e de participantes na recolha de dados e participação na avaliação.
Quem vai estar envolvido na avaliação	Participantes / Partes interessadas	Definir quem considera que é importante contribuir para avaliação tanto na recolha de informação como na análise. As publicações presentes no Repositório apresentam metodologias que permitem fazer esta distinção.
	Equipa do projeto	
	Equipa de facilitação / moderação	
	Promotor	
	Apenas avaliadores	
	Todos os intervenientes	
Tipo de documento que prefere consultar	Baseado no estudo de caso	O Repositório é composto por metodologias que assentam em estudos de caso, com aplicações práticas, mas também por publicações que apresentam pressupostos teóricos para a definição do processo de avaliação.
	Diretrizes para planear uma avaliação	
Alguns critérios normalmente avaliados (facultativo)	Aceitação	A lista de itens elaborada, apresenta alguns dos critérios que estão incluídos nas publicações analisadas e consequentemente nas metodologias presentes no Repositório. O âmbito dos critérios encontra-se associados a características de processo e de resultado. Estes critérios encontram-se ligados com o que na teoria são as características que um bom processo de participação e devem ser assegurados para que o processo seja considerado um processo de participação ativa. Os critérios estão discriminados na interface de pesquisa, para o caso do utilizador, ter, <i>a priori</i> , uma ideia de alguma característica específica que gostaria que estivesse incluída na metodologia de avaliação a consultar. Neste caso, pode acrescentar essa característica.
	"Capacity building" / Reforço das capacidades	
	Comunicação	
	Resolução de conflitos	
	Relação custo-eficácia	
	Envolvimento precoce nas fases iniciais	
	Eficácia	
	Facilitação / moderação	
	Equidade	
	Influência / impacto na tomada de decisões	
	Conhecimento	
	Aprendizagem	
	Legitimidade	
	Satisfação dos participantes	
	Acessibilidade de recursos	
	Capital social	
	Representação das partes interessadas / Inclusão	
	Transparência e confiança	

Após a definição dos atributos constituintes do Repositório, foi necessário desenvolver o Repositório como ferramenta de pesquisa de forma a garantir a sua operacionalização e consulta por partes interessadas, denominadas como utilizadores.

5.3 Caracterização e operacionalização do Repositório

Desta forma, o desenvolvimento do Repositório como ferramenta de pesquisa decorreu em diferentes fases:

A. Caracterização e classificação das metodologias a integrar no Repositório de Avaliação

Foram caracterizadas as metodologias encontradas nas publicações analisadas na revisão sistemática e identificadas pelas entrevistas aos intervenientes-chave, conforme reportado no capítulo anterior, Capítulo 4.

Cada uma das metodologias de avaliação foi analisada com base num conjunto de características comuns a um processo de avaliação. Estas características incluem: objetivo; quem avalia; quem é envolvido no processo; método (quantitativo; qualitativo); tipo de avaliação (formativa; sumativa; impacto); tipologia de critérios (teóricos com base num quadro concetual/teórico da participação pública e/ou empíricos com base na experiência/conhecimento das principais partes interessadas); tipo de ferramenta para recolha de informação base, bem como identificação de determinadas características comumente presentes na avaliação de processos de participação. Esta análise permitiu a classificação dos 12 atributos a constar no Repositório e os respetivos 38 itens associados, conforme Tabela 5.1. A classificação de cada item foi realizada com a premissa de que se encontrava presente ou não presente na metodologia em análise.

Adicionalmente, conforme reportado, na sequência da análise e caracterização realizadas para cada publicação foi produzida uma ficha de caracterização, Apêndice D, que contempla as seguintes informações:

- Nome do instrumento de avaliação (se não tiver um nome definido, o mesmo foi dado pelo autor com base na abordagem de avaliação);
- Objetivo;
- Estudo de caso (quando aplicável);
- Descrição sumária;
- Pontos-chave;
- Método de avaliação (desenho qualitativo e/ou quantitativo);
- Tipo de participação do processo / projeto em avaliação;
- Fase do processo participativo onde ocorre a avaliação / tipologia de avaliação (sumativa/formativa/impacte);
- Possíveis limitações; e

- Referência.

As fichas de caracterização irão estar igualmente disponíveis no Repositório para consulta dos utilizadores.

Desta análise e sistematização resultou a identificação e caracterização de 38 metodologias a integrar o Repositório, que se encontram codificadas com o número de identificação, Tabela 4.6.

Após o processo de caracterização, o desenvolvimento do Repositório como ferramenta de pesquisa e identificação das metodologias que vão de encontro aos critérios do utilizador encontra-se reportado na fase seguinte, **Fase B - Operacionalização do Repositório como Ferramenta de pesquisa.**

B. Operacionalização do Repositório como Ferramenta de pesquisa

O Repositório foi desenvolvido com recurso a *software* de Folha de Cálculo - Microsoft Excel, consistindo em duas etapas sequenciais:

- Etapa 1 - Critérios pré-definidos pela caracterização das metodologias
- Etapa 2 - Escolha do utilizador

A Etapa 1, com base nos critérios pré-definidos pela caracterização das metodologias, contempla a classificação dos itens de cada um dos atributos, com base na informação presente na metodologia. Neste âmbito transforma-se em dados numéricos, onde se apresenta igual ao valor 1, se presente, e o não presente assume o valor 0, não sendo objeto de valorização. Como é possível verificar na Tabela 5.1, existem atributos que contêm mais itens do que outros, pelo que, para garantir o mesmo peso dos diferentes atributos aquando da escolha da metodologia, procede-se à normalização do valor de cada atributo. Esta normalização é realizada através do cálculo do valor relativo de cada item (Eq.1) do respetivo atributo:

$$V_{Relativo\ do\ Item} = \frac{1}{n^{\circ}itens\ do\ atributo} \quad (1)$$

Este valor relativo do item, ou seja, o peso que determinado item tem no atributo para o qual contribui, é igual para todas as metodologias integrantes do Repositório. Nesta fase, o valor de cada atributo é igual a 1, e é a soma dos valores relativos dos itens que constitui o atributo. De seguida, para cada uma das 38 metodologia é calculado o valor do item (Eq.2) de cada atributo considerando a classificação previamente definida (1- Presente; 0- Não presente) ($C_{Pré-definida}$), e o peso do valor relativo do item:

$$V_{Item} = V_{Relativo\ do\ Item} \times C_{Pré-definida} \quad (2)$$

O valor de cada atributo (Eq.3) materializa-se no somatório dos valores calculados para cada um dos seus itens.

$$V_{Atributo} = \sum V_{Item} \quad (3)$$

A pontuação atribuída a cada uma das 38 metodologias encontra-se associada ao somatório do valor dos vários atributos.

Esta pontuação reflete a hierarquização das metodologias, considerando que todos os atributos têm o mesmo peso e que todos os itens interessam ao utilizador, o que não reflete as metodologias presentes no Repositório que divergem nas suas diferentes características. Deste modo, torna-se necessário desenvolver a pontuação das metodologias com base na escolha do utilizador, Etapa 2.

No desenvolvimento da Etapa 2 partiu-se do pressuposto de que o utilizador avalia, inicialmente, cada um dos atributos consoante o grau de importância para o seu objetivo. Nesse sentido, classifica cada um dos atributos numa escala de 0 (Sem importância) a 100 (Muito importante). Posteriormente, seleciona os itens do atributo, consoante o interesse dos mesmos (1-Interessa; 0-Não interessa). Esta informação permitirá calcular o valor de pesquisa do atributo que tem em conta o valor de pesquisa dos itens que o constituem. Este valor de pesquisa do item (Eq.4) é calculado considerando o peso da importância do atributo ($I_{atributo}$) indicado pelo utilizador, selecionando, ou não, no item (S_{Item}), tendo por base o valor do item, calculado na Etapa 1.

$$V_{Pesquisa\ do\ Item} = V_{Item} \times I_{atributo} \times S_{Item} \quad (4)$$

Seguindo a lógica apresentada na etapa 1, o Valor de Pesquisa do atributo ($V_{Pesquisa\ atributo}$) é o somatório do valor de pesquisa de cada item que o constitui e, por sua vez, a pontuação atribuída a cada metodologia é o somatório dos valores dos seus atributos (Eq.5).

$$Pontuação\ da\ metodologia = \sum V_{Pesquisa\ do\ atributo} \quad (5)$$

Esta abordagem permite que cada utilizador identifique os seus critérios de pesquisa, que vão originar diferentes valores de pontuação nas metodologias em análise. Como resultado, será permitido identificar as metodologias que melhor respondem às necessidades do utilizador. Para a visualização dos resultados recorre-se à hierarquização das metodologias, destacando-se as que obtêm pontuação superior, com recurso ao gráfico *Treemap*. Este tipo de representação gráfica permite comparar valores em níveis de hierarquia e mostrar proporções em níveis hierárquicos com retângulos, onde quanto maior é o retângulo, maior a pontuação, comparativamente aos restantes. Adicionalmente, estará disponível aos utilizadores a lista de resultados hierarquizados para consulta complementar da pontuação atribuída.

5.3.1 Definição dos critérios de pesquisa

Conforme enunciado, o objetivo do Repositório é permitir a consulta por partes interessadas das metodologias de avaliação. Desta forma, dados os diferentes objetivos de avaliação, é importante que o utilizador consulte inicialmente as que melhor respondem às suas necessidades. A metodologia proposta na Etapa 2 permite essa seleção por parte dos utilizadores, representando a base para o desenvolvimento dos critérios de pesquisa. Os critérios de pesquisas encontram-se divididos em dois níveis distintos, Figura 5.2. O nível 1 é constituído pelos atributos enquanto o nível 2 representa os itens que constituem o atributo. Cada um dos 12 atributos encontra-se identificado na Tabela 5.1.

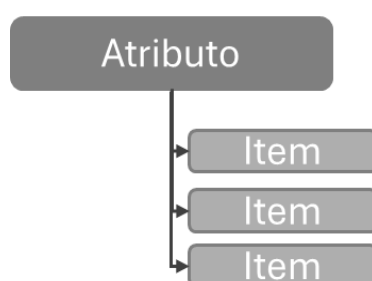


Figura 5.2 - Critérios de pesquisa do utilizador do reportório

A pesquisa deverá ser iniciada pelo nível 1, referente aos atributos. Para a identificação da importância de cada um dos atributos, os utilizadores irão recorrer ao sistema de 100% do grau de importância, onde 0-Sem importância e 100-Muito importante. Esta identificação permite que os atributos prioritários para o utilizador tenham uma pontuação superior, e retirar pontuação aos que se revelam menos importantes na ótica do utilizador.

No que se refere à classificação do nível 2, os itens, o utilizador seleciona os que tem interesse que constem nas metodologias que irá consultar. No caso de não existir interesse no item, o valor de pesquisa dos itens é nulo.

Como resultado, o Repositório calcula as pontuações a atribuir a cada metodologia que consta no mesmo e devolve a informação de quais as metodologias que melhor respondem ao solicitado.

5.4 Desenvolvimento da interface e visualização dos resultados

O estabelecimento dos critérios de pesquisa permitiu o desenvolvimento da interface de pesquisa, com recurso à ferramenta Microsoft Excel, que possibilitou às partes interessadas

consultar o Repositório. Optou-se pela operacionalização do Repositório através da elaboração de uma interface, dado que esta é uma forma de ligar dois sistemas distintos. O recurso às tecnologias digitais para a operacionalização desta ligação é fundamental, uma vez que as interfaces informáticas são utilizadas como estruturas de exploração de conteúdos (Blair-Early & Zender, 2008).

O design da interface do utilizador refere-se à construção de uma interface que promova a interação do utilizador com o *software* (Silveira et al., 2022), no presente caso entre o utilizador e o Repositório, através da ferramenta Microsoft Excel. Na literatura existe consenso quanto à existência de um conjunto de princípios que devem ser considerados no design da interface, de forma a promover um efeito positivo na sua usabilidade (Ruiz et al., 2021).

O presente desenvolvimento da interface foi realizado de forma empírica, tendo em conta: o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto *Engage 2020*¹⁰, embora este projeto tenha outro foco - a seleção de técnicas de participação; e, simultaneamente, considerando os princípios gerais relacionados com o visual da interface, presentes na literatura. Princípios estes, relacionados com sua estrutura e simplicidade; utilização de atalhos (Ruiz et al., 2021); iniciar com um ponto de começo de utilização óbvio e de reiniciar a pesquisa (Blair-Early & Zender, 2008). Adicionalmente, considera-se o princípio de devolver respostas tangíveis às ações do utilizador, o mais imediato quanto possível, em relação à ação (Blair-Early & Zender, 2008; Ruiz et al., 2021). E que as decisões relativas aos elementos visuais, como a fixação de botões e menus utilizados na interface, podem ter impacto na melhoria da sua usabilidade (Silveira et al., 2022), considerando que estes influenciam a eficiência de pesquisa, e a experiência do utilizador (Liu et al., 2021). Além da seleção de que botões e menus utilizar, uma característica também predominante na interface é a componente cor. A cor é considerado ser um elemento crucial (Silveira et al., 2022), pelo que foram considerados os seguintes pressupostos para a escolha da paleta de cores da interface do Repositório:

- Uma percentagem da população adulta sofre de algum grau de daltonismo, uma insuficiência visual que compromete a capacidade de distinguir diferentes cores (ColorADD, 2022; Colour Blind Awareness, 2024), como o verde e o vermelho (Colour Blind Awareness, 2024; Maguire, 1999), pelo foi evitada a sua utilização;

¹⁰ O projeto *Engage 2020* desenvolveu um Catálogo de Ação Engage2020, uma ferramenta de apoio à decisão *online* que visa permitir que investigadores, decisores e outros que desejem envolver a sociedade em investigação e inovação encontrem o método mais adequado para as suas necessidades (<http://engage2020.eu/>).

- Combinações de cores específicas influenciam a legibilidade, o tempo de pesquisa, o tempo de resposta e a contagem de fixações (Liu et al., 2021), uma vez que pode estruturar o visual e grupo de categorias de dados e para ajudar o utilizador a identificar os elementos da interface (Maguire, 1999);
- A utilização de demasiadas cores pode criar uma apresentação confusa, onde o número de códigos de cores deve ser mantido dentro de limites razoáveis (4 ou 5) (Maguire, 1999);
- Texto colorido é preferível ser em elementos temporários, como os menus de escolha. Para texto permanente e/ou longo, utilizar cores neutras como preto ou branco (Maguire, 1999);
- Combinações de cores, como branco em azul ou azul em branco, têm melhor legibilidade (Liu et al., 2021);
- Usar cor pálida/ténue, escura ou neutra, como fundo da interface (Maguire, 1999).

Simultaneamente, outro dos princípios de design da interface considerado foi a conceção iterativa da interface, para eliminar problemas de usabilidade através do envolvimento de utilizador no design (Ruiz et al., 2021). Neste sentido, foram realizados 6 ensaios de usabilidade: 4 a potenciais utilizadores do Repositório e 2 a não-utilizadores tipo. Foi explicado aos utilizadores que o objetivo era a seleção para consulta das metodologias, que respondem ao tipo de avaliação que se pretende implementar. Foi assim solicitado que realizassem a ação de pesquisa na interface proposta, Apêndice B. 1, tendo em conta os critérios de pesquisa que considerassem importante. Ao relatarem a experiência de utilização, foi-lhes pedido que identificassem também dois aspetos que gostassem e dois aspetos a melhorar. Nos aspetos positivos foi identificada a utilidade, o grafismo, dada a quantidade e complexidade da informação, e o facto de se poder ponderar os atributos para a escolha das metodologias, com subníveis. Consideraram que, no que diz respeito aos atributos, um a um, ajuda o utilizador a refletir sobre o que efetivamente pode ou não interessar. E que as instruções dadas na página inicial eram simples e intuitivas para a utilização do Repositório. Como principais aspetos a melhorar na utilização de cores e dar foco aos únicos campos que o utilizador pode selecionar, pronunciaram-se pela simplificação no nome das folhas/separadores constantes na ferramenta no Repositório. No que se refere à visualização dos resultados, a visualização através do gráfico *TreeMap* foi considerada interessante pelos utilizadores, mas foi indicado que quando existem pontuações próximas de metodologias pode ser difícil distinguir quais as que melhor respondem à pesquisa e que também gostariam da visualização dos resultados num formato mais numérico.

Com base nos pressupostos enunciados e dos ensaios de usabilidade, foi desenvolvida a versão final da interface do Repositório, ajustada para se adequar melhor ao utilizador, como se descreve no ponto seguinte.

5.4.1 Interface do Repositório

Antes da apresentação da Interface do Repositório é importante indicar algumas considerações práticas, nomeadamente conforme referido, o Repositório foi desenvolvido em língua inglesa. A nível do grafismo, foram escolhidas as cores azul e branca e preta, como as paletes de cor base, por serem consideradas as que têm maior legibilidade (Colour Blind Awareness, 2024; Liu et al., 2021). No desenvolvimento dos botões de pesquisa e navegação na interface recorreu-se ao formato retângulo com forma arredondada, por ser considerado com melhor satisfação de uso pelos utilizadores quando comparado com formas circulares ou totalmente retangulares (Liu et al., 2021).

O Repositório encontra-se dividido em quatro áreas principais, que ocorrem de forma sequencial, Figura 5.3.

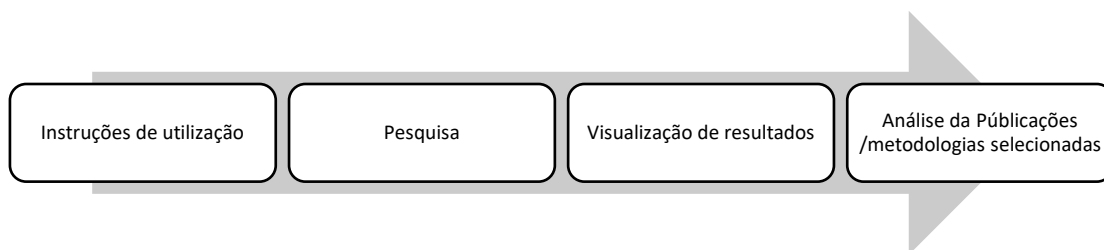


Figura 5.3 - Diferentes áreas constituintes do Repositório

O utilizador tem acesso à área referente às instruções de utilização, Figura 5.4, onde se encontra explicado o funcionamento da ferramenta de pesquisa e da visualização de resultados. Adicionalmente, contém a informação referente ao público-alvo, o objetivo do Repositório e, por último, as instruções de uso. Após a visualização das mesmas, o utilizador é convidado a avançar para a ferramenta de pesquisa através do botão "Pesquisa/ Search".

Instructions for use: The tool allows users to prioritise the methodologies that best meet their identified requires. The interface use are describe below.

Repository of publications on evaluation of participatory projects		Advanced	Quick	Simple	Meta-data
		Research - 19 Jul 2016			Link Center
					English
Forms of evaluation	100	Evaluative approaches Impact			
Level of participation: projects under evaluation	100	Active participation Consultative Information			
Focus in focus on either participation	100	Focus to focus Participation			
Subject areas of the projects to be evaluated	100	Environment Societal Local level or Territorial Planning Health under Other			
Method of evaluation	100	Quantitative design Qualitative design			
Criteria for evaluation	100	Content Process Outcome Climate			
Assessment that allows the results to be compared with other projects	100	Yes No			
Distinguishing criteria	100	Unpublished (properties of key stakeholders) Theory based (as a conceptual/theoretical framework of public			
Who evaluates	100	Outside evaluation (External) In-house evaluation (Internal)			
Who will be involved	100	Participants - Individuals Project team - Self Facilitator - facilitation team Other evaluators Self-evaluation			

Return

Results matrix

[illegible]

Consult

[illegible]

Entity	Percentage
Current government	55

☐	Item 1
☐	Item 2
☒	Item 3

To consult the methodologies characterisation sheet, should go to the button "Methodology" and selected the methodology to be consulted.

Search

100

Após a consulta das instruções de utilização, o utilizador avança para a interface com a ferramenta de pesquisa, Figura 5.5. Aqui considerado na ótica do utilizador, este aplica os critérios de pesquisa. Inicia por avaliar a importância que associa a cada um dos 12 atributos, numa escala de 0 a 100. Por predefinição, todos os atributos estão classificados com a pontuação de 50. De seguida considerando a coluna "Opc" da interface apresentada na Figura 5.5, o utilizador seleciona quais os itens que têm interesse que estejam presentes na metodologia a consultar. O utilizador poderá retomar a pesquisa com os campos em modo predefinição, voltando à interface inicial através do botão "Clear" e consultar as instruções de utilização através do botão "Instructions".

Attributes	Opc	Items
Forms of evaluation	☐ Formative ☐ Summative ☐ Impact	
Level of participation the project under evaluation	☐ Active participation ☐ Consultation ☐ Information	
Face to face or online participation	☐ Face to face ☐ e-participation	
Subject area of the project to be evaluated	☐ Environment ☐ Sustainability ☐ Land use & Territorial Planning ☐ social programme ☐ Health sector ☐ Others	
Method of evaluation:	☐ Quantitative design ☐ Qualitative design	
Criteria for evaluation	☐ Context ☐ Process ☐ Outcome	

Figura 5.5 - Interface de pesquisa do Repositório de Publicações sobre a avaliação de processos participativos

A ação realizada pelo utilizador na ferramenta de pesquisa permite operacionalizar todo o Repositório e devolver ao utilizador a matriz com as pontuações resultantes de cada metodologia, salientando as melhores pontuadas. Para a visualização dos resultados o utilizador deverá selecionar o botão "Graphic", que apresenta a matriz de resultados. Poderá também consultar os resultados através de uma lista ordenada de resultados com recurso ao botão "List-Order". No caso de o utilizador sentir que, para selecionar a metodologia a consultar necessita de perceber as pontuações associadas a cada atributo das diferentes metodologias, pode consultar a tabela de resultados desagregados através do botão "Methodologies". De notar que

em todas as páginas de resultados existe um botão para retomar a página de pesquisa "Search".

Para efeitos ilustrativos, na Figura 5.6 encontra-se a aplicação dos critérios de pesquisa que permitiu a identificação e visualização das metodologias que melhor cumprem os critérios do utilizador, que podem ser visualizados através da Matriz de resultados, Figura 5.7.

v0.1 Repository of publications on evaluation of participatory projects

Instructions Clear Methods

List Order Graphic

Attributes	Ops	Items
Form of evaluation	70	☒ Formative ☐ Summative ☐ Impact
Level of participation the project under evaluation	71	☒ Active participation ☐ Consultation ☐ Information
Face to face or online participation	50	☐ Face to face ☐ e-participation
Subject area of the project to be evaluated	60	☐ Environment ☒ Sustainability ☐ Land use & Territorial Planning ☐ social programme ☐ Health sector ☐ Others
Method of evaluation:	50	☐ Quantitative design ☒ Qualitative design
Criteria for evaluation	50	☒ Context ☒ Process ☒ Outcome
Comparison with other projects	50	☐ Yes ☐ No
Determining criteria	50	☐ User-based (experience/expertise of key stakeholders) ☐ theory-based (base on a conceptual/theoretical framework or praxis)
Who evaluates:	50	☐ Outsider evaluation? (External) ☐ Participatory evaluation? (internal)
Who will be involved	50	☐ Participants / Stakeholders ☐ Project team / Staff ☐ Facilitation / moderation team ☐ Promoter ☐ only evaluators ☐ all those involved
Type of document to be consulted	50	☐ Based on the case study ☐ Guidelines to plan an evaluation
Some attributes usually evaluated	50	☐ Acceptance ☐ Capacity building ☐ Communication ☐ Conflict resolution ☐ Cost-effectiveness ☐ Early involvement ☐ Effectiveness ☐ Facilitation / moderation ☐ Fairness ☐ Influence / impact on decision-making ☐ Knowledge ☐ Learning ☐ Legitimacy ☐ Participant's satisfaction ☐ Resource accessibility ☐ Social capital ☐ Stakeholders representation / Inclusiveness ☐ Transparency & Trust

Figura 5.6 - Interface de pesquisa do Repositório de Publicações sobre a avaliação de processos participativos, com o exemplo de aplicação dos critérios de pesquisa

Da aplicação dos critérios de pesquisa pelo utilizador, conforme o exemplo, o Repositório devolve uma matriz de resultados, através do botão "Graphic", onde é possível verificar que as Metodologias que melhor respondem aos critérios de pesquisa são #10; #01; #25; #27.



Figura 5.7 - Matriz de resultados da pesquisa realizada no Repositório

Posteriormente, podem ser consultadas a lista de resultados ordenada, Figura 5.8, recorrendo ao botão "*List-Order*", e a matriz com a classificação por atributo, Figura 5.9, com recurso ao botão "*Methodologies*". De notar que a matriz com a classificação por atributo não se encontra hierarquizada, mas sim ordenada pelo identificador da metodologia.

Figura 5.8 - Lista ordenada das metodologias por pontuação resultante da atribuição dos critérios de pesquisa pelo utilizador

Search List-Order Graphic

Figura 5.9 - Matriz das pontuações atribuídas a cada atributo em cada uma das metodologias

De seguida, o utilizador pode consultar a informação relativa a cada uma destas metodologias, através da sua respetiva ficha de caracterização, Apêndice D. Esta consulta permite ao utilizador verificar se a metodologia tem informação relevante para o seu objetivo e remeter para a publicação original, onde a mesma se encontra mais detalhada.

Na ótica do funcionamento BackOffice, na lógica do servidor, a matriz de base de dados da informação retorna a pontuação calculada para cada uma das metodologias considerando o valor de pesquisa do atributo que tem por base os valores de pesquisa dos seus itens, permitindo identificar quais estão a contribuir mais, ou menos, para a pontuação da metodologia que pode ser consultada no Apêndice B. 2.

5.5 Conclusões

O Repositório de publicações sobre a avaliação de processos participativos aqui reportado encontra-se em formato protótipo desenvolvido com recurso a *software* de Folha de Cálculo - *Microsoft Excel*. Pode ser utilizado por partes interessadas de forma a testar a sua usabilidade, numa primeira fase, para aferir a relevância dos atributos e itens de pesquisa e a usabilidade da interface desenvolvida. A utilização deste Repositório, ainda que em fase de desenvolvimento para uma ferramenta *online* de forma a permitir uma utilização mais generalizada, contribui para a questão de investigação "Como pode a avaliação ser integrada no planeamento da participação em questões de sustentabilidade ambiental recorrendo a tecnologias digitais?". O contributo do Repositório para esta questão de investigação prende-se com o facto de o Repositório disponibilizar a consulta de avaliações de processos participativos de forma agregada e objetiva. Pode, assim, incentivar a sua replicação e, desta forma, promover o aumento da cultura de avaliação do processo participativo, aproximando a teoria à prática de avaliar, fornecendo as informações que possibilitem a implementação do processo de avaliação. Adicionalmente, a consulta do Repositório encontra-se incluída na definição da ferramenta para o planeamento e gestão da avaliação apresentada no Capítulo 6.

AVALIAÇÃO DE PROCESSOS COLABORATIVOS - SISTEMA DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O presente capítulo reporta o desenvolvimento do Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos, doravante denominado como **Sistema**. Os pressupostos assumidos para o desenvolvimento do Sistema consideram as conclusões da análise presente no capítulo 4, sobre as oportunidades identificadas pela SWOT e as boas-práticas e limitações associadas à avaliação de um processo de participação ativa. Nesse sentido, propõe-se uma estrutura para o planeamento e gestão da avaliação de um processo de participação ativa, nomeadamente processos colaborativos, por serem os que têm maior intervenção ao nível decisório.

6.1 Objetivo e pressupostos

Prevê-se que o Sistema proposto contribua para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de processos colaborativos para a co-construção de conhecimento, considerando formas de colmatar as principais limitações encontradas e potenciar as boas-práticas já realizadas.

6.1.1 Pressupostos assumidos

No desenvolvimento do Sistema, assume-se o processo de avaliação (mencionado com avaliação ao longo do presente capítulo) como uma atividade paralela, ou seja, um subprojecto, que acompanha o processo colaborativo. Pretende-se, com isto, assegurar que a avaliação é planeada desde a fase inicial de conceção do processo colaborativo, de forma a atribuir os recursos necessários, nomeadamente: tempo, financeiros e humanos. Simultaneamente, garante que existe o planeamento para a obtenção dos dados de base para medição dos critérios

de avaliação, com orientações práticas, ao longo do processo colaborativo, que inclui a definição de responsabilidades e de fontes de informação preferenciais. Estes critérios de avaliação permitem avaliar, tanto o processo de participação, como o seu resultado, não representando a qualidade do produto final exclusivamente o alvo de avaliação. É, sim, a eficácia do processo colaborativo, o eixo orientador da avaliação, bem como o potencial transformativo/impacto que o processo promoveu. Pelo que um dos pressupostos assumidos é que possa ser operacionalizado, considerando a perspetiva dos envolvidos no processo colaborativo (Equipa projeto; Equipa de Facilitação; Participantes e Equipa de avaliação). De notar que, embora se considere que é benéfico para o processo que a equipa de avaliação seja independente da equipa do projeto e da equipa de facilitação, poderá eventualmente ser a mesma. A distinção é realizada no presente capítulo, uma vez que no papel de avaliador a mesma pessoa, desempenha funções distintas face ao papel como membro da equipa do projeto, tendo uma influência diferente sobre o objeto de avaliação. O mesmo se refere à distinção entre equipa do projeto e equipa de facilitação, não se excluindo, necessariamente, a equipa de facilitação da equipa do projeto, pois ambas atuam para o sucesso do todo. Neste caso, considera-se que a equipa de facilitação é a responsável pela condução e facilitação do processo colaborativo, na sua implementação, enquanto a equipa do projeto são todos os envolvidos no projeto, desde o promotor à equipa de facilitação se esta for interna ao projeto.

6.1.2 Objetivos

Assumindo estes pressupostos como ponto de partida, é objetivo que o Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos não só inclua a avaliação de resultados imediatos (no final do projeto), mas também que permita integrar a avaliação de resultados a longo prazo (pós o término do projeto).

O Sistema proposto baseia-se na implementação de uma metodologia-base, que é composta por um conjunto de critérios pré-definidos, mas pode contemplar espaço para a inclusão de outros que o promotor e/ou equipa do projeto considerem relevantes. Esta abordagem permitirá a flexibilidade necessária às características deste tipo de processos e, simultaneamente, a criação de pontos comuns na avaliação, a fim de contribuir para a padronização e operacionalização de procedimentos da avaliação de processos colaborativos. Incentiva a recolha de informação contínua ao longo do processo e propõe que, como produto final, seja possível, aquando da finalização do processo, medir o nível de eficácia do processo colaborativo e o valor atual líquido (VAL) dos capitais partilhados, promovidos pelo processo (social, político e intelectual). A avaliação do VAL pretende ser o ponto de partida para a avaliação de impacto

(a longo prazo), encontrando-se definida na caracterização da metodologia-base no subcapítulo 6.2.2 e operacionalizada no subcapítulo 6.3.

Como contributo último pretende-se que o Sistema proposto seja uma ferramenta holística que permita refletir e decidir sobre o processo de avaliação de uma forma orientada.

6.2 Caracterização da avaliação

Para estabelecer qualquer avaliação é necessário conhecer e caracterizar o objeto dessa avaliação. Neste âmbito, o objeto é o processo colaborativo de co-construção de conhecimento, caracterizado por se adaptar ao contexto e âmbito, com personalização caso a caso.

6.2.1 Objeto de avaliação - Processo colaborativo

O funcionamento do processo colaborativo assume um conjunto de atividades conforme reportado no Capítulo 3, subcapítulo 3.4, que vão influenciar a sua eficácia. Não obstante as diversas atividades que se desenrolam nas diferentes fases que ocorrem ao longo de um processo colaborativo, foi definido de forma empírica um "Modelo-tipo", com base no conhecimento desenvolvido pela participação num conjunto de projetos de investigação com temáticas relacionadas com o ambiente e a sustentabilidade, Apêndice C.1. Estes projetos tinham como um dos pilares metodológicos a implementação de processos colaborativos para a co-construção de conhecimento. Por sua vez, o "Modelo-tipo" caracteriza o processo colaborativo em cinco (5) fases principais: conceção, preparatória, colaborativa, finalização, pós-projeto (Figura 6.1). Estas fases incluem todo o desenvolvimento do processo, desde a sua conceção à fase pós-projeto que, frequentemente, não é integrada, mas quando o objetivo é incluir a avaliação a longo prazo, deve ser considerada, dada a essencialidade para compreender se o pós-projeto teve impacto.

“Modelo – tipo” do processos colaborativos e de co construção de conhecimento

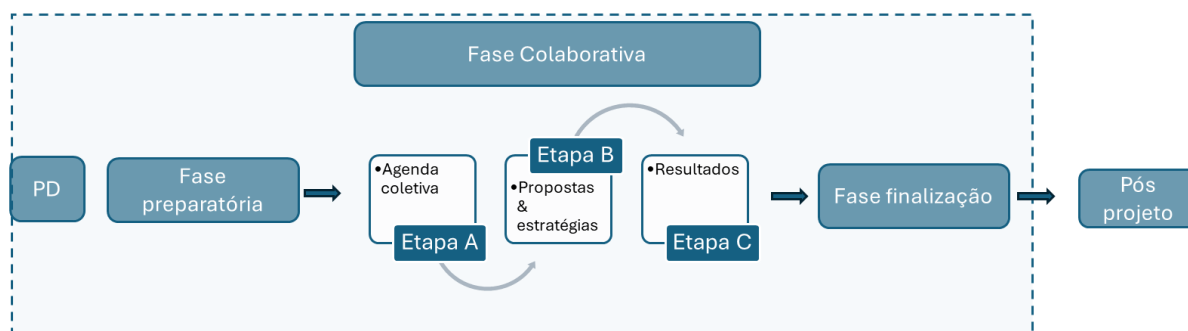


Figura 6.1 - Fases comumente presentes no desenvolvimento de um processo colaborativo

Na Figura 6.1 verifica-se o encadeamento das fases comumente presentes no desenvolvimento e implementação de um processo colaborativo. Inicia-se com o planeamento do processo, PD - fase de conceção do processo, que normalmente é onde se identifica a necessidade do mesmo, se define o seu âmbito, durabilidade e recursos, e se propõe um desenho preliminar da Fase Colaborativa. De seguida, temos a Fase Preparatória, que implica que haja uma aprovação do projeto e o desenho efetivo da Fase Colaborativa, que inclui o mapeamento e identificação das partes interessadas, bem como o plano de envolvimento das mesmas. A Fase Preparatória é a criadora da ponte com a Fase Colaborativa, onde se procede ao envolvimento ativo das partes interessadas e se promove a interação para a diálogo em volta da temática do processo. Assim, a Fase Colaborativa é caracterizada pela interação entre partes interessadas para a construção de um entendimento comum sobre o tema e a criação de relações para o desenvolvimento de soluções em grupo e de convergência ao longo do processo. Esta fase inclui a facilitação do processo – assegurada por um(a) Facilitador(a) - que, através da aplicação de um conjunto de métodos unilaterais, que incluem uma série de práticas, técnicas, procedimentos e ferramentas participativas formais e não formais, encaminha o processo colaborativo. Caracteriza-se, geralmente por um conjunto de sessões que pretendem responder a várias etapas, que são ilustrativas do que usualmente ocorre no decorrer do processo colaborativo. Estas etapas iniciam-se com os participantes a definir em conjunto o problema, onde, pela partilha das suas perspetivas, interesses e conhecimento, estabelecem a Agenda coletiva (Etapa A). De forma a responder a esta Agenda coletiva, desenvolvem-se propostas e estratégias considerando os diferentes tipos de conhecimento presentes no grupo (Etapa B), que, posteriormente, são trabalhadas pelo grupo até produzirem os resultados conjuntos para responder ao tema inicial (Etapa C). Os resultados que emergem da Fase Colaborativa são trabalhados internamente pela equipa do projeto para integrarem os objetivos do projeto - Fase Finalização. Por norma, um projeto com abordagem participativa termina nesta fase, no entanto é importante considerar que existe uma Fase pós-projeto, que representa a continuidade do processo colaborativo fora do contexto do projeto, medido através do efeito transformador / impacto que teve nos participantes - Partes interessadas. A Fase Pós-projeto pode-se caracterizar pela continuidade das relações estabelecidas no decorrer da Fase Colaborativa e no modo de atuar dos participantes do processo a mais longo prazo.

6.2.2 A avaliação - Metodologia-base

Para o planeamento da avaliação é necessário perceber onde é possível existir a recolha de informação para responder ao tipo de avaliação pretendida. Conforme mencionado no capítulo 4, podem ser conduzidas avaliações: Formativas (contínua ao longo do processo), Sumativas (de resultado no final do processo) e de Impacto (longo prazo, algum tempo pós a conclusão oficial do processo). Para isso, com base nas principais fases estabilizadas de um processo colaborativo, Figura 6.1, é proposto o planeamento da avaliação, considerando que existe um espaço para incluir a mesma, desde a recolha de dados à análise, nas diferentes fases do processo colaborativo e, desta forma, assegurar a realização de qualquer um dos tipos de avaliação pretendidos, Figura 6.2. Esta avaliação, que ocorre transversalmente ao processo colaborativo, permite compreender melhor o contexto do projeto e a forma como este se propõe realizar os seus objetivos (IPMA, 2016) .

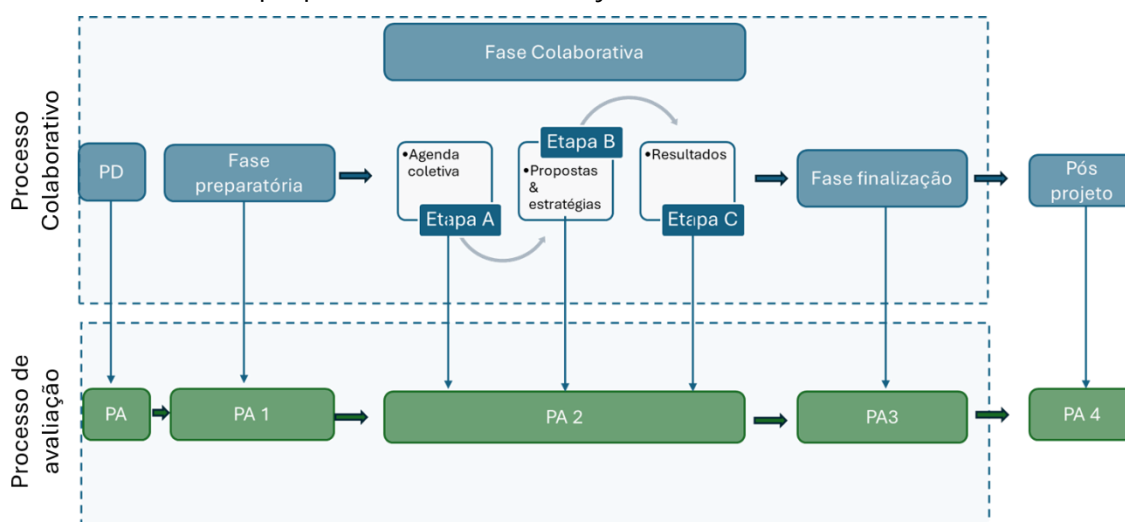


Figura 6.2 - Processo de avaliação acompanha o processo colaborativo (Legenda: PA x - Momentos em que deve ser considerado incluir na avaliação)

Assim, o processo de avaliação deve ser planeado desde a fase de conceção (PA) do processo colaborativo com acompanhamento das diversas fases até ao pós-projeto (PA 4).

Como mencionado anteriormente, no Sistema a avaliação irá materializar-se através da metodologia-base, que se apresenta de seguida. Esta metodologia inclui os critérios de avaliação pré-definidos, permitindo identificar as áreas de melhoria. A avaliação dos critérios deve ser considerada na fase de finalização (PA3) e/ou pós-projeto. Para ser considerada uma avaliação completa é necessário que os resultados do processo colaborativo sejam avaliados, o que, normalmente, só é possível no final do mesmo, após a entrega do projeto (IPMA, 2016), neste caso após a fase colaborativa e/ou fase de finalização. Estes resultados podem ser tangíveis

e/ou intangíveis, e considera-se que a maior parte dos projetos são realizados para criar um resultado duradouro (Project Management Institute, 2013). A utilização, a longo prazo, destes resultados pode também auxiliar a atingir objetivos de ordem superior, designados por impacto (Turner, 1996), que podem apoiar o atingir de objetivos estratégicos. No caso dos processos colaborativos, estes objetivos estão associados ao efeito transformador nos participantes, o que sustenta a inclusão de um processo de avaliação pós-projeto (PA4), ou seja, após a fase de finalização, onde geralmente existe um encerramento oficial do projeto.

Neste âmbito, é, assim, proposta a metodologia base que considera como resultado da avaliação:

- Avaliação sumativa (PA 3): resumir através do cálculo da Eficácia do processo/ colaborativo, na fase de entrega do projeto/ fase de finalização e o valor atual líquido (VAL) dos capitais partilhados, promovidos pelo processo (social, político e intelectual);
- Avaliação dos resultados a longo prazo (PA4), através da avaliação VAL dos capitais partilhados promovidos pelo processo e que ficaram nos participantes pós-projeto.

Para isso, a metodologia-base proposta, Figura 6.3, com o intuito de avaliar a eficácia do processo colaborativo é desenvolvida de forma a verificar a eficácia através da concretização dos objetivos do processo. Na definição dos critérios de avaliação, estes devem estar associados aos objetivos do projeto. Para a avaliação dos critérios, é necessário posteriormente proceder à definição dos respetivos indicadores. De notar que quanto mais específico for o critério, maior é a probabilidade de se operacionalizar um indicador com sucesso. Quando os critérios se apresentam muito gerais, existe dificuldade em associar indicadores específicos que traduzam resultados mensuráveis para medir o critério em questão. Define-se na metodologia que, para a normalização dos resultados, assume-se um sistema de pontuação de 1 a 5, sendo o 5 a pontuação máxima a atribuir a cada critério.

Tal como mencionado, é proposto um conjunto de 15 critérios pré-definidos, que se encontram associados aos objetivos de participação e estão relacionados com a qualidade do processo (P) e com os resultados do processo (R), Tabela 6.1. É também proposto que sejam considerados objetivos específicos do processo em si, de forma a completar a informação através de critérios de avaliação com características específicas do processo a avaliar.

Tabela 6.1 - Critérios pré-definidos transversais na aplicação da metodologia proposta a diferentes projetos

Objetivos de participação	Critérios-pré-definidos
Qualidade/ integridade do processo	1. Qualidade da facilitação (P)
	2. Representatividade sociológica (P)
	3. Adequabilidade de recursos (P)
	4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar (P)
	5. Respeitar a confidencialidade individual e institucional (P)
	6. Nível de envolvimento (P) (R)
Participação consequente	7. Produzir os entregáveis-chave (R)
	8. Comunicação dos resultados e existência de seguimento (P)
	9. Satisfação dos participantes (R)
Promoção de capital social	10. Transparência e Confiança (R)
	11. Redes: criação e consolidação de relações (R)
Promoção de capital político	12. Influência no processo de decisório / decisão final (R)
	13. Empoderamento - voz ativa no processo (R)
Promoção de capital intelectual	14. Partilha e co-construção de novo conhecimento (R)
	15. Compreensão do tema (R)

A proposta de inclusão de critérios pré-definidos pretende contribuir para existir uma uniformização dos critérios utilizados na avaliação, de forma a promover a comparabilidade de processos e de experiências de avaliação. A justificação da adoção de cada um destes critérios, bem como a sua caracterização e sugestões de operacionalização e indicadores, é apresentada no ponto 6.4.1.

Assim, o projeto de avaliação associado à metodologia proposta encontra-se representado na Figura 6.3.

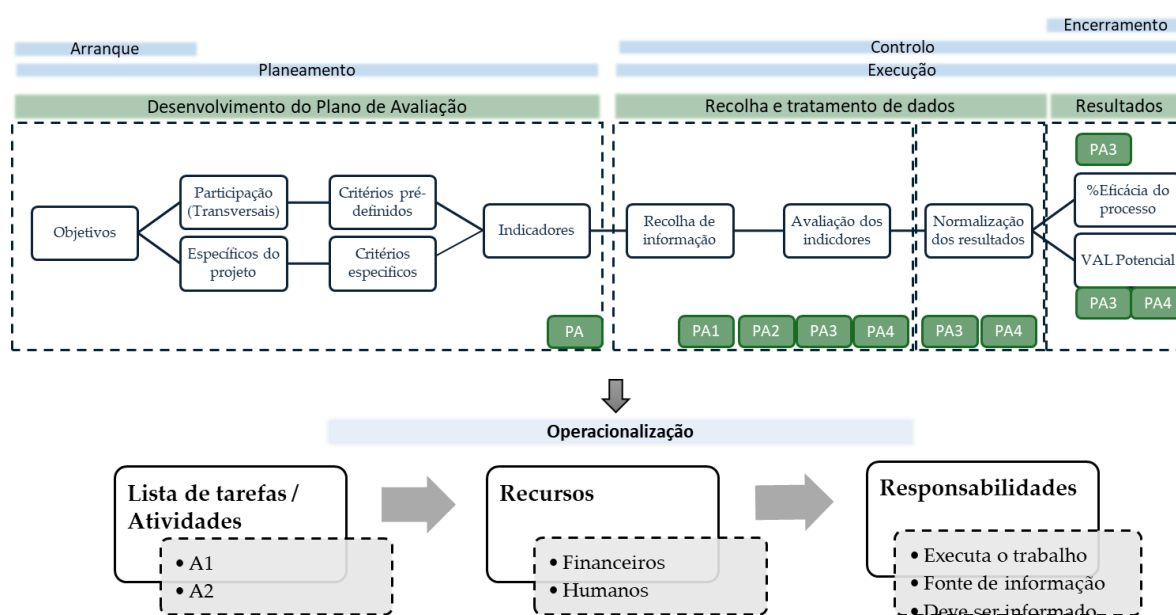


Figura 6.3 - Projeto de avaliação (legenda: PAx - Sub-plano de avaliação que acompanha o processo colaborativo)

Conforme estabelecido como produto final da metodologia base de avaliação temos:

- Eficácia do processo (%)
- Valor atual líquido (VAL) dos capitais partilhados

6.2.2.1 Eficácia do processo (%)

O cálculo da eficácia do processo é realizado assumindo um conjunto de pressupostos:

- A eficácia reflete o sucesso do processo;
- Normalização dos resultados de forma a ser possível retirar conclusões de comparabilidade e verificar, *a priori*, quais os critérios que cumpriram e os que ainda exigem ações de melhoria para atingir os objetivos pretendidos;
- São considerados tanto os critérios pré-definidos, como os critérios específicos definidos pela equipa de avaliação e/ou do processo colaborativo;
- A eficácia do processo é medida através da média aritmética das pontuações atribuídas aos diferentes critérios, ou seja, pela média da eficácia dos critérios. Por sua vez, a Eficácia do critério é avaliada pelo seu grau de cumprimento face ao objetivo.

Considera-se que existe espaço para a avaliação da eficácia a dois níveis:

- **Eficácia geral do processo:** Aqui considera-se que quanto melhor for um critério, maior será o contributo para o sucesso do processo a nível de eficácia, independente do objetivos específicos e/ou metas do processo. E, conseqüentemente, é desejável que todos os critérios tenham a pontuação máxima atribuída (Eq.6). A eficácia geral traduz-se na média das pontuações atribuídas no conjunto dos critérios em avaliação (Eq.7).

$$\text{Eficácia global critério (\%)} = \frac{\text{Pontuação atribuída ao critério de avaliação}}{\text{Pontuação máxima potencial do critério de avaliação}} \quad (6)$$

$$\text{Eficácia global processo (\%)} = \bar{X} \text{ Eficácia do conjunto de critérios} \quad (7)$$

- **Eficácia do processo face às metas:** Cada critério é avaliado constatando o seu resultado com o resultado esperado (Eq.8). A Eficácia do processo será a média do grau de cumprimento das metas dos diferentes critérios (Eq.9). Assim temos:

$$\text{Eficácia global critério (\%)} = \frac{\text{Pontuação atribuída ao critério de avaliação}}{\text{Pontuação meta do critério de avaliação}} \quad (8)$$

$$\text{Eficácia processo face às metas (\%)} = \bar{X} \text{ Eficácia do conjunto de critérios} \quad (9)$$

6.2.2.2 Valor atual líquido (VAL) dos capitais partilhados

No presente contexto, considera-se a definição do VAL (Valor Atual Líquido) na ótica do capital partilhado (resultados do processo), que fica na sociedade e contribui para o seu efeito transformador.

É expectável o cálculo do VAL potencial em duas fases principais, na fase de finalização (PA 3) e na fase pós-projeto (PA 4), de forma a averiguar se existiu um aumento do capital gerado por influência do processo colaborativo. O capital partilhado é considerado capital porque aumenta à medida que a sociedade o utiliza, e é composto por três tipos de capital: Social; Político; e Intelectual.

Neste sentido, o VAL pode ser percebido pelo grau de desenvolvimento destes três tipos de capital que se encontram avaliados através de 6 critérios de avaliação presentes na Tabela 6.1, nomeadamente os critérios do 10 ao 15.

O Cálculo do VAL materializa-se através da média aritmética dos critérios que influenciam o capital partilhado (Eq.10). Cada critério é calculado através do rácio da pontuação atribuída e da pontuação máxima possível, no fundo, a eficácia global do critério. Uma vez que o objetivo é potenciar os capitais nos participantes, é crucial considerar que o VAL máximo só se verifica quando associado ao maior valor na escala de avaliação.

$$VAL(\%) = \bar{X} \text{ eficácia global do conjunto critérios compõe capitais: Social; Política; Intelectual. (10)}$$

Desta forma, é possível avaliar a eficácia do processo em termos de qualidade e integridade do mesmo, e do efeito transformador que o mesmo teve nos participantes.

De notar que, para que ocorra a operacionalização do projeto de avaliação e respetivos eixos de atuação, conforme reportado na Figura 6.3, existe a necessidade de alocação de recursos financeiros e humanos à avaliação, e de definir as atividades concretas para cada um deles, considerando a desagregação ao nível da recolha de dados para medir os indicadores estabelecidos, considerando desde o método de recolha e periodicidade até quem está envolvido. Para isso, é importante considerar os três eixos de atuação estruturantes: a) Planeamento da avaliação: Garantir que existe uma estrutura de recolha de informação e a atribuição de recursos e responsabilidades, para que possa produzir os resultados da avaliação; e b) Gestão do plano de avaliação: Garantir que o plano de avaliação está a ser cumprido e verificar onde é necessário atuar para que este seja cumprido com sucesso; c) Resultados da avaliação.

Neste sentido, com o intuito de assegurar o planeamento e a execução orientada da metodologia e dos objetivos de avaliação, é desenvolvido o Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de processos colaborativos.

6.3 Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de processos colaborativos

6.3.1 Enquadramento conceptual

O Sistema proposto, que pretende contribuir para apoiar o planeamento da avaliação de forma integrada, é equiparado a um projeto que acompanha o processo colaborativo, Figura 6.2. Para o desenvolvimento foram consideradas linhas orientadoras associadas a princípios da gestão de projetos que são transversais a qualquer tipo de projeto.

Um projeto, conforme definido pela norma ISO 21500, é um conjunto único de processos que consistem em atividades coordenadas e controladas com uma data de início e de fim, realizadas para atingir os objetivos do projeto. Considera, também, que, por definição, um processo é um conjunto de atividades inter-relacionadas ou em interação que transformam contributos em produtos (ISO 9000 em (IPMA, 2016)).

A gestão do projeto é realizada através da adaptação e integração adequada de cinco (5) grupos principais de processos: Arranque; Planeamento; Execução; Acompanhamento e controlo; Encerramento (Project Management Institute, 2013; Turner, 1996). Estes grupos representam o 1º nível de atuação, que é funcional, enquanto o 2º nível de atuação, associado à componente estratégica do projeto, define os pacotes de trabalho, que, por sua vez, estão na base do 3º nível, que representa as atividades do projeto que produzem resultados mensuráveis (European Commission, 2002; Project Management Institute, 2013). No presente âmbito, os 5 grupos de processos associados ao 1º nível de atuação podem ser organizados em três (3) fases principais: Planeamento da avaliação, que inclui o Arranque e Planeamento; Implementação da avaliação, que contempla o processo de execução e controlo; por último, os resultados da avaliação, que contemplam o processo de execução e encerramento. O 2º nível de atuação encontra-se associado a pacotes de trabalho sequenciais, que se materializam nas principais atividades associadas a cada fase identificada. Por último, no 3º nível, temos as subactividades, que operacionalizam os pacotes de trabalho, que irão permitir produzir os resultados da avaliação dos critérios. Estas fases condicionam o sucesso do projeto. O sucesso do projeto encontra-se relacionado com o grau de cumprimento dos seus critérios e fatores de sucesso, considerando os respetivos indicadores de progresso (Project Management Institute, 2013).

De notar que, para que ocorra a operacionalização da avaliação e das respetivas atividades, existe a necessidade de alocação de recursos financeiros e humanos. Desta forma, a ferramenta

Matriz de responsabilidades é fundamental para garantir a execução do projeto, neste caso de avaliação. Assim, para a definição da equipa e atribuição das responsabilidades, é sugerida a utilização do conceito de Matriz de responsabilidade no Sistema proposto. Esta Matriz consiste num gráfico matriz, em que os resultados são apresentados como linhas, neste caso, as atividades previstas, e as equipa envolvidas como colunas. No corpo da matriz são colados símbolos, que podem ser números, letras ou formas geométricas, para representar o envolvimento de cada tipo de recurso no elemento de trabalho necessário para produzir o resultado. A matriz pode ser utilizada em qualquer nível de desagregação (Project Management Institute, 2013; Turner, 1996). Cada símbolo descreve um diferente tipo de envolvimento/responsabilidade. Adicionalmente, na forma de estruturar e comunicar o Sistema adaptou-se a abordagem "*One page project manager* (OPPM)¹¹". A OPPM é uma ferramenta de gestão de projetos simplificada numa página, geralmente operacionalizada com recurso ao *Microsoft excel*, através de uma matriz como o ponto focal do projeto, contendo os elementos essenciais do seu projeto como: Objetivos do projeto; principais atividades e responsáveis; cronograma (incluindo um gráfico de *Gantt*); Custos; principais métricas (Campbell, 2010). Foi criado com base no conceito de comunicação efetiva, uma vez que liga todos os elementos essenciais de um projeto para transmitir todas as informações importantes que as partes interessadas de um projeto precisam de saber e fornecê-las num formato sucinto e fácil de compreender (Tantaneet et al., 2018). Apoiar um controlo simples visual e prático da gestão do projeto e permite realizar relatórios intermédios de ponto de situação.

6.3.2 Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos

Considerando as linhas orientadoras associadas a princípios da gestão de projetos apresentadas e os pressupostos assumidos no ponto 6.1 no desenvolvimento do modelo concetual do Sistema, considerou-se que é necessário existir duas partes:

6.3.2.1 Caracterização do processo de avaliação

Esta primeira parte encontra-se relacionada com a caracterização do objeto de avaliação - Processo Colaborativo, seguido da caracterização do processo de avaliação.

¹¹ <https://www.oppmi.com/>

6.3.2.1.1 Caracterização do objeto de avaliação - Processo colaborativo

Esta caracterização inclui uma componente descritiva de identificação do processo, nomeadamente através do registo do nome, dono do projeto, gestor do projeto, recursos, descrição sumária, âmbito e objetivos do projeto; Público-alvo - parte interessadas; Resultados esperados. Simultaneamente, é proposta a caracterização que permite a comparação com outros projetos através da aplicação de um conjunto de perguntas uniformizadas de escolha múltipla sobre características relacionadas com o contexto, o processo colaborativo, os resultados esperados. Estas perguntas foram desenvolvidas com base no trabalho de Hassenforder et al. (2015), conforme apresentado no Apêndice C.2.

6.3.2.1.2 Caracterização do processo de avaliação

Antes de iniciar o planeamento da avaliação, é importante definir a equipa de avaliação, os objetivos e o tipo de avaliação pretendida. Neste ponto, incentiva-se a que a equipa de avaliação seja externa ao processo colaborativo, de forma a aumentar a legitimidade e a aceitabilidade dos resultados. Contudo, considera-se que também podem ser elementos da equipa do processo/projeto, no entanto, neste caso, é crucial que se estabeleça uma independência de tarefas associadas à avaliação do respetivo processo, com o intuito de promover a imparcialidade na avaliação dos resultados.

6.3.2.2 Planeamento e Gestão da avaliação

O **Sistema** encontra-se sintetizado no modelo conceptual ilustrado através da matriz, que se apresenta na Tabela 6.2. A matriz foi elaborada considerando a adaptação da abordagem OPPM, mas garantindo que o Planeamento e Gestão do processo de avaliação pode ser realizado, considerando a presente matriz. Esta permite identificar, na mesma estrutura, as principais fases e atividades associadas à avaliação considerando o 1.º e o 2.º níveis de atuação, bem como intervenientes e respetivas responsabilidades, entregáveis-chave (produtos) e a fase do processo colaborativo, considerando o "Modelo-tipo" da Figura 6.2, em que é recomendável que ocorra.

Tabela 6.2 – Sistema de Planeamento e Gestão da avaliação de Processos colaborativos

	Atividades / Responsáveis	Patrocinador	Equipa Projeto	Equipa de facilitação	Participantes	Equipa Avaliação	Entregáveis	Fase do processo colaborativo				
								Proposta projeto	Fase preparatória	Fase colaborativa	Fase finalização	Pós projeto
1. Planeamento da avaliação - Definição da Metodologia (Inicial)	1.1. Escolha da Metodologia	A	C	C		R	Definição da metodologia	☐	☐			
	1.2. Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente	A				R	Matriz de Avaliação	☐	☐			
	1.3.a) Avaliação Base - situação de referência	C	C	C		R	Avaliação "A0"	☐	☐			
	1.3.b) Definir metas do projeto	A	C			R	Grelha com Metas a atingir	☐	☐			
	1.4. Definir plano de execução	A	C			R	Plano de implementação da avaliação com cronograma	☐	☐			
	1.5. Criação do Dossier de Avaliação	A	A			R	Dossier de Avaliação	☐	☐			
2. Implementação da Avaliação-Recolha (n vezes)	Recolha dos dados	C	C	C	C	R			☐	☐	☐	☐
	Tratamento dos dados					R	Avaliação dos critérios (n vezes)		☐	☐	☐	☐
	Atualização do Dossier de Avaliação					R	Dossier de Avaliação atualizado		☐	☐	☐	☐
	Informação de Resultados	I	I	I		R			☐	☐	☐	☐
3. Relatório de Avaliação (Final)	Atualização do Dossier de Avaliação e Conclusões	A	C	C		R	Dossier de Avaliação atualizado					☐
	Informação de Resultados	I	I	I	I	R						☐

(Legenda: R – Realiza a atividade; A - Aprova; C – Deve ser consultado I - Deve ser informado); (Definição das responsabilidades adaptado do trabalho desenvolvido por (Hassenforder et al., 2016))

Conforme já mencionado, podem existir vários intervenientes na avaliação. No caso do sistema proposto classificam-se em 5 categorias principais, sendo elas:

- Patrocinador: a pessoa ou o grupo que fornece os recursos financeiros, em dinheiro ou em espécie, para o projeto, neste caso, para o processo de avaliação (Project Management Institute, 2013);
- Equipa do projeto: todos os membros da equipa do projeto, podendo incluir a equipa de facilitação e o patrocinador, e, até, a equipa de avaliação (Project Management Institute, 2013);
- Equipa de facilitação: membros internos ou externos à equipa de projeto responsáveis por conduzir e implementar o processo colaborativo;
- Participantes: assumem-se como participantes no processo colaborativo, nomeadamente, as partes interessadas envolvidas e que participaram ativamente na fase colaborativa do processo;
- Equipa de avaliação: membros do projeto ou equipa externa responsável por planear e implementar o processo de avaliação.

Pela Tabela 6.2, o Sistema contempla 3 fases principais que serão detalhadas ao longo do seu desenvolvimento, nomeadamente: 1) Planeamento da avaliação através da definição da metodologia; 2) Implementação da avaliação pela recolha e tratamento de dados; 3) Relatório da avaliação com os resultados e recomendações resultantes do processo de avaliação, Figura 6.4.

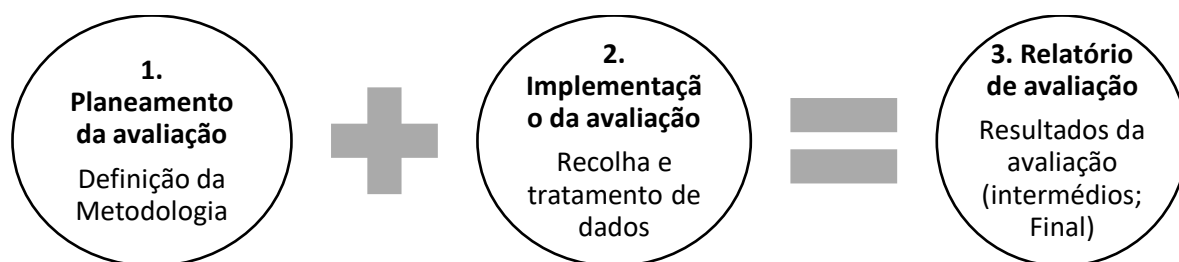


Figura 6.4 - Esquema ilustrativo das fases constantes no Sistema e a relação estabelecida entre as mesmas

A caracterização e desenvolvimento de cada uma das fases identificadas encontra-se elencado de seguida.

6.3.2.2.1 - B.1. Planeamento da avaliação - Definição da Metodologia (Inicial)

Ocorre na fase de arranque e planeamento da avaliação e engloba a definição dos objetivos de participação e específicos do projeto colaborativo. Deverá ter a fase de arranque em simultâneo com a fase de arranque do processo colaborativo. A fase da definição da Metodologia é composta por um conjunto de atividades apresentadas na Matriz da Tabela 6.2, com materialização na seleção da metodologia a aplicar e criação do modelo através da definição dos

respetivos critérios. O plano de avaliação materializa-se através do desenvolvimento da Matriz de avaliação com os critérios selecionados, que reflete a metodologia selecionada. De seguida, é realizada a avaliação da situação de referência, considerada a avaliação-base. Posteriormente, para cada um dos critérios são definidas as metas a atingir no final do processo colaborativo. De forma a finalizar a fase de definição da metodologia, é necessário elaborar o Plano de execução da avaliação, que contempla, no tempo, a implementação da metodologia. Após a definição da Metodologia, a mesma deve ficar registada num dossier de avaliação. Este dossier de avaliação consiste num documento de apoio que reporta todo o processo de Avaliação, a atualizar ao longo do tempo, com os resultados da avaliação à medida que vão surgindo, considerando os resultados intermédios e finais.

Cada uma das atividades previamente identificadas encontra-se descrita, como segue:

B.1.1. Escolha da Metodologia

O processo de planeamento da avaliação inicia-se com a escolha da metodologia que melhor responde às necessidades e objetivos da avaliação pretendida. A escolha da metodologia de avaliação pode ser realizada de três formas, considerando:

- a. Recurso à metodologia-base - apresentada juntamente com o presente Sistema de Avaliação;
- b. Consulta do Repositório de Publicações sobre a avaliação de processos de participação, através da consulta do Repositório, Capítulo 5, podendo ser selecionada uma das metodologias se considerada mais adequada ao objeto de avaliação e aos objetivos da mesma;
- c. Seleção de outra metodologia preferencial.

De notar que qualquer metodologia pode ser adaptada ao Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação que se propõe, uma vez que se aponta uma sequência de passos para apoiar a operacionalização e gestão de um plano de avaliação.

As atividades seguintes deste sistema serão apresentadas considerando a seleção da metodologia pela opção a) Recurso à metodologia-base, sintetizada na Tabela 6.3 e descrita no ponto 6.2.2.

Tabela 6.3 - Ficha de caracterização da metodologia de avaliação a utilizar como exemplo ilustrativo do sistema

IDENTIFICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	
Nome	Metodologia-base do Sistema
Objetivo	Avaliar a eficácia do processo colaborativo e o valor atual dos capitais partilhados promovidos pelo processo (social, político e intelectual).
Breve descrição	Através da aplicação de um conjunto de 15 critérios pré-definidos e outros específicos ao projeto, medir a Eficácia do processo colaborativo. Esta medição dever ser realizada na fase de entrega do projeto/ fase de finalização (PA3) e inclui também a medição do valor atual dos capitais (VAL) partilhados promovidos pelo processo (social, político e intelectual). Posteriormente, é possível a avaliação dos resultados a longo prazo (PA4) através da avaliação do valor atual dos capitais partilhados promovidos pelo processo.

B.1.2. Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente

a) Modelo de Avaliação

A definição do modelo de avaliação consiste na identificação dos objetivos que se espera avaliar e dos respetivos critérios. Para cada critério devem ser definidos os indicadores associados e os respetivos instrumentos de recolha e tratamento de dados. A equipa de avaliação deverá seleccionar os indicadores que considera adequados e os instrumentos de recolha. Para cada um dos 15 critérios pré-definidos encontra-se um conjunto de propostas de operacionalização, com indicadores a aplicar, que podem ser consultadas no ponto 6.4.1. É esperado, nesta etapa, a inclusão de critérios específicos do processo em análise pela equipa de avaliação. A ficha de caracterização do modelo de avaliação pode ser consultada no Apêndice C.3. A informação definida nesta etapa é a base para o desenvolvimento da matriz de avaliação.

b) Matriz de Avaliação

A Matriz de avaliação, Tabela 6.4, é o elemento central do Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de um Processo Colaborativo de co-construção de conhecimento. É a base da avaliação realizada e encontra-se normalizada para a escala do Sistema de 1 a 5, com base na metodologia considerada. A Matriz é a base da avaliação e deve ser utilizada em todas as fases de avaliação, permitindo calcular a eficácia do processo como um todo ou considerando apenas alguns objetivos específicos. A mesma deve ser validada pela equipa do projeto e pelo patrocinador, de forma a convergir com o processo de avaliação.

Sugere-se que, aquando da avaliação recorrendo à escala do Sistema, se realize uma apreciação qualitativa da avaliação de cada critério no campo "comentários". A presente Matriz pode ser um auxiliar para avaliação, considerando a perspetiva dos diferentes intervenientes, uma vez que pode ser aplicada para recolher a perspetiva da avaliação dos vários intervenientes no processo colaborativo, dos participantes, da equipa do projeto, da equipa de facilitação e da

equipa avaliadora. O mesmo critério pode reunir a avaliação de vários pontos de vista considerando quem é consultado para recolher a informação. O preenchimento desta Matriz é um dos produtos finais da Fase 2 - Implementação da Avaliação.

Tabela 6.4 - Matriz de avaliação

Matriz de Avaliação		### Projeto ###	Normalização numa escala de classificação de 1(mais baixa) a 5(mais alta)	
		### Nome do Avaliador ###	### Data da Avaliação ###	
Objetivos	Critérios	Avaliação	Requisitos a considerar	Comentários
Qualidade do processo	1.Qualidade facilitação		- A equipa de facilitadores foi justa - A equipa de facilitadores assegurou que todos tivessem uma palavra a dizer - A equipa de facilitadores é independente de todas as partes interessadas. - A equipa de facilitadores foi imparcial	
	2.Representatividade sociológica		- Os grupos / indivíduos que podem ser afetados ou podem afetar o tema em discussão estiveram representados no processo. - Todas as partes interessadas importantes participam no processo (sessões).	
	3.Adequabilidade de recursos		- A duração do processo foi adequada - O local e o horário das sessões foram adequados aos participantes e incluem um ambiente confortável, comida e bebidas.	
	4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar		- Todos tiveram a oportunidade de falar e de se fazer ouvir - A opinião de cada membro do grupo, incluindo a sua, foi tida em conta (ou ouvida) ao longo deste processo colaborativo - Todos os participantes foram ouvidos da mesma forma - Nenhum participante dominou os debates	
	5.Respeitar a confidencialidade individual e institucional		- A sua privacidade (contra atenção indesejada) foi protegida neste processo. - O processo respeito a privacidade de todos os participantes	
	6.Nível de envolvimento		- Grau de participantes retenção no processo	
Média Qualidade do processo				
Participação consequente	7.Produzir o entregáveis-chave		- Identificação dos entregáveis / produtos finais que se obter no processo colaborativo em fase de planeamento do processo.- - Identificação dos entregáveis / produtos efectivamente desenvolvidos pelo processo	
	8.Comunicação dos resultados e existência de seguimento		-Foram realizados relatórios sinóticos das sessões e os seus resultados transmitidos aos participantes antes das sessões seguinte. - Foi explicado aos participantes como os seus contributos nas várias fases do processo, integram os resultados do processo. -Os resultados do processo colaborativo foram apresentados aos participantes e ficaram disponíveis para consulta futura. -Cumprimento (se existir) do um plano de comunicação -Existe comunicação com os participantes a informar a aplicação futura dos resultados	
	9.Satisfação dos participantes		-Os objetivos do processo colaborativo foram atingidos com sucesso. -Estou satisfeito com as opções/soluções desenvolvidas - produtos finais -Foi informado satisfatoriamente das informações referentes ao processo colaborativo -O processo colaborativo foi desenvolvido com sucesso -Estou satisfeito por ter participado no processo participativo	
Média Participação consequente				
Promoção de capitais (Social, Político; Intelectual)	10.Transparência e Confiança		-O processo foi transparente para todas as partes interessadas, todos saibam o que se estava a ocorrer e como as decisões foram a ser tomadas, e acompanharam o processo. -Os objetivos do processo estava bem definidos e claros para os participantes desde do início do processo. -O processo foi transparente com regras da participação claras desde do início do processo. -Foi explicado aos participantes como os seus contributos nas várias fases do processo, integram os resultados do processo. (comum ao Critério de " Comunicação dos resultados e existência de seguimento ") -Nenhum participante dominou os debates (comum ao Critério "Acessibilidade e igual oportunidade de falar") -Confoio no resultados finais do processo colaborativo em que participei.	
	11.Redes: criação e consolidação de relações		•Foi criada e/ou reforçada as relações de confiança entre os participantes (entre si e com a equipa do projeto) •Foram criadas parcerias entre participantes no decorrer do processo. •A minha relação com os outros participantes evoluiu ao longo do processo colaborativo. (1 - muito pior; 2 - pior; 3 - não evoluiu; 4 - melhor; 5 - muito melhor) •O grau de relacionamento entre os participantes no final do processo é de: (1 - Ausência de relações; 2 - algum grau de desconfiança / conflito, 3 - Confiança e conflito moderados ; 4 - Confiança e ausência de conflito ; 5 - Boas relações e confiança)	
	12.Influência no processo de decisório / decisão final		•Foi explicado aos participantes como os seus contributos nas várias fases do processo, integram os resultados do processo. (Critério "Comunicação dos resultados e existência de seguimento") •O processo colaborativo foi desenvolvido com sucesso (Critério "Satisfação dos participantes") •Estou satisfeito com as opções/soluções desenvolvidas - produtos finais (Critério "Satisfação dos participantes") •Confoio no resultados finais do processo colaborativo em que participei (Critério "Transparência e Confiança")	
	13.Empoderamento - voz ativa no processo		-Existiu um aumento das capacidades democráticas entre os participantes (por exemplo, auto-expressão, empatia, competências de deliberação) - Existiu uma maior abertura de espírito e capacidade para considerar diferentes perspetivas - Existiu um entendimento comum entre os participantes em relação ao tema	
	14.Partilha e co construção de novo conhecimento		•A discussão fez-me considerar novas perspetivas sobre a questão em causa •O processo originou novos conhecimentos sobre a questão em discussão (e.g. novas abordagens, estratégias e/ou conhecimentos pelo grupo...)	
	15.Compreensão do tema		•A compreensão do tema tornou-se mais clara ao longo do processo •Os argumentos, as perspetivas das diferentes posições foram suficientemente fundamentadas	
Média Promoção de capitais				
Eficácia do Objetivos de Participação				
Outros Critérios	16.C16			
	17.C17			
Média Outros Critérios				
Eficácia do Projeto e Participação				

B.1.3. Situação Inicial e definição de metas do processo colaborativo

Após a definição da Matriz de Avaliação, realiza-se a sua aplicação preliminar através da avaliação da situação inicial, que funcionará como situação de referência para aferir a evolução dos diferentes critérios.

Assumindo o pressuposto de que para a definição de metas a atingir, é necessário conhecer a situação de cada critério no início do processo colaborativo. Sugere-se, assim, que se realize uma avaliação da situação inicial de referência. Após esta avaliação inicial, avaliação P0, deverão ser definidos os valores-meta que se esperam atingir, com a implementação do processo colaborativo.

De notar que, tanto a realização da situação base inicial, como a identificação dos valores-meta, devem ser apresentados na escala do Sistema de 1 a 5. Caso não seja possível colocar os valores na escala proposta, sugere-se a posterior conversão aquando da avaliação dos resultados. Adicionalmente, é importante salientar que o valor-meta não tem de ser necessariamente 5, o valor máximo possível do critério atingir no Sistema de Avaliação, mas sim o que se considera que faz sentido no processo em questão. De forma a auxiliar nestes casos, considera-se a inclusão útil, nesta etapa, para além do valor-meta, que se defina o seu máximo esperado.

Assim, a Matriz em baixo representa a Matriz de avaliação, considerando a avaliação da situação de referência, base inicial, as metas definidas e o cálculo do máximo esperado. A título de exemplo apresenta-se a matriz de avaliação com a classificação da situação inicial e as metas associadas a cada critério na Tabela 6.5. De notar que nem todos os critérios foram considerados na avaliação da situação inicial.

Tabela 6.5 - Matriz de avaliação com a caracterização da situação inicial e as metas esperadas (classificação ilustrativa)

Registo de situação inicial e Metas					
		### Projeto ###	Base Inicial	Objetivo ou Meta	% Máxima
Grupo	Objetivos	Critérios	P0	Meta	
Objetivos de participação	Qualidade do processo	1.Qualidade facilitação	N.A	5	100%
		2.Representatividade sociológica	N.A	3	60%
		3.Adequabilidade de recursos	N.A	5	100%
		4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar	N.A	4	80%
		5.Respeitar a confidencialidade individual e institucional	N.A	4	80%
		6.Nível de envolvimento	N.A	3	60%
		Média Qualidade do processo		4,00	80%
	Participação consequente	7.Produzir o entregáveis-chave	N.A	2	40%
		8.Comunicação dos resultados e existência de seguimento	N.A	4	80%
		9.Satisfação dos participantes	N.A	3	60%
		Média Participação consequente		3,00	60%
	Promoção de capitais (Social, Politico; Intelectual)	10.Transparência e Confiança	1	5	100%
		11.Redes: criação e consolidação de relações	1	5	100%
		12.Influência no processo de decisório / decisão final	1	5	100%
		13.Empoderamento - voz ativa no processo	2	4	80%
		14.Partilha e co construção de novo conhecimento	1	4	80%
		15.Compreensão do tema	1	4	80%
		Média Promoção de capitais		4,50	90%
		Eficácia do Objetivos de Participação		3,83	77%
Objetivos específicos	Outros Critérios	16.C16	2	4	80%
		17.C17	1	4	80%
		Média Outros Critérios	1,50	4,00	80%
		Eficácia do Processo	1,50	3,88	78%

Posteriormente, é definido o Plano de Execução da avaliação.

B.1.4. Definir plano de execução

A definição do Plano de Execução da Avaliação contempla duas partes principais:

- **Cronograma** detalhado de todas as atividades e ações específicas, com recurso ao gráfico de *Gantt*, e identificando o responsável (pessoa singular ou equipa pela respetiva ação). A título de ilustrativo, na Figura 6.5 apresenta-se a proposta do cronograma simplificado de possíveis ações a considerar num projeto de dois anos, com a fase Colaborativa a decorrer desde o início do segundo semestre do ano 1 até ao terceiro trimestre do ano 2. As ações a realizar nas rubricas "Avaliação Ax" deverão estar detalhadas.

Ano/semanas	Ano 1												Ano 2												Ano 3				Responsável
Ações	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	
Apresentação do projeto																													EP
Reunião da EA para organização interna da equipa;																													EA
Reunião da EA para definição da metodologia e elaboração do modelo de avaliação																													EA + EP
Avaliação A0																													EA
Reunião de consenso da EA com a EP para revisão e finalização do diagnóstico, situação de referência da grelha de Avaliação																													EA
Avaliação A1																													EA
Avaliação A2																													EA
Avaliação A3																													EA
Elaboração do Relatório de Avaliação - Atualização do dossier de projeto																													EA
Apresentação do Relatório de avaliação à EP e ao P.																													EA + EP + P
Apresentação geral dos resultados da Avaliação e potenciais ações de melhoria a implementar																													EA + EP + P
Relatório final da Avaliação																													EA

Figura 6.5 - Cronograma ilustrativo da implementação do Plano de Avaliação a um processo colaborativo com a duração de dois anos. (Siglas: Equipa do Projeto (EP); Equipa de Avaliação (EA); Patrocinador(P))

- **Composição e plano de trabalho da Equipa de Avaliação (EA):** Deve existir uma estimativa do tempo de trabalho da equipa afeta à avaliação. Na Tabela 6.6 encontra-se a simulação do tempo expectável de execução das atividades associadas à metodologia-base proposta, considerando o cronograma apresentado na Figura 6.5. No exemplo ilustrativo é estimado um esforço total de 31 dias para a implementação da Avaliação.

Tabela 6.6 - Estimativa de esforço dos recursos da Equipa de Avaliação (EA)

	Atividades	Obs Estimativa	nº Dias	Estimativa de Esforço (Nº Dias)	Entregáveis
Definição da Metodologia (Inicial)	Escolha da Metodologia (Repositório/metodologia base /outra)	x1	2	2	Definição da metodologia
	Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente	x1	1	1	Matriz de Avaliação
	Avaliação Base - situação de referencia	x1	1	1	Avaliação "A0"
	Definir metas do projeto	x1	1	1	Grelha com Metas a atingir
	Criação do Dossier de Avaliação		0,5	0,5	Dossier de Avaliação
				5,5	
Implementação da Avaliação -Recolha (n vezes)	Recolha dos dados	x4	2	8	
	Tratamento dos dados	x4	2	8	Avaliação dos critérios (n vezes)
	Atualização do Dossier de Avaliação	x4	1	4	Dossier de Avaliação atualizado
	Informação de Resultados	x5	0,5	2,5	
				22,5	
Relatório de Avaliação (Final)	Atualização do Dossier de Avaliação e Conclusões	x1	2	2	Dossier de Avaliação atualizado
	Informação de Resultados	x2	1	1	
				3	
Estimativa de esforço dos reursos da EA				31	Dias

B.1.5. Criação do Dossier de avaliação

Conclui-se a Fase 1 com a criação do Dossier de avaliação. O Dossier de avaliação é equivalente ao Dossier de projeto, uma ferramenta de apoio ao registo da evolução do mesmo que permite que as várias interações fiquem registadas de forma organizada e que qualquer entidade/pessoa singular dê continuidade ao projeto e fique a par do seu estado de progressão (Project Management Institute, 2013).

O Dossier de avaliação, Apêndice C.4., além de agrupar os pontos identificados anteriormente é atualizado de forma contínua. É composto, assim, pela identificação e caracterização do processo de avaliação, metodologia de avaliação, sistema de pontuação, matriz de Avaliação, situação inicial e metas a atingir, equipa de avaliação, recursos, planeamento de execução da avaliação, e matriz de Responsabilidades e, por último, o Relatório da avaliação. O Dossier é atualizado sempre que existir um momento de avaliação e resultados, quer intermédios, quer final da avaliação.

6.3.2.2.2 B.2. Implementação da Avaliação-Recolha (n vezes)

Consiste na aplicação da metodologia de avaliação, através da recolha e tratamento de dados. Ocorre durante a fase de execução e controlo do projeto de avaliação e é transversal a todo o processo colaborativo, uma vez que depende das especificidades definidas na metodologia de avaliação. Por sugestão, de forma a estabelecer a situação de referência, base inicial, nos indicadores selecionados (caso seja aplicável), deve ser considerado o início da recolha de dados na Fase preparatória e/ou no início da Fase colaborativa, materializando-se na avaliação zero. É de notar que as fases do Sistema de avaliação não são totalmente sequenciais, uma vez que para avaliar a situação-base já foi realizada a implementação da avaliação através da recolha de dados e implementação da matriz de avaliação. Nesta fase 2 deverá ser definido o número de vezes em que se aplica a matriz de avaliação e a necessidade de recolha e tratamento de dados, ou seja, definir em que momentos se vai recolher informação e quantas avaliações intermédias serão realizadas. Desta forma, durante esta fase de implementação da avaliação irão surgir resultados intermédios que deverão ser incluídos no Dossier de avaliação, que, tal como mencionado, será atualizado à medida que vão surgindo resultados. Deverá igualmente existir um registo de todas as avaliações realizadas.

B.2.1. Gestão da avaliação

A gestão da avaliação deverá ser feita através das evidências que confirmem que as diferentes atividades elencadas no modelo conceptual no Sistema através da matriz de atividades e responsabilidades estão a decorrer conforme o planeado, uma vez que a mesma permite registar o seguimento das atividades, conforme o exemplo ilustrativo da Tabela 6.7. Do mesmo modo, procede-se à validação das ações presentes no cronograma desenvolvido na rubrica "B1.4. Plano de Execução".

Tabela 6.7 - Exemplo ilustrativo da gestão das atividades de avaliação, caso a Avaliação se encontre a iniciar a fase 2 - Implementação da avaliação em si

	Atividades / Responsáveis	Patrocinador	Equipa Projeto	Equipa de facilitação	Participantes	Equipa Avaliação	Entregáveis	Fase do processo colaborativo				
								Proposta Projeto	Fase Preparatória	Fase Colaborativa	Fase finalização	Pós projeto
1. Definição da Metodologia (Inicial)	1.1. Escolha da Metodologia	A	C	C		R	Definição da metodologia	☒	☒			
	1.2. Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente	A				R	Matriz de Avaliação	☒	☒			
	1.3.a) Avaliação Base - situação de referência	C	C	C		R	Avaliação "A0"	☐	☒			
	1.3.b) Definir metas do projeto	A	C			R	Grelha com Metas a atingir	☐	☒			
	1.4. Definir plano de execução	A	C			R	Plano de implementação da avaliação com conograma	☐	☒			
	1.5. Criação do Dossier de Avaliação	A	A			R	Dossier de Avaliação	☐	☒			
2. Implementação da Avaliação - Recolha (n vezes)	Recolha dos dados	C	C	C	C	R		☒	☐	☐	☐	☐
	Tratamento dos dados					R	Avaliação dos critérios (n vezes)	☒	☐	☐	☐	☐
	Atualização do Dossier de Avaliação					R	Dossier de Avaliação atualizado	☐	☐	☐	☐	☐
	Informação de Resultados	I	I	I		R		☐	☐	☐	☐	☐
3. Relatório de Avaliação (Final)	Atualização do Dossier de Avaliação e Conclusões	A	C	C		R	Dossier de Avaliação atualizado					☐
	Informação de Resultados	I	I	I	I	R						☐

(Legenda: R – Realiza a atividade; A – Aprova; C – Deve ser consultado I – Deve ser informado)

B.2.2. Registo das avaliações - Gestões de evidências

Nesta fase, é também realizada a gestão de evidências através do registo das avaliações nos vários momentos em que esta ocorre. À semelhança da tabela anterior, também a tabela abaixo, Tabela 6.8, é um exemplo ilustrativo da aplicação da matriz de avaliação a nível de cada uma das fases do processo colaborativo, incluído o período pós-projeto, considerando um momento de avaliação em cada uma delas, exceto na fase de proposta de projeto. Na fase preparatória do processo colaborativo temos a avaliação zero (A0), que reporta a situação-base inicial referida no ponto "B.1.3. Situação Inicial e definição de metas do processo colaborativo". De seguida, apresenta-se a avaliação intermédia (A1) que ocorre a meio da fase colaborativa e que permite verificar a direção que o processo está a tomar em relação às metas propostas, a fim de aplicar medidas corretivas, se for necessário. Na fase de finalização temos o primeiro momento de avaliação final (A2), que coincide com o encerramento do processo

colaborativo. Nesta fase já existe a recolha dos dados e avaliação final dos critérios. Por último, temos o registo da avaliação realizada na fase de pós-projeto (A3).

Tabela 6.8 - Registo das Avaliações - gestão de evidências

Registo de Avaliações			Fase do processo colaborativo				
			Proposta Projeto	Fase Preparatória	Fase Colaborativa	Fase finalização	Pós projeto
### Projeto ###							
Objetivos		Critérios	N.A	A0	A1	A2	A3
Objetivos de participação	Qualidade do processo	1.Qualidade facilitação			4	4	
		2.Representatividade sociológica			2	2	
		3.Adequabilidade de recursos			4	4	
		4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar			3	3	
		5.Respeitar a confidencialidade individual e institucional			3	3	
		6.Nível de envolvimento			2	3	
	Média Qualidade do processo				3,00	3,17	
	Participação consequente	7.Produzir o entregáveis-chave			1	1	
		8.Comunicação dos resultados e existência de seguimento			3	3	
		9.Satisfação dos participantes			2	3	
	Média Participação consequente				2,00	2,33	
	Promoção de capitais (Social, Politico; Intelectual)	10.Transparência e Confiança		1	3	4	5
		11.Redes: criação e consolidação de relações		1	1	3	4
		12.Influência no processo de decisório / decisão final		1	3	4	4
		13.Empoderamento - voz ativa no processo		2	2	2	2
14.Partilha e co construção de novo conhecimento			1	2	2	3	
15.Compreensão do tema			1	2	3	4	
Média Promoção de capitais			1,17	2,17	3,00	3,67	
Eficácia do Objetivos de Participação			1,17	2,39	2,83	3,67	
Objetivos específicos	Outros Critérios	16.C16		2	2	3	3
		17.C17		1	2	2	2
	Média Outros Critérios			1,50	2,00	2,50	2,50
		Eficácia do Projeto e Participação		1,33	2,29	2,75	3,08

Para um registo complementar, com detalhe da apreciação de cada um dos critérios, sugere-se utilizar a estrutura proposta na Tabela 6.9. Este registo é importante para a análise das conclusões e recomendações da avaliação.

Tabela 6.9 - Avaliação detalhada qualitativa de cada critério e respetivo indicador

Identificação do Critério X - Nome						
X.1. Indicador / elemento em avaliação no critério - Nome						
Descrição da avaliação / apreciação						
	1	2	3	4	5	NA

Após o registo da avaliação de cada critério, que nos dá os valores da eficácia gerais, deverá contrastar-se os resultados obtidos com as metas estabelecidas. Estes resultados dão-nos a avaliação final do processo colaborativo.

6.3.2.2.3 B.3. Relatório de Avaliação

Cristaliza-se a produção dos Resultados da avaliação pela atualização contínua do Dossier de avaliação e elaboração do relatório da avaliação. A avaliação Final é realizada tendo em conta os resultados alcançados e as metas estabelecidas, conforme exemplo ilustrativo na Tabela 6.10.

Considera-se que, nesta fase, existe o cálculo e análise dos resultados para cada um dos critérios, com a realização de dois relatórios de avaliação, Apêndice C.4, que reportam com base na metodologia selecionada, descrita no ponto 6.2.2, os dois momentos de avaliação final:

- **Avaliação Final 1:** No final da fase de finalização do processo colaborativo, com o cálculo da eficácia do processo. No cálculo da eficácia são considerados tanto os critérios pré-definidos, como os critérios específicos, sendo que a eficácia global do processo é medida através do rácio da média da eficácia de cada critério. Adicionalmente, promove-se a análise da eficácia do processo face às metas específicas estabelecidas. Neste momento de avaliação é também calculado o VAL potencial, que é composto pela média dos critérios que compõem o objetivo " Promoção de Capital Partilhado";
- **Avaliação Final 2:** Cálculo do VAL potencial na fase pós-projeto, de forma a averiguar se existiu um aumento do capital gerado por influência do processo colaborativo.

O relatório de avaliação deve incluir também uma caracterização da implementação do processo colaborativo através de um conjunto de questões padronizadas, Apêndice C.2. Esta caracterização permite a comparabilidade de processos com características semelhantes.

Tabela 6.10 - Avaliação final da eficácia do processo colaborativo.

Registo de Metas e Avaliação Final						Fase do processo		Eficácia do processo			
### Projeto ###			Base Inicial	Objetivo/Meta	%Máxima	Fase finalização	Pós projeto	%Fase finalização (eficácia geral)	%Pós projeto (eficácia geral)	% Eficacia face às metas (P3)	% Eficacia face às metas (P4)
Objetivos	Critérios	P0	Meta			P3	P4	P3	P4	P3	P4
Objetivos de participação	Qualidade do processo	1.Qualidade facilitação		5	100%	4		80%		80%	
		2.Representatividade sociológica		3	60%	2		40%		67%	
		3.Adequabilidade de recursos		5	100%	4		80%		80%	
		4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar		4	80%	3		60%		75%	
		5.Respeitar a confidencialidade individual e institucional		4	80%	3		60%		75%	
		6.Nível de envolvimento		3	60%	3		60%		100%	
		Média Qualidade do processo		4,00	80%	3,17		63%		79%	
	Participação consequente	7.Produzir o entregáveis-chave		2	40%	1		20%		50%	
		8.Comunicação dos resultados e existência de seguimento		4	80%	3		60%		75%	
		9.Satisfação dos participantes		3	60%	3		60%		100%	
		Média Participação consequente		3,00	60%	2,33		47%		78%	
	Promoção de capitais (Social, Político; Intelectual)	10.Transparência e Confiança	1	5	100%	4	5	80%	100%	80%	100%
		11.Redes: criação e consolidação de relações	1	5	100%	3	4	60%	80%	60%	80%
		12.Influência no processo de decisório / decisão final	1	5	100%	4	4	80%	80%	80%	80%
		13.Empoderamento - voz ativa no processo	2	4	80%	2	2	40%	40%	50%	50%
		14.Partilha e co construção de novo conhecimento	1	4	80%	2	3	40%	60%	50%	75%
		15.Compreensão do tema	1	4	80%	3	4	60%	80%	75%	100%
		Média Promoção de capitais	1,17	4,50	90%	3,00	3,67	60%	73%	67%	81%
		Eficácia do Objetivos de Participação	1,17	3,83	77%	2,83	3,67	57%	73%	75%	81%
Objetivos específicos	Outros Critérios	16.C16	2	4	80%	3		60%		75%	
		17.C17	1	4	80%	2		40%		50%	
		Média Outros Critérios	1,50	4,00	80%	2,50		50%		63%	
		Eficácia do Projeto e Participação	1,33	3,88	78%	2,75	3,67	53%		68%	100%
		VAL	1,17	4,50		3,00	3,67	60%		67%	81%

Por último, de forma a encerrar a avaliação é necessário existir a comunicação dos resultados da mesma, tanto ao patrocinador e equipa do projeto, como aos participantes. Sugere-se que os resultados gerais da avaliação sejam públicos, de forma a existir partilha do conhecimento adquirido pelo processo e sua avaliação e, assim, permitir troca de experiências entre processos colaborativos. Adicionalmente, contribui para aumentar a transparência do processo e a confiança dos participantes no mesmo.

6.3.3 Desenvolvimento da interface - Operacionalização

O Sistema proposto foi operacionalizado com recurso à ferramenta Microsoft Excel. Foi desenvolvido de forma a facilitar a aplicação por qualquer equipa de avaliação. No Sistema encontram-se todas as fases elencadas no ponto 6.3.2, incluindo a integração das várias matrizes apresentadas e correspondentes instruções de utilização. O Sistema, como ferramenta de Planeamento e Gestão, é operacionalizado na ferramenta *Microsoft Excel*, Figura 6.6, e Apêndice C.5., e pretende auxiliar, de forma sistemática e orientada, o processo de avaliação.

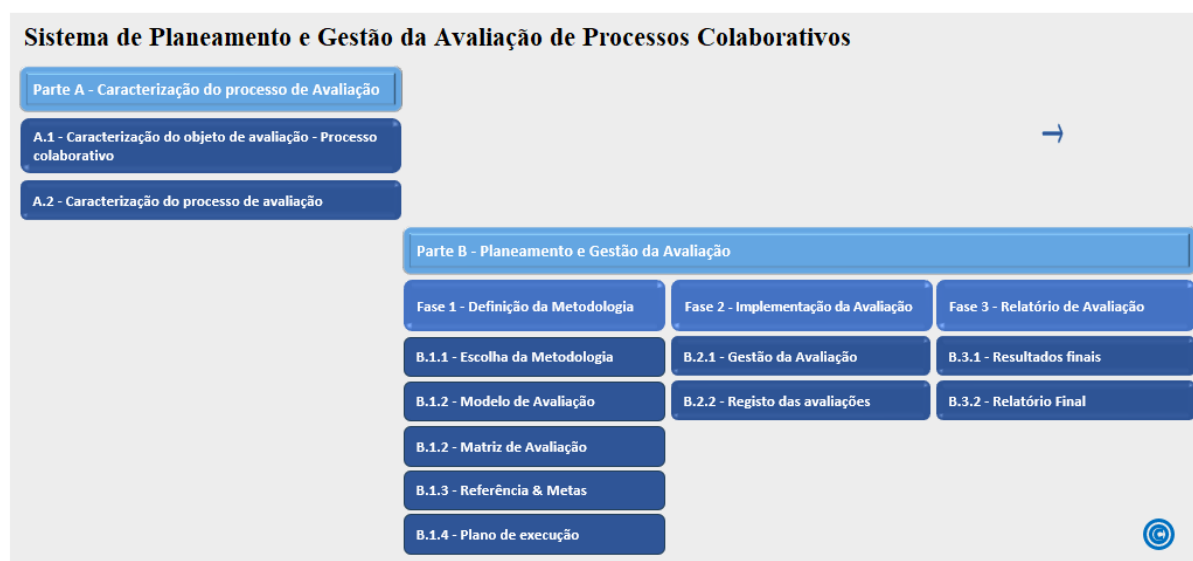


Figura 6.6 - Página inicial do Sistema de planeamento e gestão da avaliação

O Sistema permite, também, contribuir para a inclusão da avaliação pós-projeto no planeamento do processo colaborativo, uma vez que introduz esta componente de forma prática, sem sobrecarga de atividades. Pretende ser uma base de partida para o desenvolvimento de uma ferramenta holística de avaliação, que permita o armazenamento dos dados de avaliação. Inclui a avaliação pós-termino oficial do processo, através da avaliação do VAL. Esta avaliação realizada na situação de referência, nas fases PA3 e PA4, permitirá verificar se existiu evolução durante o processo e se a transformação verificada nos participantes durou ou capitalizou no tempo.

6.4 Critérios de avaliação

Uma clara definição dos critérios de avaliação é essencial para o efetivo planeamento de uma avaliação. No âmbito do sistema proposto, sugere-se a utilização de dois tipos de critérios: critérios pré-definidos, que serão transversais a todos os planos de avaliação e baseados em características e resultados intangíveis de um bom processo de colaboração; e critérios específicos, definidos com base nas especificidades e objetivos do processo colaborativo alvo de avaliação.

6.4.1 Critérios pré-definidos - transversais

De forma a contribuir para a padronização dos critérios de avaliação de um processo colaborativo, e considerando também o interesse na comparabilidade de resultados, foi definido um

conjunto de critérios a integrar o Sistema de Avaliação. O processo de seleção dos critérios teve por base a identificação dos critérios mais comumente utilizados nas avaliações analisadas, bem como as que são utilizadas por organismos internacionais como a OCDE (OECD, 2005, 2021), tanto para avaliar qualidade do processo, como dos resultados do mesmo. Adicionalmente, as características da participação consideradas pelos entrevistados relevantes de avaliação apoiaram esta seleção de critérios.

Os 15 critérios pré-definidos que integram o Sistema, relacionados com a qualidade do processo (P) e também com os resultados do processo (R), encontram-se listados de seguida:

1. Qualidade facilitação (P)
2. Representatividade sociológica (P)
3. Adequabilidade de recursos (P)
4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar(P)
5. Respeitar a confidencialidade individual e institucional (P)
6. Nível de envolvimento (P) (R)
7. Produzir o entregáveis-chave (R)
8. Comunicação dos resultados e existência de seguimento (P)
9. Satisfação dos participantes (R)
10. Transparência e Confiança (R)
11. Redes: criação e consolidação de relações (R)
12. Influência no processo de decisório / decisão final (R)
13. Empoderamento - voz ativa no processo (R)
14. Partilha e co-construção de novo conhecimento (R)
15. Compreensão do tema (R)

De forma a apoiar a operacionalização da avaliação dos critérios propostos, foi desenvolvido um conjunto de recomendações, que incluem a sugestão de indicadores, métodos de recolha de informação e quando avaliar o indicador, para cada um dos critérios. Estas recomendações têm por base a literatura analisada. De notar que, para efeitos ilustrativos, vão ser considerados quatro tipos de intervenientes-chave no processo de avaliação: 1) A equipa de avaliação, que pode ou não estar associada a uma entidade externa, responsável pela avaliação; 2) Os participantes no processo colaborativo, as partes interessadas; 3) A equipa do projeto, incluindo a equipa coordenadora; 4) A equipa de facilitação, que embora possa fazer parte da equipa do projeto, neste âmbito encontra-se separada. De considerar, também, a importância da entidade patrocinadora em termos de comunicação de resultados. No planeamento da avaliação, as atividades devem estar discriminadas não só pela equipa responsável, mas também pela pessoa responsável. Sugere-se ainda que o instrumento de recolha de dados para a avaliação

dos critérios seja elaborado pela equipa de avaliação, podendo ser implementado pela equipa do projeto ou de facilitação no início e no final da fase colaborativa. Se for possível, também poderão ser avaliados numa fase intermédia, de forma a detetar possíveis melhorias. Na avaliação de cada critério, conforme mencionado, sugere-se a normalização dos resultados na escala de *classificação* de 1 a 5, com 5 a ser a pontuação superior. Na maioria dos critérios onde é proposta a recolha de dados através da aplicação de um conjunto de questões de resposta fechada, a escala de *Likert* assume a seguinte classificação: 1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo; 5 - concordo fortemente. Na descrição dos critérios apenas se apresenta a normalização nesta escala, caso a mesmo assumam um descritivo para a classificação diferente.

6.4.1.1 Qualidade facilitação

A facilitação do processo participativo é considerada uma característica determinante para promover o seu sucesso. São vários os autores que contemplam a facilitação como um critério a ter em consideração na hora de avaliar (European Commission, 2023; OECD, 2021; Chiodo et al., 2019; Kovács et al., 2017; Berman, 2017; Trimble & Lázaro, 2014; Loukis et al., 2010; Petts & Leach, 2000; Wyss et al., 1998).

Alguns dos aspetos considerados importantes medir referentes ao processo de facilitação são:

- **Facilitação profissional:** A qualidade da facilitação das sessões tem tendência a ser mais elevada com um facilitador experiente que assegure a igualdade de oportunidades para todas as partes interessadas e uma preparação minuciosa do processo (European Commission, 2023; OECD, 2021; Kovács et al., 2017; Trimble & Lázaro, 2014; Loukis et al., 2010).
- **Independência e imparcialidade da equipa de facilitadores:** A equipa de facilitadores funciona de forma independente de todas as partes interessadas, garantindo que o processo de participação é conduzido de forma imparcial e sem preconceitos (Lauber, 1999; Rowe & Frewer, 2000; Kovács et al., 2017; Dawodu et al., 2021)

Sugere-se que este critério seja avaliado considerando o ponto de vista dos participantes, da equipa do projeto e da própria equipa de facilitação, através da aplicação, nomeadamente, de um conjunto de questões de resposta fechada no que se refere ao trabalho desenvolvido pela equipa facilitadora, considerando se:

- A equipa de facilitadores foi justa;
- A equipa de facilitadores assegurou que todos tiveram uma palavra a dizer;
- A equipa de facilitadores é independente de todas as partes interessadas;
- A equipa de facilitadores foi imparcial.

A recolha de respostas poderá ser através de um questionário, que deverá ser aplicado aquando da finalização da fase colaborativa do processo ou na fase de finalização do projeto. Poderá, caso o processo seja longo, existir uma avaliação intercalar para identificar se existem aspetos a melhorar.

Estas questões dão, posteriormente, origem ao indicador - Qualidade da Facilitação - no âmbito do qual foi analisado um conjunto de 4 fatores, representando a média desses fatores a pontuação atribuída ao indicador. A informação recolhida pode ser complementada com o objetivo de perceber a perceção dos participantes sobre a facilitação das sessões, com questões de resposta aberta, ou em formato de entrevista, através da questão: "O que pensa sobre a facilitação das sessões em que participou?".

As respostas dadas a esta questão deverão, posteriormente, ser categorizadas para simplificar a análise e comparação dos resultados, de forma subjetiva numa escala de 1-5, permitindo também integrar o critério da qualidade da facilitação.

De forma a garantir que o critério é avaliado e que a informação é recolhida e analisada, sendo importante a definição das responsabilidades, entre os vários envolvidos, apresenta-se uma proposta de matriz de responsabilidades, Tabela 6.11.

Tabela 6.11 - Matriz RACI - Responsabilidade associada ao critério Qualidade de Facilitação com a indicação das atividades associadas

Matriz RACI	Responsabilidades		
	Equipa de avaliação	Participantes	Equipa do projeto
Elaboração do instrumento de recolha de dados - questionário	R		
Aplicação do questionário	I	C	R
Cálculo do indicador	R		
Análise do critério	R		I
Integração na avaliação global	R		
Comunicação dos resultados	R	I	I

Legenda: R – Realiza a atividade; A - Aprova; C – Deve ser consultado I - Deve ser informado

6.4.1.2 Representatividade sociológica

Assegurar a representatividade sociológica, garantindo a diversidade de participantes, é um fator essencial para um processo colaborativo justo e representativo para o tema em causa (Rowe & Frewer, 2000; Bryson et al., 2013; Hassenforder et al., 2016; Kovács et al., 2017; OECD,

2021), considerando que quem está no processo influencia o seu resultado. O ter uma diversidade de participantes ajuda a que exista um entendimento mais profundo do tema em discussão (European Commission, 2023), pelo que deve ser garantida a participação de grupos representativos nas tomadas de decisão, pois são esses grupos que trazem novas visões e estratégias (Potapchuk, 1991; Laurian & Shaw, 2009; Trimble & Lázaro, 2014; Fumega, 2013; Que-sada-Silva et al., 2019; Dawodu et al., 2021; Loukis et al., 2010).

O sucesso da Representatividade Sociológica é condicionado por três fatores principais:

- Identificação e seleção das partes interessadas: Entidades ou indivíduos que possam ter interesse no tema em decisão, ou que possam ser significativamente afetados e, por outro lado, que as suas atividades possam, de alguma forma, afetar o tema (ISO & GRI, 2014; ISO/TMB, 2010);
- Estratégias de envolvimento das partes interessadas: como foram comunicadas as sessões, realizados os convites e a adaptabilidade do processo para envolver grupos mais difíceis;
- A efetiva participação das partes interessadas nas sessões colaborativas do processo.

Sugere-se que este critério seja avaliado em duas partes:

- Pela Equipa do projeto:
 - 1) Indicador qualitativo referente à seleção das partes interessadas. É necessário perceber se o processo de identificação e seleção foi objetivo, aberto e transparente, bem como se teve em conta a diversidade de partes interessadas que podem impactar ou ser impactadas. Adicionalmente, é importante, também, perceber se existiu alguma estratégia de mobilização de forma a não deixar grupos que se sentem menos representados, ou mais difíceis de envolver, fora do processo.

Assim, é proposta a aplicação em formato de questionário, entrevista ou análise documental (caso o processo de identificação e seleção das partes interessadas esteja documentado), das seguintes questões:

- Qual foi o processo de seleção das partes interessadas / participantes a envolver no processo? (descreva o processo de seleção)
- Foi dada oportunidade a participantes novos ou adicionais de participarem no processo que foram identificados por outros e se for acordado que a sua participação seria benéfica?
- Como foram recrutados os participantes para o processo? Descreva o processo.
- Houve algum grupo identificado que tenha sido difícil de contactar? Em caso afirmativo, como é que abordou este desafio?

As respostas dadas deverão, posteriormente, ser analisadas e categorizadas para simplificar a análise e comparação dos resultados, de forma subjetiva, numa escala de 1-5, permitindo também integrar o critério da representatividade sociológica.

- 2) Indicador referente à representatividade efetiva das partes interessadas no processo, pretendendo-se perceber se as principais categorias de partes interessadas identificadas têm, pelo menos, 1 entidade ou grupo representado. Sugere-se a operacionalização através da análise das listas de presenças das sessões.
- Pelos participantes:
 - 3) Indicador: Percepção da presença das partes interessadas relevantes no processo. Este indicador pode ser operacionalizado através de questões de resposta fechada: "Os grupos / indivíduos que podem ser afetados ou podem afetar o tema em discussão estiveram representados no processo?" Ou "Todas as partes interessadas importantes participam no processo (sessões)?"

A avaliação do critério é operacionalizada pela média da pontuação atribuída nos três indicadores descritos. Uma vez que os indicadores se encontram normalizados na escala de 1 a 5, o valor do critério da "Representatividade Sociológica" será traduzido, também, numa escala de 1 - Sem representatividade a 5 - Muito representativo.

À semelhança do critério anterior, para a sua operacionalização é necessário estarem definidas as responsabilidades de cada um dos intervenientes, pelo que se apresenta uma proposta a considerar através da matriz de responsabilidades presente na Tabela 6.12.

Tabela 6.12 - Matriz RACI associado ao critério Representatividade sociológica

Atividades	Subatividades	Envolvidos - Responsabilidade			Fase
		Equipa avaliação	Participantes	Equipa projeto	
Indicador - Seleção das partes interessadas	Elaboração do instrumento de recolha de dados	R			FC
	Recolha de dados	R		C	FC
	Cálculo do indicador	R			FF
Indicador - Diversidade de partes interessadas	Análise lista de presenças	R		I	FC
	Cálculo do indicador	R			FF
Percepção da presença das partes interessadas relevantes	Elaboração do instrumento de recolha de dados	R			FC
	Recolha de dados	R	C		FC
	Cálculo do indicador	R			FF
Avaliação do critério	Análise do critério	R			FF
	Integração na avaliação global	R		I	FF
	Comunicação dos resultados	R	I	I	FF

Legenda: Responsabilidades: R – Realiza a atividade; A - Aprova; C – Deve ser consultado I - Deve ser informado; Fase: FC- Fase colaborativa; FF - fase finalização)

6.4.1.3 Adequabilidade de recursos

Os recursos disponíveis para o desenvolvimento do processo colaborativo condicionam o seu sucesso. Os recursos necessários englobam a alocação adequada de recursos humanos, técnicos e financeiros, garantindo que foi assegurado o tempo necessário para concluir, efetivamente, o processo colaborativo (European Commission, 2023; Kovács et al., 2017; Loukis et al., 2010).

Para a análise do presente critério sugere-se a conjunção da opinião dos participantes em relação à sua perceção da adequabilidade do recurso tempo e do espaço onde decorre a participação (Kovács et al., 2017), com a autoavaliação da equipa do projeto sobre a adequabilidade dos recursos humanos e técnicos ao processo colaborativo através de um conjunto de questões com resposta fechada:

- Operacionalização do indicador tempo na ótica dos participantes:
 - A duração do processo foi adequada?
 - O local e o horário das sessões foram adequados aos participantes e incluem um ambiente confortável, comida e bebidas?
- Operacionalização do indicador "recursos humanos e técnicos" na ótica da equipa do projeto:
 - Foram afetados recursos financeiros suficientes ao processo?
 - Foram afetados recursos humanos suficientes ao processo?
 - A duração do processo foi adequada?
 - O local e o horário das sessões foram adequados aos participantes e incluem um ambiente confortável, comida e bebidas?

As questões avaliadas dão origem aos indicadores que irão compor o critério da Adequabilidade de recursos: Recurso tempo e espaço; Recursos Humanos e Financeiros. Cada um dos indicadores é calculado considerando a média das pontuações atribuídas às questões em análise.

A avaliação do critério é operacionalizada pelo indicador composto que integra a média da pontuação atribuída aos três indicadores descritos. Uma vez que os indicadores se encontram normalizados na escala de 1 a 5, o valor do critério da "Adequabilidade de Recursos" será traduzido, também, numa escala de 1 - Sem adequação a 5 - Elevada adequabilidade.

À semelhança do critério anterior, para a sua operacionalização é necessário estarem definidas as responsabilidades de cada um dos intervenientes, pelo que se apresenta uma proposta a considerar através da matriz de responsabilidades presente na Tabela 6.13.

Tabela 6.13 - Matriz RACI associado ao critério: Adequabilidade de recursos

Responsabilidades		Envolvidos			Fase
Atividades	Subatividades	Equipa avaliação	Participantes	Equipa projeto	
Indicador - Tempo e espaço	Elaboração do instrumento de recolha de dados	R			FC
	Recolha de dados	R	C	C	FC
	Cálculo do indicador	R			FF
Indicador - Recurso Humanos e Financeiros	Elaboração do instrumento de recolha de dados	R			FP
	Recolha de dados	R	C	C	FP; FF
	Cálculo do indicador	R			FF
Avaliação do critério	Análise do critério	R			FF
	Integração na avaliação global	R		I	FF
	Comunicação dos resultados	R	I	I	FF

Legenda: Responsabilidades: R – Realiza a atividade; A - Aprova; C – Deve ser consultado I - Deve ser informado; Fase: FP - Fase preparatória; FC- Fase colaborativa; FF - fase finalização)

A nível da prioridade de avaliação, apesar da avaliação do critério "Adequabilidade de recursos" ser resultante da implementação da fase colaborativa, considera-se que deve ser avaliado na fase de preparação do processo do indicador: Recursos Humanos e Financeiros, de forma a, por um lado, avaliar a evolução da perceção da equipa sobre os recursos necessários e, por outro, preparar medidas adaptativas, caso não se considere *a priori* que os recursos são adequados para a realização do processo, como planeado em fase de proposta/conceção.

6.4.1.4 Acessibilidade e igual oportunidade de falar

Um dos principais objetivos de um processo colaborativo é trazer para a tomada de decisão várias perspetivas, conhecimentos e criar condições para dar voz aos menos ouvidos. É assim essencial criar um processo horizontal, onde todos têm a mesma oportunidade à palavra e as suas opiniões são ouvidas e respeitadas (Lauber, 1999; Laurian & Shaw, 2009; Mannarini & Talò, 2013; Trimble & Lázaro, 2014; Hassenforder et al., 2016; OECD, 2021).

Considera-se que o critério "Acessibilidade e igual oportunidade de falar" deve ser avaliado na ótica dos participantes, uma vez que o processo é tão bem-sucedido neste critério quanto maior for a perceção dos participantes de que existe igualdade de participação e diálogo.

Neste sentido, sugere-se a operacionalização deste critério através da aplicação de um conjunto de questões:

- Todos tiveram a oportunidade de falar e de se fazer ouvir?
- A opinião de cada membro do grupo, incluindo a sua, foi tida em conta (ou ouvida) ao longo deste processo colaborativo?
- Todos os participantes foram ouvidos da mesma forma?
- Nenhum participante dominou os debates?

Estas questões dão, posteriormente, origem ao indicador acessibilidade e igual oportunidade de falar, a base do critério em análise, que se reflete na média das pontuações atribuídas pelos participantes ao conjunto de questões. A equipa de avaliação tem a responsabilidade de garantir a recolha de informação, Tabela 6.14.

Tabela 6.14 - Matriz RACI relativa ao critério Acessibilidade e igual oportunidade de falar

Responsabilidades	Envolvidos			
Atividades	Equipa avaliação	Participantes	Equipa projeto	Fase
Elaboração do instrumento de recolha de dados	R			FC
Recolha de dados	R	C	I	FC
Cálculo do indicador	R			FF
Análise do critério	R			FF
Integração na avaliação global	R		I	FF
Comunicação dos resultados	R	I	I	FF

Legenda: Responsabilidades: R – Realiza a atividade; A – Aprova; C – Deve ser consultado I – Deve ser informado; Fase: FC- Fase colaborativa; FF - fase finalização)

6.4.1.5 Respeitar a confidencialidade individual e institucional

Dadas as temáticas e a complexidade geralmente associadas, de forma a garantir que o processo colaborativo produz os resultados pretendidos é importante garantir que existe confidencialidade não só a nível do indivíduo que está presente nas sessões, como para com as instituições que se encontram representadas nas sessões, assegurando que os participantes sintam a sua privacidade respeitada (OECD, 2021).

À semelhança do critério anterior, é tida em conta a ótica dos participantes, nomeadamente:

- A sua privacidade (contra atenção indesejada) foi protegida neste processo?
- O processo respeitou a privacidade de todos os participantes?

O critério traduz-se na média das pontuações atribuídas pela avaliação dos participantes, e tal como no critério anterior serão colocadas questões em formato questionário aos participantes na finalização da fase colaborativa do processo, e novamente na fase de finalização do projeto.

Sendo que a nível da responsabilidade de operacionalização as mesmas se encontram presentes na Tabela 6.14.

A identidade dos participantes pode ser divulgada após a conclusão do processo, com o consentimento dos participantes. Todos os dados pessoais dos participantes devem ser tratados em conformidade com as boas práticas internacionais, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia - Regulamento (UE) 2016/679 - hoje incorporado na lei 58/2019, de 8 de agosto.

6.4.1.6 Nível de envolvimento

Um fator importante para o sucesso do processo colaborativo é o envolvimento contínuo dos seus participantes (Chiodo et al., 2019; Brown & Chin, 2013; Falconi & Palmer, 2017). Este envolvimento leva à continuidade no processo, o que promove um processo eficiente e informado. Processos colaborativos com baixo nível de envolvimento, onde não existe uma continuidade de presença dos mesmos participantes, mas sim novos conjuntos de participantes em cada sessão, leva a que exista menor aceitabilidade do produto final, uma vez que o conhecimento e envolvimento no processo que levou ao resultado é limitado.

Por outro lado, um elevado nível de envolvimento dos participantes demonstra que existe um reconhecimento de importância e interesse, tanto no tema, como no próprio processo de participação.

Assim, sugere-se que o nível de envolvimento seja avaliado considerando o cálculo do Índice de envolvimento (Eq.12). Este índice pretende avaliar a retenção dos participantes no processo colaborativo e é calculado para cada participante (Eq.11).

$$Indice_{Envolvimento\ participante} = \frac{n^{\circ}sessões\ atendidos}{n^{\circ}sessões\ promovidas\ pelo\ processo} \quad (11)$$

O índice de envolvimento do processo é considerado o valor médio dos índices de envolvimento dos diferentes participantes que passaram no processo.

$$Indice_{Envolvimento\ processo} = \overline{X} Indice_{Envolvimento\ participante} \quad (12)$$

O Índice de envolvimento devolve um valor entre 0 e 1, que se sugere que seja transformado numa escala de 1 a 5, assumindo os pressupostos presentes na Tabela 6.15.

Tabela 6.15 - Escala de normalização dos resultados aplicada

Índice de envolvimento	Escala 1 a 5
------------------------	--------------

0.00 - 0.19	1
0.20 - 0.39	2
0.40 - 0.59	3
0.60 - 0.79	4
0.80 - 1.00	5

Para a operacionalização deste indicador, a equipa de avaliação deve ter acesso às listas de presenças das sessões realizadas durante o processo colaborativo e deve ser avaliado na fase de finalização do processo. A nível de responsabilidade, a equipa do projeto garante que existe um registo dos participantes nas diferentes sessões / eventos e fornece à equipa de avaliação as listas de presenças nas diferentes sessões. É a equipa de avaliação que calcula o indicador que vai traduzir o nível de envolvimento que existiu no processo em avaliação.

6.4.1.7 Produzir o entregáveis-chave

O desenvolvimento de um processo colaborativo tem por base a necessidade de atingir objetivos específicos que se podem traduzir em recomendações, planos, estratégias, produtos, protótipos, entre outros. Pelo que é crucial avaliar se o processo promoveu a entrega dos produtos esperados, satisfazendo os objetivos do processo (Mannarini & Talò, 2013; Trimble & Lázaro, 2014)

Assim, sugere-se que este critério seja avaliado com base nos produtos resultantes do processo face aos produtos inicialmente planeados. Para a sua operacionalização, deve-se confrontar a lista dos produtos inicialmente previstos com os produtos alcançados. O intuito não é avaliar a qualidade dos produtos em si, mas verificar a sua existência.

No seguimento dos critérios anteriores, a classificação do critério é realizada numa escala de 1 a 5:

- Nenhum dos produtos inicialmente previstos foi alcançado;
- 30 % dos produtos inicialmente previstos foram alcançados;
- 60% dos produtos inicialmente previstos foram alcançados;
- 90% dos produtos inicialmente previstos foram alcançados;
- 100% dos produtos inicialmente previstos foram alcançado e foram produzidos produtos além dos planeados;

A equipa do projeto tem a responsabilidade de entregar a informação base à equipa de avaliação na fase de finalização do processo, onde, geralmente, se materializa o desenvolvimento dos entregáveis/produtos finais.

6.4.1.8 Comunicação dos resultados e existência de seguimento

Um dos critérios presentes na literatura (European Commission, 2023; Loukis et al., 2010) e identificado através das entrevistas como um dos pontos com maior potencial de melhoria, é a comunicação dos resultados e a existência de seguimento dos mesmos. Esta comunicação é considerada, geralmente, deficitária, mas de extrema importância, para que os participantes sintam que o seu contributo e tempo dedicado tiveram produtos.

Sugere-se que a avaliação deste critério seja realizada do ponto de vista da equipa do projeto e da equipa de facilitação. A ótica dos participantes sobre se consideram que foram informados de forma satisfatória poderá ser incluída no critério: Satisfação dos participantes.

Tanto a equipa do projeto como a equipa de facilitação devem ter em conta que:

- Os relatórios dos resultados de cada sessão participativa devem ser acessíveis a todos os participantes;
- Os resultados devem ser comunicados da forma mais aberta possível e sem alterações;
- Os produtos finais do processo devem ser acessíveis a todos os participantes.

Assim, para a operacionalização do presente critério sugere-se a identificação de um plano de comunicação claro, que assegure que os resultados estão acessíveis a todos os participantes e que existe um seguimento do que é produzido no processo colaborativo, através da aplicação de questões de resposta fechada, nomeadamente:

- Foram realizados relatórios sinóticos das sessões e os seus resultados transmitidos aos participantes antes das sessões seguinte?
- Foi explicado aos participantes de que forma os seus contributos nas várias fases do processo, integram os resultados do processo?
- Os resultados do processo colaborativo foram apresentados aos participantes e ficaram disponíveis para consulta futura?
- O plano de comunicação (se existir) foi cumprido?
- Existe comunicação com os participantes a informar sobre a aplicação futura dos resultados?

De notar que a informação pode ser completada ou recolhida com consulta ao plano de comunicação dos resultados, no caso de estar disponível. É, depois, necessário verificar as evidências da sua concretização. A recolha de informação através da análise documental necessita, depois, de normalização para a escala do sistema de 1 a 5.

É importante conjugar a perceção das equipas de projeto e de facilitação, onde a avaliação do critério se traduz na média das pontuações atribuídas a cada uma das questões. A equipa de avaliação tem a responsabilidade de recolher esta perceção junto das equipas e deverá fazê-lo no final da fase de finalização do processo.

6.4.1.9 Satisfação dos participantes

A satisfação dos participantes com o processo e respetivos resultados contribui para a percepção da legitimidade do processo, promove também um impacto positivo na acessibilidade em relação à decisão, representando a satisfação dos participantes um critério a considerar (Blackstock et al., 2007; Laurian & Shaw, 2009; Loukis et al., 2010; Stephens & Berner, 2011; Bryson et al., 2013; Trimble & Lázaro, 2014; von Thiele Schwarz et al., 2016; Griffin et al., 2018). Neste critério é importante considerar na ótica dos participantes, as seguintes questões:

- Os objetivos do processo colaborativo foram atingidos com sucesso.
- Estou satisfeito com as opções/soluções desenvolvidas - produtos finais
- Fui informado satisfatoriamente das informações referentes ao processo colaborativo
- O processo colaborativo foi desenvolvido com sucesso
- Estou satisfeito por ter participado no processo participativo

Adicionalmente, a informação recolhida, para este indicador também pode ter por base as fichas de avaliação sinóticas das sessões -que, frequentemente, se recolhem no final de cada sessão, onde os participantes podem exprimir o que gostaram mais, menos e oportunidades de melhoria.

6.4.1.10 Transparência e Confiança

É importante assegurar que um processo de tomada de decisão claro para os participantes, de modo a que estes compreendam a forma como as decisões são tomadas, e auditável para os observadores, tem um impacto na percepção da transparência e da confiança dos participantes (Rowe & Frewer, 2000; Laurian & Shaw, 2009; Bryson et al., 2013; Hassenforder et al., 2016; Kovács et al., 2017; Dawodu et al., 2021; OECD, 2021). A criação de confiança potencia as condições de diálogo e contribui, também, para a promoção do capital social (Innes et al., 1994; Yu et al., 2013).

Sugere-se, assim, que a avaliação da transparência de confiança do processo colaborativo seja efetuada, na ótica dos participantes, nomeadamente através das questões seguintes:

- O processo foi transparente para todas as partes interessadas, todos sabiam o que e estava a ocorrer e como as decisões estavam a ser tomadas, e acompanharam o processo?
- Os objetivos do processo estavam bem definidos e claros para os participantes desde o início do processo?
- O processo foi transparente, com regras da participação claras desde o início do processo?

- Foi explicado aos participantes como os seus contributos, nas várias fases do processo, integram os resultados do processo? (comum ao Critério de "Comunicação dos resultados e existência de seguimento")
- Nenhum participante dominou os debates? (comum ao Critério "Acessibilidade e igual oportunidade de falar")
- O participante confia nos resultados finais do processo colaborativo?

Tal como no critério anterior, a informação recolhida para este indicador também pode ter por base as fichas de avaliação sinóticas das sessões. De forma a ser percebida a evolução no critério ao longo do processo, sugere-se avaliar a perceção dos participantes, face a Transparência e confiança do processo pelos participantes, no final da sessão de apresentação do processo participativo (1ª sessão), nomeadamente com as seguintes adaptações às questões:

- O processo é transparente para todas as partes interessadas, todos sabem o que está a ocorrer e como as decisões serão tomadas, e podem acompanhar o processo?
- Os objetivos do processo estão bem definidos e claros para os participantes?
- O processo é transparente, com regras da participação claras?
- Foi explicado aos participantes como os seus contributos, nas várias fases do processo, vão integrar os resultados do processo? (comum ao Critério de "Comunicação dos resultados e existência de seguimento").
- Nenhum participante vai dominar os debates? (comum ao Critério "Acessibilidade e igual oportunidade de falar").
- O participante confia nos resultados finais do processo colaborativo?

6.4.1.11 Redes: criação e consolidação de relações

De um processo colaborativo espera-se que promova condições para a criação e consolidação de redes relacionais entre os participantes, o que contribui para a promoção do capital social (Innes et al., 1994; Mäkelä, 2007; Yu et al., 2013). Assim, o presente critério pretende verificar se existiu a criação de novas relações e parcerias durante o processo, refletir sobre a forma como as relações com outros participantes se alteraram e avaliar a criação de novas estruturas (parcerias) para apoiar a participação contínua (OECD, 2005; Laurian & Shaw, 2009; Mannarini & Talò, 2013; Bryson et al., 2013; Trimble & Lázaro, 2014; OECD, 2021; European Commission, 2023) e, até, a concretização da implementação da decisão gerada no âmbito do processo colaborativo.

Na lógica dos critérios descritos anteriormente, também aqui se propõe a avaliação com base na resposta fechada às questões:

- Foram criadas e/ou reforçadas as relações de confiança entre os participantes (entre si e com a equipa do projeto)?
- Foram criadas parcerias entre participantes no decorrer do processo?
- A minha relação com os outros participantes evoluiu ao longo do processo colaborativo. (1 - muito pior; 2 - pior; 3 - não evoluiu; 4 - melhor; 5 - muito melhor)?
- O grau de relacionamento entre os participantes no final do processo é de: (1 -Ausência de relações; 2 - algum grau de desconfiança / conflito, 3 - Confiança e conflito moderados; 4 - Confiança e ausência de conflito; 5 - Boas relações e confiança)?

Estas questões devem ser respondidas tanto pelos participantes, como pela equipa de facilitação e de projeto. Adicionalmente, tanto a equipa de projeto como a de facilitação, com base na observação das sessões e análise das avaliações sinóticas das sessões, devem avaliar a dinâmica que se desenvolveu nas sessões e identificar fatores-chave na mudança de interação entre os participantes através da reflexão "Que mudanças, nas relações, ocorreram desde o início do projeto? Que método(s) funcionou(aram) bem, ou mal, na interação?".

A avaliação do presente critério deverá decorrer no final da fase colaborativa, incentivando-se, no entanto, também, a sua aplicação no início da fase colaborativa, de forma a ter a situação de referência das relações existentes e potenciais na perceção dos participantes. Bem como em situação pós-projeto (x tempo após a conclusão do mesmo), com o intuito de perceber a continuidade das relações promovidas. Para isso devem ser consideradas as seguintes adaptações das questões-base, Tabela 6.16.

Tabela 6.16 - Operacionalização do critério de forma a garantir uma avaliação contínua no processo

Avaliação indicador base (avaliação no final da fase colaborativa)	Situação de referência	Pós-projeto
Foi criada e/ou reforçada as relações de confiança entre os participantes (entre si e com a equipa do projeto)	Existem relações de confiança entre os participantes	Existem continuidade nas relações de confiança entre os participantes
Foram criadas parcerias entre participantes no decorrer do processo.	N.A	Existem continuidade nas parcerias criadas no decorrer do projeto
A minha relação com os outros participantes evoluiu ao longo do processo colaborativo. (1 - muito pior; 2 - pior; 3 - não evoluiu; 4 - melhor; 5 - muito melhor)	N.A	A minha relação com os outros participantes evoluiu após o processo colaborativo. (1 - muito pior; 2 - pior; 3 - não evoluiu; 4 - melhor; 5 - muito melhor)
O grau de relacionamento entre os participantes no final do processo é de: (1 -Ausência de relações; 2 - algum grau de desconfiança / conflito, 3 - Confiança e conflito moderados; 4 - Confiança e ausência de conflito; 5 - Boas relações e confiança)	O grau de relacionamento entre os participantes no início do processo é de: (1 -Ausência de relações; 2 - algum grau de desconfiança / conflito, 3 - Confiança e conflito moderados; 4 - Confiança e ausência de conflito; 5 - Boas relações e confiança)	O grau de relacionamento atual entre os participantes do processo é de: (1 -Ausência de relações; 2 - algum grau de desconfiança / conflito, 3 - Confiança e conflito moderados; 4 - Confiança e ausência de conflito; 5 - Boas relações e confiança)

6.4.1.12 Influência no processo decisório / decisão final

O processo colaborativo deve ser consequente, tendo em conta o esforço de participação. O processo de decisão deve integrar uma base de conhecimento alargada e o contributo dos participantes. Com o presente critério pretende-se perceber se os participantes tiveram a oportunidade e a capacidade de influenciar o processo, como as suas contribuições foram utilizadas e integradas nos resultados, garantindo um impacto real (Rowe & Frewer, 2000; Blackstock et al., 2007; Laurian & Shaw, 2009; Dawodu et al., 2021).

Este critério pode ser analisado considerando duas abordagens complementares:

1) Através da análise documental do produto final e dos relatórios sinóticos das sessões colaborativas: Nesta análise, a equipa de avaliação deve verificar se os contributos dados pelos participantes se encontram espelhados nos documentos finais; se existiram alterações nos resultados com base nas sugestões e interação dos participantes. A informação pode ser complementada pela observação das sessões e comentários dos participantes aos produtos finais. Deve ser considerada uma categorização dos resultados de forma a ser depois sujeita a uma análise empírica na escala de 1 a 5, considerando o grau de influência no produto final (1- inexistente; 2- baixo; 3 - Moderado; 4 - ligeiramente alto; 5 - elevado).

2) Através de questões colocadas em relação a critérios anteriores, os participantes podem contribuir para aferir a sua perceção sobre a satisfação da sua influência no processo decisório, nomeadamente:

- Foi explicado aos participantes como os seus contributos, nas várias fases do processo, integram os resultados do processo? (Critério "Comunicação dos resultados e existência de seguimento")
- O processo colaborativo foi desenvolvido com sucesso? (Critério "Satisfação dos participantes")
- Estou satisfeito com as opções/soluções desenvolvidas - produtos finais? (Critério "Satisfação dos participantes")
- Confio nos resultados finais do processo colaborativo em que participei? (Critério "Transparência e Confiança")

Cada uma destas questões é avaliada numa escala de concordância, *Likert*, e o valor do indicador é calculado através das médias das pontuações atribuídas pelos participantes a cada uma das questões.

De referir que o avaliador poderá optar por uma das abordagens ou conjugar as duas, traduzindo-se na média dos dois indicadores, que é da sua responsabilidade garantir a recolha e análise da informação. A avaliação deverá ser realizada na fase de finalização do processo.

6.4.1.13 Empoderamento - voz ativa no processo

O processo colaborativo deve criar condições para alterações de comportamentos decorrentes da participação, incluindo novas formas de participação e ação comunitária. Pode, ainda, contribuir para efeitos positivos na cidadania, tais como uma melhor compreensão dos processos democráticos, uma maior dedicação e um maior sentido de eficácia para influenciar a tomada de decisões (Phillips et al., 2014; Bryson et al., 2013; Wyss et al., 1998), promovendo, assim, o capital político do grupo (Innes et al., 1994; Yu et al., 2013). Isto contribui para influenciar a decisão e permite, também, que exista um alinhamento das expectativas e ações dos participantes com os objetivos coletivos.

Para este critério pode-se optar por observar as dinâmicas da sessão por parte da equipa de facilitadores e da equipa de projeto, ou mesmo da equipa de avaliação. Na observação, sugere-se o registo sobre as alterações ao nível da capacidade democrática dos participantes e da construção do discurso comum. Deve ser considerada uma categorização dos resultados, de forma a depois ser sujeita a uma análise empírica na escala de 1 a 5 considerando o grau de influência no produto final (1- inexistente; 2- baixo; 3 - Moderado; 4 - ligeiramente alto; 5 - elevado).

Este critério pode também ser avaliado considerando a aplicação de questões fechadas, sendo o valor do indicador calculado através das médias das pontuações atribuídas a cada uma das questões:

- Existiu um aumento das capacidades democráticas entre os participantes (por exemplo, autoexpressão, empatia, competências de deliberação)?
- Existiu uma maior abertura de espírito e capacidade para considerar diferentes perspetivas?
- Existiu um entendimento comum entre os participantes em relação ao tema?

Estas questões podem ser respondidas pela equipa do projeto, pela equipa de facilitação ou pelos próprios participantes, considerando a perspetiva pretendida na avaliação. Deverá decorrer no final da fase colaborativa, no entanto, incentivando a sua aplicação também no início da fase colaborativa, de forma a ter a situação de referência e a situação pós-projeto (x tempo após a conclusão do mesmo), com o intuito de perceber a continuidade. Para isso, devem ser consideradas as seguintes adaptações das questões base, Tabela 6.17.

Tabela 6.17 - Questões para a operacionalização do critério Empoderamento ao longo do processo, garantindo a avaliação do mesmo em três pontos críticos

Avaliação indicador base (avaliação no final da fase colaborativa)	Situação de referência	Pós-projeto
Existiu um aumento das capacidades democráticas entre os participantes (por exemplo, autoexpressão, empatia, competências de deliberação)	Nível das capacidades democráticas entre os participantes (por exemplo, autoexpressão, empatia, competências de deliberação). (Escala de avaliação 1 - Ausente; 2 - Baixa; 3 - Moderada; 4 - Elevada; 5 - Muito elevada)	Nível das capacidades democráticas entre os participantes (por exemplo, autoexpressão, empatia, competências de deliberação). Escala de avaliação 1 - Ausente; 2 - Baixa; 3 - Moderada; 4 - Elevada; 5 - Muito elevada)
Existiu uma maior abertura de espírito e capacidade para considerar diferentes perspetivas	Nível da abertura de espírito e capacidade para considerar diferentes perspetivas. (Escala de avaliação 1 - Ausente; 2 - Baixa; 3 - Moderada; 4 - Elevada; 5 - Muito elevada)	Nível da abertura de espírito e capacidade para considerar diferentes perspetivas. (Escala de avaliação 1 - Ausente; 2 - Baixa; 3 - Moderada; 4 - Elevada; 5 - Muito elevada)
Existiu um entendimento comum entre os participantes em relação ao tema	Existe um entendimento prévio entre os participantes em relação ao tempo (1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo; 5 - concordo fortemente)	Existe a continuação e fortalecimento do um entendimento comum entre os participantes em relação ao tempo (1 - discordo totalmente; 2 - discordo; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo; 5 - concordo fortemente)

6.4.1.14 Partilha e co-construção de novo conhecimento

Um processo colaborativo, ao promover a partilha de conhecimentos entre os participantes, contribui para melhorar a sua capacidade de expressar os seus interesses e considerar diferentes perspetivas através da troca de conhecimentos, criando condições para o grupo coproduzir novas abordagens ou conhecimentos (Phillips et al., 2014; Trimble & Lázaro, 2014; Mannarini & Talò, 2013; Jordan et al., 2012; Blackstock et al., 2007). Contribui, assim, para a promoção do capital intelectual do grupo, levando a coordenar interesses e, desta forma, os participantes conseguem acordos conjuntos sobre as temáticas em debate (Judith Gruber, in Innes et al., 1994).

Sugere-se a avaliação do critério na ótica dos participantes, considerando as questões-chave:

- A discussão fez-me considerar novas perspetivas sobre a tema em causa?
- O processo originou novos conhecimentos sobre o tema em discussão (e.g. novas abordagens, estratégias e/ou conhecimentos pelo grupo...)?

À semelhança dos critérios anteriores, também estas questões podem ser respondidas pelos vários intervenientes, considerando a perspetiva pretendida na avaliação. A equipa de avaliação deverá desenvolver os instrumentos de recolha de dados, a implementar no final da fase colaborativa. Estas questões podem, também, ser avaliadas na fase pós-projeto de forma a perceber se a disponibilidade para a partilha e construção de novo conhecimento se mantém

no tempo. Para isso devem ser consideradas as seguintes adaptações das questões base, Tabela 6.18.

Tabela 6.18 - Questões para a operacionalização do critério “Partilha e co-construção de novo conhecimento”, ao longo do processo, garantindo a avaliação do mesmo em três pontos críticos

Avaliação indicador base (avaliação no final da fase colaborativa)	Situação de referência	Pós-projeto
A discussão fez-me considerar novas perspectivas sobre o tema em causa	N. A	O processo fez-me considerar novas perspectivas sobre o tema em causa e aplicar esta abertura a outros temas
O processo originou novos conhecimentos sobre o tema em discussão (e.g. novas abordagens, estratégias e/ou conhecimentos pelo grupo...)	N. A	O novo conhecimento gerado pelo projeto tem impacto na minha opinião atual sobre o tema

De notar que também se pode optar pela observação das dinâmicas da sessão, onde se sugere o registo sobre as alterações a nível da receptividade dos participantes para considerar diferentes perspectivas e conjugar conhecimentos. Deve ser considerada, posteriormente, uma categorização dos resultados através de uma análise empírica na escala de 1 a 5, considerando o grau de influência no produto final (1- inexistente; 2- baixo; 3 - Moderado; 4 - ligeiramente alto; 5 - elevado). Esta abordagem pode ser considerada da avaliação sumativa, final do processo colaborativo, mas exige que seja realizado um acompanhamento contínuo do processo na fase colaborativa.

6.4.1.15 Compreensão do tema

Um processo colaborativo é utilizado, geralmente, em contextos complexos, com elevado grau de incerteza. Isto implica que a complexidade e as diferentes fontes de informação, bem como experiências dos próprios participantes, tenham entendimentos diferentes do tema em discussão. Assim, para a criação de um ponto de partida comum no diálogo é necessário existir uma clarificação do tema, reforçando o conhecimento dos participantes e dando uma base comum para o diálogo (Laurian & Shaw, 2009; Mannarini & Talò, 2013; OECD, 2021).

À semelhança dos critérios anteriores, este critério pode ser avaliado por um conjunto de questões e o valor do indicador calculado através das médias das pontuações atribuídas a cada uma das questões:

- A compreensão do tema tornou-se mais clara ao longo do processo?
- Os argumentos e as perspectivas das diferentes posições foram suficientemente fundamentadas?

Em suma, é apresentado um conjunto de procedimentos para a operacionalização da avaliação dos critérios pré-definidos, que serão transversais às avaliações dos diferentes projetos -

processos colaborativos. De notar que constituem, *grosso modo*, uma sugestão que terá de ser adaptada consoante o objetivo de avaliação e os recursos associados (tempo, humanos e financeiros). Existe uma tendência predominante para a fonte de informação dos critérios propostos serem os participantes do processo, valorizando, assim, as perspetivas dos mesmos no processo avaliativo. A maioria dos critérios propostos encontra-se direcionada para a realização de uma avaliação sumativa, no final do processo colaborativo, beneficiando da recolha de informação efetuada ao longo da fase colaborativa, para permitir a aplicação de medidas corretivas e de ser possível incluir a componente da observação na avaliação dos critérios propostos. Os resultados dos critérios estão normalizados numa escala de 1 a 5, por ser a escala escolhida para o sistema de avaliação calcular a eficácia do processo colaborativo.

6.4.2 Critérios Específicos

Uma das principais características associadas aos processos colaborativos são a sua capacidade de serem personalizados ao contexto de implementação. Esta versatilidade e adaptabilidade fazem com que cada processo seja único e tenha os seus objetivos específicos. Estes objetivos específicos dão origem a critérios específicos. À semelhança do proposto para os critérios pré-definidos, cada critério deve ter, pelo menos, um indicador associado. Sugere-se que deve existir a normalização dos resultados na escala do sistema de avaliação de 1 a 5, para integrar o cálculo da eficácia do processo colaborativo.

6.5 Ensaio de usabilidade através de estudos de caso

No seguimento do desenvolvimento do Sistema e a sua operacionalização conforme reportado no ponto 6.3.2 e 6.3.3, foi aplicado a dois estudos de caso com dois objetivos. Por um lado, procurou-se validar a usabilidade do Sistema através da ferramenta operacionalizada e da informação disponibilizada na mesma; por outro lado, testar a metodologia base proposta que integra o Sistema.

Os estudos de casos, ambos com abordagem metodológica assente num processo colaborativo, Tabela 6.19, distinguem-se, entre si, pelo objetivo de avaliação e estado de desenvolvimento.

O Estudo de caso 1, associado ao processo colaborativo para a Territorialização dos ODS, em Loulé, a avaliação ocorre no final do processo. Por sua vez, o Estudo de caso 2, desenvolvimento da Plataforma de Agentes Locais com interesse na gestão do território do Lobo, em Paredes de Coura, encontra-se a iniciar a fase colaborativa do processo.

Tabela 6.19 -Caraterização uniforme dos estudos de caso
(baseado no trabalho desenvolvido por: (Hassenforder, Smajgl, e Ward 2015))

Âmbito	Características	Estudo de caso 1	Estudo de caso 2
Contexto	Elementos do sistema que o processo participativo pretende melhorar	Natural / Ambiental; Económica; Social; Política; Urbano; Saúde; Tecnológico; Educacional	Natural / Ambiental; Social
	Níveis de governação influenciam de forma crítica os elementos do sistema-alvo	Micro	Micro
	Tentativas de intervenção anteriores com o objetivo de influenciar os elementos selecionados do sistema-alvo	Nenhuma	Algumas
	Nível das relações existente entre os participantes antes do início do processo participativo	Confiança moderada	Confiança moderada e conflito
Processo	Principais objetivos do processo participativo	Explorar opções de tomada de decisão; Aquisição de conhecimento	Explorar opções de tomada de decisão; Melhorar a compreensão dos participantes sobre o sistema; Resolução ou prevenção de conflitos; Recolha de conhecimentos
	Liderança do processo participativo, organizou e facilitou os eventos	Setor privado	Investigadores
	Origem da equipa	A maioria dos membros da equipa vem da área e/ou é afetado pelos elementos do sistema alvo	A maioria dos membros da equipa não vem da área e não é afetada pelos elementos do sistema de destino
	Quem selecionou os participantes	Entidade externa à equipa de organização e facilitação	Equipa organizadora
	Duração esperada durar do processo de participação	1 a 5 anos	1 a 5 anos
	Nº eventos ocorrerão durante o processo	Vários eventos	Vários eventos
Resultados, efeitos e impactos	Principais resultados esperados do processo participativo	Desenvolvimento novos planos, revisão ou rejeição de planos/ políticas	Desenvolvimento novos planos, revisão ou rejeição de planos/ políticas
	Escala temporal dos impactes esperados	Médio prazo	Curto, médio e longo prazo

Apresenta-se, de seguida, os resultados da utilização do Sistema, considerando a metodologia base, a fase do processo e objetivos de avaliação dos Estudos de caso.

6.5.1 Estudo de caso 1 – Territorialização dos ODS em Loulé - (ODSlocal)

O município de Loulé, subscritor da Plataforma ODSlocal (www.odslocal.pt), tem desenvolvido um percurso de monitorização da prossecução dos ODS, envolvendo não só as suas Unidades Orgânicas, como os vários atores locais, num processo dinâmico e colaborativo. A metodologia foi desenvolvida em estreita colaboração com a Plataforma ODSlocal, e visa a territorialização dos ODS através de um processo de adaptação, implementação e monitorização dos ODS ao nível local. A definição do projeto de avaliação da Territorialização dos ODS em Loulé iniciou-se pela caracterização do processo colaborativo em avaliação, Tabela 6.20.

Tabela 6.20 – Caracterização descritiva do processo colaborativo em avaliação

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Nome
Territorialização dos ODS em Loulé - (ODSlocal)
Dono do projeto
Câmara Municipal de Loulé (CM Loulé)
Gestor do projeto
Plataforma ODSlocal
Recursos do projeto
Recursos financeiros por via de donativo da Fundação "la Caixa" + Recursos de informação do portal ODSlocal + Recursos Humanos do município de Loulé
Descrição sumária
Territorialização e incorporação dos ODS no dia-a-dia do município de Loulé, incluindo processos municipais e parte interessas. O objetivo geral é a implementação da Agenda 2030 em Loulé, em colaboração com a Plataforma ODSlocal. Destaca-se a criação de compromissos políticos, a capacitação de equipas municipais e a definição de indicadores para monitorizar os ODS e, ainda, a mobilização da comunidade local e a integração de boas práticas municipais para contribuir para os ODS, sublinhando a importância da sua territorialização e da adaptação local
Âmbito e objetivos do projeto
Âmbito geográfico: município de Loulé; Objetivos: avaliar o progresso e, sobretudo, o contributo das Unidades Orgânicas (UO) da CM Loulé para os ODS; identificar oportunidade, de melhoria; capacitar o corpo técnico; integrar munícipes e agentes locais no processo; dar visibilidade ao processo.
Público-alvo - parte interessadas
Executivo camarário, corpo técnico do município; agentes locais relevantes (e.g.: Escolas, Empresas e ONGAS)
Resultados esperados
Sensibilização do executivo e do corpo técnico para os ODS; Avaliação do progresso do município e dos contributos das UO para os ODS para apoiar a decisão futura; Promoção de ações que contribuem para os ODS e integração de agentes locais nesse processo.
Entregáveis-chave
Número de indicadores específicos adicionados ao portal; N.º de Boas Práticas mapeadas pelas diferentes UO; N.º de projetos locais mapeados; Relatório Voluntário Local.

De seguida, foi realizada a caracterização do processo de avaliação através da identificação da equipa de avaliação, do objetivo e da tipologia de avaliação realizada, Tabela 6.21.

Tabela 6.21 – Caracterização do processo de avaliação

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Nome
Territorialização dos ODS em Loulé - (Processo colaborativo ODSlocal)
Responsável pela Avaliação
David Avelar
Equipa de Avaliação
David Avelar, Filipa Ferreira e Lia Vasconcelos
Objetivo da Avaliação
Avaliar a eficácia do processo colaborativo na territorialização dos ODS em Loulé
Tipo de Avaliação
Avaliação após a conclusão do processo

Após a etapa da caracterização geral do processo e da avaliação, a fase de planeamento e gestão da avaliação iniciou-se com a identificação da metodologia a utilizar, a metodologia base proposta, que criou o suporte para o desenvolvimento do modelo de avaliação, Tabela 6.22. É de notar que os critérios pré-definidos não contemplam alguns casos, pelo que estes não são alvo de avaliação, conforme verificado no presente estudo de caso para o critério “Respeitar a confidencialidade individual e institucional” e “Influência no processo decisório”.

Tabela 6.22 – Modelo de avaliação sumativa do processo colaborativo para a Territorialização dos ODS em Loulé

Objetivos	Critérios	Indicadores	Método de recolha	Fase do processo colaborativo (Fase preparatória (FP); Fase colaborativa (FC); Fase de finalização (FF); Pós-Projeto)	
				Recolha de informação	Análise da informação
Objetivos de participação	Critérios (pré-definidos)				
Qualidade do processo	Qualidade facilitação	Feedback das sessões	Questionário		
	Representatividade sociológica	Proporção de Unidades Organicas que participaram	Identificação das UO dos participantes das sessões	FC	FF
	Adequabilidade de recursos	Feedback das sessões	Questionário	FC	FF
	Acessibilidade e igual oportunidade de falar	Feedback das sessões	Questionário	FC	FF
	Respeitar a confidencialidade individual e institucional				
Participação consequente	Nível de envolvimento	Índice de envolvimento	registo de presenças		FF
	Produzir o entregáveis-chave	Proporção de entregáveis atingidos		FF	FF
	Comunicação dos resultados e existência de seguimento	Nível de comunicação dos resultados e seguimento	Questionário	FC	FF
	Satisfação dos participantes	Proporção de participantes recorrentes		FC	FF
	Transparência e Confiança	Nível de Transparência e Confiança	Questionário	FC	FF
Promoção de capital social	Redes: criação e consolidação de relações	Criação de uma rede ODS municipal		FF	FF
Promoção de capital Político	Influência no processo de decisório / decisão final				
Promoção de capital	Empoderamento - voz ativa no processo	Nível de empoderamento	Questionário	FC	FF
	Partilha e co construção de novo conhecimento	Nº de outreach sobre o tema		FF	FF
	Compreensão do tema	Nível de compreensão do tema	Questionário	FC	FF
Objetivos específicos do projecto					
O1	Indicadores específicos	Proporção de indicadores submetidos de origem do OMAT	Portal ODSlocal	FF	FF
O2	Boas Práticas municipais	Nº e diversidade (UO) de Boas Práticas mapeadas e Nº de impactos listados e associados às Metas 2030	Portal ODSlocal	FF	FF
O3	Projetos locais	Nº e diversidade (tipologia de stakeholders) de projetos mapeados	Portal ODSlocal	FF	FF

O modelo estabelecido permitiu a operacionalização da matriz de avaliação, que foi utilizada como base para a definição das metas a atingir em cada um dos indicadores definidos para os respetivos critérios. Na presente avaliação não existiu caracterização da situação inicial, uma vez que o seu planeamento só foi realizado na fase de finalização do processo colaborativo. A matriz de avaliação, o instrumento base para registo e avaliação dos critérios, inserta na Tabela 6.23, apresenta já o registo da avaliação realizada e os resultados alcançados.

Tabela 6.23 - Matriz de avaliação: a presente matriz reporta o instrumento de avaliação, as metas definidas e os resultados obtidos

Matriz de Avaliação				Territorialização dos ODS em Loulé		Normalização numa escalade 1 a 5 (1 -Classificação mais baixo; 5 - Mais alta). (excepto exceções)	
				Avaliador - David Avelar		set/24	
Objetivos participação		Critérios	Indicadores	Meta / Objetivo	Avaliação	Eficácia dos critérios face às metas	Val Capitais
Objetivos de participação	Qualidade do processo	Qualidade facilitação	Feedback das sessões	5	4,2	84%	
		Representatividade sociológica	Proporção de Unidades Organicas que participaram	100	67	67%	
		Adequabilidade de recursos	Feedback das sessões	5	4,1	82%	
		Acessibilidade e igual oportunidade de falar	Feedback das sessões	5	3,8	76%	
		Nível de envolvimento	Índice de envolvimento	5	4,6	92%	
		Média Qualidade do processo				80%	
	Participação consequente	Produzir o entregáveis-chave	Proporção de entregáveis atingidos	100	100	100%	
		Comunicação dos resultados e existência de seguimento	Nível de comunicação dos resultados e seguimento	5	4,8	96%	
		Satisfação dos participantes	Proporção de participantes recorrentes	100	72	72%	
	Média Participação consequente				89%		
	Promoção de capitais (Social, Político; Intelectual)	Transparência e Confiança	Nível de Transparência e Confiança	5	4,3	86%	86%
		Redes: criação e consolidação de relações	Criação de uma rede ODS municipal	1	1	100%	100%
		Empoderamento - voz ativa no processo	Nível de empoderamento	5	3,6	72%	72%
		Partilha e co construção de novo conhecimento	Nº de outreach sobre o tema	3	3	100%	60%
		Compreensão do tema	Nível de compreensão do tema	5	4,7	94%	94%
		Média Promoção de capitais				90%	82%
Eficácia do Objetivos de Participação						87%	
Objetivos específicos	Outros Critérios	Indicadores específicos	Proporção de indicadores sumetidos de origem do OMAT	100	126	126%	
		Boas Práticas municipais	Nº e diversidade (UO) de Boas Práticas mapeadas e Nºo de impactos listados e associados às Metas 2030	100	144	144%	
		Projetos locais	Nº e diversidade (tipologia de stakeholders) de projetos mapeados	50	85	170%	
	Média Outros Critérios				147%		
	Eficácia do Projeto e Participação						102%
VAL Capitais						82%	

Considerando os resultados da implementação da metodologia base através do Sistema proposta, verifica-se que, no final do processo colaborativo, a eficácia do processo foi superior à esperada, ultrapassando as metas definidas para os objetivos específicos do processo. A eficácia do processo, associada aos objetivos de participação encontra-se, também, perto dos 90% demonstra a eficácia do processo colaborativo para a Territorialização dos ODS em Loulé. O processo colaborativo avaliado encontra-se detalhado na publicação (Avelar et al., 2023) disponível no Portal ODSlocal (odslocal.pt).

6.5.2 Estudo de caso 2 – Plataforma de Agentes Locais para a gestão do Lobo: Paredes de Coura

A Plataforma de Agentes Locais para a gestão do lobo, no território de Paredes de Coura, encontra-se a ser desenvolvida no âmbito do projeto LIFE WILD WOLF - “Ações concretas para manter os lobos selvagens em paisagens antropogénicas da Europa”, coordenado pelo *Instituto Italiano di Ecologia Applicata*, e terá uma duração de quase cinco anos, entre 2023 e 2027. As diversas atividades do projeto realizam-se em 8 países parceiros: República Checa, Croácia, Itália, Grécia, Alemanha, Portugal, Suécia e Eslovénia.

Uma das atividades associada ao projeto consiste na criação de plataformas de carácter local, uma em cada país do projeto, onde é possível consultar e entender a perspetiva das pessoas

que têm de partilhar espaço com os lobos, entender as suas principais preocupações, os desafios diários que enfrentam e, de alguma forma, tentar arranjar soluções positivas para esta coexistência. É nesse sentido que surge a Plataforma de Agentes Locais para a gestão do Lobo na área do município de Paredes de Coura.

6.5.2.1 Caracterização do processo colaborativo e avaliação

A Plataforma de Agentes Locais (PAL-PCoura), que é o objeto de avaliação, consiste na realização de reuniões participativas com várias entidades locais de Paredes de Coura que tenham interesse na gestão do território do Lobo, Tabela 6.24.

Tabela 6.24 - Caracterização descritiva do processo colaborativo em avaliação

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Nome
Plataforma de Agentes Locais - Paredes de Coura (PAL-PCoura)
Dono do projeto
Instituto Italiano di Ecologia Applicata
Gestor do projeto
BIOPOLIS - CIBIO
Recursos do projeto
Equipa de Facilitação MARE NOVA
Descrição sumária
A Plataforma de Agentes Locais, consiste na realização de reuniões participativas com várias entidades e atores locais de Paredes de Coura que tenham interesse na gestão do território do Lobo. O objetivo da plataforma passa por delinear medidas de coexistência e convivência humano-lobo, permitir a partilha de conhecimento e identificar as principais preocupações e desafios entre todos os envolvidos de modo a tentar encontrar algumas soluções.
Âmbito e objetivos do projeto
Âmbito: Área geográfica do município de Paredes de Coura
Público-alvo - parte interessadas
Partes interessas: Freguesias; Gestão Florestal; Turismo; Alojamento Local; Imprensa; ONG de Ambiente; Produtores Pecuários e Agricultura; Caça; Sector Florestal; Laboratório Rural; Entidades Públicas.
Resultados esperados
O objetivo da plataforma, no território de Paredes de Coura, passa por delinear medidas de coexistência e convivência humano-lobo, permitir a partilha de conhecimento e identificar as principais preocupações e desafios entre todos os envolvidos de modo a tentar encontrar algumas soluções.
Entregáveis-chave
-Mapeamento dos Atores Locais -Relatório de resultados de entrevistas ou reuniões sectoriais -Relatórios das 6 sessões participativas

A caracterização do processo de avaliação através da identificação da equipa de avaliação, objetivo e tipologia de avaliação realizada, Tabela 6.25, onde se pretende uma avaliação contínua ao longo do processo colaborativo, através da realização de uma avaliação intermédia da fase colaborativa.

Tabela 6.25 - Caracterização do processo de avaliação

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Nome
Plataforma de Atores Locais - Paredes de Coura
Responsável pela Avaliação
Filipa Ferreira
Equipa de Avaliação
Filipa Ferreira e Lia Vasconcelos
Objetivo e Âmbito da Avaliação
Avaliar a eficácia do processo colaborativo para o desenvolvimento da Plataforma de Atores Locais
Tipo de Avaliação
Formativa, sumativa, impacto.

6.5.2.2 Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação

A aplicação do Sistema, Tabela 6.2, para a avaliação da Plataforma de Agentes Locais - Paredes de Coura, permitiu estabelecer o Plano de avaliação que se reporta de seguida. Conforme mencionado, o processo colaborativo encontra-se já na fase colaborativa, com a sessão de arranque em julho de 2024. Desta forma, foi possível aplicar o Sistema proposto desde a avaliação da situação de referência ao plano de execução.

O planeamento da avaliação iniciou-se com a seleção da metodologia-base a aplicar, seguida da definição do modelo e da matriz de avaliação.

6.5.2.2.1 Modelo de avaliação

Nesta fase, além da definição dos indicadores, método de recolha e informação associados aos critérios pré-definidos, existiu a seleção dos critérios associados aos objetivos específicos do processo, Tabela 6.26.

Tabela 6.26 – Modelo de avaliação Modelo de avaliação sumativa do processo colaborativo para a Plataforma de Agentes Locais (PAL-PCoura)

Objetivos	Critérios	Indicadores	Método de recolha	colaborativo (Fase preparatória (FP); Fase colaborativa (FC); Fase de finalização (FF); Pós-Projeto)	
				Recolha de informação	Análise da informação
Objetivos de participação	Critérios (pré-definidos)				
Qualidade do processo	Qualidade facilitação	Qualidade da facilitação	Questionário; feedback das sessões	FC	FF
	Representatividade sociológica	Propoção da diversidade de partes int	Lista de presenças das sessões	FC	FF
	Adequabilidade de recursos	Tempo e recursos humanos	Questionário; feedback das sessões	FC	FF
	Acessibilidade e igual oportunidade de falar	Igual oportunidade de falar/intervir	Questionário; feedback das sessões	FC	FF
	Respeitar a confidencialidade individual e institucional	perseção da confidencialidade individual	Questionário	FC	FF
	Nível de envolvimento	Índice de Envolvimento	Lista de presenças das sessões	FC	FF
Participação consequente	Produzir o entregáveis-chave	Proporção de entregáveis atingidos	Análise documental	FF	FF
	Comunicação dos resultados e existência de seguimento	Perseção da comunicação efetiva	Questionário aos participantes	FC	FF
	Satisfação dos participantes	Grau de satisfação dos participantes	Questionário aos participantes	FC	FF
Promoção de capital social	Transparência e Confiança	Perceção transparência e Confiança	Observação e questionário	FC; FC	FF
	Redes: criação e consolidação de relações	Criação de redes	Observação e questionário	FC, FF	FF
Promoção de capital Político	Influência no processo de decisório / decisão final	Perceção do Grau de Influência no Pro	Observação; Questionário, análise documental	FC; FF	
	Empoderamento - voz ativa no processo	Nível de Empoderamento	Observação e questionário	FC; FF	FF
Promoção de capital Intelectual	Partilha e co construção de novo conhecimento	Produção de conhecimento	Observação e questionário	FC; FF	FF
	Compreensão do tema	Nível de compreensão do tema	Observação e questionário	FC; FC	FF
Objetivos específicos do projecto					
O1	Efectividade da mobilização dos atores locais	Taxa de mobilização	Racio	FF	FF
O2	Presença de autoridades competentes nas sessões colaborativas	Presença de autoridades competentes nas sessões	Presença/ausência - Lista de presenças das sessões	FF	FF
O3	Realização de sessões colaborativas anuais	nºsessões	Análise de evidências - Relatórios das sessões	FF	FF

O modelo estabelecido foi, posteriormente, operacionalizado em instrumentos de avaliação com recurso à matriz de avaliação.

6.5.2.2.2 Matriz de Avaliação: situação inicial e metas

Após a aprovação da matriz de avaliação, esta foi aplicada para avaliar a situação de referência, base inicial, considerando a perceção dos participantes na sessão de lançamento decorrida em julho de 2024. Nesta caracterização, considerou-se apenas os critérios associados à promoção dos capitais: Social; Político; Intelectual. Partindo da situação de referência, foram definidas as metas para todos os critérios, bem como o cálculo do valor máximo esperado, Tabela 6.27.

Tabela 6.27 - Matriz de avaliação com registo da situação inicial e metas a atingir

Registo de situação inicial e Metas			Fase do processo colaborativo		
Plataforma de Atores locais - Paredes de Moura			Base Inicial	Objetivo	% Máxima
Objetivos	Critérios	P0	Meta		
Objetivos de participação	Qualidade do processo	1. Qualidade facilitação	N.a	5	100%
		2. Representatividade sociológica	N.a	3,5	70%
		3. Adequabilidade de recursos	N.a	5	100%
		4. Acessibilidade e igual oportunidade de falar	N.a	5	100%
		5. Respeitar a confidencialidade individual e institucional	N.a	5	100%
		6. Nível de envolvimento	N.a	3,5	70%
		Média Qualidade do processo		4,50	90%
	Participação consequente	7. Produzir o entregáveis-chave	N.a	5	100%
		8. Comunicação dos resultados e existência de seguimento	N.a	4	80%
		9. Satisfação dos participantes	N.a	5	100%
		Média Participação consequente		4,67	93%
	Promoção de capitais (Social, Político; Intelectual)	10. Transparência e Confiança	3	5	100%
		11. Redes: criação e consolidação de relações	3	5	100%
		12. Influência no processo de decisório / decisão final	2	5	100%
		13. Empoderamento - voz ativa no processo	2	4	80%
		14. Partilha e co construção de novo conhecimento	3	4	80%
		15. Compreensão do tema	3	5	100%
		Média Promoção de capitais		4,67	93%
	Eficácia do Objetivos de Participação			4,61	92%
Objetivos específicos	Outros Critérios	19. Efectividade da mobilização dos atores locais	1	3	60%
		20. Presença de autoridades competentes nas sessões colaborativas	1	3	60%
		21. Realização de sessões colaborativas anuais	N.A	5	100%
		Média Outros Critérios	1,00	3,67	0,73
	Eficácia do Projeto e Participação		1,00	4,38	88%

6.5.2.2.3 Plano de execução: cronograma e equipa de avaliação

De forma a operacionalizar o modelo de avaliação com recurso à metodologia de avaliação, é necessário definir o cronograma de atividades e atribuir as responsabilidades de execução das mesmas.

O cronograma, Tabela 6.28, associado ao presente projeto de avaliação estabelece 5 momentos de avaliação, incluindo: avaliação inicial (A0) (já realizada); avaliação na primeira sessão colaborativa para calibração da situação inicial (A1); uma intermédia, a meio do processo colaborativo (A2); outra no final da fase colaborativa (A3) e, finalmente, a avaliação pós-projeto, a realizar cerca de um ano após o seu encerramento oficial (A4). Encontram-se elencadas as principais atividades macro a considerar, para garantir que existe um acompanhamento e comunicação dos resultados intermédios e finais. Considera-se que, com esta abordagem, é possível monitorizar e avaliar a eficácia do processo colaborativo para o desenvolvimento da Plataforma de Agentes Locais.

Tabela 6.28 – Cronograma de avaliação da Plataforma Local de Atores Locais

(Siglas: Equipa do Projeto (EP); Equipa de Avaliação (EA); Patrocinador(P))

Ano/semanas	2024												2025												2026												2027												Responsável
Ações	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								
Apresentação do projeto																																																	EP
Reunião da EA para organização interna da equipa;																																																	EA
Reunião da EA para definição da metodologia e elaboração do modelo de avaliação																																																	EA + EP
Avaliação A0																																																	EA
Avaliação A1 - 1 Sessão colaborativa																																																	EA
Avaliação A3 - Ultima sessão																																																	EA
Avaliação A4 - 1 ano após a ultima sessão colaborativa																																																	EA
Elaboração do Relatório de Avaliação - Atualização do dossier de projeto																																																	EA
Apresentação do Relatório de avaliação à EP e ao P.																																																	EA + EP + P
Apresentação geral dos resultados da Avaliação e potenciais ações																																																	EA + EP + P
Relatório final da Avaliação																																																	EA

Conforme assinalado no cronograma, Tabela 6.28, existe a atribuição de responsabilidades associadas à equipa de avaliação, pelo que é relevante estimar o tempo de trabalho que os elementos da equipa afetam ao projeto de avaliação. A tabela seguinte, Tabela 6.29, apresenta a estimativa associada ao esforço de tempo da equipa para executar a avaliação.

Tabela 6.29 – Estimativa de esforço dos recursos da equipa de avaliação.

	Atividades	nºX Estimativa	nº Dias	Estimativa de Esforço (Nº Dias)	Entregáveis
Definição da Metodologia (Inicial)	Escolha da Metodologia	1	2	2	Definição da metodologia
	Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente	1	1	1	Matriz de Avaliação
	Avaliação Base - situação de referencia	1	1	1	Avaliação "A0"
	Definir metas do projeto	1	1	1	Grelha com Metas a atingir
	Criação do Dossier de Avaliação	1	0,5	0,5	Dossier de Avaliação
				5,5	
Implementação da Avaliação - Recolha (n vezes)	Recolha dos dados	x5	2	10	Avaliação dos critérios (n vezes) Dossier de Avaliação atualizado
	Tratamento dos dados	x5	2	10	
	Atualização do Dossier de Avaliação	x5	1	5	
	Informação de Resultados	x5	0,5	2,5	
				27,5	
Relatório de Avaliação (Final)	Atualização do Dossier de Avaliação e Conclusões	1	2	2	Dossier de Avaliação atualizado
	Informação de Resultados		1	1	
				3	
				36	Dias

De notar que na Tabela 6.29 encontra-se, também, o tempo associado a atividades já realizadas, uma vez que se considera importante ter uma estimativa completa do tempo associado e que deverá ser alocado ao processo de avaliação.

Posteriormente, foi elaborado o Dossier de avaliação com a informação reportada e partilhado com a equipa e gestor do projeto.

Encontra-se assim terminada a fase 1 do Sistema de Planeamento e Gestão da avaliação, Tabela 6.30. O processo de avaliação reportado encontra-se à data a iniciar a fase 2 de implementação da avaliação, onde é expectável que seja realizada a avaliação (A1) em fevereiro de 2025.

Tabela 6.30 – Gestão de evidência da implementação da Avaliação.

	Atividades / Responsáveis	Patrocinador	Equipa Projeto	Equipa de facilitação	Participantes	Equipa Avaliação	Entregáveis	Fase do processo colaborativo				
								Proposta Projeto	Fase Preparatória	Fase Colaborativa	Fase finalização	Pós projeto
1. Definição da Metodologia (Inicial)	1.1. Escolha da Metodologia (ver repositório/utilizar proposta/outra)	A	C	C		R	Definição da metodologia	☒	☒			
	1.2. Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente	A				R	Matriz de Avaliação	☐	☒			
	1.3.a) Avaliação Base - situação de referencia	C	C	C		R	Avaliação "A0"	☐	☒			
	1.3.b) Definir metas do projeto	A	C			R	Grelha com Metas a atingir	☐	☒			
	1.4. Definir plano de execução	A	C			R	Plano de implementação da avaliação com conograma	☐	☒			
	1.5. Criação do Dossier de Avaliação	A	A			R	Dossier de Avaliação	☐	☒			
2. Implementação da Avaliação- Recolha (n vezes)	Recolha dos dados	C	C	C	C	R			☒	☐	☐	☐
	Tratamento dos dados					R	Avaliação dos critérios (n vezes)		☒	☐	☐	☐
	Atualização do Dossier de Avaliação					R	Dossier de Avaliação atualizado		☐	☐	☐	☐
	Informação de Resultados	I	I	I		R			☐	☐	☐	☐
3. Relatório de Avaliação (Final)	Atualização do Dossier de Avaliação e Conclusões	A	C	C		R	Dossier de Avaliação atualizado					☐
	Informação de Resultados	I	I	I	I	R						☐

Pela aplicação do Sistema proposto, foi possível estabelecer o plano de avaliação de forma orientada e integrada. Esta aplicação, na fase inicial do processo colaborativo, permite testar a aplicabilidade do Sistema e da metodologia proposta ao longo de todo o processo de avaliação.

6.6 Conclusão

O presente capítulo reporta o desenvolvimento de um Sistema para apoiar o planeamento e a gestão de um processo colaborativo, em fase de protótipo preliminar. Este Sistema tem como intuito contribuir, através da sua operacionalização, para um registo do processo de avaliação de forma sistemática e orientada. De notar que a metodologia-base proposta, associada ao Sistema, é um ponto de partida para a inclusão de metodologias que abordam a fase pós-projeto, numa procura de ser uma metodologia simples sem ser “simplista”. Espera-se que a baixa complexidade da metodologia seja um incentivo para que a avaliação seja incluída no planeamento do processo colaborativo, desde a sua fase de conceção/proposta, permitindo ultrapassar o paradigma do consumo de tempo elevado associado à avaliação. O Sistema proposto irá beneficiar dos resultados decorrentes da implementação através do Estudo de caso 2, que permitirá aferir a sua aplicabilidade ao longo de todo um processo colaborativo. Uma vez que o objetivo do Sistema proposto nesta investigação e da sua operacionalizado recorrendo a tecnologias digitais, nomeadamente à data atual através do *Microsoft excel*, é agilizar o processo da avaliação, disponibilizando uma ferramenta de apoio, esta será de divulgação alargada de forma a estar disponível ao público-alvo: patrocinadores, equipas de projeto, financiadores. O protótipo atual poderá ser a base para o desenvolvimento de uma solução baseada na rede Internet, acessível aos promotores e/ou a quem conduzir a avaliação, como ferramenta para avaliar a sua efetividade. É de notar que o Sistema proposto pode ser aplicado considerando qualquer metodologia selecionada e é importante, nesse ponto, ajustar o objetivo do mesmo, que poderá não ser a eficácia do processo, mas sim outra característica específica. Considera-se que o Sistema, apesar de beneficiar da aplicação prática para calibração do mesmo, é um contributo útil para a introdução da avaliação do processo participativo e, assim, contribuir para aumentar a prática da avaliação. Por outro lado, a utilização de uma metodologia comum, como a proposta, permite retirar ilações de vários processos de avaliação e promover a troca de experiências na promoção da melhoria contínua dos processos colaborativos. A metodologia proposta, ao incluir a avaliação dos resultados intangíveis do processo através da avaliação do capital gerado no processo que fica com os participantes, representa um contributo para o registo das evidências dos mesmos. Esta avaliação considera a fase pós-projeto, conforme mencionado, e o Sistema, através da definição das atividades, recursos e responsabilidades, é uma ferramenta para que a mesma possa existir e a sua avaliação não termine com o encerramento oficial do processo colaborativo.

Em suma, o Sistema proposto permite a introdução da avaliação no planeamento do processo colaborativo como uma atividade/subprojecto que acompanha o processo, mas que é contínua no tempo, de forma a contribuir para avaliar o efeito nos participantes, nas suas redes, modos de agir e consciencialização para as temáticas, possibilitando a perceção do potencial impacto transformador do processo colaborativo, algo crucial em questões como a sustentabilidade e as questões ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de processos colaborativos para a co-construção de conhecimento em questões complexas e em áreas de interface como a sustentabilidade tem crescido de forma significativa. Essa abordagem tem sido, cada vez mais, reconhecida como uma ferramenta eficaz para aumentar um envolvimento da sociedade civil que promova a integração de diversos interesses e expectativas entre todas as partes envolvidas. Deste modo, as políticas e agendas internacionais focadas na sustentabilidade, como a Agenda 2030 da ONU, assim como estratégias na área de inovação e investigação, como o Plano Estratégico de Implementação do Programa-Quadro *Horizon Europe* 2021-2027 da Comissão Europeia, enfatizam, cada vez mais, a integração da sociedade civil nos processos de tomada de decisões. Essa inclusão visa fortalecer a legitimidade e a qualidade das decisões, especialmente em contextos de incerteza, ao permitir a colaboração entre diversas partes interessadas e sublinhar a importância de aumentar o impacto, através do envolvimento dos cidadãos e de outros atores relevantes. Os benefícios associados à integração da abordagem colaborativa na tomada de decisões, nomeadamente pela integração de diferentes tipos de conhecimentos e valores públicos, melhoram a qualidade das decisões, tornando-as mais informadas e alinhadas com as necessidades da sociedade. Este envolvimento contribui, também, para aumentar o apoio público e a aceitação das decisões, acelerando a sua implementação e promovendo a co-responsabilização entre os atores envolvidos, reforçando, assim, não só a legitimidade dos processos decisórios, mas também a confiança nas instituições.

Adicionalmente, esta participação ativa proporciona a capacitação dos participantes, ampliando o seu entendimento sobre o tema e facilitando a construção de convergências e parcerias, com o intuito de prevenir possíveis conflitos futuros, aumentando o capital social da comunidade. Estes benefícios acentuam a premissa de que esta postura participativa, ao promover a cogeração de conhecimentos sobre sistemas socio-ecológicos baseada em múltiplos entendimentos e no diálogo coletivo contínuo, transforma os espaços de capacitação em espaços

de transformação da sociedade e de apropriação de conhecimento, um motor para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para assegurar a melhoria destes processos é crucial avaliar se foram eficazes, para, com base na experiência, promover melhorias futuras, considerando que é necessário conhecer para melhorar.

Desta forma, a presente investigação pretendeu deixar um contributo na área da avaliação de processos de participação ativa, nomeadamente de processos colaborativos de co-construção de conhecimento, que recorrem a um conjunto de métodos e procedimentos, de modo que os potencialmente afetados por uma decisão deem um contributo para a mesma. Para isso, propôs-se contribuir, através da caracterização do estado atual da avaliação da participação pública pela identificação de metodologias comumente utilizadas e dos seus pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades a alavancar e das limitações a colmatar.

Visou, simultaneamente, contribuir para a operacionalização da avaliação e refletir sobre a pertinência da sua possível padronização, considerando a necessidade de se ajustar a avaliação às características intrínsecas e ao tipo de processos de participação. E, por último, responder à questão "Como pode a avaliação ser integrada no planeamento da participação em questões de sustentabilidade ambiental recorrendo a tecnologias digitais?".

Neste sentido, com vista a compreender o estado atual das metodologias de avaliação da participação pública, foi caracterizado e contextualizado o objeto de avaliação, a participação pública, e, depois, focou-se nos processos colaborativos de co-construção de conhecimento. Esta caracterização permitiu ilustrar a complexidade associada a este tipo de processos e a sua consequente dificuldade de avaliação, desde a prática de avaliação à aceitação da sua necessidade como ferramenta de melhoria contínua do processo.

De seguida, através da revisão sistemática de casos de avaliação de processos de participação presentes na literatura, mapearam-se as metodologias de avaliação e estabeleceu-se um quadro conceptual apoiado nos critérios identificados. Este mapeamento permitiu identificar, numa fase inicial, 42 publicações com a avaliação de processos participativos nas áreas do sustentabilidade e ambiente, ordenamento do território e saúde. Foi possível verificar que a maioria das avaliações é realizada no final do processo participativo, aquando dos produtos finais ou do encerramento do mesmo, e o seu planeamento apenas é considerado nessa fase, limitando a possibilidade de recolha de dados para avaliar os critérios definidos. Independentemente do objetivo da avaliação, esta pode ser realizada por avaliadores externos, pelos próprios participantes ou pela equipa envolvida no processo. A recolha de informação assenta, geralmente, numa análise documental, entrevistas, inquéritos, atas, relatórios, notas de campo

e observação, onde a maioria das metodologias identificadas inclui métodos de avaliação quantitativos e qualitativos. Procurou-se, nas publicações analisadas, identificar as que constituem o foco na avaliação da qualidade e da eficácia do processo promovido em prol da qualidade do produto final gerado pelo mesmo.

Os critérios de avaliação identificados encontram-se geralmente divididos em duas componentes, uma que influencia o seu âmbito, critérios de processo, relacionado com a qualidade do processo em si; e outra que se refere aos resultados/produtos gerados, considerando que estes constituem os benefícios incrementais da participação, por vezes intangíveis e, por isso, de difícil medição, embora de extrema importância para a avaliação.

A nível dos critérios identificados, verificou-se a existência de pouco consenso sobre quais os principais critérios e métodos a aplicar, bem como a não uniformização da terminologia/nomenclatura associada aos mesmos, o que promove o desenvolvimento de vários estudos e definição de critérios similares, mas não permite a sua reaplicação e comparabilidade. Nesse sentido, sistematizaram-se os critérios identificados de forma a contribuir para a padronização dos termos associados aos mesmos. Esta análise foi complementada por um conjunto de testemunhos da experiência de avaliação de processos participação através de entrevistas a intervenientes-chave envolvidos nestes processos e com recurso à aplicação da metodologia da análise SWOT às metodologias identificadas. Com isto foi possível a identificação de um conjunto de boas práticas e limitações associadas ao processo de avaliação, respondendo à questão de investigação relacionada com a identificação de quais os pontos fortes e fracos das metodologias de avaliação, de forma a identificar potencialidades e limitações.

Destaca-se que, apesar de ser um campo em desenvolvimento, continua a faltar uma cultura sólida de avaliação, bem como a atribuição dos recursos necessários, nomeadamente: tempo, financeiros e humanos. Isto implica a ausência da avaliação na integração no planeamento do processo participativo, o que compromete a obtenção de dados-base para medir, de forma adequada, os critérios de avaliação, que são definidos posteriormente. É ainda de destacar, como limitação, a ausência da inclusão da avaliação pós-processo, considerando resultados a longo prazo.

Paralelamente, como boas práticas existe uma visão convergente de que estes critérios devem estar alinhados com o propósito da participação, bem como com os objetivos específicos do processo participativo em causa, focando a avaliação no processo criado e não apenas no seu produto final, representando a eficácia e/ou qualidade do processo participativo o eixo orientador da avaliação. Considera-se, ainda, que é relevante compreender a eficácia do processo

criado, assim como o potencial transformador/impacto que o processo promoveu, bem como considerar fontes de informação diversas, de forma a existir uma triangulação de perspetivas. Estes resultados constituem a base dos pressupostos considerados para o desenvolvimento da questão de investigação, onde se pretendeu refletir sobre "como pode a avaliação de processos colaborativos ser operacionalizada e padronizada?". Numa primeira fase, a presente investigação contribuiu para a padronização da avaliação, conforme mencionado, através da sistematização e uniformização da terminologia associada, tanto em relação ao conceito de participação, quanto aos seus critérios de avaliação, considerando que a uniformização dos nomes dos critérios de avaliação pode facilitar a troca de experiências na recolha de dados, e, assim, incentivar a promoção da utilização dos mesmos critérios, contribuindo para a sua padronização, a aplicar na avaliação, especialmente na análise de resultados intangíveis, uma área ainda pouco desenvolvida, devido à sua complexidade e à dificuldade em estabelecer relações diretas de causa e efeito.

Numa segunda fase, é proposto o Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de processos colaborativos, que considera, no seu desenho, as boas práticas identificadas, e propõe como ultrapassar as limitações associadas. Este Sistema pretende apoiar a operacionalização da avaliação, considerando esta uma atividade paralela, ou seja, um subprojecto que acompanha o processo colaborativo com o intuito de assegurar que a avaliação é estruturada desde o início da conceção do processo colaborativo, permitindo a atribuição dos recursos necessários, através de orientações práticas. Desta forma, o Sistema contribui para a operacionalização da avaliação através da identificação de um conjunto de orientações práticas para a seleção da metodologia, elaboração do modelo e matriz de avaliação, atribuição de responsabilidades e gestão do plano de execução da avaliação, o que, em simultâneo, contribui, também, para a padronização do processo de planeamento da avaliação, incluindo a avaliação na fase pós-projecto, de forma a incentivar a avaliação de impacto com resultados a longo prazo.

Paralelamente, o Sistema propõe ainda uma metodologia-base, com o intuito de contribuir para a padronização das metodologias aplicadas e a operacionalização de procedimentos de avaliação. A metodologia proposta pretende permitir a flexibilidade necessária às características deste tipo de processos, mas assegurando condições essenciais para a criação de pontos comuns na avaliação. Para isso, assenta em duas tipologias de critérios: 1) Critérios pré-definidos, um conjunto de 15 critérios associados aos objetivos de participação e relacionados com a qualidade do processo e com os seus resultados; 2) Critérios específicos associados aos objetivos específicos do processo em si, de forma a personalizar a avaliação com características específicas do processo a avaliar. Como produto final da avaliação, são considerados a

avaliação do nível de eficácia do processo colaborativo e o valor atual líquido dos capitais partilhados promovidos pelo processo (social, político e intelectual. O formato avaliativo funciona como ponto de partida para a avaliação de impacto (a longo prazo), permitindo, assim, aumentar a cultura de avaliação através de uma abordagem simples, para gradualmente se perceber os benefícios de utilizar os resultados da avaliação, sem a descartar *a priori* devido à complexidade associada. Representa, assim, um salto qualitativo em matéria de avaliação de processos de participação.

O Sistema proposto foi operacionalizado com recurso a um protótipo desenvolvido com suporte digital através da ferramenta *Microsoft Excel*, constituindo, desta forma, uma ferramenta para introduzir a avaliação no planeamento do processo colaborativo. Foi aplicado num formato de ensaio de usabilidade a dois estudos de caso, representando desta forma um contributo para a quarta e última questão de investigação: "Como pode a avaliação ser integrada no planeamento da participação em questões de sustentabilidade ambiental recorrendo a tecnologias digitais? ". Também integrada num dos passos associados ao Sistema, mas independente do mesmo, foi desenvolvida uma base de dados, que constitui o Repositório de publicações com avaliações de processos de participação. O Sistema e o Repositório são independentes e complementares, uma vez que o Sistema pode ser operacionalizado com qualquer metodologia de avaliação selecionada, e o Repositório pode ser consultado para a seleção da metodologia a aplicar, mas não tem de estar necessariamente ligado ao sistema.

Este Repositório tem como objetivo disponibilizar e tornar acessíveis de forma sistemática as várias metodologias de avaliação da participação e métodos, permitindo a consulta e facilitando o seu uso pelas partes interessadas. Foi materializado através do desenvolvimento de uma interface de pesquisa com suporte digital apoiada na ferramenta *Microsoft Excel*, que possibilita às partes interessadas consultar o Repositório, devolvendo ao utilizador as metodologias hierarquizadas conforme melhor respondem às necessidades de avaliação consideradas pelo utilizador. Deste modo, ao facilitar o acesso a metodologias de avaliação que, de forma sistemática e com acesso direto, respondem aos objetivos pretendidos, contribui-se para promover a avaliação e, desta maneira, aumentar a cultura de avaliação e a utilização dos seus resultados.

Em síntese, a abordagem desenvolvida para responder às questões de investigações e lacunas identificadas - metodologias de avaliação dos resultados intangíveis, considerando o longo prazo, e operacionalização da avaliação no terreno - materializa-se com os principais contributos:

- Sistematização dos principais critérios presentes na literatura referentes à avaliação do processo de participação;
- Caracterização de boas práticas e limitações associadas à prática da avaliação no âmbito de processos de participação, incluindo não só a informação pública, como também o contributo de testemunhos da experiência de avaliação de processos participação no terreno;
- Repositório de publicações com a avaliação de processos de participação, com o desenvolvimento de uma interface de pesquisa que permite a sua consulta pelas partes interessadas;
- Conceptualização e proposta de uma metodologia-base de avaliação, que é operacionalizada no Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de processos colaborativos:
 - Inclui um conjunto de critérios pré-estabelecidos e também outros específicos considerados relevantes, o que permitirá a flexibilidade necessária às características dos processos colaborativos e, simultaneamente, pontos comuns para a comparabilidade de processos, de forma a robustecer as boas práticas dos processos colaborativas na ótica da melhoria contínua;
 - Introduz a avaliação a longo prazo (pós-projeto), considerando os resultados intangíveis, como a promoção de capital partilhado pelos participantes.
- Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos, uma ferramenta holística que permite refletir e decidir sobre o processo de avaliação de uma forma orientada. Incentiva o planeamento da avaliação de resultados a longo prazo (após o término do projeto).

Considera-se que a abordagem e as ferramentas desenvolvidas, através de protótipos com suporte digital, são inovadoras no seu campo de atuação, a avaliação de processos colaborativos na área do planeamento para a sustentabilidade. Existe potencial, através da sua divulgação, para promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de processos colaborativos de co-construção de conhecimento na área do planeamento para a sustentabilidade, uma vez que a utilização das ferramentas desenvolvidas pode promover a uniformização da aplicação e de acesso aos mecanismos de avaliação, com o potencial de criar conhecimento partilhado e de desenvolver uma base comum para melhorar tanto o processo, como os resultados a alcançar. Representa, assim, um ponto de partida para introduzir a avaliação a longo

prazo no ciclo de planeamento do processo, bem como uma ferramenta para o planeamento e gestão da avaliação em si. Desta forma, poderá reforçar o papel destes processos colaborativos na promoção do desenvolvimento sustentável, ao evidenciar os seus resultados, assumindo que, para existirem transformações nas práticas sociais ao nível não apenas do indivíduo, mas enquadradas numa mudança mais ampla das instituições e das infraestruturas, os processos colaborativos, quando eficientes, podem ser um caminho a adotar.

E, desta forma, a presente investigação contribui também para as áreas do conhecimento do e-planeamento, nomeadamente e-cidadania, através da promoção da avaliação como uma ferramenta de melhoria dos processos de participação, que tem, como intuito, aumentar o envolvimento do cidadão, avançando para sociedades mais capacitadas e participativas. Ao melhorar os processos de participação, as instituições tornam-se mais democráticas, inclusivas e asseguram processos de decisão com diferentes tipologias de conhecimento, o que promove uma melhoria nas instituições, contribuindo, assim, para a área científica da e-governança.

Em suma, considerando a abordagem de e-planeamento onde as TD apoiam o planeamento, com a presente investigação pretende-se aproximar a teoria à prática, criando condições para a introdução da avaliação formal no planeamento destes processos colaborativos, e disponibilizar uma ferramenta que permita a monitorização dos resultados que emergem ao longo do processo e a longo prazo, visando contribuir, não apenas com os resultados da avaliação dos processos colaborativos (como um produto), mas ainda com um sistema para planear e gerir a avaliação desses processos.

Desenvolvimentos futuros

Todavia, os resultados obtidos beneficiarão de continuidade para a sua operacionalização, com o intuito de se alcançar, de forma sistémica, os potenciais dos mesmos.

Numa primeira fase, considera-se que um dos desenvolvimentos futuros, de forma a impulsionar a utilização das ferramentas desenvolvidas e a sua operacionalização, seria através de uma solução baseada na rede Internet, acessível aos promotores e/ou a quem conduzir a avaliação.

Numa segunda fase, o Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação de Processos Colaborativos e a metodologia-base proposta irão beneficiar de uma aplicação sistemática na avaliação de processos colaborativos de co-construção de conhecimento da área da sustentabilidade com características distintas, mas também com características similares. Isto irá permitir calibrar o Sistema e a metodologia com base na experiência de utilização. Numa pequena escala, a continuidade da avaliação do Estudo de caso 2 - Plataforma de Agentes Locais

Paredes de Coura ao longo do decorrer do projeto e no pós-projeto, ano 2027, irá permitir ajustar o Sistema com base nos resultados de aplicação. Porém, o aplicar a um conjunto de projetos diversificados irá permitir criar um histórico e, aí, será possível um desenvolvimento com base num sistema árvore de decisão, que permitirá ao próprio Sistema sugerir, automaticamente, quando definir os momentos de avaliação e que critérios utilizar, com base nas características do processo e nos objetivos de avaliação.

Adicionalmente, à medida que, posteriormente, forem publicados diferentes estudos, pode ser atualizada e expandida a revisão sistemática da literatura, de forma a potenciar o presente estudo com a respetiva integração das novas metodologias identificadas.

Garante-se, assim, não apenas a melhoria contínua dos processos colaborativos de co-construção de conhecimento através do aumento da sua cultura de avaliação e do uso dos resultados da avaliação, mas também a atualização contínua das metodologias de avaliação existentes.

BIBLIOGRAFIA

- Abelson, J., Forest, P.-G., Eyles, J., Smith, P., Martin, E., & Gauvin, F.-P. (2003). Deliberations about deliberative methods: Issues in the design and evaluation of public participation processes. *Social Science & Medicine*, 57(2), 239–251. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(02\)00343-X](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(02)00343-X)
- Abelson, J., & Gauvin, F.-P. (2008). *Assessing the Impacts of Public Participation: Concepts, Evidence, and Policy Implications*. 53.
- Akerboom, S., & Craig, R. K. (2022). How law structures public participation in environmental decision making: A comparative law approach. *Environmental Policy & Governance*, 32(3), 232–246. <https://doi.org/10.1002/eet.1986>
- Alvarez, S., Douthwaite, B., Thiele, G., Mackay, R., Córdoba, D., & Tehelen, K. (2010). Participatory Impact Pathways Analysis: A practical method for project planning and evaluation. *Development in Practice*, 20(8), 946–958. <https://doi.org/10.1080/09614524.2010.513723>
- André, P., Enserink, B., Connor, D., & Croal, P. (2006). *Public Participation International Best Practice Principles*.
- Aragão, A. (2005). *A Governância na Constituição Europeia: Uma oportunidade perdida?*
- Avelar, D., Ferrão, J., Carmo, C., & Sousa, J. (2023). *Localizing the SDGs, collaborative process between the LocalSDG Platform and the municipality of Loulé*. https://strapi36.od-slocal.pt/uploads/ODS_BOOKLET_PT_UK_V04_ac58440679.pdf
- Barber, R., Boote, J. D., Parry, G. D., Cooper, C. L., Yeeles, P., & Cook, S. (2011). Can the impact of public involvement on research be evaluated? A mixed methods study. *Health Expectations*, 15(3), 229–241. <https://doi.org/10.1111/j.1369-7625.2010.00660.x>
- Beierle, T. C. (Ed.). (1998). *Public Participation in Environmental Decisions: An Evaluation Framework Using Social Goals*. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.10497>
- Beierle, T. C. (1999). Using Social Goals to Evaluate Public Participation in Environmental Decisions. *Review of Policy Research*, 16(3–4), 75–103. <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.1999.tb00879.x>
- Beierle, T. C. (2002). *Democracy in Practice: Public Participation in Environmental Decisions*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781936331017>
- Beierle, T. C., & Konisky, D. M. (2000). Values, Conflict, Trust in Participatory Environmental Planning. *Journal of Policy Analysis & Management*, 19(4), 587–602. [https://doi.org/10.1002/1520-6688\(200023\)19:4<587::AID-PAM4>3.0.CO;2-Q](https://doi.org/10.1002/1520-6688(200023)19:4<587::AID-PAM4>3.0.CO;2-Q)
- Berkes, F. (2009). Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. *Journal of Environmental Management*, 90(5), 1692–1702. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2008.12.001>
- Berman, T. (2017). Evaluation of the Participation Methods' Effectiveness. Em T. Berman (Ed.), *Public Participation as a Tool for Integrating Local Knowledge into Spatial Planning*:

- Planning, Participation, and Knowledge* (pp. 91–153). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-48063-3_7
- Bidwell, D., & Schweizer, P. (2021). Public values and goals for public participation. *Environmental Policy & Governance*, 31(4), 257–269. <https://doi.org/10.1002/eet.1913>
- Blackstock, K. L., Kelly, G. J., & Horsey, B. L. (2007). Developing and applying a framework to evaluate participatory research for sustainability. *Ecological Economics*, 60(4), 726–742. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.05.014>
- Blair-Early, A., & Zender, M. (2008). User Interface Design Principles for Interaction Design. *Design Issues*, 24(3), 85–107.
- Boivin, A., L'Espérance, A., Gauvin, F.-P., Dumez, V., Macaulay, A. C., Lehoux, P., & Abelson, J. (2018). Patient and public engagement in research and health system decision making: A systematic review of evaluation tools. *Health Expectations*, 21(6), 1075–1084. Scopus. <https://doi.org/10.1111/hex.12804>
- Bossen, C., Dindler, C., & Iversen, O. S. (2016). Evaluation in participatory design: A literature survey. *Proceedings of the 14th Participatory Design Conference: Full papers - Volume 1*, 151–160. <https://doi.org/10.1145/2940299.2940303>
- Brown, G., & Chin, S. Y. W. (2013). Assessing the effectiveness of public participation in neighbourhood planning. *Planning Practice and Research*, 28(5), 563–588.
- Bruns, B. (2003). *Water tenure reform: Developing an extended ladder of participation*. *Water Tenure Developing an Reform: Ladder of Extended Participation*, 20. <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/453/bruns-ladder.pdf?sequence=1>
- Bryman, A., & Bell, E. (2011). *Business research methods* (3. ed). Oxford Univ. Press.
- Bryson, J. M., Quick, K. S., Slotterback, C. S., & Crosby, B. C. (2013). Designing Public Participation Processes. *Public Administration Review*, 73(1), 23–34. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2012.02678.x>
- Campbell, C. A. (2010). *The One-Page Project Manager for IT Projects: Communicate and Manage Any Project With A Single Sheet of Paper*. John Wiley & Sons.
- Carnes, S. A., Schweitzer, M., Peelle, E. B., Wolfe, A. K., & Munro, J. F. (1998). Measuring the success of public participation on environmental restoration and waste management activities in the U.S. Department of Energy. *Technology in Society*, 20(4), 385–406. [https://doi.org/10.1016/S0160-791X\(98\)00024-4](https://doi.org/10.1016/S0160-791X(98)00024-4)
- Carreira, V. (2018). *A Participação Pública: Factores e Comportamentos de Cidadania Ativa na Construção e Gestão de Territórios Sustentáveis*. https://run.unl.pt/bitstream/10362/37029/1/Carreira_2018.pdf
- Charnley, S., & Engelbert, B. (2005). Evaluating public participation in environmental decision-making: EPA's superfund community involvement program. *Journal of Environmental Management*, 77(3), 165–182. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2005.04.002>
- Chen, S., Poland, B., & Skinner, H. A. (2007). Youth voices: Evaluation of participatory action research. *The Canadian Journal of Program Evaluation*, 22(1), 125.

- Chess, C. (2000). Evaluating Environmental Public Participation: Methodological Questions. *Journal of Environmental Planning and Management*, 43(6), 769–784. <https://doi.org/10.1080/09640560020001674>
- Chiodo, E., Adriani, H. L., Navarro, F. P., & Salvatore, R. (2019). Collaborative Processes and Collective Impact in Tourist Rural Villages—Insights from a Comparative Analysis between Argentinian and Italian Cases. *Sustainability*, 11(2), Art. 2. <https://doi.org/10.3390/su11020432>
- Chompunth, C., & Chomphan, S. (2012). Evaluating public participation process in development projects in Thailand: A case study of the Hin Krut power plant project. *American Journal of Applied Sciences*, 9(6), 865–873. Scopus. <https://doi.org/10.3844/ajassp.2012.865.873>
- Christie, P., & White, A. T. (2007). *Best Practices for Improved Governance of Coral Reef Marine Protected Areas*. <https://www.icsf.net/resources/christie-p-and-white-a-t-2007-best-practices-for-improved-governance-of-coral-reef-marine-protected-areas-coral-reefs-vol-26-issue-4-1047%20961056pp-2/>
- Coenen, F. H. J. M. (Ed.). (2009). *Public Participation and Better Environmental Decisions: The Promise and Limits of Participatory Processes for the Quality of Environmentally Related Decision-making*. Springer Netherlands. <https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9325-8>
- ColorADD. (2022). *About color blindness*. <https://www.coloradd.net/en/about-colorblindness/>
- Colour Blind Awareness. (2024). *About Colour Blindness*. Colour Blind Awareness. <https://www.colourblindawareness.org/>
- Conrad, E., Cassar, L. F., Christie, M., & Fazey, I. (2011). Hearing but not listening? A participatory assessment of public participation in planning. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 29(5), 761–782.
- Danielson, S., Webler, T., & Tuler, S. P. (2009). Using Q Method for the Formative Evaluation of Public Participation Processes. *Society & Natural Resources*, 23(1), 92–96. <https://doi.org/10.1080/08941920802438626>
- Dawodu, A., Sharifi, A., Cheshmehzangi, A., & Oladejo, J. (2021). The illusion of participation: Are participatory indicators truly effective in neighborhood sustainability assessment tools. *Journal of Cleaner Production*, 311, 127538. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.127538>
- Day, D. (1997). *Citizen Participation in Planning Process: An essencial Contested Concept?* Journal of Planning Literature Vol.11.n3.
- Dores, A. C. das. (2009). *Processo de participação pública colaborativa em planeamento: O estudo de caso do plano de gestão da região hidrográfica do Algarve*. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1448>
- Dugan, A. G., Farr, D. A., Namazi, S., Henning, R. A., Wallace, K. N., El Ghaziri, M., Punnett, L., Dussetschleger, J. L., & Cherniack, M. G. (2016). Process Evaluation of Two Participatory Approaches: Implementing Total Worker Health® Interventions in a Correctional Workforce. *American journal of industrial medicine*, 59(10), 897–918. <https://doi.org/10.1002/ajim.22593>

- Đurman, P. (2020). Participation in Public Administration Revisited: Delimiting, Categorizing and Evaluating Administrative Participation. *Hrvatska i Komparativna Javna Uprava: Časopis Za Teoriju i Praksu Javne Uprave*, 20(1), 79–120. <https://doi.org/10.31297/hkju.20.1.4>
- Dvorak, J., Burkšienė, V., & Vitálišová, K. (2024). SWOT Analysis. Em *Reference Module in Social Sciences*. Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-443-13701-3.00412-6>
- Ernst, A. (2019). Research techniques and methodologies to assess social learning in participatory environmental governance. *Learning, Culture and Social Interaction*, 23, 100331. <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2019.100331>
- EU. (2019). *Priorities 2019-2024—European Commission*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024_en
- EU. (2022). *About the Competence Centre on Participatory and Deliberative Democracy / Knowledge for policy*. https://knowledge4policy.ec.europa.eu/participatory-democracy/about_en
- European Commission. (2002). *Project Cycle Management Handbook*.
- European Commission. (2023). *CORPORATE GUIDANCE Citizen Engagement December 2023*. <https://doi.org/10.2775/677239>
- Falconi, S. M., & Palmer, R. N. (2017). An interdisciplinary framework for participatory modeling design and evaluation—What makes models effective participatory decision tools? *Water Resources Research*, 53(2), 1625–1645. <https://doi.org/10.1002/2016WR019373>
- Fritz, L., & Binder, C. (2018). Participation as Relational Space: A Critical Approach to Analysing Participation in Sustainability Research. *Sustainability*, 10(8), 2853. <https://doi.org/10.3390/su10082853>
- Fumega, ara M. G. (2013). *Trajetos de participação de atores sociais em processos de planeamento estratégico: O caso do programa rede social no concelho de Sintra*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7063>
- Geurts, Jac. L. A., & Joldersma, C. (2001). Methodology for participatory policy analysis. *European Journal of Operational Research*, 128(2), 300–310. [https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(00\)00073-4](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(00)00073-4)
- Ghazinoory, S., Abdi, M., & Azadegan-Mehr, M. (2011). SWOT METHODOLOGY: A STATE-OF-THE-ART REVIEW FOR THE PAST, A FRAMEWORK FOR THE FUTURE / SSGG METODOLOGIJA: PRAEITIES IR ATEITIES ANALIZĖ. *Journal of Business Economics and Management*, 12(1), 24–48. <https://doi.org/10.3846/16111699.2011.555358>
- Griffin, G., Stoeltje, G., Geiselbrecht, T., Simek, C., Ettelman, B., Metsker-Galarza, M., & Texas A & M University. Transportation Policy Research Center. (2018). *Performance Measures for Public Participation Methods: Final Report* (PRC 17-89 F). <https://rosap.nhtl.bts.gov/view/dot/34900>
- Hage, M., Leroy, P., & Petersen, A. C. (2010). Stakeholder participation in environmental knowledge production. *Futures*, 42(3), 254–264. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2009.11.011>

- HALVORSEN, K. E. (2001). Assessing Public Participation Techniques for Comfort, Convenience, Satisfaction, and Deliberation. *Environmental Management*, 28(2), 179–186. <https://doi.org/10.1007/s002670010216>
- Haque, M. (2017). Environmental Governance. Em A. Farazmand (Ed.), *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance* (pp. 1–9). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_1766-1
- Hassan, Z. (2014). *The Social Labs Revolution: A New Approach to Solving Our Most Complex Challenges*. Berrett-Koehler Publishers.
- Hassenforder, E., Ducrot, R., Ferrand, N., Barreteau, O., Anne Daniell, K., & Pittock, J. (2016). Four challenges in selecting and implementing methods to monitor and evaluate participatory processes: Example from the Rwenzori region, Uganda. *Journal of Environmental Management*, 180, 504–516. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.05.019>
- Hassenforder, E., Smajgl, A., & Ward, J. (2015). Towards understanding participatory processes: Framework, application and results. *Journal of Environmental Management*, 157, 84–95. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.04.012>
- Heinelt, H., Panagiotis Getimiis, Grigoris Kafkalas, Randall Smith, & Erik Swyngedouw. (2002). *Participatory Governance in Multi-Level Context*. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-663-11005-7>
- Home, R., & Rump, N. (2015). Evaluation of a multi-case participatory action research project: The case of SOLINSA. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, 21(1), 73–89.
- Honneth, A., & Joas, H. (Eds.). (1991). *Communicative action: Essays on Jürgen Habermas's The theory of communicative action* (1st MIT Press ed). MIT Press.
- Hügel, S., & Davies, A. R. (2020). Public participation, engagement, and climate change adaptation: A review of the research literature. *Wiley Interdisciplinary Reviews. Climate Change*, 11(4), e645. <https://doi.org/10.1002/wcc.645>
- IAP2. (2018). *IAP2 spectrum of public participation*.
- IAP2. (2024). *IAP2 Spectrum Evolution/About the Spectrum*. <https://www.iap2.org/page/SpectrumEvolution>
- Innes, J. E. (2004). Consensus Building: Clarifications for the Critics. *Planning Theory*, 3(1), 5–20. <https://doi.org/10.1177/1473095204042315>
- Innes, J. E., Gruber, J., Neuman, M., & Thompson, R. (1994). *Coordinating Growth Management through Consensus-Building*. 86.
- IPMA. (2016). *Project excellence baseline: For achieving excellence in projects and programmes* (Version 1.0). International Project Management Association.
- ISO, & GRI. (2014). *GRI G4 Guidelines and ISO 26000:2010 How to use the GRI G4 Guidelines and ISO 26000 in conjunction*. https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/archive/pdf/en/iso-gri-26000_2014-01-28.pdf
- ISO/TMB. (2010). *ISO 26000:2010(en), Guidance on social responsibility*. <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:26000:ed-1:v1:en>

- Jamal, T., & McDonald, D. (2011). The short and long of collaborative planning in the mountain resort destination of Canmore, Canada. *Current Issues in Tourism*, 14(1), 1–25. <https://doi.org/10.1080/13683500903545040>
- Jennings, R. (2000). *Participatory Development as New Paradigm*. 10.
- Jordan, R. C., Ballard, H. L., & Phillips, T. B. (2012). Key issues and new approaches for evaluating citizen-science learning outcomes. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 10(6), 307–309.
- Kallio, H., Pietilä, A.-M., Johnson, M., & Kangasniemi, M. (2016). Systematic methodological review: Developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. *Journal of Advanced Nursing*, 72(12), 2954–2965. <https://doi.org/10.1111/jan.13031>
- Kamal Uddin & Bhuiyan Monwar Alam. (2021). *Public Participation Process in Urban Planning: Evaluation Approaches of Fairness and Effectiveness Criteria of Planning Advisory Committees*. Routledge. <https://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000290/authentication/index.php?url=https%3a%2f%2fsearch.ebscohost.com%2flogin.aspx%3fdirect%3dtrue%26db%3dedsebk%26AN%3d2969164%26lang%3dpt-pt%26site%3ded-live%26scope%3dsite>
- Kovács, E., Kelemen, E., Kiss, G., Kalóczkai, Á., Fabók, V., Mihók, B., Megyesi, B., Pataki, G., Boddorkós, B., Balázs, B., Bela, G., Margóczy, K., Roboz, Á., & Molnár, D. (2017). Evaluation of participatory planning: Lessons from Hungarian Natura 2000 management planning processes. *Journal of Environmental Management*, 204, 540–550. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2017.09.028>
- Kubicek, H., & Aichholzer, G. (2016). Closing the Evaluation Gap in e-Participation Research and Practice. Em G. Aichholzer, H. Kubicek, & L. Torres (Eds.), *Evaluating e-Participation* (Vol. 19, pp. 11–45). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-25403-6_2
- Lammerink, M. (2001). *Handbook on stakeholder consultation and participation in ADB operations*.
- Lauber, T. B. (1999). Measuring Fairness in Citizen Participation: A Case Study of Moose Management. *Society & Natural Resources*, 12(1), 19–37. <https://doi.org/10.1080/089419299279867>
- Laurian, L., & Shaw, M. M. (2009). 44. Evaluation of public participation: The practices of certified planners. *Journal of planning education and research*, 28(3), 293–309.
- L'Espérance, A., O'Brien, N., Grégoire, A., Abelson, J., Canfield, C., Del Grande, C., Dogba, M. J., Fancott, C., Levasseur, M. A., Loignon, C., Majnemer, A., Pomey, M.-P., Rasiah, J., Salsberg, J., Santana, M., Tremblay, M.-C., Urquhart, R., & Boivin, A. (2021). 121. Developing a Canadian evaluation framework for patient and public engagement in research: Study protocol. *Research Involvement and Engagement*, 7(1). Scopus. <https://doi.org/10.1186/s40900-021-00255-4>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Clarke, M., Devereaux, P. J., Kleijnen, J., & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions:

- Explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology*, 62(10), e1–e34. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2009.06.006>
- Liu, W., Cao, Y., & Proctor, R. W. (2021). How do app icon color and border shape influence visual search efficiency and user experience? Evidence from an eye-tracking study. *International Journal of Industrial Ergonomics*, 84, 103160. <https://doi.org/10.1016/j.ergon.2021.103160>
- Loukis, E., Xenakis, A., & Charalabidis, Y. (2010). An evaluation framework for e-participation in parliaments. *International Journal of Electronic Governance*, 3(1), 25–47.
- Lourenço, R. P., & Costa, J. P. (2007). *Incorporating citizens' views in local policy decision making processes*. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2006.06.004>
- Luyet, V., Schlaepfer, R., Parlange, M. B., & Buttler, A. (2012). A framework to implement Stakeholder participation in environmental projects. *Journal of Environmental Management*, 111, 213–219. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2012.06.026>
- Maguire, M. C. (1999). A review of user-interface design guidelines for public information kiosk systems. *International Journal of Human-Computer Studies*, 50(3), 263–286. <https://doi.org/10.1006/ijhc.1998.0243>
- Mäkelä, K. (2007). Knowledge Sharing Through Expatriate Relationships: A Social Capital Perspective. *International Studies of Management & Organization*, 37(3), 108–125. <https://doi.org/10.2753/IMO0020-8825370305>
- Mannarini, T., & Talò, C. (2013). 34. Evaluating public participation: Instruments and implications for citizen involvement. *Community Development*, 44(2), 239–256. <https://doi.org/10.1080/15575330.2012.683799>
- Mattor, K. M., Cheng, A. S., Kittler, B., & McDonough, M. (2020). Assessing Collaborative Governance Outcomes and Indicators across Spatial and Temporal Scales: Stewardship Contract Implementation by the United States Forest Service. *Society & Natural Resources*, 33(4), 484.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & PRISMA Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Morgan, A. (2017). *The Everyday Evaluations of Public Participation by Urban Planners* [Thesis]. <https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/79204>
- Musch, A.-K., & von Streit, A. (2020). (Un)intended effects of participation in sustainability science: A criteria-guided comparative case study. *Environmental Science & Policy*, 104, 55–66. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.10.004>
- Newig, J. (2007). *DOES PUBLIC PARTICIPATION IN ENVIRONMENTAL DECISIONS LEAD TO IMPROVED ENVIRONMENTAL QUALITY?* 22.
- OECD. (2003). *O cidadão como parceiro: Manual da OCDE sobre informação, consulta e participação na formulação de políticas públicas*. Organisation for Economic Co-operation and Development. https://www.oecd-ilibrary.org/governance/o-cidadao-como-parceiro_9789264065109-pt
- OECD. (2005). *Evaluating Public Participation in Policy Making*. OECD Publishing.

- OECD. (2010). *Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management*. <https://www.oecd.org/dac/evaluation/2754804.pdf>
- OECD. (2021). *Evaluation Guidelines for Representative Deliberative Processes*. OECD. <https://doi.org/10.1787/10ccbfcb-en>
- OECD. (2022). *OECD Guidelines for Citizen Participation Processes*. OECD. <https://doi.org/10.1787/f765caf6-en>
- Oels, A. (2003). Evaluating stakeholder participation in the transition to sustainable development. *Methodology, case studies, policy implications, LIT Verlag, Münster*.
- ONU. (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. ONU Portugal. <https://un-ric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Orosa, S. (2014). *A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO PLANEAMENTO URBANÍSTICO*. UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA.
- Palazzo, M. (2024). The SWOT analysis: An evolving decision-making model. Em *Rethinking Decision-Making Strategies and Tools: Emerging Research and Opportunities* (pp. 53–70). Scopus. <https://doi.org/10.1108/978-1-83797-204-320241004>
- Petts, J., & Leach, B. (2000). *Evaluating methods for public participation: Literature review*. GOV.UK. <https://www.gov.uk/government/publications/evaluating-methods-for-public-participation-literature-review>
- Phadermrod, B., Crowder, R. M., & Wills, G. B. (2019). Importance-Performance Analysis based SWOT analysis. *International Journal of Information Management*, 44, 194–203. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2016.03.009>
- Phillips, T., Ferguson, M., Minarchek, M., Porticella, N., & Bonney, R. (2014). Evaluating learning outcomes from citizen science. *Cornell Lab of Ornithology, Ithaca*.
- Porto Editora. (sem data). *Metodologia / Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. infopedia.pt - Porto Editora. Obtido 20 de outubro de 2024, de Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/metodologia>
- Potapchuk, W. R. (1991). New approaches to citizen participation: Building consent. *National Civic Review*, 80(2), 158–168. <https://doi.org/10.1002/ncr.4100800207>
- Project Management Institute (Ed.). (2013). *A guide to the project management body of knowledge: PMBOK® guide* (5. ed). PMI.
- Pullin, A. S., & Stewart, G. B. (2006). Guidelines for Systematic Review in Conservation and Environmental Management. *Conservation Biology*, 20(6), 1647–1656. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00485.x>
- Purnomo, H., Puspitaloka, D., Okarda, B., Andrianto, A., Qomar, N., Sutikno, S., Muhammad, A., Basuki, I., Jalil, A., Yesi, Prasetyo, P., Tarsono, Zulkardi, Kusumadewi, S. D., Komarudin, H., Dermawan, A., & Brady, M. A. (2024). Community-based fire prevention and peat-land restoration in Indonesia: A participatory action research approach. *Environmental Development*, 50, 100971. <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2024.100971>
- Putnam, R. D. (1995). Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. *PS: Political Science & Politics*, 28(4), 664–683. <https://doi.org/10.2307/420517>

- Quesada-Silva, M., Iglesias-Campos, A., Turra, A., & Suárez-de Vivero, J. L. (2019). 247. Stakeholder Participation Assessment Framework (SPAF): A theory-based strategy to plan and evaluate marine spatial planning participatory processes. *Marine Policy*, 108, 103619. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103619>
- Raposo, M. A. A. (2014). *Participação Pública e Conservação da Natureza: Contributo para o estudo da avaliação de Processos Participativos Colaborativos: O caso do MARGOV*. 240.
- Rask, M., Mačiukaitė-Žvinienė, S., Tauginienė, L., Dikčius, V., Matschoss, K., Aarrevaara, T., & d'Andrea, L. (2018). Conceptual framework. Em M. Rask, S. Mačiukaitė-Žvinienė, L. Tauginienė, V. Dikčius, K. Matschoss, T. Aarrevaara, & L. d'Andrea, *Public Participation, Science and Society* (1.^a ed., pp. 27–35). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351272964-3>
- Renn, O. (2006). Participatory processes for designing environmental policies. *Land Use Policy*, 23(1), 34–43. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2004.08.005>
- Rosa, P. (2008). *e-Participation: Promoting dialogue and deliberation between institutions and civil society*. 214.
- Rowe, G., & Frewer, L. J. (2000). Public participation methods: A framework for evaluation. *Science, technology, & human values*, 25(1), 3–29.
- Rowe, G., & Frewer, L. J. (2004). Evaluating Public-Participation Exercises: A Research Agenda. *Science, Technology, & Human Values*, 29(4), 512–556. <https://doi.org/10.1177/0162243903259197>
- Rowe, G., & Frewer, L. J. (2005). A Typology of Public Engagement Mechanisms. *Science, Technology, & Human Values*, 30(2), 251–290. <https://doi.org/10.1177/0162243904271724>
- Rowe, G., & Watermeyer, R. P. (2018). 124. Dilemmas of public participation in science policy. *Policy Studies*, 39(2), 204–221. <https://doi.org/10.1080/01442872.2018.1451502>
- Ruiz, J., Serral, E., & Snoeck, M. (2021). Unifying Functional User Interface Design Principles. *International Journal of Human–Computer Interaction*, 37(1), 47–67. <https://doi.org/10.1080/10447318.2020.1805876>
- Rydin, Y., & Pennington, M. (2000). Public Participation and Local Environmental Planning: The collective action problem and the potential of social capital. *Local Environment*, 5(2), 153–169. <https://doi.org/10.1080/13549830050009328>
- Sampford, C. (2002). Environmental governance for biodiversity. *Environmental Science & Policy*, 5(1), 79–90. [https://doi.org/10.1016/S1462-9011\(02\)00027-8](https://doi.org/10.1016/S1462-9011(02)00027-8)
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students* (5. ed). Financial Times Prentice Hall.
- Shirk, J. L., Ballard, H. L., Wilderman, C. C., Phillips, T., Wiggins, A., Jordan, R., McCallie, E., Minarchek, M., Lewenstein, B. V., & Krasny, M. E. (2012). Public participation in scientific research: A framework for deliberate design. *Ecology and society*, 17(2).
- Shmueli, D. F., Kaufman, S., & Ozawa, C. (2008). Mining Negotiation Theory for Planning Insights. *Journal of Planning Education and Research*, 27(3), 359–364. <https://doi.org/10.1177/0739456X07311074>

- Silveira, S. A. M., Zaina, L. A. M., Sampaio, L. N., & Verdi, F. L. (2022). On the evaluation of usability design guidelines for improving network monitoring tools interfaces. *Journal of Systems and Software*, 187, 111223. <https://doi.org/10.1016/j.jss.2022.111223>
- Singletary, L., & Sterle, K. (2020). Supporting local adaptation through the co-production of climate information: An evaluation of collaborative research processes and outcomes. *Climate Services*, 20, 100201. <https://doi.org/10.1016/j.cliser.2020.100201>
- Smajgl, A., & Ward, J. (2015). Evaluating participatory research: Framework, methods and implementation results. *Journal of Environmental Management*, 157, 311–319. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.04.014>
- Sprain, L. (2017). Paradoxes of Public Participation in Climate Change Governance. *The Good Society*, 25, 62. <https://doi.org/10.5325/goodsociety.25.1.0062>
- Stephen Coleman & John Gøtze. (2001). *Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation*. <https://1library.net/document/zgd1ej2z-bowling-online-public-engagement-policy-deliberation-stephen-coleman.html>
- Stephens, J. B., & Berner, M. (2011). Learning from Your Neighbor: The Value of Public Participation Evaluation For Public Policy Dispute Resolution. *Journal of Deliberative Democracy*, 7(1), Art. 1. <https://doi.org/10.16997/jdd.121>
- Stratoudakis, Y., Farrall, H., & Vasconcelos, L. (2019). Collaborative lessons towards marine sustainability: A long-term collective engagement. *Sustainability Science*, 14(4), 1147–1160. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0610-1>
- Suškevičs, M., Hahn, T., Rodela, R., Macura, B., & Pahl-Wostl, C. (2018). Learning for social-ecological change: A qualitative review of outcomes across empirical literature in natural resource management. *Journal of Environmental Planning and Management*, 61(7), 1085–1112. <https://doi.org/10.1080/09640568.2017.1339594>
- Tantane, S., Wandee, K., & Tovichakchaikul, S. (2018). One page project management application on flood preparedness: Case study of Thailand. *Procedia Engineering*, 212, 363–370. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2018.01.047>
- Trimble, M., & Lázaro, M. (2014). Evaluation Criteria for Participatory Research: Insights from Coastal Uruguay. *Environmental Management*, 54(1), 122–137. <https://doi.org/10.1007/s00267-014-0276-0>
- Turner, J. R. (Ed.). (1996). *The project manager as change agent: Leadership, influence and negotiation*. McGraw-Hill.
- United Nations. (1992). REPORT OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Em A. Goodman, *A/CONF.151/26 (Vol. I) REPORT OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT* (1.^a ed., Vol. 1). Routledge. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf
- US EPA, O. (2014, fevereiro 24). *Public Participation Guide: Introduction to Public Participation* [Overviews and Factsheets]. US EPA. <https://www.epa.gov/international-cooperation/public-participation-guide-introduction-public-participation>

- van den Hove, S. (2000). Participatory approaches to environmental policy-making: The European Commission Climate Policy Process as a case study. *Ecological Economics*, 33(3), 457–472. [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(99\)00165-2](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(99)00165-2)
- Vasconcelos, L. M. T. de. (2009). *Governância e Participação na Gestão Territorial*. DGOTDU - Ministério do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Vasconcelos, L. (2007). Governance in Complex Projects. Em *In G. Gunkel, & M. C. Sobral (Eds.), Reservoir and River Basin Management: Exchange of Experiences from Brazil, Portugal and Germany (pp. 114-124)*. Berlin: Technical University of Berlin.
- Vasconcelos, L. (2008). GOVERNANCE AND PARTICIPATION. . *Governance*, 11.
- Vasconcelos, L. T. (2005). *Deliberative Forums in New Governance—Overcoming ingrained myths*. 13.
- Vasconcelos, L. T., Farrall, H., & Ferreira, J. C. R. (2021). Socio-Ecological Literacy: Collaboration as a Learning Tool for Society Transformation. Em S. Saúde, M. A. Raposo, N. Pereira, & A. I. Rodrigues (Eds.), *Advances in Educational Technologies and Instructional Design* (pp. 174–194). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-4402-0.ch009>
- Vasconcelos, L. T., Silva, F. Z., Ferreira, F. G., Martinho, G., Pires, A., & Ferreira, J. C. (2021). Collaborative process design for waste management: Co-constructing strategies with stakeholders. *Environment, Development and Sustainability*. <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01822-1>
- Videira, N., Antunes, P., Santos, R., & Lobo, G. (2006). Public and stakeholder participation in European water policy: A critical review of project evaluation processes. *European Environment*, 16(1), 19–31. <https://doi.org/10.1002/eet.401>
- von Thiele Schwarz, U., Lundmark, R., & Hasson, H. (2016). The Dynamic Integrated Evaluation Model (DIEM): Achieving Sustainability in Organizational Intervention through a Participatory Evaluation Approach. *Stress and Health*, 32(4), 285–293. <https://doi.org/10.1002/smi.2701>
- Warburton, D. (1997). *PARTICIPATORY ACTION IN THE COUNTRYSIDE A LITERATURE REVIEW*.
- Webler, T., Kastenholz, H., & Renn, O. (1995). Public participation in impact assessment: A social learning perspective. *Environmental Impact Assessment Review*, 15(5), 443–463. [https://doi.org/10.1016/0195-9255\(95\)00043-E](https://doi.org/10.1016/0195-9255(95)00043-E)
- Webler, T., & Tuler, S. (2000). Fairness and Competence in Citizen Participation: Theoretical Reflections from a Case Study. *Administration & Society*, 32(5), 566–595. <https://doi.org/10.1177/00953990022019588>
- White, S. (1996). Depoliticising Development: The Uses and Abuses of Participation. *Development in Practice*, 6, 6–15. <https://doi.org/10.1080/0961452961000157564>
- Wilhelm, A. K., Schwedhelm, M., Bigelow, M., Bates, N., Hang, M., Ortega, L., Pergament, S., & Allen, M. L. (2021). Evaluation of a school-based participatory intervention to improve school environments using the Consolidated Framework for Implementation Research. *BMC Public Health*, 21(1). Scopus. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11644-5>
- Wine, O. (2017). *Key Components of Collaborative Research in the Context of Environmental Health: A Scoping Review*. 33.

- Witteveen, L., Enserink, B., & Lie, R. (2009). *Performance indicators for public participation*. https://www.academia.edu/24192544/Performance_indicators_for_public_participation
- Woltjer, J. (2009). Concepts of Participatory Decision-Making in Dutch Infrastructure Planning. Em F. H. J. M. Coenen (Ed.), *Public Participation and Better Environmental Decisions: The Promise and Limits of Participatory Processes for the Quality of Environmentally Related Decision-making* (pp. 153–163). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9325-8_9
- Wyss, E., Whitney, B., & Betts, M. (1998). The promotion of participatory methods for group events in Zambia: A process evaluation report for unicef 1994–1997. *Evaluation and Program Planning*, 21(4), 363–375. [https://doi.org/10.1016/S0149-7189\(98\)00027-5](https://doi.org/10.1016/S0149-7189(98)00027-5)
- Yu, Y., Hao, J.-X., Dong, X.-Y., & Khalifa, M. (2013). A multilevel model for effects of social capital and knowledge sharing in knowledge-intensive work teams. *International Journal of Information Management*, 33(5), 780–790. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfo-mgt.2013.05.005>

A.1 Linhas orientadoras: Entrevista semi-estruturada

As seguintes questões constituir a linha orientadora do processo de entrevista aplicado:

- Como se envolveu no percurso das metodologias colaborativas? e porquê?
- Costuma utilizar metodologias colaborativas / Participação ativa? Em que situação? Utiliza isoladamente ou num projeto/processo contínuo?
- Na aplicação de metodologias colaborativas sente necessidade de realizar alguma tipo de avaliação: do processo ou do conteúdo gerado? E quando?
- Que ferramentas utiliza para avaliar os processos participativos e/ou metodologias colaborativas?
 - Presencial e online
- Tem conhecimento de alguma ferramenta/ estrutura para avaliar a participação que seja amplamente utilizada?
- Na sua opinião/atuação:
 - O que considera importante avaliar na participação?
 - Quando avalia utiliza critérios com base os princípios da boa participação? Quais considera ser esses princípios – princípios-chave?
 - Separar o processo do *Outcome*? O que considera por cada um deles e importante avaliar em cada?
 - Como recolhe a informação para avaliar a participação?
 - Quem deve avaliar? Participantes? Promotor/ utilizador final? o financiador?
 - Quando realiza a avaliação da participação e com que finalidade?
 - Considera importante, apesar das características distintas da adaptabilidade da participação aos diferentes contextos, existir uma estrutura/ferramenta de avaliação que seja transversal ao diferentes contextos de participação?
 - Avaliar instrumental ou teórica?
 - Quais os resultados da participação que constituem “bons” *outcomes* e quais os processos que contribuem para esses resultados?

- É importante avaliar os outputs do processo de participação para garantir que os objetivos da mesma foram concretizados?
- O que considera os resultados intangíveis do processo? E considera importante para o mesmo? E os mesmos

Algum cometário que queira acrescentar que não tenha sido coberto

Apresentar síntese dos critérios de avaliação dos *Outcomes* e dos processos – para validação e para identificação dos que considera importante e os que considera que na prática são avaliáveis.

A.2 Acordo de Consentimento Informado

Acordo de Consentimento Informado

O projeto de doutoramento em E-Planeamento, com foco na Avaliação de processos colaborativos em planeamento para a sustentabilidade – da teoria à prática é realizado pela doutoranda Filipa Maria Gomes Ferreira, orientada pela Prof. Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos e coorientada pelo Prof. Doutor João Correia de Freitas.

De forma a ser possível a recolha de informação que contribua para o estabelecimento de um quadro conceptual para avaliar processos de participação pública de co-construção de conhecimento na área da sustentabilidade, venho por este meio, pedir a sua contribuição através da participação numa entrevista informal semiestruturada. A sua participação é totalmente voluntária e anónima, tendo o direito de desistir a qualquer momento, sendo apenas necessário comunicar a sua decisão para o seguinte email: fm.ferreira@campus.fct.unl.pt.

A entrevista é constituída por um conjunto de perguntas de resposta aberta e terá uma duração máxima de cerca de 40 minutos. É de se salientar que os dados obtidos na entrevista serão utilizados de forma anónima caracterizando apenas o perfil do entrevistado. O tratamento dos dados será executado em conformidade com o Regulamento Geral da Proteção de Dados da UE (2016/679) e caso deseje entrar em contacto com a pessoa responsável pelo tratamento dos mesmos ou receber os resultados da análise de dados, basta enviar um email para xxxxxx@xxxx.

O acesso aos dados obtidos nas entrevistas terá o intuito de análise, elaboração de resultados e publicações científicas com base nos mesmos, nomeadamente no documento da dissertação final do doutoramento intitulado “Avaliação de processos colaborativos em planeamento para a sustentabilidade – da teoria à prática”.

Por favor, informe-nos se concorda com os termos acima descritos e se dá o seu consentimento para a gravação/transcrição desta entrevista e para a gestão dos dados obtidos, conforme explicado.

Data: __/__/__

Nome: _____

Assinatura: _____

B

B.1 Repositório de publicações com a avaliação de processo de participação (*Microsoft Excel*)

B.2 Ensaio de usabilidade: Interface de pesquisa V1-

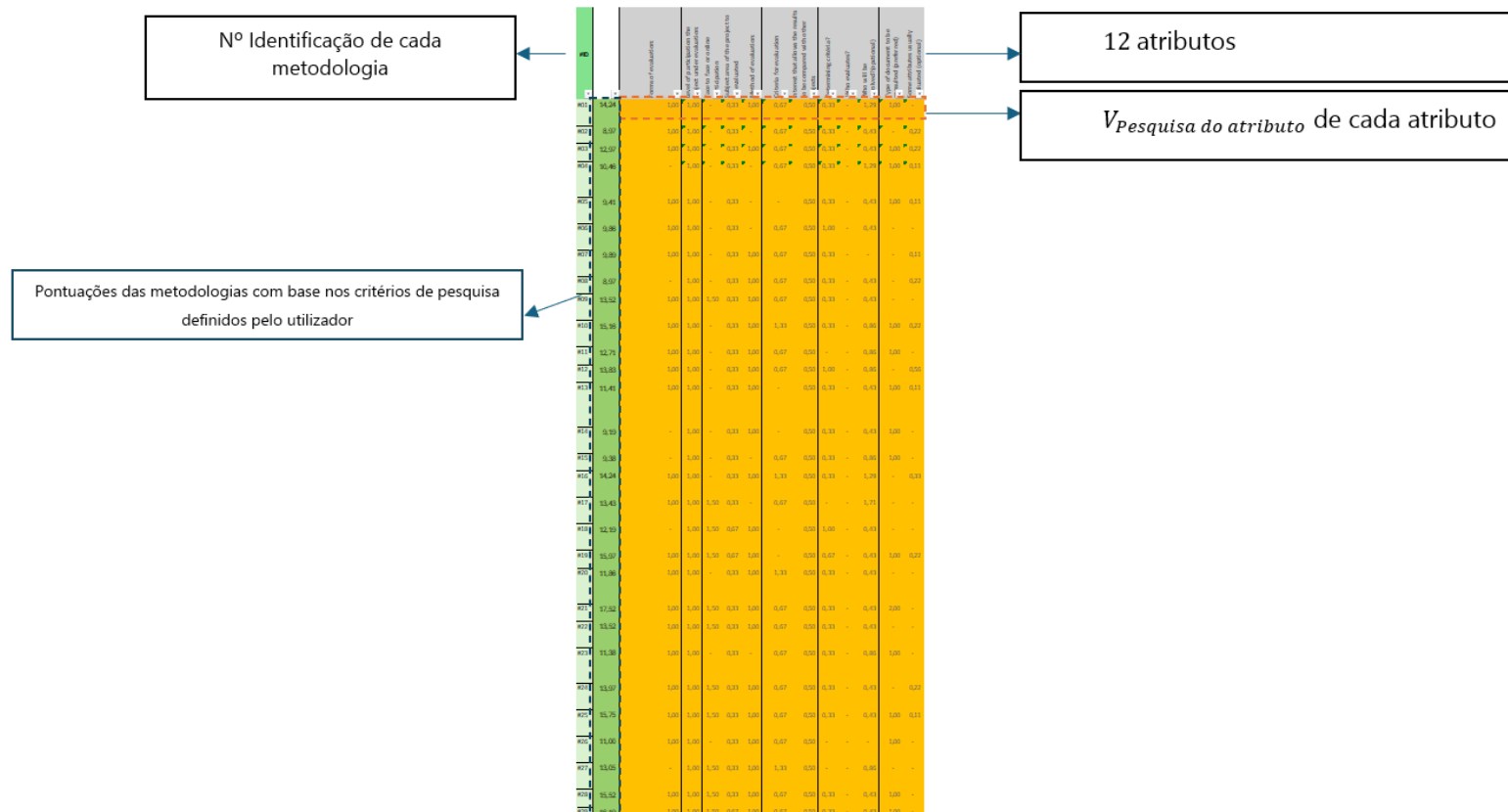
Repository of publications on evaluation of participatory projects

Attributes	ITEM	Search option
Forms of evaluation:	Forms of evaluation:	3-Moderately important
	Formative	0-No
	Summative	1-Yes
	Impact	0-No
Level of participation the project under evaluation:	Level of participation the project under evaluation:	3-Moderately important
	Active participation	1-Yes
	Consultation	0-No
	Information	0-No
Face to face or online participation	Face to face or online participation	3-Moderately important
	Face to face	1-Yes
	e-participation	0-No
Subject area of the project to be evaluated	Subject area of the project to be evaluated	2-Slightly important
	Environment	1-Yes
	Sustainability	1-Yes
	Land use & Territorial Planning	1-Yes
	social programme	1-Yes
	Health sector	0-No
	in general	1-Yes
Method of evaluation:	Method of evaluation:	4-Important
	Quantitative design	0-No
	Qualitative design	1-Yes
	Mixed Method (Both)	1-Yes
	not specified	0-No
Criteria for evaluation	Criteria for evaluation	2-Slightly important
	Context	1-Yes
	Process	0-No
	Outcome	1-Yes
Interest that allows the results to be compared with other projects	Interest that allows the results to be compared with other projects	1-Not important
	Yes	1-Yes
	No	1-Yes
	Determining criteria?	1-Not important
Determining criteria?	User-based (experience/expertise of key stakeholders)	1-Yes
	Theory-based (base on a conceptual/theoretical framework of public engagement)	1-Yes
	Both	1-Yes
	Who evaluates?	1-Not important
Who evaluates?	Outsider evaluation? (External)	0-No
	Participatory evaluation? (Internal)	0-No
	Both	1-Yes
	not specified	0-No
	Who will be involved?(optional)	3-Moderately important
Who will be involved?(optional)	Participants / Stakeholders	1-Yes
	Project team / Staff	1-Yes
	Facilitation / moderation team	1-Yes
	Promotor	1-Yes
	only evaluators	1-Yes
	all those involved	1-Yes
	not specified	1-Yes
	Type of document to be consulted (preferred)	2-Slightly important
Type of document to be consulted (preferred)	Based on the case study	1-Yes
	Guidelines to plan an evaluation	1-Yes
Some attributes usually evaluated (optional)	Some attributes usually evaluated (optional)	2-Slightly important
	Acceptance	1-Yes
	Capacity building	1-Yes
	Communication	1-Yes
	Conflict resolution	0-No
	Cost-effectiveness	0-No
	Early involvement	0-No
	Effectiveness	0-No
	Facilitation / moderation	0-No
	Fairness	0-No
	Influence / impact on decision-making	0-No
	Knowledge	0-No
	Learning	0-No
	Legitimacy	1-Yes
	Participant's satisfaction	0-No
	Resource accessibility	0-No
	Social capital	0-No
	Stakeholders representation / Inclusiveness	0-No
	Transparency & Trust	1-Yes

B. 1 - Interface do Repositório de publicações como ferramenta de pesquisa - V1

B.3 Visualização da Matriz de classificação

Visualização da Matriz de classificação das metodologias com base nos critérios do utilizador. A coluna verde-escura apresenta a classificação final de cada metodologia. A primeira imagem apresenta a síntese dos resultados, enquanto na segunda é possível identificar os vários passos no cálculo das pontuações atribuídas a cada metodologia, como base nos critérios do utilizador exemplo.



B. 2 - Matriz de visualização dos valores de cálculo dos atributos nas diferentes metodologias

C.1 Lista de projetos de investigação

Colaboração no âmbito de projetos com forte componente de participação, membro da equipa coordenadora dos processos colaborativos. A experiência nestes projetos durante o período de desenvolvimento desta investigação, contribuiu substancialmente para o desenvolvimento de um "modelo tipo" do processo colaborativo de co-construção de conhecimento presente no capítulo 6.

- ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Financiamento Fundação La Caixa|BPI. (2020 - Presente)
- Co-fishing in Óbidos Lagoon [Co-Pesca da Lagoa de Óbidos: Capacitação para a implementação da cogestão na Lagoa de Óbidos] PT-INNOVATION-0114. EEA Grants Portugal [2023 -2024]
- (De)construct for circular Economy. Iceland Liechtenstien Norway Grants. 12/2020 – 2022..
- OceanWISE- Reducing EPS marine litter in the North East Atlantic. Interreg Atlantic Area (EAPA 252/2016) (03/2019 – 2022)
- NIPOGES- Estado atual das populações de amêijoa-japonesa da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado – bases científicas para uma gestão sustentável do recurso. MAR 2020. (2018 -2022)
- UrbanWINS- Urban metabolism accounts for building Waste management Innovative Networks and Strategies. Program Horizon 2020 (WASTE-6b-2015) (09/2016 – 06/2019)

C.2 Questões de caracterização dos processos colaborativos

Conjunto de questões para contribuir para uma classificação uniforme dos processos em análise com o trabalho desenvolvido por: (Hassenforder et al., 2015)

A. Características relacionadas com o contexto (pode ser escolhida mais do que uma opção)

Quais são os elementos do sistema que o processo participativo pretende melhorar?

- Natural / Ambiental: por exemplo, água, florestas, zonas húmidas
- Económica: por exemplo, mão de obra, importação-exportação
- Social: por exemplo, meios de subsistência, migração
- Política: por exemplo, votos, políticas
- Urbano: por exemplo, infraestruturas, habitação
- Saúde: por exemplo, instalações, equipamento
- Tecnológico: por exemplo, Internet
- Educacional: por exemplo, currículo, aulas

Que níveis de governação influenciam de forma crítica os elementos do sistema-alvo?

- Macro (nacional ou internacional)
- Meso (subnacional, região/ municípios)
- Micro (cidades, aldeia ou grupo de aldeias)

Houve tentativas de intervenção anteriores com o objetivo de influenciar os elementos selecionados do sistema-alvo?

- Muitas
- Poucas
- Nenhuma

Que relações existem entre os participantes antes do início do processo participativo?

- Nenhuma relação pré-existente
- Elevado grau de desconfiança/conflito
- Confiança moderada e conflito
- Boas relações pré-existentes e confiança

B. Características relacionadas com o processo (podem ser escolhidas várias opções)

Quais são os principais objetivos do processo participativo?

- Explorar opções de tomada de decisão (por exemplo, planeamento, legislação)
- Melhorar a compreensão dos participantes sobre o sistema
- Resolução ou prevenção de conflitos
- Recolha de conhecimentos (por exemplo, mapeamento do sistema socioambiental, sistemas de informação geográfica, inventário)

Quem liderou o processo participativo, organizou e facilitou os eventos?

- Patrocinador ou agência de desenvolvimento

- Investigadores
- Decisores / governo
- Sociedade civil
- Setor privado

Qual é a origem da equipa?

- A maioria dos membros da equipa vem da área e/ou é afetado pelos elementos do sistema alvo
- A maioria dos membros da equipa não vem da área e não é afetada pelos elementos do sistema de destino

Quem selecionou os participantes?

- A equipa
- O promotor do projeto
- Terceira parte, externa
- Equipa organizadora
- Equipa facilitadora

Quanto tempo deverá durar o processo de participação?

- Mais de 5 anos
- 1 a 5 anos
- Menos de um ano

Quantos eventos ocorrerão no prazo do processo?

- Vários eventos (especificar)
- Evento único

C. Características relacionadas com os resultados, efeitos e os impactos

Quais são os principais resultados esperados do processo participativo?

- Novos planos de desenvolvimento, revisão ou rejeição de planos/ políticas / investimentos / tecnologias /
- Acordo, memorando de entendimento, termos de referência
- Modelo
- Investimento em novas infraestruturas / mudança do uso do solo / processos de gestão
- Nenhum resultado específico

Quais são as escalas temporais esperadas de impactos?

- Curto prazo
- Médio prazo
- Longo prazo

C.3 Modelo de avaliação

Objetivos	Critérios	Indicadores	Método de recolha	Fase do processo colaborativo (Fase preparatória (FP); Fase colaborativa (FC); Fase de finalização (FF); Pós-Projeto (PP))	
				Recolha de informação	Análise da informação
Objetivos de participação	Critérios (pré-definidos)				
Qualidade do processo	Qualidade facilitação				
	Representatividade sociológica				
	Adequabilidade de recursos				
	Acessibilidade e igual oportunidade de falar				
	Respeitar a confidencialidade individual e institucional				
	Nível de envolvimento				
Participação consequente	Produzir o entregáveis-chave				
	Comunicação dos resultados e existência de seguimento				
Promoção de capital social	Satisfação dos participantes				
	Transparência e Confiança				
Promoção de capital Político	Redes: criação e consolidação de relações				
	Influência no processo de decisório / decisão final				
Promoção de capital	Empoderamento - voz ativa no processo				
	Partilha e co construção de novo conhecimento				
	Compreensão do tema				
Objetivos específicos do projecto					
O1					
O2					
O3					

C.4 Dossier de avaliação

Dossier de Avaliação do Projeto: Nome do Projeto	Versão:	00
	Data:	xx-xx-xxxx
	Folha:	198 de 264

[Identificar o nome do projeto de avaliação]

[inserir data e responsável]

ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DESTE MANUAL

Versão	Nome	Data	Descrição
00	Eq. Avaliação	xx/xx/xxxx	Documento Inicial
00	Patrocinador	xx/xx/xxxx	Aprovação

Dossier de Avaliação do Projeto: Nome do Projeto	Versão:	00
	Data:	xx-xx-xxxx
	Folha:	199 de 264

Índice

➤ PROJETO DE AVALIAÇÃO	200
○Caracterização do objecto de avaliação - Processo colaborativo	200
○Caracterização do Processo de Avaliação	200
○Metodologia de avaliação	200
▪Modelo conceptual	200
▪Seleção da Metodologia	200
▪Sistema de pontuação	200
▪Elaborar a Matriz de Avaliação	200
▪Caracterização da situação inicial	200
▪Resultados esperados – Metas	200
○Equipa de Avaliação	200
▪Composição da Equipa de Avaliação (EA)	200
▪Plano de trabalho da EA	200
○Recursos	200
▪Recursos Materiais	200
▪Comunicação (se necessário)	200
○Planeamento de execução da avaliação	200
▪Planeamento e Matriz de Responsabilidades	200
▪Planeamento	201
○Gestão da execução da avaliação	201
➤ RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO	202
○Sumário executivo	202
○Enquadramento	202
○Preparação e condução da avaliação	202
○Resultados da avaliação	202
○Conclusão	202
➤ ANEXOS	202
○Grelhas de avaliação	202

Dossier de Avaliação do Projeto: Nome do Projeto	Versão:	00
	Data:	xx-xx-xxxx
	Folha:	200 de 264

➤ **Projeto de avaliação**

○ **Caracterização do objeto de avaliação - Processo colaborativo**

[Qualitativa | descritiva]

○ **Caracterização do Processo de Avaliação**

○ **Metodologia de avaliação**

- **Modelo conceptual**
- **Seleção da Metodologia**

[Seguir a metodologia descrita nas “Linhas de Orientação” para seleção da metodologia, por consulta do repositório, utilizar a metodologia base, ou outra]

- **Sistema de pontuação**

[Identificar o sistema de pontuação proposto pela metodologia, com conversão para escala de 1 a 5]

- **Elaborar a Matriz de Avaliação**

[Definir e aprovar a Matriz de Avaliação]

- **Caracterização da situação inicial**

[Avaliação Inicial – Base de referência]

- **Resultados esperados – Metas**

[Concretizar quais são os resultados esperados com este projeto, considerando a avaliação inicial e qual o objetivo para cada critério ou global] [Medição atual, Metas Objetivo, cálculo do máximo esperado, ...]

○ **Equipa de Avaliação**

- **Composição da Equipa de Avaliação (EA)**

[Identificar os elementos da Equipa de Avaliação – observar, tanto quanto possível, o perfil de competências da EA]

- **Plano de trabalho da EA**

[Estimar o tempo de trabalho que os elementos da Equipa afetam ao projeto.]

○ **Recursos**

- **Recursos Materiais**

[Definir os recursos materiais necessários, como por exemplo a sala de trabalho equipada com computadores ou equipamentos para eventos colaborativos, outras necessidades identificadas]

- **Comunicação (se necessário)**

[Definição de Plano de Comunicação que prevê as várias ações de comunicação e os suportes a utilizar para a divulgação de informação sobre os resultados da avaliação]

○ **Planeamento de execução da avaliação**

- **Planeamento e Matriz de Responsabilidades**

[Ter como ponto de referência a Matriz de gestão do Sistema]

Dossier de Avaliação do Projeto: Nome do Projeto	Versão:	00
	Data:	xx-xx-xxxx
	Folha:	201 de 264

Planeamento e Matriz de Responsabilidades										Fase do processo colaborativo				
	Atividades / Responsáveis	Patrocinador		Equipa Projeto		Equipa de facilitação		Participantes	Equipa Avaliação	Entregáveis	Proposta Projeto	Fase Preparatória	Fase Colaborativa	Fase Finalização
		A	C	C										
Definição da Metodologia (Inicial)	Escolha da Metodologia (ver repositório/utilizar proposta/outra)	A	C	C				R	Definição da metodologia	☐	☐			
	Criar Modelo e Matriz de Avaliação correspondente	A						R	Matriz de Avaliação	☐	☐			
	Avaliação Base - situação de referencia	C	C	C				R	Avaliação "A0"	☐	☐			
	Definir metas do projeto	A	C					R	Grelha com Metas a atingir	☐	☐			
	Criação do Dossier de Avaliação	A	A					R	Dossier de Avaliação	☐	☐			
Implementação da Avaliação- Recolha (n vezes)	Recolha dos dados	C	C	C	C			R		☐	☐	☐	☐	
	Tratamento dos dados							R	Avaliação dos critérios (n vezes)	☐	☐	☐	☐	
	Atualização do Dossier de Avaliação							R	Dossier de Avaliação atualizado	☐	☐	☐	☐	
	Informação de Resultados	I	I	I				R		☐	☐	☐	☐	
Relatório de Avaliação (Final)	Atualização do Dossier de Avaliação e Conclusões	A	C	C				R	Dossier de Avaliação atualizado					☐
	Informação de Resultados	I	I	I	I			R						☐

Planeamento

Apresentar o cronograma das atividades

Gestão da execução da avaliação

Índice de evidências (lista as evidências e evolução do plano de atividades)

Dossier de Avaliação do Projeto: Nome do Projeto	Versão:	00
	Data:	xx-xx-xxxx
	Folha:	202 de 264

➤ Relatório de Avaliação

[Identificar o nome do projeto de avaliação]

[inserir data e responsável]

○ **Sumário executivo**

[Objetivo do Relatório; metodologia utilizada; resumo dos principais resultados alcançados; recomendações]

○ **Enquadramento**

[Origem do processo colaborativo; âmbito e objetivos da Avaliação]

○ **Preparação e condução da avaliação**

[Metodologia, etapas da Avaliação, sistema de pontuação adotado; Plano de comunicação; Recursos utilizados (materiais e humanos); equipa de Avaliação; envolvimento e colaboração dos diversos intervenientes,]

○ **Resultados da avaliação**

[Incluir resultados; podem ser utilizados gráficos para ilustrar o resultado das pontuações]

○ **Conclusão**

[Identificação dos principais resultados da Avaliação]

➤ Anexos

○ **Grelhas de avaliação**

C.5 Sistema de Planeamento e Gestão da Avaliação (*Microsoft Excel*)

D.1 Fichas caracterização de metodologias de avaliação

A fichas de caracterização, encontram-se elencados abaixo, estão, em língua inglesa, uma vez que integram Repositório que tem como objetivo estar disponível e acessível a consulta a todos, tendo sido desenvolvido em língua inglesa por ser a língua "universal".

#Idb	#01
Name of Methodologic	Social learning perspective to evaluate participation process
Objective	Contribution to the development of normative criteria for evaluating models of the participation process.
Case study	Environmental and social impact assessment of the siting of a municipal waste disposal facility in the eastern region of the Canton of Aargau in Switzerland, to demonstrate the applicability of "cooperative discourse".
Summary description	Three criteria (fairness, competence, and social learning) can provide a firm basis for evaluating public participation processes. Evaluating the Cooperative Discourse Application: Criteria of Competence and Fairness - Fairness was the subject of a formal evaluation by project staff. Data were gathered using questionnaires, participant observation techniques, and in-depth interviews with two members of each panel at three different times in the process. Criteria for Social Learning: - Cognitive enhancement is learning- the acquisition of knowledge. Here we include: - learning about the state of the problem (information and knowledge); - learning about the possible solutions and the accompanying consequences (cause-effect relations, predictions); - learning about other peoples' and groups' interests and values (information, explanation); - learning about one's own personal interests (reflection); - learning about methods, tools, and strategies to communicate well and reach agreement (rhetoric, decision theory, small group interaction); - practicing holistic or integrative thinking. Data collection: In every interview, Question and answer formats for learning from experts were extremely popular. - Moral development is a term that highlights how individuals come to be able to make judgments about right and wrong. Developing a sense of self-respect and responsibility to oneself and others, regardless of how these may impact on one's own personal interests or values, and acting accordingly; • being able to take on the perspective of others; • developing skills for moral reasoning and problem solving that enables one to solve conflicts as they arise; • developing a sense of solidarity with the group (adoption of collective interests as one's own); • learning how to integrate new cognitive knowledge into one's opinion of which choice is preferred; and • learning how to cooperate with others in solving collective problems. Data collection: observations, interviews, questionnaires, and results of our process
Key points	The case study is well documented, and the process of applying the participatory approach through the Cooperative Discourse Application is framed within the larger project, where it feeds into the next phase of the project. Illustrates how a social learning perspective can be used to contribute to a thorough evaluation of a public participation programme through the criteria of fairness and competence. It presents a set of questions to consider and attributes associated with each criterion and the methods for collecting information. Emphasises the importance of continuous evaluation throughout the process in order to measure the changes that have taken place in the participants
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Cooperative Discourse Application - Citizens are expected to influence the decision
Process phase	Before- middle – end. Written questionnaires were given to all participants at the beginning of the process (Q1), at the end of the process (Q3), and six months later (Q4). A short questionnaire pertaining to fairness was distributed shortly before the final evaluations were made (Q2).
Limitations	Despite indicating the attributes against which the criteria can be assessed, it is not possible to replicate the evaluation carried out because neither the questions from the questionnaires applied throughout the process nor the interview scripts are available. Evaluates only one characteristic of the process (Fairness) and one characteristic of the Outcome (Social learning)
Reference	Webler, Thomas, Hans Kastenzholz, e Ortwin Renn. «Public participation in impact assessment: a social learning perspective». Environmental impact assessment review 15, n. 5 (1995): 443–63. (Webler, Kastenzholz, e Renn 1995)

#ldb	#02																										
Name of Methodologic	Attributes of successful public involvement as Performance indicators																										
Objective	Develop a set of performance-based indicators for use in evaluating public participation activities in Environmental Management																										
Case study	Public participation activities in Environmental Management, with special emphasis on activities implemented by field offices of Environmental Management (EM) in the Department of Energy (DOE) - United States																										
Summary description	Performance-based evaluations of public participation - an approach, based on combined and integrated multi-stakeholder views on the attributes of successful public participation and associated performance indicators: Interviews to key stakeholder groups - This purposive sample, focusing on types of participants who are typically involved in environmental decision-making processes rather than on representatives of the general public or other social groupings, was selected to provide variation in stakeholder types and to make the most effective and efficient use of research resource. And after written survey to elicit respondent preferences for specific attributes of success and to extract information regarding potentially appropriate performance indicators to use in measuring the extent to which public participation efforts had been successful according to those attributes. Suggested 7 attributes of success and performance indicators to use in future evaluations <table><tr><th>Attribute</th><th>Performance indicator</th><th>Type of indicator</th></tr><tr><td rowspan="2">The decision-making process allows full and active stakeholder representation</td><td>The proportion of all identifiable stakeholder groups that have taken part in public participation efforts; and</td><td>Behavioral</td></tr><tr><td>The mechanisms used to attract, engage, and I maintain the interest of stakeholders throughout the public participation effort</td><td>Behavioral</td></tr><tr><td>The decision-making process is accepted as legitimate by stakeholders</td><td>Participants’ evaluation of the legitimacy of decision-making processes at various stages in the decisions cycle for the EM activity in question</td><td>Perceptual</td></tr><tr><td>DOE and other stakeholders understand each others’ concerns</td><td>Internal and external stakeholders’ ability to identify each others’ concerns and understand the bases of those concerns</td><td>Behavioral</td></tr><tr><td>The public has trust and confidence in DOE and the DOE facility</td><td>The public’s self-reported levels of trust and confidence in DOE and its contractors</td><td>Perceptual</td></tr><tr><td>Key decisions are improved by public participation</td><td>Judgments by internal and external stakeholders that public participation has led to better decisions</td><td>Perceptual</td></tr><tr><td>Key decisions are accepted as legitimate by stakeholders</td><td>Participants’ evaluation of the legitimacy of decisions for a given EM activity</td><td>Perceptual</td></tr><tr><td>DOE’s site-specific mission is accomplished</td><td>The development and implementation of a decision integrating cost, schedule, environmental, safety, and health factors plus other external stakeholder concerns</td><td>Behavioral</td></tr></table> These attributes and indicators were developed using expert and stakeholder involvement and document / literature analysis. Questionnaires were applied to assess which attributes and indicators should be considered.	Attribute	Performance indicator	Type of indicator	The decision-making process allows full and active stakeholder representation	The proportion of all identifiable stakeholder groups that have taken part in public participation efforts; and	Behavioral	The mechanisms used to attract, engage, and I maintain the interest of stakeholders throughout the public participation effort	Behavioral	The decision-making process is accepted as legitimate by stakeholders	Participants’ evaluation of the legitimacy of decision-making processes at various stages in the decisions cycle for the EM activity in question	Perceptual	DOE and other stakeholders understand each others’ concerns	Internal and external stakeholders’ ability to identify each others’ concerns and understand the bases of those concerns	Behavioral	The public has trust and confidence in DOE and the DOE facility	The public’s self-reported levels of trust and confidence in DOE and its contractors	Perceptual	Key decisions are improved by public participation	Judgments by internal and external stakeholders that public participation has led to better decisions	Perceptual	Key decisions are accepted as legitimate by stakeholders	Participants’ evaluation of the legitimacy of decisions for a given EM activity	Perceptual	DOE’s site-specific mission is accomplished	The development and implementation of a decision integrating cost, schedule, environmental, safety, and health factors plus other external stakeholder concerns	Behavioral
Attribute	Performance indicator	Type of indicator																									
The decision-making process allows full and active stakeholder representation	The proportion of all identifiable stakeholder groups that have taken part in public participation efforts; and	Behavioral																									
	The mechanisms used to attract, engage, and I maintain the interest of stakeholders throughout the public participation effort	Behavioral																									
The decision-making process is accepted as legitimate by stakeholders	Participants’ evaluation of the legitimacy of decision-making processes at various stages in the decisions cycle for the EM activity in question	Perceptual																									
DOE and other stakeholders understand each others’ concerns	Internal and external stakeholders’ ability to identify each others’ concerns and understand the bases of those concerns	Behavioral																									
The public has trust and confidence in DOE and the DOE facility	The public’s self-reported levels of trust and confidence in DOE and its contractors	Perceptual																									
Key decisions are improved by public participation	Judgments by internal and external stakeholders that public participation has led to better decisions	Perceptual																									
Key decisions are accepted as legitimate by stakeholders	Participants’ evaluation of the legitimacy of decisions for a given EM activity	Perceptual																									
DOE’s site-specific mission is accomplished	The development and implementation of a decision integrating cost, schedule, environmental, safety, and health factors plus other external stakeholder concerns	Behavioral																									
Key points	Combined and integrated multi-stakeholder views on the attributes of successful public participation and associated performance indicators. Considers the complexity of public participation activities in environmental management. Present Key attributes to use in future evaluations. The most important sources of information in developing performance indicators for the selected attributes, however, were the stakeholders themselves.																										
Type of participation	All																										
Process phase	in the middle and at the end of the programme																										
Limitations	Does not operationalise performance indicators. Untested but deductively developed recommendation, this approach needs the validation that can only be achieved by application.																										
Reference	Carnes, S. A, M Schweitzer, E. B Peelle, A. K Wolfe, e J. F Munro. «Measuring the Success of Public Participation on Environmental Restoration and Waste Management Activities in the U.S. Department of Energy». Technology in Society 20, n. 4 (1 de novembro de 1998): 385–406. https://doi.org/10.1016/S0160-791X(98)00024-4 . (Carnes et al. 1998)																										

#ldb	#03
Name of Methodologic	Evaluating Public Participation Using Social Goals
Objective	Framework for evaluating mechanisms that involve the public in environmental decision-making. It is designed with three objectives in mind: (1) to identify the strengths and weaknesses of a number of different participatory mechanisms—including those favoured by managerial, pluralist, or popular perspectives; (2) to be "objective" in the sense of not taking the perspective of any one party to a decision; and (3) to measure, to the extent feasible, tangible outcomes
Case study	Illustrates how the framework can be applied to one case study in environmental decision-making: the performance of the Restoration Advisory Board at the Fort Ord military base in California.
Summary description	EVALUATING PUBLIC PARTICIPATION USING SOCIAL GOALS Outcome-oriented framework using Six "social" goals that a participatory process should achieved. Considers the 6 social goals as tangible outcomes, and presents a list of questions against which they can be evaluated Goal 1: Inform and Educate the Public - In order to assess achievement of the goal, questions of quantity and quality are important. How many members of the public were actively involved in participatory fora or took advantage of information and access provided to them? What percentage of the wider public was reached through education campaigns, media relations, or interaction with more active participants? Did the active public feel that they had sufficient knowledge to contribute to deliberations and decision-making? Did members of the public understand their role in the participatory process? Was there sufficient time and money available to obtain credible, relevant and, if necessary, independent information? Goal 2: Incorporate Public Values, Assumptions, and Preferences into Decision-making - Relevant questions for measuring the goal include the impact of public input and the scope of the public represented. Was information from the public participation process used to inform or review analyses or decisions? Did the public feel that it had an impact on decisions? Where public input was not incorporated into analyses or decisions, did the relevant agency provide justification which was acceptable to the public? Were all reasonably affected parties

#ldb	#03
	included or represented, particularly those with no formal organization? Did participants reflect the larger "public" they were expected to represent, for example, in terms of socioeconomic criteria? Were there mechanisms to hold participants accountable to the community which they represented? Goal 3: Increase the Substantive Quality of Decisions - Relevant questions concern evidence that decisions were "better" in terms of participant satisfaction and in terms of generating new information. Did the public involvement process clearly increase all parties' satisfaction with the outcome relative to the likely non-participatory outcome? Were new alternatives generated? Were new opportunities for trade-offs or compensation between parties identified? Were relevant new facts revealed that corrected or otherwise clearly improved the technical analysis? Were decisions technically, financially, or otherwise achievable? Goal 4: Foster Trust in Institutions - Trust may be the most difficult goal to measure, partly because it is difficult to define. In some cases, changes in the level of trust may be reported. Often however, indicators of trust have to be imputed from its two components: competence (i.e., the ability to do what is "right") and fiduciary duty (i.e., the will to do what is "right") (DOE, 1993, p. 12). Evidence that the public feels that an agency is capable of, and obliged to, serve the public interest (however defined) can serve as a proxy for trust. Does the public have confidence in the agency's technical abilities? Does the public feel that its interests are the same as the agency's interests, or at least valued by the agency? Would the agency be willing to turn over decision-making authority? Would the public let the agency undertake a similar decision-making process with less public oversight? Goal 5: Reduce Conflict Among Stakeholders - In some cases, there are direct measures of conflict reduction: Did public involvement reduce political or public opposition to the decision as reflected in testimony at public hearings, letters and op-eds in relevant news sources, the level of activism, or political debate? Did it lead to less litigation than a reasonable norm or baseline? If an agreement was reached, was it stable over a reasonable period of time? Were there mechanisms for re-negotiation and discussion as information and situations changed? Concerning relationships with a public agency, did public involvement improve the image of the agency (perceptions of trust, competence, etc.) in such a way that future issues may be easier to deal with? Concerning relationships between other stakeholders: Did public involvement improve or worsen communication and/or cooperation among interested parties during and after the process? Goal 6: Cost-effectiveness - The goal of cost-effectiveness can be considered the goal which constrains the achievement of the first five goals: was the public participation mechanism the most cost-effective way (in terms of money, time, risk, and opportunity cost) of achieving the benefits (in terms of Goals 1 through 5) relative to other mechanisms which reasonably could have been expected to achieve the same results? Was an advisory committee used when a public hearing would have been sufficient? Was a citizen jury convened when public education would have achieved the same goals? The goal argues that public participation programs must earn their keep by producing results--such as education, trust, and conflict reduction--which justify the added effort. The most important step in determining cost-effectiveness is the evaluation of the first five goals, as these define "effectiveness" in our framework. The evaluation is then supported by questions of valuation: How much did the public involvement process cost all participants in terms of time and money? What were the opportunity costs for all participants in terms of shifted resources and delayed action? What costs did the process help avoid?
Key points	It is flexible enough to apply to a wide range of mechanisms. It is objective in the sense of addressing the concerns of "society" rather than those of any specific interest. And, it measures the tangible outcomes related to our social goals. It presents a framework linking the different participation mechanisms and their predisposition to contribute to certain "Social Goals".
Method of evaluation	qualitative
Type of participation	all
Process phase	After the end of the process
Limitations	Theoretical, does not indicate the method of collecting information to answer the questions posed.
Reference	Beierle, Thomas C. « Using Social Goals to Evaluate Public Participation in Environmental Decisions». Review of Policy Research 16, n. 3–4 (1999): 75–103. https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.1999.tb00879.x .

#ldb	#04
Name of Methodologic	Process evaluation of the participatory methodology named VIPP (Visualization in Participatory Programmes)
Objective	Plan and carry out a formative evaluation of VIPP using qualitative methods and secondary quantitative data
Case study	Three years later, a process evaluation was commissioned to examine the question "How has this initiative been accepted and what effect is it having on UNICEF supported programmes in Zambia?" - Three case study
Summary description	Evaluation objectives & framework for this process evaluation of VIPP (Visualization in Participatory Programmes) implementation: - to establish indicators for VIPP in UNICEF supported programmes in Zambia - to plan and carry out a formative evaluation of VIPP, tracking its application in Zambia in three different projects - to determine how UNICEF support for participatory processes has encouraged and influenced others to adopt participatory approaches in their work The framework is built on four levels of enquiry that investigate: Level 1: initial reactions, Level 2: acceptance, Level 3: commitment and Level 4: impact of a training methodology (VIPP) and for each one have a starting question with related indicators and possible sources of information Data collection: - Primary data collection: interviews with key informants + participatory group events - Secondary data collection: document analyses To help evaluated the level 4 were defined a set of Indicators for measuring a (participatory environment: "Empowerment" and "Enabling Environment": the collection of data for theses indicators were incorporated in both the guidelines for individual interviews and in conducting group events during the case study data collection process.
Key points	Define a level of evaluation of a process (set of process) and a key questions to evaluate "The participatory environment" through the empowerment and enabling environment indicators. Having in mind the also the resource involved in the process and also the facilitation process itself.
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Collaborative
Process phase	Formative (3 years after the end of the process).
Limitations	Only subjective approach and data analyse. It not possible replicated. It's a base for an evaluation plan. Its develop for as a tool for social development programming

#ldb	#04
Reference	Wyss, E, B Whitney, e M Betts. «The Promotion of Participatory Methods for Group Events in Zambia: A Process Evaluation Report for Unicef 1994–1997». <i>Evaluation and Program Planning</i> 21, n. 4 (1 de novembro de 1998): 363–75. https://doi.org/10.1016/S0149-7189(98)00027-5 (Wyss, Whitney, e Betts 1998)

#ldb	#05
Name of Methodologic	Measuring Fairness in Citizen Participation – Procedural fairness perceptions
Objective	How citizens perceived the fairness and quality of the process and identify the criteria on which they based their perceptions.
Case study	Case study of the citizen participation processes used by the New York State Department of Environmental Conservation (DEC)when deciding whether to reintroduce moose to New York.
Summary description	A total of 12 criteria were developed (6 related to the Fairness category and 6 related to the judgements about the quality of the process category): - Criteria to the fairness categories, that include the measuring perceptions of: (1)whether DEC was impartial during the process (Impartiality) ; (2) whether DEC was honest during the process(Honesty); (3)whether all citizens ha an equal opportunity to participate in the process (Equal Opportunity) ; (4)whether all important viewpoints were adequately represented during the process (Representation); (5)whether all citizens had the opportunity to voice their opinions during the process(Voice);and (6) whether citizens in influenced the final moose management decision (Influence) - Criteria related in judgments about the quality of the process: - Wisdom category: (7)whether DEC was well informed about moose management and had good reasons for its management recommendations(DEC ’s Knowledge/Reasoning)and (8)whether citizens who commented on the issue were well-informed about it(Citizens Knowledge) - Efficiency category: (9)whether the process was completed for a reasonable cost(Cost)and (10)whether the process was completed in a reasonable amount of time (Time). - Stability category: (11)whether the final management decision was a lasting one(Stable Decision)and (12)whether relationships between stakeholders improved during the process(Relationships) These 12 criteria were measured using a scale containing no more than three items each - The answers to each item were assessed on a 5-point scale, where three 5's means that the respondents totally agree with the statement, three means that the opinion is neutral and three 1's means that the respondents totally disagree with the statement. Analysis of results using statistical methods: - Validity: factor analysis and examined correlations - Reliability: application of cronbach's alpha to the criteria identified in the validity analysis Data collection: questionnaires
Key points	Although the focus is on measuring the fairness of the process, it ends up evaluating other desirable characteristics of a participation process . Inspiring questions adapted to a case of environmental nature. Criteria for measuring the fairness of a process using a survey and analysis scale. Evaluate the a receptivity to Citizen input.
Method of evaluation	Mixed methods (Quantitaive & qualitative)
Type of participation	Citizen participation
Process phase	end of process
Limitations	There are several criteria within the concept of a fairness process that are generally considered to be characteristics of the process itself, such as time, cost, knowledge, etc. i.e. that the fairness of the process will be influenced by the factors identified. The main objective is to measure the fairness of the process and understand which elements influence it, not the evaluation of the process itself.
Reference	Lauber, T BRUCE. «Measuring Fairness in Citizen Participation: A Case Study of Moose Management». <i>Society & Natural Resources</i> 12, n. 1 (1 de janeiro de 1999): 19–37. https://doi.org/10.1080/089419299279867 . (Lauber 1999)

#ldb	#06
Name of Methodologic	A typology of key questions about the evaluation of Environmental Public Participation Programmes
Objective	To encourage further thinking about the evaluation of Environmental Public Participation Programmes raising questions posed by evaluators of social programmes
Case study	-
Summary description	A typology of key questions about the Evaluation of Environmental Public Participation Programmes - Why Evaluate? - Evaluating for Judgement: Summative Evaluation - Evaluation for Ongoing Programme Improvement: Formative Evaluation aimed at improving programmes in progress - Evaluation of Long-term Impacts: Impact Evaluation - used for accountability, impact evaluation, focuses on long-term results of programmes and has the potential to inform major policy decisions and track social learning. Such an evaluation is more difficult conduct because of its cost, a need for commitment over an extended period of time and problems showing that results are caused by a single programme or activity, as opposed to many other variables (Arkin, 1991). - When? - Subsequent to completion of process? - Before and during the process? - What to Evaluate? - Process or Outcome?

#Idb	#06
	○ Evaluation can explore how public participation activities take place, rather than the results (process evaluation) ○ Evaluations can also assess the results of participatory processes (outcome evaluation). • Defining Goals: Evaluators have tried a variety of approaches to deal with the difficulty of defining goals, including user-based, theory-based and goal-free evaluation. d) Who Should Evaluate? • Outsider Evaluations • Participatory Evaluations: Empowerment evaluation”, a form of participatory evaluation “ that goes further than much participatory evaluation because stakeholders conduct all phases of the evaluation, including the gathering and analysis of data . e) How to Evaluate? Researchers suggest that the evaluation of public participation would ideally incorporate both quantitative and qualitative research that complemented each other f) Use of Evaluation: Instead, smaller elements of programmes are more likely to change incrementally and in ways that may be difficult to detect. Evaluators of EP3 should expect the same and may want to increase possible use by including participants in aspects of evaluation g) Data collection.
Key points	Presents a guiding structure for creating a sequence of questions to define the PP evaluation model
Method of evaluation	Absent
Type of participation	all
Process phase	Plan at the beginning of the preference process
Limitations	Only provides the structure of the basic questions to be included in the evaluation, the indications and data sources for each item to be considered
Reference	Caron Chess (2000) Evaluating Environmental Public Participation: Methodological Questions, Journal of Environmental Planning and Management, 43:6, 769-784, DOI: 10.1080/09640560020001674 (Chess 2000)

#Idb	#07																						
Name of Methodologic	Framework for evaluation of an effective public participation																						
Objective	Proposed a number of theoretical evaluation criteria that are essential for effective public participation. These comprise two types: Acceptance criteria and process criteria																						
Case study	Theoretical evaluation of a set of Formalized Public Participation Techniques an example of a case study: Evaluate indicators for participatory decision making in sustainable urban development																						
Summary description	Evaluating Public Participation Methods: Evaluation criteria may be divided into acceptance criteria, which are related to the potential public acceptance of a procedure , and process criteria, which are related to the effective construction and implementation of a procedure <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acceptance Criteria</th><th>Overview of acceptance and process criteria in quality decision making.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>• Representativeness</td><td>• The public participants should comprise a broadly representative sample of the population of the affected public</td></tr> <tr> <td>• Independence</td><td>• The participation process should be conducted in an independent, unbiased way</td></tr> <tr> <td>• Early Involvement</td><td>• The public should be involved as early as possible in the process as soon as value judgments become salient</td></tr> <tr> <td>• Influence</td><td>• The output of the procedure should have a genuine impact on planning and development procedure</td></tr> <tr> <td>• Transparency</td><td>• The process should be transparent so that the public can see what is going on and how decisions are being made</td></tr> <tr> <td>Process Criteria</td><td></td></tr> <tr> <td>• Resources accessibility</td><td>• Public participants should have access to the appropriate resources to enable them to successfully fulfill their brief</td></tr> <tr> <td>• Task definition</td><td>• The nature and scope of the participation task should be clearly defined</td></tr> <tr> <td>• Structured decision making</td><td>• The participation exercise should use/provide appropriate mechanisms for structuring and displaying the decision-making process</td></tr> <tr> <td>• Cost-effectiveness</td><td>• The procedure should in some sense be cost-effective</td></tr> </tbody> </table> Qualitatively evaluates each criterion on a scale of High Moderate Low Variable but often low/not guaranteed. The evaluation is carried out using formal participation methods. Each method is evaluated individually, taking into account its intrinsic characteristics. An example of a case study: Hierarchy and quality of decisions making (Dawodu et al. 2021) Investigate and determine the trends and competencies of participatory indicators incorporated in various Neighborhood Sustainability Assessment Tools (NSATs). Three key systematic processes were involved: 1) Hierarchical categorization of participation: Each participator indicator is compared against the 8 rungs in Arnstein participatory ladder and placed based on the how bets the indicator fits the classification under a specific category. The key method used was Arnstein’s Hierarchal Ladder of Participation, which determines how genuine participatory exercises are through ranking. (Degree of citizen power: 8.Citizen control; 7.Delegated power – Degree pf tokenism: 6.Partnership; 5.Placation; 4.Consultation; 3. Informing – Non Participation: 2.Therapy; 1.Manipulation) 2) Determination of Participatory Quality: Each participatory indicator is compared against two criteria phases developed by Rowe and Frewer (2000). The Phases include the process criteria and the acceptance criteria phase. Thus the participatory indicators are reviewed against these criteria to determine the quality of decision making via the acceptance and process criteria in order to ensure an effective and accepted decision is attained. 3) Credit-based comparison: Allocation of points indicators. Utilizing questionnaires, focus group, interviews, or a combination in point allocation	Acceptance Criteria	Overview of acceptance and process criteria in quality decision making.	• Representativeness	• The public participants should comprise a broadly representative sample of the population of the affected public	• Independence	• The participation process should be conducted in an independent, unbiased way	• Early Involvement	• The public should be involved as early as possible in the process as soon as value judgments become salient	• Influence	• The output of the procedure should have a genuine impact on planning and development procedure	• Transparency	• The process should be transparent so that the public can see what is going on and how decisions are being made	Process Criteria		• Resources accessibility	• Public participants should have access to the appropriate resources to enable them to successfully fulfill their brief	• Task definition	• The nature and scope of the participation task should be clearly defined	• Structured decision making	• The participation exercise should use/provide appropriate mechanisms for structuring and displaying the decision-making process	• Cost-effectiveness	• The procedure should in some sense be cost-effective
Acceptance Criteria	Overview of acceptance and process criteria in quality decision making.																						
• Representativeness	• The public participants should comprise a broadly representative sample of the population of the affected public																						
• Independence	• The participation process should be conducted in an independent, unbiased way																						
• Early Involvement	• The public should be involved as early as possible in the process as soon as value judgments become salient																						
• Influence	• The output of the procedure should have a genuine impact on planning and development procedure																						
• Transparency	• The process should be transparent so that the public can see what is going on and how decisions are being made																						
Process Criteria																							
• Resources accessibility	• Public participants should have access to the appropriate resources to enable them to successfully fulfill their brief																						
• Task definition	• The nature and scope of the participation task should be clearly defined																						
• Structured decision making	• The participation exercise should use/provide appropriate mechanisms for structuring and displaying the decision-making process																						
• Cost-effectiveness	• The procedure should in some sense be cost-effective																						
Key points	The criteria identified are the basis of most published frameworks for evaluation PP																						
Method of evaluation	Qualitative																						
Type of participation	All – Formalized Public Participation Techniques																						
Process phase	End																						
Limitations	In Rowe & Fewer 2000, only considers isolated application of a formalised methods of participation. Needs to develop instruments to measure these criteria more precisely and identify the contextual and environmental factors that will mediate the effectiveness of the different participation methods. The assessments are largely based on the authors opinions. In Dawodu et al 2021, it is difficult to replicated and to understand how and what indicators are applied to the case studies																						
Reference	Rowe, Gene, e Lynn J. Frewer. «Public participation methods: a framework for evaluation». Science, technology, & human values 25, n. 1 (2000): 3–29. (Rowe e Frewer 2000) Dawodu, Ayotunde, Ayyoob Sharifi, Ali Cheshmehzangi, e Jumoke Oladejo. «The Illusion of Participation: Are Participatory Indicators Truly Effective in Neighborhood Sustainability Assessment Tools». Journal of Cleaner Production 311 (15 de agosto de 2021): 127538. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.127538 (Dawodu et al. 2021)																						

#ldb	#08
Name of Methodologic	Potential Agency effectiveness criteria
Objective	Present a set of potential questions that can evaluate effectiveness criteria of participation process
Case study	Public participation initiative promoted by Environmental Agency UK
Summary description	Potential of 14 Agency effectiveness criteria with 44 questions associated: Clarity of objectives: - Are the objectives of the overall participation activity clear both to active and non-active participants, including the limitations of what can be achieved – i.e. is the connection made between purpose, process and outcomes? Clarity of legal process: - Are the legal process and linked processes (e.g. planning) which will influence the decision made clear to all participants, including the limitations but also the responsibilities of these other processes? Potential decision responsiveness: - Is the decision open to amendment if agreed to be appropriate by participants (i.e. the decision has not already been taken?) Clarity of linked processes: - Are all participants provided with information about other linked participatory and information processes which have been, or will be, undertaken by other responsible authorities and by the Agency? - Is the process designed to integrate with rather than duplicate or conflict with other participation activities organised by other authorities? Consensus on agenda and procedures: - Is there sufficient opportunity for participants to have input to the Agenda for discussion and decisions on the procedures to be used including the choice of. - Facilitator/chairman/moderator? If there is no opportunity for participant input prior to commencement of the process, are their opinions sought at start? Consensus on effectiveness: - Is there opportunity for participants to input their own views on what will make the participation process effective and for the criteria to be include in the evaluation? Representativeness: - Are the participants in any participatory process representative of the full range of people and interests potentially affected? - Is the process of identification and selection of any specific participants objective and open? - Is opportunity provided for new or additional participants to take part in the process if identified by others and it is agreed that their participation would be beneficial? Inclusivity: - Are the barriers to participation – physical, social, economic – removed or at least minimised as far as possible? - Is the choice of location, times, venues, etc undertaken with due regard to local circumstances and participants preferences? - Is adequate notice given to participants of the dates and times of any event, and are their views sought on the latter as new events are arranged? - Are appropriate methods used to ensure that those who do not participate directly are made fully aware of the issue, the consultation being undertaken, where information can be obtained and a variety of appropriate opportunities provided by which they may make known their views if they wish to? Transparency: - Is the participation process transparent and open from inception, through operation, to communication of its outcome? - Are the views, both for and against, of the majority and minority acknowledged in the outcome? - Are Agency staff and also officers in other authorities and in the applicant company, who are not directly involve made aware of the participation process? Deliberation: - Are adequate opportunities provided for participants to engage in dialogue, discussion and group interaction? - Are adequate opportunities provided to everyone to put forward their personal opinion if they wish? - Is information provided to ensure that all terms, definitions, technical details, are available to everyone in advance and are clear so enabling people to participate in discussion fully and critically? - Is the technical assessment process sufficiently transparent and open to challenge and to input of alternative assumptions if agreed to be appropriate by participants? - Are adequate opportunities provided for uncertainty inherent in factual information to be acknowledged, explained and discussed? - Are knowledge deficiencies openly acknowledged by the official contributors? - Are opportunities provided for expert knowledge and information to be challenged and claims to be tested through discussion? - Are opportunities provided for other expert knowledge agreed by participants to be relevant to the discussion to be made available to the process and to be considered directly – i.e peer review? - Is sufficient time allocated throughout the process to allow effective deliberation to take place and do participants feel that they have had sufficient time to take part to the extent that they want? - Where questions cannot be answered immediately are adequate arrangements made to ensure that participants receive the information as soon as it is available? - Where it becomes apparent that information or knowledge is missing or insufficient are resources made available for further work or assessment to be undertaken? - Is disagreement acknowledged and dealt with openly, but also managed to ensure that it does not impact adversely on discussion? - Does the process enable participants to improve their own anecdotal and intuitive knowledge by being exposed to relevant experiences (e.g. visits to sites, discussion with people who live close to similar facilities, etc)? Capability: - are all technical experts, organisers and others officials providing input to the process sufficiently skilled as communicators and have received appropriate training? - Are sufficient financial resources allocated to the process? - Does the process have sufficient time allocated within the overall timetable to allow for any unforeseen issues and needs to be dealt with and responded to? Social learning: - Does the process make a difference to participants in terms of their understanding of issue and knowledge gained? - Does the process lead to an improvement in the public availability of information? - Does the process promote understanding of different viewpoints? - Do people enjoy taking part? Actual decision responsiveness: - Does the process add value to the decision? - Are recommendations which represent a consensus of participants and respondents views taken on-board in the decision? - Is the decision communicated to all participants, non-participants and to Agency staff?

#Idb	#08
	- Is an evaluation (preferably independent) of the process completed and the results made known to participants and recorded for input to the design of future processes? Enhancement of trust: - Does the process lead to an enhancement of the Agency's credibility as an environmental regulator and promote trust in its decisions?
Key points	List of questions that can be asked of the project promoter / leader of the participatory component
Method of evaluation	N.A
Type of participation	all
Process phase	end of process
Limitations	theoretical only - it doesn't say how it operationalises or integrates the results. Lack of methods to evaluate each question and information to indicate which criteria could contribute most to the effectiveness of the process.
Reference	Petts, Judith, e Barbara Leach. «130. Evaluating Methods for Public Participation: Literature Review». GOV.UK, 2000. https://www.gov.uk/government/publications/evaluating-methods-for-public-participation-literature-review . (Petts e Leach 2000)

#Idb	#09																												
Name of Methodologic	Qualitative measurement of the Collaborative process - Based on the definition of “collective impact”																												
Objective	Propose a model of analysis and monitoring of the “collaborative processes” which stands behind the tourist enhancement of local assets. Based on the definition of “collective impact”,																												
Case study	Multi-case-study research conducted in some rural villages of Argentina and Italy																												
Summary description	Data Source: Data and information have been collected through different qualitative research techniques: field work, direct observation, and non-standard interviews to key informants. Secondary data such as official statistics and documents have been used too. Analysis: monitoring sheet has been used to rationalize the data. Therefore, the information collected in each case study have been synthesized in a set of indicators extrapolated from the theoretical framework. To make the measurement system as simple as possible, all the variables values are comprised between 0 and 1 and are assigned the same weight. Since it proposes the assessment and measure of complex and qualitative processes rather than the impact of a single intervention, the model suggested cannot help to be widely based on the researchers' discretion. List of 10 variables identifying collaborative processes and calculation methods. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Variables</th><th>Calculation Method and Values</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Integration of the resources:</td><td></td></tr> <tr> <td>a. Integration of different local assets</td><td>0 = no assets; 0.25 = 1 asset; 0.5 = 2 assets; 0.75 = 3 assets; 1 = 4 assets. Depending of the number of assets activated: naturalistic, socio-cultural, rural settlements, agro-food (adapted from [5])</td></tr> <tr> <td>b. Level of integration: from informal to formal</td><td>Presence of collective brands for local products (0 = absence; 1 = presence)</td></tr> <tr> <td>Commitment of the actors:</td><td></td></tr> <tr> <td>c. Level of community involvement</td><td>0 = not involved; 0.5 = partially involved; 1 = fully involved (based on the qualitative evaluation of the case studies)</td></tr> <tr> <td>d. Level of public commitment in the building of the tourist offer</td><td>0 = no commitment; 0.5 = basic support (patronage, sponsorship, promotion); 1 = advanced support (funding, empowerment, direct initiatives)</td></tr> <tr> <td>e. Public/private partnerships</td><td>Presence of public/private partnerships (0 = absence; 1 = presence)</td></tr> <tr> <td>f. Common agenda</td><td>Presence of a common agenda (0 = absence; 1 = presence)</td></tr> <tr> <td>g. Formal organizations among local actors</td><td>Presence of formal organizations, such as tourist associations, producer associations, etc. (0 = absence; 1 = presence)</td></tr> <tr> <td>Level of networking and coordination:</td><td></td></tr> <tr> <td>h. Local support organizations</td><td>0 = absence; 0.5 = basic support (information delivering); 1 = advanced support (supporting infrastructure, project management, facilitation)</td></tr> <tr> <td>i. Networking at extra-local level</td><td>0 = absence; 0.5 = participation in tourist organizations or programs; 1 = participation also in other networks</td></tr> <tr> <td>j. Participation and involvement in the activities promoted by extra-local organizations</td><td>0 = only formal membership; 0.5 = basic participation (branding and standardized promotion); 1 = advanced participation (community empowerment, facilitation, participation in national/international events, organization of local events, marketing, and sale)</td></tr> </tbody> </table> The sum of the single values has contributed to set each village on a Cartesian plan where the x-axis represents the “integration” dimension and the y-axis the “coordination”. (% of the maximum score). The dimension of each point represents a qualitative evaluation of the amount of available place-based resources. The x-axis summarizes the level of integration, moving from fragmentation to integration of the initiatives (resources and actors). The y-axis instead represents the positioning from individual and isolated initiatives to coordination of actors and institutions on different networking levels. x-axis = a+b+c+d+e+f+g y-axis = h+i+j	Variables	Calculation Method and Values	Integration of the resources:		a. Integration of different local assets	0 = no assets; 0.25 = 1 asset; 0.5 = 2 assets; 0.75 = 3 assets; 1 = 4 assets. Depending of the number of assets activated: naturalistic, socio-cultural, rural settlements, agro-food (adapted from [5])	b. Level of integration: from informal to formal	Presence of collective brands for local products (0 = absence; 1 = presence)	Commitment of the actors:		c. Level of community involvement	0 = not involved; 0.5 = partially involved; 1 = fully involved (based on the qualitative evaluation of the case studies)	d. Level of public commitment in the building of the tourist offer	0 = no commitment; 0.5 = basic support (patronage, sponsorship, promotion); 1 = advanced support (funding, empowerment, direct initiatives)	e. Public/private partnerships	Presence of public/private partnerships (0 = absence; 1 = presence)	f. Common agenda	Presence of a common agenda (0 = absence; 1 = presence)	g. Formal organizations among local actors	Presence of formal organizations, such as tourist associations, producer associations, etc. (0 = absence; 1 = presence)	Level of networking and coordination:		h. Local support organizations	0 = absence; 0.5 = basic support (information delivering); 1 = advanced support (supporting infrastructure, project management, facilitation)	i. Networking at extra-local level	0 = absence; 0.5 = participation in tourist organizations or programs; 1 = participation also in other networks	j. Participation and involvement in the activities promoted by extra-local organizations	0 = only formal membership; 0.5 = basic participation (branding and standardized promotion); 1 = advanced participation (community empowerment, facilitation, participation in national/international events, organization of local events, marketing, and sale)
Variables	Calculation Method and Values																												
Integration of the resources:																													
a. Integration of different local assets	0 = no assets; 0.25 = 1 asset; 0.5 = 2 assets; 0.75 = 3 assets; 1 = 4 assets. Depending of the number of assets activated: naturalistic, socio-cultural, rural settlements, agro-food (adapted from [5])																												
b. Level of integration: from informal to formal	Presence of collective brands for local products (0 = absence; 1 = presence)																												
Commitment of the actors:																													
c. Level of community involvement	0 = not involved; 0.5 = partially involved; 1 = fully involved (based on the qualitative evaluation of the case studies)																												
d. Level of public commitment in the building of the tourist offer	0 = no commitment; 0.5 = basic support (patronage, sponsorship, promotion); 1 = advanced support (funding, empowerment, direct initiatives)																												
e. Public/private partnerships	Presence of public/private partnerships (0 = absence; 1 = presence)																												
f. Common agenda	Presence of a common agenda (0 = absence; 1 = presence)																												
g. Formal organizations among local actors	Presence of formal organizations, such as tourist associations, producer associations, etc. (0 = absence; 1 = presence)																												
Level of networking and coordination:																													
h. Local support organizations	0 = absence; 0.5 = basic support (information delivering); 1 = advanced support (supporting infrastructure, project management, facilitation)																												
i. Networking at extra-local level	0 = absence; 0.5 = participation in tourist organizations or programs; 1 = participation also in other networks																												
j. Participation and involvement in the activities promoted by extra-local organizations	0 = only formal membership; 0.5 = basic participation (branding and standardized promotion); 1 = advanced participation (community empowerment, facilitation, participation in national/international events, organization of local events, marketing, and sale)																												
Key points	Allows comparison between different cases and studies																												
Method of evaluation	yes																												
Type of participation	Collaborative ongoing processes																												
Process phase	Collaborative ongoing processes																												
Limitations	It is customised for processes related to rural tourism and territorial planning.																												
Reference	Chiodo, Emilio, Héctor Luis Adriani, Fernando Pablo Navarro, e Rita Salvatore. «Collaborative Processes and Collective Impact in Tourist Rural Villages—Insights from a Comparative Analysis between Argentinian and Italian Cases». Sustainability 11, n. 2 (janeiro de 2019): 432. https://doi.org/10.3390/su11020432 . (Chiodo et al. 2019)																												

#ldb	#10																														
Name of Methodologic	A framework to guide the design of evaluation of participatory research																														
Objective	Adopting a framework to evaluate the processes of participatory research and the extent to which these literatures (participatory research and evaluation) might contribute to sustainability science.																														
Case study	Case study of participatory sustainability science research and indicates how the evaluation provided some pertinent lessons for future processes.																														
Summary description	This framework has many similarities with the AIRP-SD evaluation framework for research on sustainable development innovations (Hinterberger et al., 2003), which emphasises the connection between research outcomes, research design and process, and research context 1) Four important distinctions — specifically bounding the topic, timing, purpose and focus — need to be considered when designing an evaluation process. Bounding: Evaluation must begin by clearly delineating the objective of the participatory research and of the evaluation itself. Timing: - Ex ante evaluation considers the policy, project or program prior to its implementation. - Process evaluation, - this focuses on how the outcome is produced rather than the outcome itself in order to improve the processes and build on strengths. - Ex post evaluation determines the effects of the policy, project or program and is undertaken to demonstrate outcomes and to improve the design of future processes. Purpose and Focus: Formative and summative evaluations also indicate the purpose and focus of the evaluation Purpose: Evaluation has four purposes: proving (illustrating efficiency or value); controlling (monitoring quality control); improving (reaching objectives) and learning (transforming the individual participant). Focus: The focus of the evaluation can be strategic to investigate whether the process achieves the intended results in line with the project or organisation's overall objectives; or operational to monitor the timing, costs and quality of the planned activities (Holloway, 2001; Martin, 2001). The focus also has implications for the evaluation process. 2) Evaluation criteria In many instances the same criteria could be used to measure both process and outcome, depending on the purpose, focus and especially the timing of the evaluation. 3) Methods and data collection The choice of evaluation methods depends on the objective and focus of the research project. Operationalisation through interviews: Interview questions and directions to researchers Evaluating Participatory Research Project: - First series of questions: clarifying the nature of your involvement - Second series of questions: perceived impact - Impact on group involved - Shire and general impacts - Third series of questions: benefits and challenges of the process <table border="1"> <thead> <tr> <th>Criteria</th><th>Method & data source</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Process</td><td></td></tr> <tr> <td>Champion/leadership Internal leadership and champions and the role of the critical outside</td><td>Interviews; field notes</td></tr> <tr> <td>Communication The quality and flow of information to participants</td><td>Interviews; analysis of project objectives and meeting minutes</td></tr> <tr> <td>Conflict resolution Degree of conflict between participants; resolution during the process; could include quality of decision making</td><td>Interviews; field notes</td></tr> <tr> <td>Influence on the process Participant's opportunity and capacity to influence (could include resource issue)</td><td>Interviews</td></tr> <tr> <td>Context</td><td></td></tr> <tr> <td>Political, social, cultural, historical, environmental context in which the process/project occurs</td><td>Interviews; media analysis; meeting minutes; archival documents field notes</td></tr> <tr> <td>Outcomes</td><td></td></tr> <tr> <td>Accountability Whether the participant's core constituencies are satisfied; also the perceived legitimacy of the process</td><td>Analysis of meeting minutes and reports to stakeholders; interviews</td></tr> <tr> <td>Capacity building Developing relationships and skills so that participants can take part in future processes</td><td>Interviews</td></tr> <tr> <td>Emergent knowledge Influence of local knowledge on the outcome of the research</td><td>Analysis of conference papers, proposals, reports and meeting minutes; interviews</td></tr> <tr> <td>Recognised impacts Perceptions of changes due to participatory research</td><td>Analysis of archival documents and reports; interviews</td></tr> <tr> <td>Social learning Change in individual values and behaviour due to collaboration, in turn influencing collective culture and norms</td><td>Interviews</td></tr> <tr> <td>Transparency Both internal, whereby participants understand how decisions are made; and external, whereby observers can audit the process</td><td>Analysis of meeting minutes and reports to stakeholders; interviews; field notes</td></tr> </tbody> </table> 4) Analysis 5) Feeding back the results	Criteria	Method & data source	Process		Champion/leadership Internal leadership and champions and the role of the critical outside	Interviews; field notes	Communication The quality and flow of information to participants	Interviews; analysis of project objectives and meeting minutes	Conflict resolution Degree of conflict between participants; resolution during the process; could include quality of decision making	Interviews; field notes	Influence on the process Participant's opportunity and capacity to influence (could include resource issue)	Interviews	Context		Political, social, cultural, historical, environmental context in which the process/project occurs	Interviews; media analysis; meeting minutes; archival documents field notes	Outcomes		Accountability Whether the participant's core constituencies are satisfied; also the perceived legitimacy of the process	Analysis of meeting minutes and reports to stakeholders; interviews	Capacity building Developing relationships and skills so that participants can take part in future processes	Interviews	Emergent knowledge Influence of local knowledge on the outcome of the research	Analysis of conference papers, proposals, reports and meeting minutes; interviews	Recognised impacts Perceptions of changes due to participatory research	Analysis of archival documents and reports; interviews	Social learning Change in individual values and behaviour due to collaboration, in turn influencing collective culture and norms	Interviews	Transparency Both internal, whereby participants understand how decisions are made; and external, whereby observers can audit the process	Analysis of meeting minutes and reports to stakeholders; interviews; field notes
Criteria	Method & data source																														
Process																															
Champion/leadership Internal leadership and champions and the role of the critical outside	Interviews; field notes																														
Communication The quality and flow of information to participants	Interviews; analysis of project objectives and meeting minutes																														
Conflict resolution Degree of conflict between participants; resolution during the process; could include quality of decision making	Interviews; field notes																														
Influence on the process Participant's opportunity and capacity to influence (could include resource issue)	Interviews																														
Context																															
Political, social, cultural, historical, environmental context in which the process/project occurs	Interviews; media analysis; meeting minutes; archival documents field notes																														
Outcomes																															
Accountability Whether the participant's core constituencies are satisfied; also the perceived legitimacy of the process	Analysis of meeting minutes and reports to stakeholders; interviews																														
Capacity building Developing relationships and skills so that participants can take part in future processes	Interviews																														
Emergent knowledge Influence of local knowledge on the outcome of the research	Analysis of conference papers, proposals, reports and meeting minutes; interviews																														
Recognised impacts Perceptions of changes due to participatory research	Analysis of archival documents and reports; interviews																														
Social learning Change in individual values and behaviour due to collaboration, in turn influencing collective culture and norms	Interviews																														
Transparency Both internal, whereby participants understand how decisions are made; and external, whereby observers can audit the process	Analysis of meeting minutes and reports to stakeholders; interviews; field notes																														
Key points	Could be used for ex ante, formative or summative evaluation, and in a participatory manner if required, as the framework is designed to provoke ongoing reflection about design choices at each stage.																														
Method of evaluation	Qualitative																														
Type of participation	Participatory research																														
Process phase	Ideally it should be planned at the beginning of the process, but it can be applied at any time during the process.																														

#Idb	#10
Limitations	The weaknesses of the framework relate to its utility, as it requires some familiarity with the principles and underlying theory in order to make informed choices at these stages, although the authors believe that a recipe book approach is inappropriate in the context of Process Research evaluation.
Reference	Blackstock, K.L., G.J. Kelly, e B.L. Horsey. «22. Developing and Applying a Framework to Evaluate Participatory Research for Sustainability». <i>Ecological Economics</i> 60, n. 4 (fevereiro de 2007): 726–42. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.05.014 . (Blackstock, Kelly, e Horsey 2007)

#Idb	#11
Name of Methodologic	Participatory evaluation (PE) of a Participatory Action Research (PAR) project
Objective	The process of enabling youth to participate to their fullest ability in an evaluation of a PAR project, where adolescent co-evaluators were actively involved in the design, implementation, data collection, analysis, and use of results.
Case study	Project called Youth Voices - collaboration of university researchers, community organizations, and three youth communities.
Summary description	Data collection: Drawing on an analysis of feedback questionnaires from the evaluation team members, minutes and flip chart notes from team meetings, and the researcher's experiences and observations, the authors reflect on the process of enabling youth to participate to their fullest ability in a participatory evaluation. Participatory evaluation Design Burke's (1998) model of participatory evaluation is used as a framework to guide discussions. Steps of PE provides guiding framework: (a) deciding to do it: The research team decided on a participatory outcome evaluation: (1) to remain consistent with the tenets of PAR used in the project, (2) to build the youth participants' skills and capacity in evaluation, and 3) to better ensure the evaluation would be meaningful and useful for the participants. As mentioned, the PE was situated in the Research, Reflect, and Reward component of the project; (b) assembling the team; (c) making a plan: The teams developed two types of evaluation tools, one geared to the youth participants and one geared to the facilitators, both of which could be used in either focus group or interview formats. Typically, project evaluation for each community focused on the following key topics: strengths and limitations with respect to the project, group process, decision-making, action project, skills, resources, and supports. (d) collecting the data: The researcher developed and conducted interactive training workshops on face-to-face interviewing (e) synthesizing, analysing, and verifying the data; (f) developing action plans for the future; and (g) controlling and using the outcomes and reports. After data collection, it took a few months to complete qualitative analysis and submit the results reports to the stakeholders. The evaluators were the youth involved in the project - adolescent co-evaluators were actively involved in the design, implementation, data collection, analysis, and use of results. Project called Youth Voices - collaboration of university researchers, community organizations, and three youth communities through a six-phase model (EIPARS), is a cyclical model that guides youth through the 6 phases When the EIPARS model for Youth Voices was developed, a protocol for the evaluation of project outcomes was incorporated to measure the success of the project.
Key points	it's possible to evaluate a participatory approach with other participatory approach using the same participants
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Participatory Action Research
Process phase	During or after each group's community action projects.
Limitations	Confidentiality and Bias in Participatory Evaluation – Could put participants in an awkward position because the anonymity often characteristic of other more traditional approaches to evaluation research is absent. This presents unique challenges in terms of both confidentiality and the avoidance of “bias,” issues that may find especially challenging. The issues explored suggest that there are limitations to strictly adhering to the theory of PE for a participatory action research project with youth in a community context. PE calls upon community members to micro-manage all aspects of a complex evaluation process, which can become overwhelming and ultimately disempowering. The potential for youth co-evaluators to feel overburdened by the responsibilities of managing process details and committing their time to the evaluation must be openly acknowledged and sensitively addressed by practitioners.
Reference	Chen, Sandra, Blake Poland, e Harvey A. Skinner. «Youth Voices: Evaluation of Participatory Action Research». <i>Canadian Journal of Program Evaluation</i> 22, n. 1 (março de 2007): 125–50. https://doi.org/10.3138/cjpe.022.006 . (Chen, Poland, e Skinner 2007)

#Idb	#12																								
Name of Methodologic	Theory-driven evaluation criteria derived from participation goals																								
Objective	Explore relevant research questions to provide a broad description of participation evaluation in planning practice across the United States.																								
Case study	Results of a questionnaire application across the United States																								
Summary description	General framework for assessing evaluation based on a typology of theory-driven evaluation criteria. These criteria are derived from the multiple possible goals of participation: (1) process-based: as mutual learning and strengthening democratic processes: that the process is transparent and inclusive, that participants understand issues and feel respected, and that the agency hears public input; (2) outcome-based goals: finding solutions, improving governance (e.g., the legitimacy of institutions and decisions, implementation of decisions), and social outcomes (e.g., enhancing trust, social networks, and capital); and (3) user-based goals: as participants' satisfaction <table border="1"> <thead> <tr> <th>Goals of participation</th><th>evaluation criteria</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Process-Based Goals</td></tr> <tr> <td><i>Mutual Learning</i></td><td></td></tr> <tr> <td>Increase public awareness</td><td>Participants and general public are informed about issue, stakes, and decision-making processes.</td></tr> <tr> <td>Increase agency awareness of public views</td><td>Agency is aware of public views, concerns, and preferences.</td></tr> <tr> <td><i>Democratic Process</i></td><td></td></tr> <tr> <td>Transparency</td><td>Public understands decision-making process. Information about issues and process is available.</td></tr> <tr> <td>Inclusiveness</td><td>Broad attendance. All stakeholders and views are given standing, expressed, heard, respected, and considered.</td></tr> <tr> <td>Fairness and power sharing</td><td>Fair ground rules, decision making, solutions, and implementation. No dominating group. Shared decision-making power (e.g., through binding agreements). How process fares on Arnstein's ladder of citizen participation.</td></tr> <tr> <td colspan="2">Outcome-Based Goals</td></tr> <tr> <td><i>Issue-Related Outcomes</i></td><td></td></tr> <tr> <td>Meet statutory requirements</td><td>Requirements met.</td></tr> </tbody> </table>	Goals of participation	evaluation criteria	Process-Based Goals		<i>Mutual Learning</i>		Increase public awareness	Participants and general public are informed about issue, stakes, and decision-making processes.	Increase agency awareness of public views	Agency is aware of public views, concerns, and preferences.	<i>Democratic Process</i>		Transparency	Public understands decision-making process. Information about issues and process is available.	Inclusiveness	Broad attendance. All stakeholders and views are given standing, expressed, heard, respected, and considered.	Fairness and power sharing	Fair ground rules, decision making, solutions, and implementation. No dominating group. Shared decision-making power (e.g., through binding agreements). How process fares on Arnstein's ladder of citizen participation.	Outcome-Based Goals		<i>Issue-Related Outcomes</i>		Meet statutory requirements	Requirements met.
Goals of participation	evaluation criteria																								
Process-Based Goals																									
<i>Mutual Learning</i>																									
Increase public awareness	Participants and general public are informed about issue, stakes, and decision-making processes.																								
Increase agency awareness of public views	Agency is aware of public views, concerns, and preferences.																								
<i>Democratic Process</i>																									
Transparency	Public understands decision-making process. Information about issues and process is available.																								
Inclusiveness	Broad attendance. All stakeholders and views are given standing, expressed, heard, respected, and considered.																								
Fairness and power sharing	Fair ground rules, decision making, solutions, and implementation. No dominating group. Shared decision-making power (e.g., through binding agreements). How process fares on Arnstein's ladder of citizen participation.																								
Outcome-Based Goals																									
<i>Issue-Related Outcomes</i>																									
Meet statutory requirements	Requirements met.																								

#ldb	#12																														
	<table> <tr> <td>Find solution, reach consensus</td><td>Acceptable solution found.</td></tr> <tr> <td>Improve quality of decision</td><td>Decision integrates broad knowledge base and public input.</td></tr> <tr> <td><i>Governance Outcomes</i></td><td></td></tr> <tr> <td>Increase legitimacy of agency</td><td>Agency and officials seen as legitimate by participants and general public.</td></tr> <tr> <td>Increase legitimacy, acceptability of decisions</td><td>Assessment of implementation, level of opposition/ acceptance of decision.</td></tr> <tr> <td>Avoid or mitigate conflict</td><td>Presence/absence and degree of conflict.</td></tr> <tr> <td>Facilitate implementation of solution</td><td>Solution implemented.</td></tr> <tr> <td><i>Social Outcomes</i></td><td></td></tr> <tr> <td>Build institutional capacity, resilience</td><td>Community capacity to participate and act in the future</td></tr> <tr> <td>Increase trust in planning agencies</td><td>Agency seen as responsive to public input, committed, and capable to implement decisions.</td></tr> <tr> <td>Build social networks, mutual, understanding among participants, social capital, sense of citizenship</td><td>Participants feel included in governance build trust and lasting relationships (among themselves and with administrators), understand and are committed to the public good identified.</td></tr> <tr> <td>Improve outcomes for most disenfranchised</td><td>Distribution of the costs and benefits of outcomes.</td></tr> <tr> <td><i>User-Based Goals</i></td><td></td></tr> <tr> <td>Participants satisfied</td><td>Overall satisfaction, satisfaction with process and outcomes.</td></tr> <tr> <td>Other goals defined by participants</td><td>Criteria depend on participants' goals.</td></tr> </table>	Find solution, reach consensus	Acceptable solution found.	Improve quality of decision	Decision integrates broad knowledge base and public input.	<i>Governance Outcomes</i>		Increase legitimacy of agency	Agency and officials seen as legitimate by participants and general public.	Increase legitimacy, acceptability of decisions	Assessment of implementation, level of opposition/ acceptance of decision.	Avoid or mitigate conflict	Presence/absence and degree of conflict.	Facilitate implementation of solution	Solution implemented.	<i>Social Outcomes</i>		Build institutional capacity, resilience	Community capacity to participate and act in the future	Increase trust in planning agencies	Agency seen as responsive to public input, committed, and capable to implement decisions.	Build social networks, mutual, understanding among participants, social capital, sense of citizenship	Participants feel included in governance build trust and lasting relationships (among themselves and with administrators), understand and are committed to the public good identified.	Improve outcomes for most disenfranchised	Distribution of the costs and benefits of outcomes.	<i>User-Based Goals</i>		Participants satisfied	Overall satisfaction, satisfaction with process and outcomes.	Other goals defined by participants	Criteria depend on participants' goals.
Find solution, reach consensus	Acceptable solution found.																														
Improve quality of decision	Decision integrates broad knowledge base and public input.																														
<i>Governance Outcomes</i>																															
Increase legitimacy of agency	Agency and officials seen as legitimate by participants and general public.																														
Increase legitimacy, acceptability of decisions	Assessment of implementation, level of opposition/ acceptance of decision.																														
Avoid or mitigate conflict	Presence/absence and degree of conflict.																														
Facilitate implementation of solution	Solution implemented.																														
<i>Social Outcomes</i>																															
Build institutional capacity, resilience	Community capacity to participate and act in the future																														
Increase trust in planning agencies	Agency seen as responsive to public input, committed, and capable to implement decisions.																														
Build social networks, mutual, understanding among participants, social capital, sense of citizenship	Participants feel included in governance build trust and lasting relationships (among themselves and with administrators), understand and are committed to the public good identified.																														
Improve outcomes for most disenfranchised	Distribution of the costs and benefits of outcomes.																														
<i>User-Based Goals</i>																															
Participants satisfied	Overall satisfaction, satisfaction with process and outcomes.																														
Other goals defined by participants	Criteria depend on participants' goals.																														
Key points	Evaluation criteria derived from the multiple possible goals of participation																														
Method of evaluation	Mixed Methods																														
Type of participation	Workshop; Public Meeting ; Taskforce; Public Hearing; All mechanisms - In the field of territorial planning																														
Process phase	Ex post																														
Limitations	It doesn't operationalise. Results from the large-scale application of a questionnaire on evaluation practices in territorial planning.																														
Reference	Laurian, Lucie, e Mary Margaret Shaw. «Evaluation of public participation: The practices of certified planners». Journal of planning education and research 28, n. 3 (2009): 293–309. (Laurian e Shaw 2009)																														

#ldb	#13		
Name of Methodologic	Public Participation Best Practices Principles as criteria for evaluating the quality of public participation - SMART criteria		
Objective	This paper is an attempt to assess the theoretical and practical applicability of the Public Participation Best Practices Principles (PPBPP) as criteria for evaluating the quality of practices of public participation in impact assessment.		
Case study	Framework to evaluate Visual Problem Appraisal (VPA) practices		
Summary description	Good quality criteria for evaluation are said to be SMART criteria. SMART stands for: Specific: Do you know who, what, when and where something has to be accomplished? ; Measurable: Are you able to assess your progress? ; Attainable/Appropriate: Is your goal within your reach given your current situation? ; Realistic/Relevant: Is your goal relevant towards your purpose? ; Timely/Tangible: What is the deadline for completing your goal? Use the definition of good PP practice objectives that the Basic Principles stated are: - Cooperative - Well adapted to context - Adaptive and communicative - Informative and proactive - Inclusive and equitable - Educative – Imputable), as criteria for evaluation. List of fifteen criteria that should be operationalized in a SMART way in order to allow for assessment and comparison of different practices, The third column gives the dimensions in which they can be expressed. Each of the criteria is evaluated (yes/no/"Partly") and Not applicable		
	criterion	Operationalization (in a SMART way)	Dimensions (unit)
	Cooperative	During the process the balance between proponents and opponents should change; more people should support the proposed action and less people should object	Ratio proponents/opponents
	Respect culture of community	Way of addressing, handling and organizing should be adapted to the culture of a community	Involvement of local people in the organization of PP activity
	Respect values of community	No discussion on the core values and beliefs of a community	Absence of criticism or negative comments in all outings
	Respect for social institutions	Active cooperation with local formal and informal leaders	Involvement of local people in organization of PP activity
	Consideration of demographics	Involvement of all part taking age groups	Age groups actively addressed and/or involved
	Consideration of differences in power	Involve representatives from all participating and effected power levels	Social map
	Consideration of different values and interests	Involvement of all stakeholders, either having a stake in the project or being affected by it	Stakeholders map
	Meaningful involvement	Determination of the level to which stakeholder information and concerns are taken into account	Listing of information and concerns of stakeholders in the project report/EIA documents
	Early information	Determination of the stage of the process during which stakeholders are involved	First moment of contact and information provision
	All interests respected	Mapping of all interests and cost and benefits of proposed change should be assigned to stakeholder groups	Listing of the distributions of costs and benefits
	Equity between generations	Addressing sustainability and long term impacts	Long-term effects in report
	Mutual respect	Core values should be honored	Statement on core values
	Mutual understanding	Social learning should be pursued	Explicit attention for deviant perspectives
	Improved proposal	Changes in the documents based on or as a reaction to stakeholder input or concerns	Changes in report listed
Results accounted for	Changes instigated by the participation made explicit in report	Changes in report listed	
Key points	Gives guidelines for an easily applicable standardisation for the qualitative evaluation of a process. Advantage of the SMART criteria is that they relate to a number of important aspects in planning and executing PP activities - they make the organizer of a public participation accountable for a good quality practice and they provide a structure to ensure transparency.		
Method of evaluation	Qualitative analysis (yes/no/"Partly") and Not applicable - document analysis		
Type of participation	all		

#ldb	#13
Process phase	Ex-post
Limitations	Some of the criteria were considered not applicable to the case study. And what is the limit of criteria that have to be evaluated with 'yes' to be considered a 'Good' participation process?
Reference	Witteveen, Loes, B. Enserink, e Rico Lie. (2009) «Performance indicators for public participation». https://www.academia.edu/24192544/Performance_indicators_for_public_participation . (Witteveen, Enserink, e Lie, 2009)

#ldb	#14
Name of Methodologic	Q method as a tool for conducting formative evaluations
Objective	Q method is a promising tool for conducting formative evaluations
Case study	Q method to demonstrate how to conduct formative evaluation of the cleanup of two contaminated industrial sites in the United States.
Summary description	Introducing Q Method: is a technique for revealing shared viewpoints that exist on an issue or topic: 1. It begins by selecting a sample of statements about an issue of interest and a group of people with clearly different opinions, who are asked to express their opinions about the statements by rank ordering them. Note: in the case study, the selection of statements was based on transcripts of interviews with participants 2. This creates a "Q sort" for each person. 3. The Q sorts are factor analyzed to find patterns in how statements are related. 4. Each pattern is presented as a perspective on the issue. Q method uses an "inverted factor analysis" to find patterns in the ways people sort the statements. 5. A Q factor analysis correlates people's Q sorts across the sample of Q statements, rather than the usual correlation of statements across a sample of people (the normal approach in survey research, which the Q literature calls "r" studies, after Pearson's product-moment correlation coefficient). Using a defined set of statements and factor analysis gives Q method some advantages over qualitative methods for identifying viewpoints. Because the found perspectives are all comprised of the same Q statements, they can be compared more consistently than findings from qualitative discourse analysis. Data collection: analyse of interview transcription: Interested readers will find valuable information at http://www.qmethod.org. 2. Our website includes (a) a guidance document for practitioners (http://www.seri-us.org/pubs/QMethodGuidance.pdf),
Key points	Q method allows participants to express their viewpoints with minimal researcher interference. It also forces people to prioritize their preferences. A Q study clarifies areas of agreement and disagreement. the methodology itself is replicable.
Method of evaluation	Mixed method
Type of participation	Public participation – don't discriminate the level of participation
Process phase	Ongoing
Limitations	Q method also has weaknesses. Often evaluators will want to know how prevalent a point of view is in a population. A survey is much more appropriate method to answer this question. Q method can miss important social perspectives if the people participating do not fully represent the views held in the population of interest. Q studies limit people's expression to the preselected Q statements. They also lack the advantage of peer stimulation that a focus group has. Finally, Q method requires a moderate amount of effort, but demands experienced researchers to do the analysis.
Reference	Stentor Danielso, Thomas Webler & Seth P. Tuler (2009) Using Q Method for the Formative Evaluation of Public Participation Processes, Society & Natural Resources, 23:1, 92-96, DOI: 10.1080/08941920802438626. (Danielson, Webler, e Tuler 2009)

Idb	#15											
Name of Methodologic	Participatory Impact Pathways Analysis (PIPA) workshop											
Objective	Participatory Impact Pathways Analysis (PIPA) is a practical approach to planning, monitoring and evaluation, developed for use with complex research-for-development projects.											
Case study	Challenge Program on Water & Food (CPWF) projects - agricultural research											
Summary description	PIPA begins with a workshop to develop a project or programme outcomes logic model and identify outcome targets and milestones that are the basis for Monitoring an Evaluation (M&E) . can produce two models: - Outcome Logical Model <table><tr><td>Actor (or group of actors who are expected to change in the same way)</td><td>Change in practice required to achieve the project's vision</td><td>Change in KAS¹ required to support this change</td><td>Project strategies² to bring about these changes in KAS and practice</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> ¹ knowledge, attitude, and skills. ² Project strategies include developing project outputs (for example, knowledge, technology) with stakeholders, capacity building, communication, political lobbying. - Impact logic model If the project wishes to carry out ex-ante impact assessment, or set the foundations for ex-post impact assessment, then the workshop facilitators produce an impact logic model which shows how the outcomes described in the outcomes logic model are likely to play out to broader, higher-order impacts. The workshop begins with participants developing a problem tree which links the problems that the project is directly addressing with the social, environmental, and economic conditions that it wishes to improve. To connect the linear model with the network perspective, participants construct a vision of success in which they imagine what the following classes of stakeholder will do differently after the project: - next users – the users of project outputs; - end users – the groups with whom the next users work; - politically important people and organisations who can help to facilitate the project;				Actor (or group of actors who are expected to change in the same way)	Change in practice required to achieve the project's vision	Change in KAS ¹ required to support this change	Project strategies ² to bring about these changes in KAS and practice				
Actor (or group of actors who are expected to change in the same way)	Change in practice required to achieve the project's vision	Change in KAS ¹ required to support this change	Project strategies ² to bring about these changes in KAS and practice									

Idb	#15
	4. the project implementers themselves. Next, participants draw a 'now' network map, showing current key relationships between stakeholders, and a 'future' network map, showing how stakeholders should link together to achieve the vision. M&E requires that the predictions made in the outcomes logic model be made SMART (specific, measurable, attributable, realistic, and time-bound), so that project staff and stakeholders can know whether or not predictions are being realised. The next step in developing an M&E plan is to identify outcome targets, and milestones towards achieving them. Outcome targets are 'stretch' targets, in that they should be possible to achieve but difficult, while the milestones are progress markers. Developed the Learning Selection Change (LSC) model to explain how scaling-out and scaling-up processes occur as a result of project activities in most of the impact logic models
Key points	PIPA describes project (or programme) impact pathways in two ways: 1. A problem or objectives tree which describes the linear logic, showing that the project, if it helps to solve certain problems, will contribute to solving others and so eventually achieve its goal. 2. Network maps, showing how the actors involved work together, influence each other, and influence the general environment for the new knowledge or technology being developed. PIPA stretches participants to predict how project outcomes can lead to social, economic, and environmental impacts. We constructed these models as a form of ex-ante impact assessment, but they also provide the longer-term impact hypotheses required for ex-post impact assessment.
Method of evaluation	Mixed Method
Type of participation	Ativa
Process phase	at the beginning, middle, and end of projects.
Limitations	It's a 2-3 day workshop that provides a tool/structure for generating an evaluation plan with process owners. Not to implement the plan itself
Reference	Sophie Alvarez, Boru Douthwaite, Graham Thiele, Ronald Mackay, Diana Córdoba & Katherine Tehelen (2010) Participatory Impact Pathways Analysis: a practical method for project planning and evaluation, Development in Practice, 20:8, 946-958, DOI: 10.1080/09614524.2010.513723 (Alvarez et al. 2010)

#Idb	#16
Name of Methodologic	Evaluation framework for e-participation in the legislation formation process
Objective	Framework that has been developed for evaluating a number of e-participation pilots in the legislation development processes of parliaments.
Case study	Number of e-participation pilots in the legislation formation processes of the national parliaments of Austria, Greece and Lithuania as part of the LEX-IS project) (www.lex-is.eu) of the 'eParticipation' Preparatory Action of the European Commission.
Summary description	The framework is based on the objectives and basic characteristics of 'traditional' public participation, e-participation and the legislation development processes, as well as the existing frameworks for the evaluation of Information Systems (ISs), e-participation and traditional public participation. It includes three perspectives: process, system and outcomes evaluation; each of them is analysed into a number of evaluation criteria. A framework for evaluating e-participation in the legislation formation process The proposed framework for evaluating e-participation in the legislation formation processes of parliaments is organised around three evaluation perspectives: • Process (PRO) • System (SYS) • Outcomes (OUT). Each of them includes a number of evaluation criteria, which can be analysed further into sub-criteria, etc. It assesses all the three basic dimensions of both 'traditional public participation' and e-participation according to OECD (information provision, consultation and active participation) in the legislation formation context. The Process (PRO) perspective aims to assess the process that has been followed in the particular e-participation project. Evaluation criteria of the process perspective: • PRO1: Clarity of objectives • PRO2: Clarity concerning the participants and the roles and responsibilities of each • PRO3: Clarity concerning the main political sponsor • PRO4: Adequacy of time • PRO5: Adequacy of resources (human, technical, financial) • PRO6: Appropriate promotion to potential participants • PRO7: Participants' personal data protection • PRO8: Quantity and quality of the background information provided to the participants (how complete, objective, correct, reliable, relevant, useful and clear/understandable this information was) • PRO9: Quality of the facilitator/moderator • PRO10: Analysis of contributions of participants • PRO11: Publication of the results and conclusions of the analysis of contributions • PRO12: Feedback to the participants concerning how their contributions will be (or have been) used and integrated in the Parliamentary decision-making process • PRO13: Commitment of the competent politicians and public servants • PRO14: Adequacy of the whole e-participation project design • PRO15: The time required to complete the process in relation to the time previously needed • PRO16: The multiplicity of channels for participation provided to stakeholders The System (SYS) perspective aims to assess the ICT system that has been used in the particular e-participation project. Evaluation criteria of the system perspective: • SYS1: Appropriateness of the ICT system for engaging the targeted participants • SYS2: General ease of use of the ICT system by the participants • SYS3: Organisation, simplicity and clarity of screens • SYS4: Simple error handling • SYS5: User control of the pace of interaction • SYS6: Easy reversal of actions

#ldb	#16
	• SYS7: Accessibility by people with disabilities • SYS8: Ease of accessing the background information provided to the participants • SYS9: Ease of posting a contribution in the forum • SYS10: Ease of accessing the contributions of the other participants in the forum • SYS11: Technical quality (response time, downtime, etc.) The Outcome (OUT) perspective aims to assess the outcomes from a political viewpoint of the particular e-participation project, with main emphasis on stakeholders' extent of participation, contributions, interaction and satisfaction, and also on the impacts on the quality, the acceptance and the applicability of the legislation under development. Evaluation criteria of the outcome perspective: • OUT1: Extent of participation of citizens affected by the legislation under development • OUT2: Extent of participation of the main interest groups affected by or associated with the legislation under development • OUT3: Extent of participation of less politically involved groups (e.g., young people, minorities, lower socio-economic classes, etc.) affected the legislation under development • OUT4: Extent of participation of Members of Parliament • OUT5: Extent of participation of experts from the responsible/competent Ministry • OUT6: Extent of participation of independent experts • OUT7: Informed contributions • OUT8: Quality of contributions • OUT9: Pluralism of contributions • OUT10: Extent of interaction among participants' (number of contributions on other participants' contributions) • OUT11: Extent of conflicts management and consensus building • OUT12: Generation of useful information, knowledge and views concerning the topic of the legislation under development, which can be useful for improving it • OUT13: Impact of participants contributions on the legislation under development • OUT14: Impact on acceptance and applicability of this legislation • OUT15: Impact on perceived transparency and trust to government • OUT16: Extent of strengthening the Parliamentary decision-making process • OUT17: Satisfaction of the citizens who participated • OUT18: Satisfaction of the Members of Parliament who participated • OUT19: Satisfaction of the experts from the responsible/competent Ministry who participated • OUT20: Satisfaction of the independent experts who participated • OUT21: Willingness of stakeholders to reuse the systems and processes The above-mentioned three evaluation perspectives are not at the same 'level', since the values of the factors of the Outcome perspective depend on/are affected by (at least to some extent) values of the factors of the Process and System perspectives; in that sense the Outcome perspective can be viewed as a 'second-level' evaluation perspective, while the Process and System perspectives can be viewed as 'first-level' evaluation perspectives.
Key points	Present a list of criteria that could be used for inspiration and include a component of online participation
Method of evaluation	Mixed method
Type of participation	e-participation
Process phase	End of the process
Limitations	It is a theoretical identification of the criteria that had per base the frameworks of offline participation. Don't applicated the propose framework to a case study.
Reference	Loukis, E., Xenakis, A. and Charalabidis, Y. (2010) 'An evaluation framework for e-participation in parliaments', Int. J. Electronic Governance, Vol. 3, No. 1, pp.25–47.

#ldb	#17
Name of Methodologic	Framework for evaluating collaborative outcomes
Objective	Examines the post-process outcomes and implementation of the strategic recommendations of collaborative planning experienced by community leaders, planners and residents subsequent to the completion of the GMS report 1995
Case study	A exercise in the mountain town destination of Canmore, Canada - Diverse resident and stakeholder interests came together in 1994 in a year-long collaboration to develop a Growth Management Strategy (GMS) – After 8 years of it implementation
Summary description	Categorising the outcomes into short-term (immediate to six months), medium-term (six months–five years) and longer-term (over five years) impacts (these divisions helped to examine the eight-year time span practically). Outcomes could be: • Tangible/intangible: some were clearly identifiable and evident ('tangible'), while others were harder to locate, describe or even quantify, such as the changing sense of community place and cultural heritage ('intangible') • direct/indirect: became clear that participant perceptions and comments seemed to merit some type of distinction in this regard. 'Direct' outcomes included those that they attributed directly to the GMS report and process, but other outcomes that did not stem directly from the report of the GMS recommendations or the process itself, but were related to the overall issues being addressed were categorised as 'indirect' (for example, the fear stated by several respondents about losing the community's mountain character) Also have outcomes are related to the process and the content of the strategy report. Data collection with interviews – analyses with NUD.IST software of qualitative analyses: Are the base for the identified outcomes Three broad research questions guided the study: 1. What are the participants' perceptions of the GMS process eight – nine years after it ended? 2. How do they feel about the implementation of the report (including the Threshold and Monitoring Program (TMP))? 3. What are the main reasons for perceived success or failure of the process?
Key points	Focuses on the medium- to longer-term outcomes.

#ldb	#17
	The categorising the outcomes into a) Immediate and short-term, b) medium-term and longer-term; c) impacts. For each one of the categories a distinction on “process outcomes” and “Content outcomes”. Each one was evaluated with positive or negative Outcomes that could be “Direct, indirect, tangible, intangible”. For each timeframe Outcome were carry out a set of interviews.
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Collaborative
Process phase	post-process strategy implementation
Limitations	Subjective - don't have all the questions of the interviews
Reference	T. Jamal & D. McDonald (2011) The short and long of collaborative planning in the mountain resort destination of Canmore, Canada, Current Issues in Tourism, 14:1, 1-25, DOI: 10.1080/13683500903545040 (Jamal e McDonald 2011)

#ldb	#18
Name	Participatory approach to assessing the functioning of public participation mechanisms
Name of Methodologic	Participatory approach to assessing the functioning of public participation mechanisms.
Objective	This research constitutes an assessment of public participation practices, which are consider to be an important first step for conducting a subsequent full-scale evaluation.
Case study	Small island state of Malta, situated in the central Mediterranean. Malta provides a good case study for studying logistical and contextual constraints to public participation in the planning system (taken here to include both land-use and environmental planning).
Summary description	Adopt a participatory approach to assessing the functioning of public participation mechanisms. The notion of effectiveness is analysed with reference to the expectations of those involved, whilst the measurement of effectiveness in the Maltese context draws on these expectations and on other experiences of participants, whilst also making reference to theoretical values of good practice. Data collection methods were tailored to the distinct circumstances of the two participant workshop groups, questionnaires, semi-structured interviews The participants: - Scoring for the extent to which the International Association for Public Participation core values of public participation are reflected in Maltese planning practices. Scores were assigned on a scale of 1 to 10, with 1 being the lowest (value not reflected in Maltese practices) and 10 being the highest (value highly reflected in Maltese practices). - In the interviews answered a set of questions related to: A Introduction and overview (by interviewer). B What functions do you expect the public participation process to serve? C What elements do you see as critical to the effective functioning of public participation? D How does your experience of the process in Malta compare with your expectations of an 'ideal' process? E Which aspects of the participation process work well or less well? F How would you rate public participation in the Maltese planning system on the basis of the International Association for Public Participation core values ? Why did you assign these scores? G What factors do you think motivate people to participate, or discourage them from participating? H What aspects do you think could be improved to render the process more effective for planners and more satisfying for the public? I Further discussions concerning specific issues emerging from the public workshops. Data analysis: Data gathered during workshops and interviews were coded qualitatively.
Key points	The information is collected during workshops and interviews. Present an overview of discussion points for semi structured interviews with planners and policy makers
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Public participation
Process phase	On-going
Limitations	The results are subjective and cannot be compared between projects.
Reference	Conrad, Elisabeth, Louis F. Cassar, Mike Christie, e Ioan Fazey. «49. Hearing but not listening? A participatory assessment of public participation in planning». Environment and Planning C: Government and Policy 29, n. 5 (2011): 761–82.

#ldb	#19																
Name of Methodologic	Stakeholder Participation Assessment Framework (SPAF)																
Objective	Proposed an assessment for such operational analysis in order to support assessment of consequences related to the participatory strategy chosen (e.g., increased social acceptance).																
Case study	Marine Spatial Planning (MSP) -is largely accepted as a public process to spatially allocate maritime activities to achieve sustainable objectives following the ecosystem-based management approach (EBM).																
Summary description	Stakeholder Participation Assessment Framework (SPAF) Focused on the decisions and methods adopted during the planning process instead of outcomes measured by specific indicators. SPAF was designed to be implemented by a neutral valuator (e.g. a researcher or a consultant) interested in objectively understanding the decisions related to the degree of involvement promoted by the MSP Authority (SPAF – Phase I) and their respective consequences in terms of the effects on stakeholders (SPAF – Phase II) . To implement SPAF, the assessment will demand different documents of the MSP process, stakeholders' feedback about their engagement and, eventually, participatory observation during the engagement activities. Stakeholders' feedback - i.e., including actors' opinions, perceptions and degree of satisfaction in relation to the process. SPAF – Phase I based on key theoretical aspects 'why, who, when and how to engage stakeholders', as well as on criteria for costs (these five criteria were divided in 15 sub-criteria, and instructions based on social science knowledge to analyse each one were given); <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operational Criteria</th><th>Sub-criteria</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Why</td><td>Reasons to adopt stakeholder participation</td></tr> <tr> <td>Who</td><td>Stakeholder Analyses adopted</td></tr> <tr> <td></td><td>Sectors and categories involved</td></tr> <tr> <td></td><td>Sampling strategy adopted</td></tr> <tr> <td></td><td>Any prioritization of stakeholders/representatives</td></tr> <tr> <td>When</td><td>Stakeholder engagement during Normative Planning Phase</td></tr> <tr> <td></td><td>Stakeholder engagement during Strategic Planning Phase</td></tr> </tbody> </table>	Operational Criteria	Sub-criteria	Why	Reasons to adopt stakeholder participation	Who	Stakeholder Analyses adopted		Sectors and categories involved		Sampling strategy adopted		Any prioritization of stakeholders/representatives	When	Stakeholder engagement during Normative Planning Phase		Stakeholder engagement during Strategic Planning Phase
Operational Criteria	Sub-criteria																
Why	Reasons to adopt stakeholder participation																
Who	Stakeholder Analyses adopted																
	Sectors and categories involved																
	Sampling strategy adopted																
	Any prioritization of stakeholders/representatives																
When	Stakeholder engagement during Normative Planning Phase																
	Stakeholder engagement during Strategic Planning Phase																

#ldb	#19																
	<table border="1"> <tr> <td></td><td>Stakeholder engagement during Operational Planning Phase</td></tr> <tr> <td>How</td><td>Responsibility for stakeholders engagement</td></tr> <tr> <td></td><td>Strategies of participation</td></tr> <tr> <td>Cost</td><td>Methods of engagement</td></tr> <tr> <td></td><td>How long was the process of stakeholder participation?</td></tr> <tr> <td></td><td>What were the expenses related to the participatory process?</td></tr> <tr> <td></td><td>How much did the participatory process cost?</td></tr> <tr> <td></td><td>Who paid the participatory process?</td></tr> </table> SPAF – Phase II : list of questions about participatory consequences can be addressed based on specific criteria of the first phase and stakeholders' feedback. A list of questions to be answered based on specific criteria of Phase I, as well as on stakeholders' perceptions after participation. The questions were inspired mainly by the 'acceptance criteria' of the Rowe and Frewer's framework to evaluate participation, as well as by studies concerned to analyse participation on MSP from the ethical and social acceptance perspective. The list proposed here includes 12 questions about participatory consequences and social acceptance: • Did the participatory process increase social capital among stakeholders? • Did the participatory process increase understanding and support to MSP, considering it a good process of Ocean Governance? • Did the pool of engaged stakeholders/ representatives reflect well the diversity of actors in the region? • Did the participatory process ensure power balance among stakeholders? • Did stakeholders believe they were able to influence the process; therefore, supporting the final MSP plan and keeping willingness to engage? • Did stakeholders define and shape the drivers of the MSP process? • Did the participatory process balance both top-down and bottom-up approaches, resulting in shared decision-making? • Was the information about the MSP process open to stakeholders? • What were the barriers to collaboration among different sectors and categories of stakeholders? • Were stakeholders able to negotiate their interests and ensure at least part of the benefits of the MSP plan to them? • Did powerful stakeholders finance and influence the participatory process? • Did time and cost spent with stakeholder participation reflect wider support to the final MSP plan?		Stakeholder engagement during Operational Planning Phase	How	Responsibility for stakeholders engagement		Strategies of participation	Cost	Methods of engagement		How long was the process of stakeholder participation?		What were the expenses related to the participatory process?		How much did the participatory process cost?		Who paid the participatory process?
	Stakeholder engagement during Operational Planning Phase																
How	Responsibility for stakeholders engagement																
	Strategies of participation																
Cost	Methods of engagement																
	How long was the process of stakeholder participation?																
	What were the expenses related to the participatory process?																
	How much did the participatory process cost?																
	Who paid the participatory process?																
Key points	Could allow comparison between studies but it was only considered if the study applied a similar criterion specifically related to participation. Phase II brought the analysis of the ethical sphere of participation to a structured method of evaluation. Furthermore, due to its theoretical bases, SPAF can also inspire a wider public (e.g. planners, researchers, consultancies and NGOs) interested in developing a strategy for stakeholder participation in MSP or any other type of Ocean Governance process, such as Integrated Coastal Management.																
Method of evaluation	Qualitative																
Type of participation	Participatory processes open the dialogue																
Process phase	End of the process but should not be used only at the end of a MSP cycle, but during the end of each normative, strategic and operational planning phases.																
Limitations	SPAF implementation is a complex time-consuming task that needs financial and trained human resources. In case SPAF cannot be fully performed due to lack of human or financial resources, we suggest using a shorter version, by either selecting the criteria related to the managerial aspect (Phase I) or the ethical questions (Phase II) of interest.																
Reference	Quesada-Silva, Michele, Alejandro Iglesias-Campos, Alexander Turra, e Juan L. Suárez-de Vivero. «Stakeholder Participation Assessment Framework (SPAF): A Theory-Based Strategy to Plan and Evaluate Marine Spatial Planning Participatory Processes». Marine Policy 108 (1 de outubro de 2019): 103619. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103619 . (Quesada-Silva et al. 2019)																

#ldb	#20
Name of Methodologic	Effectiveness of the public participation process - evaluation model developed from relevant literatures
Objective	Approach: This study evaluates the effectiveness of the public participation process of the Hin Krut power plant project through an evaluation model developed from relevant literatures.
Case study	Public Participation Process in Development Projects in Thailand: A Case Study of the Hin Krut Power Plant Project
Summary description	The model focuses on the different perspectives of the participants' in the public participation process as well as the roles and influences that they had. The framework depicts the three main phases of evaluation 1) the context in which the participation takes place; t 2) the process of the participation conducted; and, 3) the outcome of that participation program. The evaluation criteria also encompass substantial consideration of the participation processes and outcomes. Evaluation criteria: Process-based evaluation: - Clarification of goals and stakeholder roles - Educating and informing the public - Inclusiveness and adequate representativeness - Multiple and appropriate participation methods - Early involvement - Transparency - Two-way communication: Outcome-based evaluation: - Impact and influence of participation - Incorporation of public values and concerns - Values and trust - Resolving conflict Data collection methods: Documentary analysis of the process and interviews, including structured, semi-structured and in-depth interviews with stakeholders.
Key points	Suggested criteria for evaluating context, process and outcomes (Theoretical)
Mixed Method	Mixed Method
Type of participation	Public had little power to influence

#Idb	#20
Process phase	At the end of the process
Limitations	it's not clear how to operationalise the model (it can't be replicated)
Reference	Chompunth, C., e S. Chomphan. «Evaluating public participation process in development projects in Thailand: A case study of the Hin Krut power plant project». American Journal of Applied Sciences 9, n. 6 (2012): 865–73. https://doi.org/10.3844/ajassp.2012.865.873 . (Chompunth e Chomphan 2012)

#Idb	#21
Name of Methodologic	Formative and summative evaluation of a Collaborative research project
Objective	Formative and summative evaluation data collected over the course of the project to determine the extent to which this collaborative research project met stakeholders' climate science information needs.
Case study	Water for the Seasons was a five-year collaborative research project which aimed to assess the climate resiliency of the Truckee-Carson River System, a snow-fed river system in the western United States.
Summary description	Formative and summative evaluation data collection and analysis Extension researchers conducted formative project evaluation over the duration of the project. 1. In year one, the questionnaire administered during face-to-face semi-structured interviews with 66 stakeholders featured one open-ended question that asked stakeholders to describe their perceived project outcomes or climate science information needs. 2. Responses informed an evaluation instrument administered in years two through five following each of the six collaborative modelling workshops to track progress as a function of these expected project outcomes. Question items responses using Likert-type scale with 1 = strongly disagree; 2 = disagree; 3 = neither agree nor disagree; 4 = agree; 5 = strongly agree. This instrument featured four Likert-type scale question items that asked stakeholders the extent to which, as a result of the collaborative modelling, they had acquired information useful to their respective organizations to: 1) improve climate adaptation planning; 2) improve daily operations; 3) identify viable adaptation strategies; and 4) improve communication and coordination among local water managers. Each question included a choice set of responses, 1 to 5, with 1 being strongly disagreed and 5 being strongly agreed. 3. In year four, the project funder contracted an external party to conduct a summative project evaluation.1 The evaluator conducted approximately one-hour telephone interviews with each of the Stakeholder Affiliate Group representatives and selected researchers, including the authors. Open-ended questions aimed to gage perceptions of the project's successes and failures relating to: 1) stakeholder involvement in the research and whether it tied to project outcomes; 2) quality of collaboration between researchers and stakeholders, and how collaboration was fostered; and 3) how the project may have contributed to capacity-building of partner (e.g., stakeholder) organizations. Researchers interviewed were asked similar questions, including to describe his/her role in the project, what about the project they perceived was successful and why, and the biggest project impact to date. Outcomes evaluated: 1) facilitated and supported local climate adaptation planning initiatives; 2) consistently engaged stakeholders in research that facilitated social learning; 3) provided consistent iterative and structured interaction involving stakeholders and researchers; 4) combined diverse practical stakeholder knowledge with legitimate science research; and 5) effectively utilized extension as a boundary organization to support collaborative research.
Key points	Outcomes One of the few case studies with collaborative research into environmental issues, which evaluates the process from start to finish. Allows the evaluation to be applied only at the end of the process
Method of evaluation	Mixed Method
Type of participation	Collaborative research project
Process phase	During the project
Limitations	It's not clear how some conclusions were reached when analysing the information gathered by interview
Reference	Singletary, Loretta, e Kelley Sterle. «Supporting Local Adaptation through the Co-Production of Climate Information: An Evaluation of Collaborative Research Processes and Outcomes». Climate Services 20 (1 de dezembro de 2020): 100201. https://doi.org/10.1016/j.cliser.2020.100201 . (Singletary e Sterle 2020)

#Idb	#22
Name of Methodologic	Effective participation criteria Survey
Objective	Effective participation criteria, both process and outcome, were identified from the planning literature and operationalized in a survey of participants.
Case study	This study evaluates the effectiveness of public participation using the Sherwood – Graceville Neighbourhood Plan in Brisbane as a case study.
Summary description	Outside, summative evaluation of theory-based process and outcome variables that is localized to a specific neighbourhood process from the viewpoint of participants in the process. Method of evaluation: mix of quantitative and qualitative methods. Survey design. 1) <u>Engagement' index</u> - The participants' formal and informal participation activities were used to develop an 'engagement' index that quantifies the number of different activities, events or actions undertaken by an individual. 2) <u>The second part of the survey contained:</u> - list of statements to evaluate the participation process and outcomes using effectiveness criteria drawn from the literature. Participants responded whether they agreed or disagreed with the statements on a five-point Likert scale ranging from 'strongly disagree' to 'strongly agree'. - The IAP2 spectrum that describes the participant's role in the process using categories of 'inform', 'consult', 'involve', 'collaborate' and 'empower'. Participants were asked where they perceived the participation process operated based on their experience and where they would have personally preferred it to operate. This approach measures whether there were performance gaps between preferred and actual empowerment levels among participants. 3) <u>The third part of the survey</u> measured satisfaction with outcomes of the neighbourhood plan on specific planning issues, how they perceived their personal influence on plan outcomes, how they perceived other community members' influence on plan outcomes and whether they would participate in future participation activities based on their experience. An open-ended question was included to identify recommendations for future participation practice. 4) <u>The fourth and final part of the survey</u> asked for respondent characteristics that included basic demographic questions and their role in the community consultation process. The questionnaire ended with an open-ended question asking for additional comments. Data analysis: Variables that contribute to effective public participation operationalized as statements of evaluation criteria and ranked the means from lowest to highest. Na análise a escala de 1 a 5 foi agrupada em: entre 1 e 2.8 "Poor" 2.8 e 3.2 "Mixed" 3.2 e 5 "good" effective public participation.

#ldb	#22
Key points	Evaluates the effectiveness of participation and adjusts the criteria for good participation to the specific case study - Evaluates the process and outcomes from the participants' point of view. Used a survey to develop standardised evaluation questions that could be applied to public participation processes for land use planning.
Method of evaluation	Mixed methods: Quantitative: Five-point likert scale Statistical analysis Qualitative: open-ended questions
Type of participation	All - has a component that allows participants to position themselves in terms of the type of participation they consider to have taken place in the process.
Process phase	Post-completion Summative
Limitations	Issues associated with territorial planning
Reference	Greg Brown & Sean Yeong Wei Chin (2013) Assessing the Effectiveness of Public Participation in Neighbourhood Planning, Planning Practice and Research, 28:5, 563-588, DOI: 10.1080/02697459.2013.820037 (Brown & Chin, 2013)

#ldb	#23										
Name of Methodologic	Multiple Purposes of Public Participation, with Associated Design Considerations and Proposed Outcome Evaluation Criteria										
Objective	From the research literature, the authors glean suggestions for iteratively creating, managing, and evaluating public participation activities.										
Case study	Theoretical										
Summary description	Design Guidelines for Public Participation which include the evaluation Assess and design for context and purpose - Assess and fit the design to the context and the problem - Identify purposes and design to achieve them Enlist resources and manage the participation - Analyze and appropriately involve stakeholders - Work with stakeholders to establish the legitimacy of the process - Foster effective leadership - Seek resources for and through participation - Create appropriate rules and structures to guide the process - Use inclusive processes to engage diversity productively - Manage power dynamics - Use technologies of various kinds to achieve participation purposes Evaluate and redesign continuously - Develop and use evaluation measures - Design and redesign Note: These are interrelated, iterative tasks, not a step-by-step template. Note: These are interrelated, iterative tasks, not a step-by-step template. Evaluation component: • Organizers of participation efforts often do not do formal evaluations, but they should consider doing both formative and summative evaluations (Patton 2010). • Evaluation may use a combination of process criteria to determine how well an organization is implementing its proposed participation program and impact criteria to measure the consequences of participation for decision outcomes (Nabatchi 2012a). Table 2 proposes outcome measures that are aligned with the various purposes of participation. Existing research and models support measuring a combination of different types of outcomes, such as the following: • Individual-level outcomes (e.g., individuals' increased knowledge of a policy issue, effects on citizenship behavior), grouplevel outcomes (e.g., mutual learning within the group about others' perspectives), and community-level outcomes (e.g., the development of new options not previously considered, overall measures of community betterment) • Process-oriented outcomes (e.g., building trust among participants, incorporating a diverse group of stakeholders) • Content-oriented outcomes (e.g., improving safety or environmental quality) • User-oriented outcomes (e.g., participants' satisfaction with the process, recognizing that different stakeholders have different criteria for success) • First-, second-, and third-order outcomes, which are, respectively, the immediately discernible effects of the process (e.g., the quality of initial agreements), impacts that unfold once the process is under way (e.g., the formation of new partnerships), and long-term impacts (e.g., less conflict among stakeholders in the future) Multiple Purposes of Public Participation, with Associated Design Considerations and Proposed Outcome Evaluation Criteria <table border="1"> <thead> <tr> <th>Purposes</th><th>Proposed Outcome Evaluation Criteria</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Meet legal requirements—for example, to provide public notices of upcoming actions or in preliminary scoping efforts for environmental impact assessments (Brody, Godschalk, and Burby 2003; Slotterback 2008)</td><td>• Legal requirements for public noticing and comment met • Efficient cost of communication and outreach</td></tr> <tr> <td>Embody the ideals of democratic participation and inclusion—for example, to achieve or represent the public interest through diverse participation, provide an opportunity for participants to enhance their own capacities to engage in democratic citizenship, or produce lasting achievements of public value (Mansbridge 1999; Young 2000; Fung and Wright 2003; Nabatchi 2010)</td><td>• Inclusiveness of composition of participants • Discernible, communicated impact of participation on outcomes • Positive effects on citizenship (e.g., participants' increased understanding of how to participate in democratic processes, greater commitment to do so, or elevated sense of efficacy in ability to affect decision making)</td></tr> <tr> <td>Advance social justice—for example, by improving equity in distributing public services or by increasing a marginalized group's influence over decisions (Abers 2000; Andrews, Cowell, and Downe 2010; Corburn 2003)</td><td>• Adequacy and diversity of stakeholder representation • Improved distribution of benefits and harms ensuing from the decisions</td></tr> <tr> <td>Inform the public—for example, about decisions that have been made or about changes in policies, resources, or programs (Nabatchi 2012b)</td><td>Large number of people reached or the target population reached • Diversity of modes or venues used to inform public • Increased public awareness of targeted policy issues • Public satisfied they have been informed</td></tr> </tbody> </table>	Purposes	Proposed Outcome Evaluation Criteria	Meet legal requirements —for example, to provide public notices of upcoming actions or in preliminary scoping efforts for environmental impact assessments (Brody, Godschalk, and Burby 2003; Slotterback 2008)	• Legal requirements for public noticing and comment met • Efficient cost of communication and outreach	Embody the ideals of democratic participation and inclusion —for example, to achieve or represent the public interest through diverse participation, provide an opportunity for participants to enhance their own capacities to engage in democratic citizenship, or produce lasting achievements of public value (Mansbridge 1999; Young 2000; Fung and Wright 2003; Nabatchi 2010)	• Inclusiveness of composition of participants • Discernible, communicated impact of participation on outcomes • Positive effects on citizenship (e.g., participants' increased understanding of how to participate in democratic processes, greater commitment to do so, or elevated sense of efficacy in ability to affect decision making)	Advance social justice —for example, by improving equity in distributing public services or by increasing a marginalized group's influence over decisions (Abers 2000; Andrews, Cowell, and Downe 2010; Corburn 2003)	• Adequacy and diversity of stakeholder representation • Improved distribution of benefits and harms ensuing from the decisions	Inform the public —for example, about decisions that have been made or about changes in policies, resources, or programs (Nabatchi 2012b)	Large number of people reached or the target population reached • Diversity of modes or venues used to inform public • Increased public awareness of targeted policy issues • Public satisfied they have been informed
Purposes	Proposed Outcome Evaluation Criteria										
Meet legal requirements —for example, to provide public notices of upcoming actions or in preliminary scoping efforts for environmental impact assessments (Brody, Godschalk, and Burby 2003; Slotterback 2008)	• Legal requirements for public noticing and comment met • Efficient cost of communication and outreach										
Embody the ideals of democratic participation and inclusion —for example, to achieve or represent the public interest through diverse participation, provide an opportunity for participants to enhance their own capacities to engage in democratic citizenship, or produce lasting achievements of public value (Mansbridge 1999; Young 2000; Fung and Wright 2003; Nabatchi 2010)	• Inclusiveness of composition of participants • Discernible, communicated impact of participation on outcomes • Positive effects on citizenship (e.g., participants' increased understanding of how to participate in democratic processes, greater commitment to do so, or elevated sense of efficacy in ability to affect decision making)										
Advance social justice —for example, by improving equity in distributing public services or by increasing a marginalized group's influence over decisions (Abers 2000; Andrews, Cowell, and Downe 2010; Corburn 2003)	• Adequacy and diversity of stakeholder representation • Improved distribution of benefits and harms ensuing from the decisions										
Inform the public —for example, about decisions that have been made or about changes in policies, resources, or programs (Nabatchi 2012b)	Large number of people reached or the target population reached • Diversity of modes or venues used to inform public • Increased public awareness of targeted policy issues • Public satisfied they have been informed										

#ldb	#23										
	<table> <tr> <td>Enhance understanding of public problems, and explore and generate potential solutions (Deyle and Slotterback 2009; Godschalk and Stiftel 1981; Webler et al. 1995)</td><td>Changes in individual or collective assumptions, frameworks, or preferences • Changes in participants' knowledge of issues, ability to articulate interests, and appreciation of other perspective • Generation of new problem definitions and potential solutions</td></tr> <tr> <td>Produce policies, plans, and projects of higher quality in terms of their content</td><td>Validation of the quality of decisions by informed content experts, using context-specific criteria related to, for example, economic efficiency, safety, reliability, feasibility, equity, environmental impact, etc.</td></tr> <tr> <td>Generate support for decisions and their implementation—for example, by producing decisions that address the public's needs and concerns; resolving disputes; creating alliances for advocacy and implementation; and generating resources for implementation (Brody, Godschalk, and Burby 2003; Godschalk and Stiftel 1981; Laurian and Shaw 2009; Moynihan 2003; Wondolleck and Yaffee 2000)</td><td>Participants satisfied with the process • High level of agreement with fairness of decision process • High level of agreement with decision outcomes, possibly consensus • Minimal lawsuits, conflicts, delays, mistakes, or other obstacles to implementing decisions • Resources available for implementation</td></tr> <tr> <td>Manage uncertainty—for example, to build trust, increase the quality of information informing decisions, stabilize relationships, and minimize risk from unanticipated changes in the external environment (Friend and Hickling 2005; Rowe and Frewer 2004; Wondolleck and Yaffee 2000)</td><td>• Persistence of a structure or relationships for ongoing learning and negotiation • Limited number of problems caused by misinterpretation of or unanticipated changes in values, relationships, or information • Reduced conflict among stakeholders • Trust in decision makers or decision-making process</td></tr> <tr> <td>Create and sustain adaptive capacity for ongoing problem solving and resilience—for example, by emphasizing social and transformative learning; relationships, social capital, and trust; and sustained engagement (Forester 1999; Goldstein 2012; Innes and Booher 1999, 2010; Jordan, Bawden, and Bergmann 2008; Webler et al. 1995)</td><td>Creation of new structures (relationships, partnerships, and resources) to support broad participation in ongoing planning, implementation, and evaluation • Sustained, diverse participation in management that adapts to changed circumstances • Use of collaboratively agreed criteria for decision making or performance management • Sustained collective ability to address new problems and support ongoing management (e.g., of program, resources, problem) • Improved alignment of participants' expectations and actions with collective understandings and goals</td></tr> </table>	Enhance understanding of public problems, and explore and generate potential solutions (Deyle and Slotterback 2009; Godschalk and Stiftel 1981; Webler et al. 1995)	Changes in individual or collective assumptions, frameworks, or preferences • Changes in participants' knowledge of issues, ability to articulate interests, and appreciation of other perspective • Generation of new problem definitions and potential solutions	Produce policies, plans, and projects of higher quality in terms of their content	Validation of the quality of decisions by informed content experts, using context-specific criteria related to, for example, economic efficiency, safety, reliability, feasibility, equity, environmental impact, etc.	Generate support for decisions and their implementation —for example, by producing decisions that address the public's needs and concerns; resolving disputes; creating alliances for advocacy and implementation; and generating resources for implementation (Brody, Godschalk, and Burby 2003; Godschalk and Stiftel 1981; Laurian and Shaw 2009; Moynihan 2003; Wondolleck and Yaffee 2000)	Participants satisfied with the process • High level of agreement with fairness of decision process • High level of agreement with decision outcomes, possibly consensus • Minimal lawsuits, conflicts, delays, mistakes, or other obstacles to implementing decisions • Resources available for implementation	Manage uncertainty —for example, to build trust, increase the quality of information informing decisions, stabilize relationships, and minimize risk from unanticipated changes in the external environment (Friend and Hickling 2005; Rowe and Frewer 2004; Wondolleck and Yaffee 2000)	• Persistence of a structure or relationships for ongoing learning and negotiation • Limited number of problems caused by misinterpretation of or unanticipated changes in values, relationships, or information • Reduced conflict among stakeholders • Trust in decision makers or decision-making process	Create and sustain adaptive capacity for ongoing problem solving and resilience —for example, by emphasizing social and transformative learning; relationships, social capital, and trust; and sustained engagement (Forester 1999; Goldstein 2012; Innes and Booher 1999, 2010; Jordan, Bawden, and Bergmann 2008; Webler et al. 1995)	Creation of new structures (relationships, partnerships, and resources) to support broad participation in ongoing planning, implementation, and evaluation • Sustained, diverse participation in management that adapts to changed circumstances • Use of collaboratively agreed criteria for decision making or performance management • Sustained collective ability to address new problems and support ongoing management (e.g., of program, resources, problem) • Improved alignment of participants' expectations and actions with collective understandings and goals
Enhance understanding of public problems, and explore and generate potential solutions (Deyle and Slotterback 2009; Godschalk and Stiftel 1981; Webler et al. 1995)	Changes in individual or collective assumptions, frameworks, or preferences • Changes in participants' knowledge of issues, ability to articulate interests, and appreciation of other perspective • Generation of new problem definitions and potential solutions										
Produce policies, plans, and projects of higher quality in terms of their content	Validation of the quality of decisions by informed content experts, using context-specific criteria related to, for example, economic efficiency, safety, reliability, feasibility, equity, environmental impact, etc.										
Generate support for decisions and their implementation —for example, by producing decisions that address the public's needs and concerns; resolving disputes; creating alliances for advocacy and implementation; and generating resources for implementation (Brody, Godschalk, and Burby 2003; Godschalk and Stiftel 1981; Laurian and Shaw 2009; Moynihan 2003; Wondolleck and Yaffee 2000)	Participants satisfied with the process • High level of agreement with fairness of decision process • High level of agreement with decision outcomes, possibly consensus • Minimal lawsuits, conflicts, delays, mistakes, or other obstacles to implementing decisions • Resources available for implementation										
Manage uncertainty —for example, to build trust, increase the quality of information informing decisions, stabilize relationships, and minimize risk from unanticipated changes in the external environment (Friend and Hickling 2005; Rowe and Frewer 2004; Wondolleck and Yaffee 2000)	• Persistence of a structure or relationships for ongoing learning and negotiation • Limited number of problems caused by misinterpretation of or unanticipated changes in values, relationships, or information • Reduced conflict among stakeholders • Trust in decision makers or decision-making process										
Create and sustain adaptive capacity for ongoing problem solving and resilience —for example, by emphasizing social and transformative learning; relationships, social capital, and trust; and sustained engagement (Forester 1999; Goldstein 2012; Innes and Booher 1999, 2010; Jordan, Bawden, and Bergmann 2008; Webler et al. 1995)	Creation of new structures (relationships, partnerships, and resources) to support broad participation in ongoing planning, implementation, and evaluation • Sustained, diverse participation in management that adapts to changed circumstances • Use of collaboratively agreed criteria for decision making or performance management • Sustained collective ability to address new problems and support ongoing management (e.g., of program, resources, problem) • Improved alignment of participants' expectations and actions with collective understandings and goals										
Key points	Establishes the relationship between "Multiple objectives of public participation, with associated design considerations and criteria for evaluating the proposed results"										
Method of evaluation	Absent										
Type of participation	all										
Process phase	Include criteria for evaluating process outcomes in line with the purpose of participation - at the start of the process.										
Limitations	No mention of how to operationalise the proposed Outcome Evaluation Criteria										
Reference	Bryson, John M., Kathryn S. Quick, Carissa Schively Slotterback, e Barbara C. Crosby. «21. Designing Public Participation Processes». <i>Public Administration Review</i> 73, n. 1 (2013): 23–34. https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2012.02678.x . (Bryson et al. 2013)										

#ldb	#24																																														
Name of Methodologic	Deliberative Process Perceived Quality Scale (DPPQS) and the Outcome Rating Scale (ORS).																																														
Objective	In this study, which analyses participants’ evaluation of the process and the outcomes of one specific procedure																																														
Case study																																															
Summary description	Two instruments for measuring the process (the Deliberative Process Perceived Quality Scale, composed of two factors: “dialogue” and “knowledge/understanding”) and the outcome (Outcome Rating Scale) of a specific participatory procedure Deliberative Process Perceived Quality Scale (DPPQS) The DPPQS, intended as a measure for assessing features of the discursive interaction among participants (dialogue dimension) and the cognitive processes triggered by the group discussion (knowledge/understanding dimension), was created on the basis of the most agreed-upon evaluative criteria drawn from the literature on public participation and deliberative democracy. Six criteria were selected for the evaluation of dialogue (i.e. equality, trust, respect, disagreement, reciprocity, and common good) and five for the evaluation of knowledge/understanding (i.e. argument, understanding, collective learning, reflexivity, and topic). The scale was composed of one item for each of the evaluative criteria measured according to a seven-point scale (from 1 = strongly disagree to 7 = strongly agree). <table><tr><th>Component</th><th>Evaluation Criteria</th><th>Item</th></tr><tr><td colspan="3">Dialogue</td></tr><tr><td>1</td><td>Respect</td><td>None of the ideas proposed was considered wrong or useless</td></tr><tr><td>2</td><td>Trust</td><td>When I spoke, the others paid attention to what I was saying</td></tr><tr><td>3</td><td>Disagreement</td><td>Despite the fact that there were different points of view, the group found an agreement on the basic points</td></tr><tr><td>4</td><td>Equality</td><td>Everyone had the opportunity to speak and to make him/herself heard</td></tr><tr><td>5</td><td>Common good</td><td>Participants strived to offer proposals that benefit the wider community</td></tr><tr><td>6</td><td>Reciprocity</td><td>Participants were really engaged in a dialogue</td></tr><tr><td colspan="3">Knowledge/understanding</td></tr><tr><td>7</td><td>Collective learning</td><td>I think that the discussion made me consider new perspectives on the issue at stake</td></tr><tr><td>8</td><td>Reflexivity</td><td>Through the discussion, I increased my knowledge of the problem</td></tr><tr><td>9</td><td>Understanding</td><td>Participants sought clarification and explanation of the views expressed</td></tr><tr><td>10</td><td>Argument</td><td>The pros and cons of the various positions were sufficiently reasoned</td></tr><tr><td>11</td><td>Topic</td><td>Participants’ discourses kept to the subject at hand</td></tr></table> Outcome Rating Scale (ORS) The ORS is a four-item scale designed to measure the perceived outcomes achieved through the discussion. One item for each of the evaluative criteria selected. Items were measured according to a seven-point scale (from 1 = strongly disagree to 7 = strongly agree) <table><tr><th>Evaluative criteria</th><th>Item</th></tr><tr><td>Discourse</td><td>(“the [participatory setting] generated new knowledge on the issue under discussion”</td></tr></table>	Component	Evaluation Criteria	Item	Dialogue			1	Respect	None of the ideas proposed was considered wrong or useless	2	Trust	When I spoke, the others paid attention to what I was saying	3	Disagreement	Despite the fact that there were different points of view, the group found an agreement on the basic points	4	Equality	Everyone had the opportunity to speak and to make him/herself heard	5	Common good	Participants strived to offer proposals that benefit the wider community	6	Reciprocity	Participants were really engaged in a dialogue	Knowledge/understanding			7	Collective learning	I think that the discussion made me consider new perspectives on the issue at stake	8	Reflexivity	Through the discussion, I increased my knowledge of the problem	9	Understanding	Participants sought clarification and explanation of the views expressed	10	Argument	The pros and cons of the various positions were sufficiently reasoned	11	Topic	Participants’ discourses kept to the subject at hand	Evaluative criteria	Item	Discourse	(“the [participatory setting] generated new knowledge on the issue under discussion”
Component	Evaluation Criteria	Item																																													
Dialogue																																															
1	Respect	None of the ideas proposed was considered wrong or useless																																													
2	Trust	When I spoke, the others paid attention to what I was saying																																													
3	Disagreement	Despite the fact that there were different points of view, the group found an agreement on the basic points																																													
4	Equality	Everyone had the opportunity to speak and to make him/herself heard																																													
5	Common good	Participants strived to offer proposals that benefit the wider community																																													
6	Reciprocity	Participants were really engaged in a dialogue																																													
Knowledge/understanding																																															
7	Collective learning	I think that the discussion made me consider new perspectives on the issue at stake																																													
8	Reflexivity	Through the discussion, I increased my knowledge of the problem																																													
9	Understanding	Participants sought clarification and explanation of the views expressed																																													
10	Argument	The pros and cons of the various positions were sufficiently reasoned																																													
11	Topic	Participants’ discourses kept to the subject at hand																																													
Evaluative criteria	Item																																														
Discourse	(“the [participatory setting] generated new knowledge on the issue under discussion”																																														

#ldb	#24						
	<table> <tr> <td>Networks</td><td>("through the [participatory setting] new relational networks were established"</td></tr> <tr> <td>Influence</td><td>("the proposals that were formulated in the [participatory setting] will be implemented"</td></tr> <tr> <td>Achievement</td><td>("the [participatory setting] yielded proposals that adequately address the issue at stake"</td></tr> </table>	Networks	("through the [participatory setting] new relational networks were established"	Influence	("the proposals that were formulated in the [participatory setting] will be implemented"	Achievement	("the [participatory setting] yielded proposals that adequately address the issue at stake"
Networks	("through the [participatory setting] new relational networks were established"						
Influence	("the proposals that were formulated in the [participatory setting] will be implemented"						
Achievement	("the [participatory setting] yielded proposals that adequately address the issue at stake"						
Key points	Measures the process and the outcome. Presents the items with which the evaluation is carried out.						
Method of evaluation	Mixed methods: Statistical analysis, Focused on the subjective evaluation of participants. Evaluation seven-point scale						
Type of participation	Active						
Process phase	Instruments were devised to be used ex post by the individuals involved in public participation practices to assess their experience on two levels: (a) the process they took part in, consisting of group discussions on an issue of public interest and (b) the outcomes generated by the discursive interaction.						
Limitations							
Reference	Terri Mannarini & Cosimo Talò (2013) Evaluating public participation: instruments and implications for citizen involvement, Community Development, 44:2, 239-256, DOI: 10.1080/15575330.2012.683799 (Mannarini e Talò 2013)						

#ldb	#25																																						
Name of Methodologic	Seventeen Criteria to evaluate participatory research processes and outcomes																																						
Objective	The objectives of this research were to define criteria to evaluate participatory research processes and outcomes, from the literature on participation evaluation, and to apply them in a case study in an artisanal fishery in coastal Uruguay.																																						
Case study	Case Study Description: Participatory Research in Piriápolis Artisanal Fishery (Uruguay)																																						
Summary description	This process evaluation, which looked at the operation of the participatory research initiative and analysed how outcomes were produced. Seventeen evaluation criteria were used: nine related to the participatory research process and eight to its outcomes. Suggested approach to data collection through interviews for the criteria identified. Interviews' transcriptions and field notes were coded and analysed qualitatively (using Atlas.ti software), according to the seventeen evaluation criteria. <table> <tr> <th>Process Evaluation Criteria</th><th>Interview questions</th></tr> <tr> <td>Problem or topic to be addressed of key interest to local and additional stakeholders</td><td>What do you think about investigating sea lions' impact on long-lines? What do you think about doing a festival and other communication activities to promote artisanal fisheries as opposed to pangasius?</td></tr> <tr> <td>Participation of interested stakeholder groups in the selected problem or topic</td><td>Do you think that other persons or institutions, governmental or non-governmental, should have been present in this participatory research? Who/ Which and Why?</td></tr> <tr> <td>Participants' representativeness</td><td>Data from field notes and interview questions about workshops' success)</td></tr> <tr> <td>Involvement of interested stakeholder groups in every research stage</td><td>What do you think about the protocol that was produced collectively? How important was for you to define jointly the study methods?</td></tr> <tr> <td>Facilitation</td><td>What do you think about the workshop's facilitation?</td></tr> <tr> <td>Collective decision making through deliberation</td><td>Do you think that the opinion of every member of the group, including yours, was considered (or listened to) throughout this participatory research process? Which situations would you give as examples?</td></tr> <tr> <td>Appropriate information management</td><td>What do you think about the information shared by fishers/scientists in the workshop?</td></tr> <tr> <td>Adaptability through iterative cycles of planning, acting, observing, and reflecting</td><td>(Data from field notes and interview questions about participants' interest in addressing each of the two topics)</td></tr> <tr> <td>Cost-effectiveness of the process</td><td>(Data from field notes)</td></tr> <tr> <th>Outcome Evaluation Criteria</th><th>Interview questions</th></tr> <tr> <td>Achievement of objectives</td><td>Do you think that in this participatory research the group and individual objectives were achieved? Which ones?</td></tr> <tr> <td>Outcomes and process perceived as successful</td><td>Do you think that the participatory research conducted by POPA has been successful? Why? What do you think were the strengths and weaknesses of the participatory research process?</td></tr> <tr> <td>Co-production of knowledge</td><td>Do you think that new approaches, strategies, and/or knowledge have been generated by the group? Which and How? Do you think that there were situations in which scientific knowledge and fishers' knowledge were integrated? Which situations?</td></tr> <tr> <td>Learning</td><td>Do you think that you have learned during this participatory research process? Could you give us examples of the learning you have had?</td></tr> <tr> <td>Strengthened social networks</td><td>Reflecting on how your relationships with other group members have been evolving throughout the participatory research process: With whom have your relationships improved/worsened/not changed?</td></tr> <tr> <td>Conflict resolution</td><td>In which way has the change in your relationships with or trust in people of the group influenced your opinion about the institution they belong to? Why?</td></tr> <tr> <td>Legitimacy</td><td>Do you think it is appropriate to promote participatory research to address problems originating from the interaction between environment and society? Why?</td></tr> <tr> <td>Influence and impacts of the results</td><td>Expected impacts were evaluated: Whom do you expect this participatory research to impact? Which impacts in particular?</td></tr> </table>	Process Evaluation Criteria	Interview questions	Problem or topic to be addressed of key interest to local and additional stakeholders	What do you think about investigating sea lions' impact on long-lines? What do you think about doing a festival and other communication activities to promote artisanal fisheries as opposed to pangasius?	Participation of interested stakeholder groups in the selected problem or topic	Do you think that other persons or institutions, governmental or non-governmental, should have been present in this participatory research? Who/ Which and Why?	Participants' representativeness	Data from field notes and interview questions about workshops' success)	Involvement of interested stakeholder groups in every research stage	What do you think about the protocol that was produced collectively? How important was for you to define jointly the study methods?	Facilitation	What do you think about the workshop's facilitation?	Collective decision making through deliberation	Do you think that the opinion of every member of the group, including yours, was considered (or listened to) throughout this participatory research process? Which situations would you give as examples?	Appropriate information management	What do you think about the information shared by fishers/scientists in the workshop?	Adaptability through iterative cycles of planning, acting, observing, and reflecting	(Data from field notes and interview questions about participants' interest in addressing each of the two topics)	Cost-effectiveness of the process	(Data from field notes)	Outcome Evaluation Criteria	Interview questions	Achievement of objectives	Do you think that in this participatory research the group and individual objectives were achieved? Which ones?	Outcomes and process perceived as successful	Do you think that the participatory research conducted by POPA has been successful? Why? What do you think were the strengths and weaknesses of the participatory research process?	Co-production of knowledge	Do you think that new approaches, strategies, and/or knowledge have been generated by the group? Which and How? Do you think that there were situations in which scientific knowledge and fishers' knowledge were integrated? Which situations?	Learning	Do you think that you have learned during this participatory research process? Could you give us examples of the learning you have had?	Strengthened social networks	Reflecting on how your relationships with other group members have been evolving throughout the participatory research process: With whom have your relationships improved/worsened/not changed?	Conflict resolution	In which way has the change in your relationships with or trust in people of the group influenced your opinion about the institution they belong to? Why?	Legitimacy	Do you think it is appropriate to promote participatory research to address problems originating from the interaction between environment and society? Why?	Influence and impacts of the results	Expected impacts were evaluated: Whom do you expect this participatory research to impact? Which impacts in particular?
Process Evaluation Criteria	Interview questions																																						
Problem or topic to be addressed of key interest to local and additional stakeholders	What do you think about investigating sea lions' impact on long-lines? What do you think about doing a festival and other communication activities to promote artisanal fisheries as opposed to pangasius?																																						
Participation of interested stakeholder groups in the selected problem or topic	Do you think that other persons or institutions, governmental or non-governmental, should have been present in this participatory research? Who/ Which and Why?																																						
Participants' representativeness	Data from field notes and interview questions about workshops' success)																																						
Involvement of interested stakeholder groups in every research stage	What do you think about the protocol that was produced collectively? How important was for you to define jointly the study methods?																																						
Facilitation	What do you think about the workshop's facilitation?																																						
Collective decision making through deliberation	Do you think that the opinion of every member of the group, including yours, was considered (or listened to) throughout this participatory research process? Which situations would you give as examples?																																						
Appropriate information management	What do you think about the information shared by fishers/scientists in the workshop?																																						
Adaptability through iterative cycles of planning, acting, observing, and reflecting	(Data from field notes and interview questions about participants' interest in addressing each of the two topics)																																						
Cost-effectiveness of the process	(Data from field notes)																																						
Outcome Evaluation Criteria	Interview questions																																						
Achievement of objectives	Do you think that in this participatory research the group and individual objectives were achieved? Which ones?																																						
Outcomes and process perceived as successful	Do you think that the participatory research conducted by POPA has been successful? Why? What do you think were the strengths and weaknesses of the participatory research process?																																						
Co-production of knowledge	Do you think that new approaches, strategies, and/or knowledge have been generated by the group? Which and How? Do you think that there were situations in which scientific knowledge and fishers' knowledge were integrated? Which situations?																																						
Learning	Do you think that you have learned during this participatory research process? Could you give us examples of the learning you have had?																																						
Strengthened social networks	Reflecting on how your relationships with other group members have been evolving throughout the participatory research process: With whom have your relationships improved/worsened/not changed?																																						
Conflict resolution	In which way has the change in your relationships with or trust in people of the group influenced your opinion about the institution they belong to? Why?																																						
Legitimacy	Do you think it is appropriate to promote participatory research to address problems originating from the interaction between environment and society? Why?																																						
Influence and impacts of the results	Expected impacts were evaluated: Whom do you expect this participatory research to impact? Which impacts in particular?																																						
Key points	Questions to collect information on each criterion in an interview format. qualitative approach only																																						
Method of evaluation	Qualitative assessment based on answering questions and analysing additional documents in the file.																																						
Type of participation	Ativa																																						
Process phase	Interviews carried out 12 months after the start of the process (from the 1st ws) - applied as a formative evaluation. The outcome part is an ex post or summative evaluation because the results of the PR case were analysed up to a certain period, although the project continued afterwards.																																						
Limitations	this evaluation framework with process and outcome criteria is practical, it should be noted that the majority of the criteria refer directly or indirectly to the process (despite they being in the outcomes category), and thus they could be assessed throughout the process in a formative evaluation.																																						
Reference	Trimble, Micaela, e Marila Lázaro. «Evaluation Criteria for Participatory Research: Insights from Coastal Uruguay». <i>Environmental Management</i> 54, n. 1 (julho de 2014): 122–37. https://doi.org/10.1007/s00267-014-0276-0 . (Trimble e Lázaro 2014)																																						

#ldb	#26
Name of Methodologic	Guiding framework for evaluating individual learning outcomes from citizen-science project

#ldb	#26																																	
Objective	Provide a practical guide to increase practitioner comfort and confidence in carrying out evaluations within the context of citizen science. This guide also provides an evaluation framework that can widely adopted by citizen-science practitioners to facilitate comparisons of individual learning outcomes across projects.																																	
Case study	N.A																																	
Summary description	FRAMEWORK FOR EVALUATING CITIZEN SCIENCE LEARNING OUTCOMES: Learning Outcomes: • Behavior & Stewardship: Behavior change resulting from participation such as placebased and global stewardship, new participation, and community or civic action. • Skills of Science Inquiry: Procedural skills such as asking questions; designing studies; collecting, analyzing and interpreting data; experimenting; argumentation; synthesis; technology use; communication; and critical thinking. • Knowledge of the Nature of Science: Knowledge of the nature of science; understanding of the scientific process and how science is conducted by researchers. • Motivation: Motivation to pursue science and environmental goals such as STEM careers and citizenscience project activities. • Self-efficacy: The extent to which a learner has confidence in his or her ability to participate in science or to successfully perform stewardship behaviors. • Interest in Science & the Environment: Interest in pursuing science and environmental topics, careers, activities, and issues. Evaluation process as three distinct phases: Plan, Implement, and Share PHASE 1: PLAN: The planning phase emphasizes the importance of clearly articulating goals, outcomes, and indicators early in the evaluation process, and we provide a framework to do this within the context of citizen science. • <u>INVENTORY:</u> ○ A. Describe the project to be evaluated and its audience ○ B. Articulate the goals and targeted outcomes of the project: An outcomes-based approach to evaluation utilizes a backward research design to first determine the desired goals for a particular audience and then to determine the best approach to achieve those goals (Friedman, 2008). Outcomes are more specific than goals and refer to concrete and measurable statements. Wellstated outcomes are SMART, i.e., Specific, Measurable, Attainable, Relevant, and Time-bound (Doran, 1981). Multiple outcomes may be identified for a single goal, and each outcome should include information about the setting or conditions as well as a description of the desired behavior. Define for each of the Learning Outcomes identified : EDUCATIONAL GOALS -> POTENTIAL OUTCOMES -> POTENTIAL INDICATORS -> PROJECT NAME ○ C. Describe the program logic model: A logic model is a graphical representation of your project that shows the relationships between each project component and the expected outcomes. Logic models help to articulate programmatic objectives and strategies, and focus attention on key interventions and intended outcomes. In addition to a logic model, also find it helpful to articulate your “Theory of Change,” i.e., how you think each of your project activities will lead to your desired outcomes. LOGIC MODEL WORKSHEET PROJECT DESCRIPTION & GOALS: <table><tr><td>Inputs</td><td>Activities</td><td>Outputs</td></tr><tr><td>What we invest:</td><td>What they do:</td><td>What the deliverables are:</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table> OUTCOMES—IMPACT <table><tr><td>SHORT TERM</td><td>MEDIUM TERM</td><td>LONG TERM</td></tr><tr><td>What the short term results are (1-3 years):</td><td>What the medium term results are (4-7 years):</td><td>What the ultimate results are (8-10 years):</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table> ASSUMPTIONS ABOUT YOUR MODEL: EXTERNAL FACTORS AFFECTING YOUR PROJECT: • <u>DEFINE:</u> The next step in planning your evaluation is working with stakeholders to define what exactly will be evaluated, determine key evaluation questions, and lay out the evaluation timeline, budget, and limitations: ○ A. State the purpose of the evaluation ○ B. Develop and prioritize key questions that you hope will be answered as a result of the evaluation Outcome evaluations, for which the emphasis is on determining if projects have met their goals, might ask the following questions: • Was there evidence of an increase or change in knowledge as a result of engaging with this project? • Was there evidence that participants improved their skills in data interpretation after or as a result of participating in the project? Was there evidence that participants changed aspects of their consumer behavior as a result of participating in this project? ensure that the questions are 1) answerable; 2) appropriate for the various stages of evaluation; 3) aligned to the desired outcomes; and 4) provide important information for stakeholders. In addition to these criteria, you should also prioritize the questions by considering the following aspects: • The resources needed to answer the question • The time required • The value of the information ○ C. Determine the indicators for each intended outcome ○ D. Construct a timeline for the evaluation (include major milestones) ○ E. Construct a rough budget for the evaluation • <u>DESIGN:</u> designing the plan for data collection. The goal is to create a data collection strategy that identifies procedures that are feasible, costeffective, and viable to keep the project focused and on schedule. Before implementation begins, all relevant personnel should review and understand the data collection strategy. ○ A. Determine your study design: The design should reflect the types of questions you need answered, the reason for conducting the evaluation, the methods that best address the evaluation question, the amount of resources you can commit to the evaluation, and the information stakeholders hope to learn ○ B. For each outcome, determine the population to sample from and the appropriate sample size ○ C. Draft the data collection strategy: For each targeted outcome, identify the data collection methods to be used, the sample for collection (i.e., before, during, or after the project/intervention), and the source of the data. (exemplo de methods: • Surveys • Professional critique/expert review • Interviews • Portfolio reviews • Focus groups • Content analysis • Observations ...) DATA COLLECTION STRATEGY <table><tr><td>INTENDED OUTCOME</td><td>EVALUATION QUESTIONS</td><td>INDICATORS</td><td>STUDY DESIGN</td><td>TIMELINE, PERSONNEL</td></tr><tr><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>2</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> PHASE 2: IMPLEMENT: The implementation phase focuses on carrying out the activities articulated in the planning phase.	Inputs	Activities	Outputs	What we invest:	What they do:	What the deliverables are:				SHORT TERM	MEDIUM TERM	LONG TERM	What the short term results are (1-3 years):	What the medium term results are (4-7 years):	What the ultimate results are (8-10 years):				INTENDED OUTCOME	EVALUATION QUESTIONS	INDICATORS	STUDY DESIGN	TIMELINE, PERSONNEL	1					2				
Inputs	Activities	Outputs																																
What we invest:	What they do:	What the deliverables are:																																
SHORT TERM	MEDIUM TERM	LONG TERM																																
What the short term results are (1-3 years):	What the medium term results are (4-7 years):	What the ultimate results are (8-10 years):																																
INTENDED OUTCOME	EVALUATION QUESTIONS	INDICATORS	STUDY DESIGN	TIMELINE, PERSONNEL																														
1																																		
2																																		

#ldb	#26
	• DEVELOP: This section explains how to use the plan to guide implementation of your evaluation. The goal of the implementation phase is to collect credible data that will increase the accuracy and utility of the evaluation. ○ <i>A. Choose your instrument:</i> Instruments can include protocols for interviews, observation, or focus groups; surveys and questionnaires; and tests and quizzes. ○ <i>B. Follow best practices for survey development:</i> If you are creating a new instrument such as a survey, create a draft and share it with your colleagues or with individuals considered to be experts in the construct. • FIELD TEST: Testing your instrument is important for ensuring that it is understandable to the intended audience. Testing instruments before data collection begins—whether they are surveys, interview, or observation protocols—will help to minimize measurement error and in turn increase the credibility of your results. ○ <i>A. Field test draft instruments and refine as needed based on test results</i> ○ <i>B. Create a data management plan</i> • ADMINISTER: Administering your data collection instrument(s) is perhaps the most exciting phase of conducting your evaluation. Whether you are administering a survey or series of interviews, observations, or focus groups, this is where all your hard work begins to pay off by collecting credible evidence about your project. ○ <i>A. Recruit participants</i> ○ <i>B. Administer final instruments and collect data</i> PHASE 3: SHARE: The sharing phase provides guidance on how to communicate your evaluation results to a wider audience and how to use your findings for future planning. • ANALYZE: Data analysis can take many different forms depending on the project need, audience, and how the information will be used. If expertise in data analysis is not available internally, consider hiring someone with the required skill set. Before analysis takes place, review the evaluation questions to focus your data analysis. ○ <i>A. Make a copy of the original raw data</i> ○ <i>B. Working with quantitative data (numerically-based data):</i> Quantitative data are numerical in nature, and typically analysed using statistical tests and methods. Common stats packages include Excel, Access, JMP, SAS, SPSS, STATA, R, and Minitab. ▪ 1. Create a codebook for organizing all your data. ▪ 2. Clean and transform the data ▪ 3. Summarize the data using descriptive statistics ▪ 4. Interpret your data ○ <i>C. Working with qualitative data (text and image-based data):</i> Qualitative data consist of almost any information or data that is not numerical in nature. ▪ 1. Determine the procedure for analysing and interpreting your data based on the type of data that you have ▪ 2. Employ data reduction techniques ▪ 3. Interpret your data ○ <i>D. Working with mixed methods data:</i> In mixed methods datasets, the above principles for qualitative and quantitative data apply, but analysis of data from a mixed methods design will vary depending on the relationship between the quantitative and qualitative data. ▪ 1. Compare and contrast qualitative and quantitative data ▪ 2. Synthesize mixed methods data ▪ 3. Analyze separately • REPORT: Once data have been analyzed and synthesized, an evaluation report should be completed so that stakeholders are aware of the evaluation process and its findings ○ <i>A. Executive Summary</i> ○ <i>B. Program Description</i> ○ <i>C. Evaluation Methodology</i> ○ <i>D. Findings & Results</i> ○ <i>E. Discussion & Interpretation</i> ○ <i>F. Recommendations</i> ○ <i>G. References</i> ○ <i>H. Appendices</i> • DISSEMINATE & INFORM ○ <i>A. Share with stakeholders</i> ○ <i>B. Consider publishing</i> ○ <i>C. Consider non-traditional options</i> ○ <i>D. Inform your program</i> EVALUATION PLAN WORKSHEET
Key points	Have different templates to evaluate the several phases. Pretend to be a guide that allow the comparison between different projects
Method of evaluation	Mixed methods
Type of participation	Citizen science projects / public participation in scientific research
Process phase	end of process Summative evaluation
Limitations	Theoretical and its not intuitive how to allow the project comparison
Reference	Phillips, Tina, Marion Ferguson, Matthew Minarchek, Norman Porticella, e Rick Bonney. «Evaluating learning outcomes from citizen science». Cornell Lab of Ornithology, Ithaca, 2014. (Phillips et al. 2014)

#ldb	#27
Name of Methodologic	The evaluation protocol relies on the Challenge and Reconstruct Learning (ChaRL) Framework

#Idb	#27
Objective	Evaluation protocol developed to detect systems learning by decision makers involved in the management of natural resources.
Case study	The Mekong region project - the implementation of the described monitoring and evaluation methodology provided supportive evidence for assessing the impact of a learning-focused participatory research process held with natural resource decision makers in the Greater Mekong Subregion.
Summary description	The key constructs chosen for the evaluation of the participatory process in the Greater Mekong Subregion were (1) beliefs, (2) values, and (3) attitudes. This keeps a narrow focus on individual learning without expanding into elements of organisation or social learning. - Beliefs and attitudes were recorded by trained observers during the workshops. Attitude-type statements included normative statements regarding policy instruments, intervention options or related aspects. - The values were assessed with the values questionnaire - the participants answered a questionnaire at the first and last workshop of the project. Five criteria (Biocentric; Open to change; Conservative (Family security); Altruism; Self-interest) are assessed on a 6-point numerical likert scale, with a total of 15 scale items (3 item per criteria)
Key points	Evaluates a specific point that indicates it is the result of a individual learning.
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Active Participatory process
Process phase	During the process - compare the beginning with the end
Limitations	Requires a permanent team to observe participants during the sessions - can generate mistrust
Reference	Smajgl, Alex, e John Ward. «31. Evaluating Participatory Research: Framework, Methods and Implementation Results». Journal of Environmental Management 157 (1 de julho de 2015): 311–19. https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.04.014 . (Smajgl e Ward 2015)

#Idb	#28
Name of Methodologic	Learning-oriented evaluation – questions
Objective	The aim of this contribution is to develop a method of systematically evaluating multiple cases of participatory action research
Case study	Systematic evaluation of participatory action research with 17 European networks (LINSAs) as part of a research project titled SOLINSA: Support of Learning and Innovation Networks for Sustainable Agriculture.» LINSAs are characteristically complex and dynamic, and a research method was needed that contributed to an understanding of the processes of knowledge sharing and coproduction that lead to learning and innovation for sustainable agriculture.
Summary description	Create an evaluation instrument with a list of questions that were applicable to the evaluation of each case study LINSAs, through the learning oriented evaluation- the aim is to produce recommendations that can be subsequently used to improve the participatory action research process. The final evaluation instrument consisted of the following questions: (1) What were the critical moments that lubricated interaction between SOLINSA and LINSAs? (2) What changes in relationships have happened since the beginning of the project? Which method(s) worked well, or poorly, in the interaction? Why? What were the supporting conditions? (3) What were the most significant achievements from the interaction? (4) How did the goals that were negotiated between research and LINSAs evolve over time? (5) Which changes/effects were only possible because of the interactive approach of the collaboration with SOLINSA? (6) What changes/effects would you have expected with a different approach? (7) What advice would you give to researchers or innovation brokers who would engage in future research projects involving participatory processes? (8) What were the conditions that supported, or hindered, successful participatory research in your case/with your LINSAs? The researchers of the different case studies were given the freedom to collect the answers to the questions as they considered most appropriate. The responses to the questions were then analysed according to their content, with constructs as the base unit of analysis: thus providing both the content and context units. The responses were expanded during an externally facilitated participatory review in which the researchers from all of the 17 case study networks participated. The results of the analysis can be divided into two main categories: enabling collaboration and outcomes of collaboration.
Key points	The formulation of broad questions, and the notion that action researchers should be free to collect data to answer the questions in the way that is most suitable in their specific context, provides sufficient flexibility of this adaptation that it can be applied in a wide range of contexts.
Method of evaluation	Qualitative but structured self-evaluation of their action research
Type of participation	Ativa
Process phase	The project evaluation was carried out immediately at the end of the project, before outcomes can be expected to be observed
Limitations	Most of the reported results from the evaluations were related to the process and participation rather than the achievement of outcomes - an absence of predefined and measurable outcomes in the participant guided transdisciplinary process. Although the researchers were evaluating participatory processes, the methods chosen to find answers to the questionnaires were rarely participatory and feedback was still mostly based on researchers' impressions.
Reference	Robert Home & Niels Rump (2015) Evaluation of a Multi-case Participatory Action Research Project: The Case of SOLINSA, The Journal of Agricultural Education and Extension, 21:1, 73-89, DOI: 10.1080/1389224X.2014.991112 (Home e Rump 2015)

#Idb	#29
Name of Methodologic	Framework for the Comparison of Participatory Processes (COPP)
Objective	The purpose of this cross-comparison is to analyse the effectiveness of participatory processes and their elements
Case study	The COPP framework was applied to five case studies: three located in the Mekong basin in Southeast Asia and two in eastern Africa. Some context variables are similar as all five studies focused on environmental issues with natural resources as target system elements.
Summary description	The COPP framework aims at being used across participatory processes characterized by diverse contexts, M&E objectives, methods and disciplines. Note: The COPP Framework does not aim to detail all potential outputs, outcomes and impacts of specific participatory processes, but identifying major changes which may be expected from such processes for diagnostic and comparative purposes

#ldb	#29
	Data collection: qualitative and quantitative M&E methods were used in all case studies: participant observation, interviews and surveys. Additional qualitative methods included field notes, logbooks, literature review, questionnaires and expectations. An additional quantitative method used was the counting of instances of occurrence in participatory events. 1: Framework application template A. Context-related characteristics A1 What are the system elements the participatory process targets to improve? (Multiple options can be chosen^[7]) ☐ Natural / Environmental: e.g. water, forests, wetlands ☐ Economic: e.g. labor, import-export ☐ Social: e.g. livelihoods, migration ☐ Political: e.g. votes, policies ☐ Urban: e.g. infrastructures, housing ☐ Health: e.g. facilities, equipment ☐ Technological: e.g. internet ☐ Educational: e.g. curriculum, classes A2 Which levels of governance are critical influencers of the target system elements? (Multiple options can be chosen^[7]) ☐ Macro (national or larger) ☐ Meso (subnational) ☐ Micro (village or group of villages) A3 Have there been previous intervention attempts aiming to influence the selected target system elements? ☐ Many ☐ Few ☐ None A4 What relationships existed between participants before the participatory process started? ☐ No pre-existing relationship ☐ High degree of mistrust / conflict ☐ Moderate trust and conflict ☐ Good pre-existing relationships and trust A5 How well did participants understand the target system elements before the participatory process started? ☐ The majority of participants state they understand target system elements ☐ The majority of participants state they do not understand target system elements B. Process-related characteristics B1 What are the main objectives of the participatory process? (Multiple options can be chosen^[7]) ☐ Exploring decision-making options (e.g. planning, laws) ☐ Improve participants' system understanding ☐ Resolving or avoiding conflicts ☐ Gathering knowledge (e.g. mapping of the social-environmental system, geographic information systems, inventory) B2 Who had the initial idea and instigated the process first? (Multiple options can be chosen^[7]) ☐ Donor or development agency (e.g. call for projects) ☐ Researchers ☐ Decision-makers / government ☐ Civil society ☐ Private sector B3 Who lead the participatory process, organized and facilitated the events? (Multiple options can be chosen^[7]) ☐ Donor or development agency ☐ Researchers ☐ Decision-makers / government ☐ Civil society ☐ Private sector B4 What is the origin of the team? ☐ The majority of team members come from the area and/or are affected by the target system elements ☐ The majority of team members do not come from the area and are not affected by the target system elements B5 Who selected participants? (Multiple options can be chosen^[7]) ☐ Selected by the team ☐ Selected by a third party, external of the organizing and facilitating team B6 How many participants did the process actively involve (excl. team members)? (In case of multiple parallel processes specify for each process separately.) ☐ Over 50 ☐ Between 25 and 49 ☐ Between 12 and 24 ☐ Below 12 B7 What could participants' expectations best be described? ☐ High: they believe this process can change the target system, ☐ Low: they don't believe this process can change the target system B8 How many levels of governance participated? ☐ Single-level ☐ Multiple-levels B9 How long did the participatory process last? (Specify) ☐ More than 5 years ☐ 1 to 5 years ☐ Less than a year

#ldb	#29
	B10 How many events took place in this timeframe? ☐ Multiple events (specify) ☐ Single event B11 What is the approximate retention rate of participants during the process? ☐ More than 75% of participants attended the whole process ☐ 50 to 74% of participants attended the whole process ☐ 25 to 49% of participants attended the whole process ☐ Less than 24% of participants attended the whole process B12 What is the main situation of participatory activities, the setting of exchange? (Multiple options can be chosen ☑) ☐ Participants are involved individually ☐ Participants are involved as a group that is considered as a whole by the organizing and facilitating team, independent of participants' diversity ☐ Participants are involved as a heterogeneous group B13 What stages of the process were genuinely participatory? ☐ (Co-) design of the project proposal ☐ (Co-) design of the participatory process ☐ (Co-) selection of process methods ☐ (Co-) selection of participants ☐ (Co-) facilitation of participatory events ☐ (Co-) M&E design ☐ (Co-) selection of M&E methods ☐ (Co-) analysis of results ☐ (Co-) communication of results B14 What methods and tools did the participatory process employ? (Multiple options can be chosen ☑) ☐ Non-computerized model(s) (e.g. role-playing games, system representation(s)) ☐ Computerized model(s) ☐ Surveys and studies ☐ Visioning, foresight, scenario-building C . Outputs, outcomes and impacts-related characteristics C1 What were the main outputs of the participatory process? (Multiple options can be chosen ☑) ☐ New, revised or dismissed development plan / policy / investment / technology / law ☐ Agreement, memorandum of understanding, terms of reference ☐ Model ☐ Investment in new infrastructure / land use change / management processes ☐ No specific artefact C2 How can the main impact on participants best be described? (Multiple options can be chosen ☑) ☐ Reduction of conflict ☐ Improved understanding of target system elements ☐ Capacity building ☐ Influence on decision ☐ Increased collaboration, trust, networking, relationship building ☐ None C3 What was the main impact on actions implemented by participants? (Multiple options can be chosen ☑) ☐ Individual behavioral change, change in daily practices and actions ☐ Collective actions ☐ None C4 At which social scales did the impacts realise? ☐ Only within the group(s) involved in the process ☐ Within and beyond the group(s) involved in the process C5 What was the spatial extent of impacts achieved? ☐ Only in the area where the process was implemented ☐ In and beyond the area where the process was implemented C6 What are the time scales of impacts? (Multiple options can be chosen ☑) ☐ Short term ☐ Medium term ☐ Long term
Key points	Allow the comparison between participatory processes and have a replicable framework template
Method of evaluation	Qualitative and quantitative
Type of participation	Active participation
Process phase	After the end of the process/project
Limitations	Don't indicate were to collected the different data necessary to fill the framework template
Reference	Hassenforder, Emeline, Alex Smajgl, e John Ward. «Towards understanding participatory processes: Framework, application and results». Journal of Environmental Management 157 (1 de julho de 2015): 84–95. https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.04.012 . (Hassenforder, Smajgl, e Ward 2015)

#ldb	#30
Name of Methodologic	Program Evaluation Rating Sheet (PERS)
Objective	It is an experience-based empirical instrument that was constructed and validated based on less structured evaluation methods and observations from HITEC-1 - Health Improvement Through Employee Control (HITEC)
Case study	Two correctional facilities in different geographical locations, herein Sites A (KET) and B (DT) – The implementation of the KET and DT programs. - Health Improvement Through Employee Control (HITEC). To promote standardization, both the KET and DT programs were required to (i) use the same intervention planning tool “Intervention Design and Analysis Scorecard” (IDEAS) developed by CPH-NEW for their Health Workplace Participatory Program.
Summary description	The participatory intervention programs conducted at DOC led to creation of a program evaluation instrument (the PERS) to assist in identification of factors associated with intervention success within the correctional workplace, and may also be useful in other sectors Program Evaluation Framework Outcome evaluation is a preferred approach for evaluating intervention efficacy and effectiveness, as well as for determining resource allocation. The evaluation instrument developed by the HITEC-2 study team, entitled the Program Evaluation Rating Sheet (PERS). It is an experience-based empirical instrument that was constructed and validated based on less structured evaluation methods and observations from HITEC-1. The main departure of PERS from linear/ sequential evaluation is a recognition that intervention content and process may occur simultaneously at different organizational levels. Quantitative evaluation domains. - I. Team-level factors - II. Facility-level factors - III. DOC-level factors - IV. State-level factors - V. Facilitator-level factors - VI. Intervention-level factors - VII. Implementation effectiveness - VIII. Intervention effectiveness For each domains, there is a set of activities and criteria that are evaluated according to : Rating Use binary rating (0 = did not occur,1= occurred) to rate interventions designed with IDEAS. Activities not relevant to the team’s work should be rated N/A, and activities that have not yet taken place should be rated TBD. At the end of each domains, the assigned score is summed up and the score percentage is calculated based on the "Highest possible score". Propose an evaluation / questionnaire at the beginning and end to assess the effectiveness of the intervention Four data collection methods were used to generate ratings for the PERS: IDEAS worksheets; Meeting minutes; Team metrics; Study metrics
Key points	Percentage ratings allowed for an overall assessment of project success. Allows comparability between two programmes. It has specific criteria for the different actors involved, from the participants to the team.
Method of evaluation	Qualitative and quantitative
Type of participation	Participatory action research
Process phase	Propose an evaluation / questionnaire at the beginning and end to assess the effectiveness of the intervention
Limitations	First, not all criteria listed were achievable by all intervention efforts (some were not applicable or incomplete), preventing a point-by-point comparison of intervention implementation. The binary rating system is too crude and did not capture variability. Important contextual factors are not readily reduced to a relative score.
Reference	Dugan, Alicia G., Dana A. Farr, Sara Namazi, Robert A. Henning, Kelly N. Wallace, Mazen El Ghaziri, Laura Punnett, Jeffrey L. Dussetschleger, e Martin G. Cherniack. «Process Evaluation of Two Participatory Approaches: Implementing Total Worker Health® Interventions in a Correctional Workforce». American journal of industrial medicine 59, n. 10 (outubro de 2016): 897–918. https://doi.org/10.1002/ajim.22593 . (Dugan et al. 2016)

#ldb	#31
Name of Methodologic	Consolidated Framework for Implementation Research (CFIR) - rating assignment criteria
Objective	An adaptation of the CFIR were applied to one participatory research trial to identify and compare barriers and facilitators influencing the variation of the multi-component public health participatory intervention’s implementation in school settings.
Case study	Project TRUST (Training for Resiliency in Urban Students and Teachers) - a three-component, five-year pragmatic participatory intervention in ten middle and high schools in an urban school district.
Summary description	CFIR Methodology description - Damschroder LJ, Lowery JC. Evaluation of a large-scale weight management program using the consolidated framework for implementation research (CFIR). Implement Sci. 2013;8(1):51. https://doi.org/10.1186/1748-5908-8-51 CFIR construct rating. A deliberative consensus process incorporating components of consensual qualitative research methods in a multi-stage rating process, including using several judges throughout the analysis to foster multiple perspectives and consensus discussion to assign meaning to the data. CFIR construct definition adaptations for Project TRUST organized by domain Present a list of criteria that after were evaluated in a scale -2, -1, 0, +1, +2 (Key: Rating + or - indicates the valence of the construct on implementation, and 1 or 2 indicates the magnitude of the construct’s influence on implementation) CFIR construct ratings I.Intervention Characteristics •Adaptability •Complexity •General Intervention Logistic Complexity •Design Quality & Packaging II.II. Outer Setting •Participant Needs & Resources •Cosmopolitanism •External Policy & Incentives III.III. Inner Setting •Social Structural Characteristics •Networks & Communications (Quality of Formal Communications; Social Capital) •Culture

#ldb	#31
	•Implementation Climate (Tension for Change; Compatibility; Relative Priority; Organizational Incentives & Rewards) •Readiness for Implementation (Leadership Engagement; Available Resources; Access to Information & Knowledge) IV.IV. Characteristics of Individuals •Knowledge & Beliefs About the Intervention •Agency •Individual Stage of Change •Individual Identification with the Organization V.V. Process •Planning •Engaging (Opinion Leaders; Formally Appointed Internal Implementation Leaders; Champions; External Change Agents) •Executing •Reflecting & Evaluating TRUST core team members collectively ranked the intervention implementation effectiveness within each participating school
Key points	Allow comparison between similar intervention / participatory context
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	Participatory context
Process phase	End of the process
Limitations	Is associated to the opinion of the evaluators – subjective analyses (since are the ones that conduct the process)
Reference	Wilhelm, A.K., M. Schwedhelm, M. Bigelow, N. Bates, M. Hang, L. Ortega, S. Pergament, e M.L. Allen. «Evaluation of a school-based participatory intervention to improve school environments using the Consolidated Framework for Implementation Research». BMC Public Health 21, n. 1 (2021). https://doi.org/10.1186/s12889-021-11644-5 . (Wilhelm et al. 2021)

#ldb	#32
Name of Methodologic	Framework for the M&E of a participatory planning process
Objective	Evaluate Participatory processes in the field of natural resource management area overcoming 4 identified challenges.
Case study	A framework was developed to monitor and evaluate the Rwenzori participatory process.
Summary description	The framework is based on three main clusters: context, process, and outputs, outcomes and impacts. The application of this framework involves six phases: • 1.Description of the case, • 2.Clarification of the M&E viewpoint(s) and definition of the M&E objective(s), 3.Identification of the context, process and outcomes analytical variables based on the M&E objective(s), • 4.Development of the M&E methods to inform the variables and data collection, 5.Analysis of the data collected in order to inform the M&E objective(s), • 6.Sharing of the M&E results. Phase 1. Description of the case The participatory planning process developed to address these social and environmental issues was adapted from the Aqualstress project2 and comprised six phases: 1.Procedural agreement, 2.Evaluation and identification of long term common objectives, 3.Action proposal, 4.Selection and integration of actions, 5.Test of the plan using participatory simulation tools (roleplaying games), and 6.Implementation plan. This process was first implemented at the scale of the Rwenzori region, or “meso” scale, encompassing seven districts, with a group of about 30 stakeholders through a series of four workshops over a period of 16 months, from April 2012 to July 2013. Phase 2. Definition of the M&E viewpoints and objectives All evaluators were “insiders” or “internal” evaluators in the sense that they were involved in designing and implementing the participatory planning process. There were two main sets of M&E objectives in the Rwenzori. For evaluators, the M&E objectives were (i) to evaluate the institutional and organizational changes taking place among and beyond the group of participants and (ii) to identify the contextual and procedural drivers for those changes. For participants, their objectives for being involved in the M&E process were (i) to obtain a reflexive understanding of the participatory planning process and its outcomes (ii) to make their progress and results visible to themselves and higher policy makers and (iii) to set the scene for the future operational M&E of plan implementation and adaptation. The M&E objectives were defined before the first workshop, during the procedural agreement phase, through interviews. Phase 3. Identification of the analytical variables Still during the procedural agreement phase, an initial list of variables to be monitored and evaluated was established for each cluster, context, process and outcomes, based on a literature review. The resulting M&E framework or list of variables for the M&E of the Rwenzori participatory planning process Phase 4. Development of the M&E methods and data collection To monitor and evaluate because they are often at the origin of changes such as shifting viewpoints, perspective-taking and decision-making. On the other hand, the monitoring of the process also needs to track what is happening permanently, in between the workshops, which can be challenging because many decisions and actions might take place “behind closed doors” which are not accessible to evaluators. Several M&E methods were therefore selected and developed to monitor and evaluate the Rwenzori process at various points in time: ex-ante, punctual, permanent, ex-post and long term. • Before the process: Four main methods were used for the ex-ante M&E - They aimed primarily at establishing a baseline of the situation before the beginning of the process and to discuss the M&E objectives and variables with key participants. During the process: The main permanent M&E method was a “logbook” to record all interventions, sessions, interactions, events and other external or contextual factors, whether environmental, relational, socio-economic, or political, taking place in the area. These data (e.g. numbers of participants at meetings, minutes of meetings and names of stakeholder groups, etc.) could provide a beginning for researchers’ evaluation of public participation efforts”. This is exactly what our logbook ought to do. • For the punctual M&E made during the workshops, various methods were developed. These are attendance lists, pictures and videos, interviews, expectations, participant observation and questionnaires. • At the beginning of the workshops, participants enacted their expectations writing them on post-its or expressing them aloud during a round table or a video interview. At the end of each workshop, participants evaluated to what extent their expectations had been met using the same medium. As soon as the process is finished: the ex-post M&E method used was interviews based on the similar list of questions and interviewee selection process than for the punctual M&E Long-term evaluation: The long-term M&E is made by an evaluator using the logbook and with regular updates via email and telephone with facilitators and key participants. It lasts for a few months or years after the end of the process and looks at, in addition to the outcomes and impacts in the medium and long terms, the concepts

#ldb	#32
	of sustainability, viability and adaptation of the outcomes and impacts to further changing circumstances. As in many projects, the long term M&E in the Ugandan case was constrained by the fact that AfroMaison project had ended and therefore that no more budget was available for the M&E. Phase 5. Analysis of the data collected Analysing the information collected qualitatively and quantitatively Phase 6. Sharing of the M&E results Made available templates to collected data: - List of questions used for the interviews “Rapporteur debriefing sheet” used to guide evaluators in their participant observation of the local process “Facilitator debriefing sheet” used to guide facilitators in their participant observation of the local process - Thorough questionnaires distributed at the end of each meso workshop - Simple questionnaires distributed at the end of each local workshop
Key points	It presents a proposal for evaluation methods to be considered throughout the process and considers the collection of information for long-term evaluation.
Method of evaluation	Mixed methods
Type of participation	actively engaging concerned stakeholders
Process phase	Before the process, during the process, after the process
Limitations	Difficult to operationalise given the time/resources required and the lack of practical information on how to evaluate each phase
Reference	Hassenforder, Emeline, Raphaële Ducrot, Nils Ferrand, Olivier Barreteau, Katherine Anne Daniell, e Jamie Pittock. «Four challenges in selecting and implementing methods to monitor and evaluate participatory processes: Example from the Rwenzori region, Uganda». Journal of Environmental Management 180 (15 de setembro de 2016): 504–16. https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.05.019 . (Hassenforder et al. 2016)

#ldb	#33																																						
Name of Methodologic	Evaluates participatory models based on the concept of “boundary objects”																																						
Objective	Propose and categorize common mechanisms that promote model effectiveness across of participatory decision-making contexts, forms of participation, and types of computer models - Through a checklist of criteria to evaluate “Intermediate outcomes”																																						
Case study	Participatory models in water resources conflicts Using computer models																																						
Summary description	The proposed methodology is based on the concept of “boundary objects” and is divided into two phases: Stage One: Dimensions of Participation The National Resource Council [NRC, 2008] identified five dimensions of public participation in environmental decision-making: - Who is involved? (Participants (Stakeholders & organization team) - At what stage in the planning process are the participants involved? (stage of participation) - What is the degree and effort of involvement of the participants and organizer? (degree of involvement) - What extent of power and/or influence do the participants have in the decision process? (Level of influence) - What are the goals and purposes guiding the participation process? (Purpose) Stage Two: Attributes of Successful Participatory - Models as Boundary Objects Models as “boundary objects” is introduced to evaluate their effectiveness as collaborative tools. Based on Cash et al. [2003] research in sustainable sciences field, three metrics of success for boundary objects in public policy relative to their ability to convey scientific knowledge: - The concept of credibility is related to the quality of information. - the concept of salience is related to the relevance of the information—in this context, information that is provided by a model—to the needs of stakeholders and decision makers. - The concept of legitimacy involves participants’ trust in the neutrality of the information, organizations, and/or processes. By identifying credibility, salience and legitimacy as characteristics of a successful participatory process, they are transformed into three evaluation criteria that can be used to capture “success”. Each criterion has five metrics that are used to evaluate the success of a case study, thereby drawing up a list of 15 metrics. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Criteria</th><th>Description</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Credibility</td><td></td></tr> <tr> <td>C1</td><td>Identifies knowledge gaps, crucial issues, and discrepancies in problem understanding</td></tr> <tr> <td>C2</td><td>Builds shared understanding of facts and language as the starting point for discussions</td></tr> <tr> <td>C3</td><td>Uses data/information derived from trusted sources</td></tr> <tr> <td>C4</td><td>Provides means for stakeholder inclusion in relevant dialogues</td></tr> <tr> <td>C5</td><td>Promotes communication, enhanced credibility and accountability of information, and bridges gaps in new perspectives</td></tr> <tr> <td>Salience</td><td></td></tr> <tr> <td>S1</td><td>Builds effective and frequent communication channels in a two-way dialogue</td></tr> <tr> <td>S2</td><td>Translates information and technology results to address end-user needs</td></tr> <tr> <td>S3</td><td>Incorporates diverse knowledge from a range of users</td></tr> <tr> <td>S4</td><td>Results in a single-text document as an agreement on a set of facts and a platform for coproduction</td></tr> <tr> <td>S5</td><td>Helps link relevant questions to end users to answers model can accurately provide</td></tr> <tr> <td>Legitimacy</td><td></td></tr> <tr> <td>L1</td><td>Provides open and transparent criteria for decisions and rules of conduct</td></tr> <tr> <td>L2</td><td>Allows real-time criticisms, feedback, and update mechanisms</td></tr> <tr> <td>L3</td><td>Accommodates new information/preferences through model flexibility and acts as educational tool to users</td></tr> <tr> <td>L4</td><td>Analyzes alternative scenarios to create a collaborative environment and converge on solutions</td></tr> <tr> <td>L5</td><td>Elucidates decision process through forum, provides insights rather than “optimal” solutions</td></tr> </tbody> </table> Method of collecting information to apply the criteria: case studies with a well-documented participation component; and use of computer models. based on the published information of each case study, namely: the study needed at least one peer-reviewed published paper; planning studies were desired that were based on realistic scenarios and made use of a computer model; the degree of involvement was representative of one of the five categories. stakeholder involvement was documented in enough detail and not limited to model outputs. Each metric is rated: High; Medium; low Then by analysing them in perspective, it is possible to identify the areas of success, those that are satisfactory and those that need improvement.	Criteria	Description	Credibility		C1	Identifies knowledge gaps, crucial issues, and discrepancies in problem understanding	C2	Builds shared understanding of facts and language as the starting point for discussions	C3	Uses data/information derived from trusted sources	C4	Provides means for stakeholder inclusion in relevant dialogues	C5	Promotes communication, enhanced credibility and accountability of information, and bridges gaps in new perspectives	Salience		S1	Builds effective and frequent communication channels in a two-way dialogue	S2	Translates information and technology results to address end-user needs	S3	Incorporates diverse knowledge from a range of users	S4	Results in a single-text document as an agreement on a set of facts and a platform for coproduction	S5	Helps link relevant questions to end users to answers model can accurately provide	Legitimacy		L1	Provides open and transparent criteria for decisions and rules of conduct	L2	Allows real-time criticisms, feedback, and update mechanisms	L3	Accommodates new information/preferences through model flexibility and acts as educational tool to users	L4	Analyzes alternative scenarios to create a collaborative environment and converge on solutions	L5	Elucidates decision process through forum, provides insights rather than “optimal” solutions
Criteria	Description																																						
Credibility																																							
C1	Identifies knowledge gaps, crucial issues, and discrepancies in problem understanding																																						
C2	Builds shared understanding of facts and language as the starting point for discussions																																						
C3	Uses data/information derived from trusted sources																																						
C4	Provides means for stakeholder inclusion in relevant dialogues																																						
C5	Promotes communication, enhanced credibility and accountability of information, and bridges gaps in new perspectives																																						
Salience																																							
S1	Builds effective and frequent communication channels in a two-way dialogue																																						
S2	Translates information and technology results to address end-user needs																																						
S3	Incorporates diverse knowledge from a range of users																																						
S4	Results in a single-text document as an agreement on a set of facts and a platform for coproduction																																						
S5	Helps link relevant questions to end users to answers model can accurately provide																																						
Legitimacy																																							
L1	Provides open and transparent criteria for decisions and rules of conduct																																						
L2	Allows real-time criticisms, feedback, and update mechanisms																																						
L3	Accommodates new information/preferences through model flexibility and acts as educational tool to users																																						
L4	Analyzes alternative scenarios to create a collaborative environment and converge on solutions																																						
L5	Elucidates decision process through forum, provides insights rather than “optimal” solutions																																						
Key points	PM evaluation criteria based on process mechanisms and on their relation to intermediate outcomes.																																						

#ldb	#33
	-framework provides a structured vocabulary on clear mechanisms that capture the technical and social nature of PM based on previously established concepts of participation (stage 1) and boundary objects (stage 2). -identify several challenges regarding participation and the accessibility and applicability of technical knowledge that need to be considered prior to outcomes. -the framework allows flexibility to evaluate a wide range of cases, even when the effort's stated objectives for participation are quite different in scope or discipline.
Method of evaluation	Qualitative
Type of participation	All
Process phase	After the end of the process
Limitations	Evaluation carried out by external experts who apply the criteria in the light of the contents of the base documents. The analysis is based on studies published in peer-reviewed journals and the evidence and claims made by the authors. Published case studies are written from one point of view, which may or may not reflect the opinions of the participants. Given the lack of documentation for some of the case studies, it is not possible to assess whether they have a low rating. It was applied to documented processes and not to processes to which they were attached.
Reference	Falconi, Stefanie M., e Richard N. Palmer. «An Interdisciplinary Framework for Participatory Modeling Design and Evaluation—What Makes Models Effective Participatory Decision Tools?» Water Resources Research 53, n. 2 (2017): 1625–45. https://doi.org/10.1002/2016WR019373 . (Falconi & Palmer, 2017)

#ldb	#34																																				
Name of Methodologic	Qualitative research protocol to evaluate Participatory Planning																																				
Objective	A conceptual framework was developed to evaluate the process and outcome of participatory management planning processes.																																				
Case study	Evaluate participatory processes related to the development of management plans for Natura 2000 sites, located in Hungary. The Natura 2000 network of the European Union (EU) consisting of sites of community importance is considered one of the largest networks of protected areas in the world.																																				
Summary description	Structured qualitative research protocol: List with a set of 17 criteria used for the evaluation, contains 12 process and 5 outcome criteria. Most of the criteria were evaluated with a 3 point scale and a 2 point scale for those criteria where the 3 point scale had no meaning. The chosen set of criteria had to meet the following requirements: (1) it is comprehensive and can be used to assess both the process and the outcome of planning processes, (2) the evaluation can be based on the content analysis of available documents with additional correspondence with national park directorates if necessary, (3) it is effective in case of a larger set of participatory processes, (4) it can be applied to conservation related participatory management planning processes. Data collection: written information sources were identified and collected, including the final Natura 2000 management plans and the minutes of consultation forums the transcriptions or notes of semi-structured interviews and the reports of stakeholder analysis and communication activities, and the standardized observation forms filled during consultation forums. All documents were then analysed from process to process, using the qualitative content analysis method. Evaluation: Each Criterion was evaluated based on the textual evidence found. Each criterion was scored on a 0 e2 scale, where 0 indicated the worst and 2 the best results. The systematic nature of the analysis allowed us to sum up the scores for each criterion within and across the analysed processes, and also to compare the three cases using the percentage of maximum scores reached in the two main groups of criteria calculated for each case.																																				
	<table><tr><th>Criteria</th><th>Definition</th><th>Scale (0e2 points, 0 = worst, 2 = best) with explanation in brackets</th></tr><tr><td>Process</td><td></td><td></td></tr><tr><td>1.Commitment of the decision-maker</td><td>The decision-maker shows commitment to the participatory planning process by playing an active role.</td><td>0: no (the representative of the decision-maker or its competent body is not present at the forum); 1: partly (the representative of the decision-maker or its competent body is present at the forum, but he/she is not active or not authorised to answer questions); 2: fully (the representative of the decision-maker or its competent body is present, active and authorised to answer questions).</td></tr><tr><td>2.Independence of the facilitator team responsible for the participatory process</td><td>The facilitator team is independent from all stakeholders.</td><td>0: no; 1: partly (independent from just one stakeholder group); 2: fully: (independent from all stakeholder groups)</td></tr><tr><td>3.Early involvement of stakeholders</td><td>Involvement is secured in such a way that existence of real alternatives are perceived by stakeholders.</td><td>0: late (after the first version of the plan); 1: before the first version of the plan; 2: early (before designation)</td></tr><tr><td>4. Representativeness</td><td>Representatives of all important stakeholders participate in the process and at forums.</td><td>0: no (not all important stakeholder groups are represented/ participate in the process); 1: partly (all important stakeholder groups are represented/participate in the process but not at the forum); 2: fully (all important stakeholder groups are represented at the forum)</td></tr><tr><td>5. Transparency</td><td>The process is transparent for all stakeholders, so they know what is going on and how decisions are being made, and can follow the process.</td><td>0: no; 1: partly; 2: fully</td></tr><tr><td>6.Combination of participatory tools</td><td>Different participatory tools are available for the stakeholders to get involved and to form opinions: interviews, forums, (and in written form) letters, emails, blogs.</td><td>0: only one tool; 1: few (two or three tools); 2: many (more than three tools)</td></tr><tr><td>7. Accessibility of resources for participation</td><td>Location and timing of forums are suitable for the participants, and include a comfortable setting, food and beverages.</td><td>0: no; 1: partly; 2: fully</td></tr><tr><td>8. Competence to be involved</td><td>Stakeholders have access to the scientific knowledge and expertise needed for effective participation.</td><td>0: no (expert presentation using expert's language with technical terms without explanation); 1: partly (giving opportunities to ask questions); 2: fully (using layperson's language, explanations, giving opportunities to ask questions)</td></tr><tr><td>9. Professional facilitation</td><td>The quality of moderation of the forum, (having an experienced moderator, providing equal chances to different stakeholders to form their opinion) and the quality of the preparation of the process is good.</td><td>0: no; 2: yes</td></tr><tr><td>10. Availability of resources for facilitation</td><td>Sufficient time and other resources are allocated to the process (cost-effectiveness, value for money).</td><td>0: no; 1: partly; 2: fully</td></tr></table>	Criteria	Definition	Scale (0e2 points, 0 = worst, 2 = best) with explanation in brackets	Process			1.Commitment of the decision-maker	The decision-maker shows commitment to the participatory planning process by playing an active role.	0: no (the representative of the decision-maker or its competent body is not present at the forum); 1: partly (the representative of the decision-maker or its competent body is present at the forum, but he/she is not active or not authorised to answer questions); 2: fully (the representative of the decision-maker or its competent body is present, active and authorised to answer questions).	2.Independence of the facilitator team responsible for the participatory process	The facilitator team is independent from all stakeholders.	0: no; 1: partly (independent from just one stakeholder group); 2: fully: (independent from all stakeholder groups)	3.Early involvement of stakeholders	Involvement is secured in such a way that existence of real alternatives are perceived by stakeholders.	0: late (after the first version of the plan); 1: before the first version of the plan; 2: early (before designation)	4. Representativeness	Representatives of all important stakeholders participate in the process and at forums.	0: no (not all important stakeholder groups are represented/ participate in the process); 1: partly (all important stakeholder groups are represented/participate in the process but not at the forum); 2: fully (all important stakeholder groups are represented at the forum)	5. Transparency	The process is transparent for all stakeholders, so they know what is going on and how decisions are being made, and can follow the process.	0: no; 1: partly; 2: fully	6.Combination of participatory tools	Different participatory tools are available for the stakeholders to get involved and to form opinions: interviews, forums, (and in written form) letters, emails, blogs.	0: only one tool; 1: few (two or three tools); 2: many (more than three tools)	7. Accessibility of resources for participation	Location and timing of forums are suitable for the participants, and include a comfortable setting, food and beverages.	0: no; 1: partly; 2: fully	8. Competence to be involved	Stakeholders have access to the scientific knowledge and expertise needed for effective participation.	0: no (expert presentation using expert's language with technical terms without explanation); 1: partly (giving opportunities to ask questions); 2: fully (using layperson's language, explanations, giving opportunities to ask questions)	9. Professional facilitation	The quality of moderation of the forum, (having an experienced moderator, providing equal chances to different stakeholders to form their opinion) and the quality of the preparation of the process is good.	0: no; 2: yes	10. Availability of resources for facilitation	Sufficient time and other resources are allocated to the process (cost-effectiveness, value for money).	0: no; 1: partly; 2: fully
	Criteria	Definition	Scale (0e2 points, 0 = worst, 2 = best) with explanation in brackets																																		
	Process																																				
	1.Commitment of the decision-maker	The decision-maker shows commitment to the participatory planning process by playing an active role.	0: no (the representative of the decision-maker or its competent body is not present at the forum); 1: partly (the representative of the decision-maker or its competent body is present at the forum, but he/she is not active or not authorised to answer questions); 2: fully (the representative of the decision-maker or its competent body is present, active and authorised to answer questions).																																		
	2.Independence of the facilitator team responsible for the participatory process	The facilitator team is independent from all stakeholders.	0: no; 1: partly (independent from just one stakeholder group); 2: fully: (independent from all stakeholder groups)																																		
	3.Early involvement of stakeholders	Involvement is secured in such a way that existence of real alternatives are perceived by stakeholders.	0: late (after the first version of the plan); 1: before the first version of the plan; 2: early (before designation)																																		
	4. Representativeness	Representatives of all important stakeholders participate in the process and at forums.	0: no (not all important stakeholder groups are represented/ participate in the process); 1: partly (all important stakeholder groups are represented/participate in the process but not at the forum); 2: fully (all important stakeholder groups are represented at the forum)																																		
	5. Transparency	The process is transparent for all stakeholders, so they know what is going on and how decisions are being made, and can follow the process.	0: no; 1: partly; 2: fully																																		
	6.Combination of participatory tools	Different participatory tools are available for the stakeholders to get involved and to form opinions: interviews, forums, (and in written form) letters, emails, blogs.	0: only one tool; 1: few (two or three tools); 2: many (more than three tools)																																		
	7. Accessibility of resources for participation	Location and timing of forums are suitable for the participants, and include a comfortable setting, food and beverages.	0: no; 1: partly; 2: fully																																		
	8. Competence to be involved	Stakeholders have access to the scientific knowledge and expertise needed for effective participation.	0: no (expert presentation using expert's language with technical terms without explanation); 1: partly (giving opportunities to ask questions); 2: fully (using layperson's language, explanations, giving opportunities to ask questions)																																		
9. Professional facilitation	The quality of moderation of the forum, (having an experienced moderator, providing equal chances to different stakeholders to form their opinion) and the quality of the preparation of the process is good.	0: no; 2: yes																																			
10. Availability of resources for facilitation	Sufficient time and other resources are allocated to the process (cost-effectiveness, value for money).	0: no; 1: partly; 2: fully																																			

#ldb	#34		
	11. Well-defined goals	The goals of the process are well defined and clear for the participants	0: no; 1: partly; 2: fully
	12. New, creative ideas or solutions	Stakeholders come up with new or creative ideas and solutions during the process.	0: no; 2: yes
	Outcome		
	1. Policy-response options suggested	New policy tools (e.g. payment schemes or other incentives or changes in the regulation) are suggested during the process.	0: no; 2: yes
	2. Impact on the plan	Suggested changes are included in the plan (submitted for approval).	0: no changes; 1: minor changes; 2: substantial changes
	3. Implementation of the plan	The plan is implemented, and the requirements are met.	0: no; 1: partly; 2: fully
	4. Knowledge sharing	The involved stakeholders and experts gain knowledge from each other.	0: no; 1: partly (either the involved stakeholders or the experts); 2: fully (both experts and stakeholders)
	5. Conflict resolution	The level of conflict management during the process is measured.	0: conflicts remained or deepened; 1: conflicts are partly resolved; 2: conflicts are resolved/managed/there were no conflicts
	Reducing bias in the process: Applied four techniques to reduce any potential bias associated with the authors' involvement in the analysed processes. First, the evaluation was led by an independent researcher who was not involved in any of the management planning processes. Second, coding was cross-checked for each process between two researchers, one of them being involved while the other not participating in the given process. Third, scoring was discussed and finetuned for each process in a larger team of evaluators, and in an iterative, group-based discussion process, in order to reach mutually agreed results. Fourth, an expert on nature conservation policy, working at the responsible ministry, was asked to critically review the analysis.		
Key points	A larger set of processes are evaluated, if there are limited time and resources available for the assessment and if a longer time has passed since some of the plans were approved.		
Method of evaluation	Qualitative content analysis method		
Type of participation	Consultation process		
Process phase	Ex post		
Limitations	The assessment were done by researchers who facilitated or closely followed the planning processes, but it did not incorporate the perspectives of stakeholders as it was done in other research projects. However, assessing the views of the stakeholders (e.g. through ex post interviews) needs more time and resources and might be convenient for comparing only a smaller set of processes. In our assessment definition and scale of the criteria were defined by the assessment team. While it was suitable for the researchers to evaluate and compare a larger set of processes, we are aware of the fact that the chosen criteria can have multiple meanings and stakeholders might define the criteria in a different way.		
Reference	Kovács, Eszter, Eszter Kelemen, Gabriella Kiss, Ágnes Kalóczkai, Veronika Fabók, Barbara Mihók, Boldizsár Megyesi, et al. «Evaluation of Participatory Planning: Lessons from Hungarian Natura 2000 Management Planning Processes». Journal of Environmental Management 204 (15 de dezembro de 2017): 540–50. https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2017.09.028 . (Kovács et al. 2017)		

#ldb	#35								
Name of Methodologic	Evaluation Parameters (Evaluation Tool)								
Objective	Evaluation Tool appropriate for assessing the abilities of public participation processes to uncover local knowledge and to incorporate that knowledge into planning deliverables.								
Case study	Territorial planning - The two planning processes chosen for the sample are as follows: • The planning of Haifa’s Carmel Range (or Ridge) Artery • The planning of Tel Aviv’s Shlavim Artery - two public participation processes: one unilateral and one collaborative.								
Summary description	Evaluation Parameters (Evaluation Tool) Evaluation Tool is useful for calibrating/adjusting participatory practices based on certain parameters. The Evaluation Tool also suggests dozens of parameters according to which any given public participation project can and should be adjusted/calibrated. Some Directions for designing effective public participation processes. Also classify a set of Participatory procedures according to evaluation parameters <table><tr><th>Evaluation criteria:</th><th>Evaluation parameters</th></tr><tr><td>Motivators for public participation processes</td><td>The motivator The motives Mode of local knowledge exposure Start time of local knowledge exposure</td></tr><tr><td>Public notification of public participation processes</td><td>Notifier Motive for notification Notification goal Notification means Notification characteristics Working assumption of notification Notification strategy Exclusion of certain communities from the participatory process Degree of local knowledge exposure derived from notification Missing methods of notification</td></tr><tr><td>Procedures and tools in public participation processes</td><td>Facilitators Operational framework Frequency of operation Types of procedures</td></tr></table>	Evaluation criteria:	Evaluation parameters	Motivators for public participation processes	The motivator The motives Mode of local knowledge exposure Start time of local knowledge exposure	Public notification of public participation processes	Notifier Motive for notification Notification goal Notification means Notification characteristics Working assumption of notification Notification strategy Exclusion of certain communities from the participatory process Degree of local knowledge exposure derived from notification Missing methods of notification	Procedures and tools in public participation processes	Facilitators Operational framework Frequency of operation Types of procedures
Evaluation criteria:	Evaluation parameters								
Motivators for public participation processes	The motivator The motives Mode of local knowledge exposure Start time of local knowledge exposure								
Public notification of public participation processes	Notifier Motive for notification Notification goal Notification means Notification characteristics Working assumption of notification Notification strategy Exclusion of certain communities from the participatory process Degree of local knowledge exposure derived from notification Missing methods of notification								
Procedures and tools in public participation processes	Facilitators Operational framework Frequency of operation Types of procedures								

#ldb	#35		
			Procedural characteristics Types of tools Tool characteristics Venue Overlap with planning process Local knowledge exposure Facilitators' assumptions
	The Interaction among participants		Stakeholders Control over interaction (focused) Interaction among participants Interaction between participants and other stakeholders Interaction characteristics Atmosphere Manipulative interaction Stages of interaction Promotion of social capital Amassing planning knowledge Exposing and processing local knowledge
	Enlistment of stakeholders		Number of stakeholders Interaction between participants Interaction between participants and other stakeholders Resident enlistment Private and public stakeholder enlistment (other than residents) Stakeholders participating in local knowledge incorporation Stakeholders who prevent better incorporation of local knowledge Movement of participants between processes
	Exposure of local knowledge		Facilitator Exposure mechanism Exposure means Configuration of local knowledge flow Exposure times Exposure direction Types of local knowledge exposed Layers of the local knowledge system Types of local knowledge not exposed Missing procedures and tools
	Scope and quality of exposed local knowledge parameters		Daily routes Environmental nuisance scenarios Spatial orders and conducts Environmental awareness and values; cultural codes Interpretation, transmission, and building of environmental knowledge Mechanisms for forming social networks Ideologies Social relations Resident-jurisdiction relations Speculation Community priorities
	Scope and depth of local knowledge		Depth of the local knowledge system Scope of the local knowledge system Quality of local knowledge Aspects of local knowledge recommended for exposure by the participatory method Missing methods of local knowledge exposure
	Characteristics of local knowledge		Geographical perimeters Authenticity Stratification Explicitness Ripeness Relations between aspects Agreement Overall quality of visible local knowledge
	Processing local knowledge and obtaining public participation deliverables		Local knowledge processing procedures The role of professional knowledge The role of professional knowledge Local knowledge processing outcome (public participation deliverables) Extent of agreement upon public participation deliverables Effect of public participation deliverables
	Incorporation of local knowledge into planning deliverables		Degree of implementability of public participation deliverables Incorporation procedures Scope of local knowledge to be incorporated Incorporation outcome Consistency between planning deliverables and local knowledge
Key points	It presents a set of Evaluation criteria and for each of them a set of evaluation parameters. It characterises the theoretical result expected in each evaluation parameter according to the level of participation practised.		

#ldb	#35
Method of evaluation	The research methodology herein is based on field studies that the researcher conducted in each of the case studies in the sample. Each field study included three components: interviews conducted using semi-structured questionnaires; collection and analysis of professional materials; and anthropological research.
Type of participation	It shows an example of an answer for a case of Unilateral participation and another for Collaborative participation.
Process phase	n.a
Limitations	Does not indicate the sources of information / method of data collecting for each parameter
Reference	Berman, Tal. «Evaluation of the Participation Methods' Effectiveness». Em Public Participation as a Tool for Integrating Local Knowledge into Spatial Planning: Planning, Participation, and Knowledge, editado por Tal Berman, 91–153. Cham: Springer International Publishing, 2017. https://doi.org/10.1007/978-3-319-48063-3_7 . (Berman 2017)

#ldb	#36																																																		
Name of Methodologic	Framework for Public Participation Performance Measurement																																																		
Objective	How strategies of performance measurement can leverage the results of public engagement activities in transportation development and operations																																																		
Case study	Transport system in Texas																																																		
Summary description	The research identifies eight best practices for evaluating public participation efforts: • «Coordinate Expectations» • «Designate Resources» • «Aim for Fairness» • «Stay Flexible» • «Distinguish Outputs from Outcomes,» • «Use Quantitative and Qualitative Measures Consistently» • «Track Results over Time» • «Keep It Simple – Start Small,» Table 2. Summary Framework for Public Participation Performance Measurement. <table><tr><th>Best practices</th><th colspan="4">Project or Plan Phases</th></tr><tr><th></th><th>Developing Vision and Goals</th><th>Drafting Strategies</th><th>Developing Transportation Plan Content</th><th>Project Development</th></tr><tr><td>«Coordinate Expectations»</td><td>Did the public have a role in setting the planned level of involvement?</td><td>Percent of public project documents clearly stating planned level of involvement.</td><td>Percent of interim public project documents clearly stating level of involvement.</td><td>If level of involvement changed, describe in all public project documents.</td></tr><tr><td>«Designate Resources»</td><td>Identify and budget for level of participation evaluation appropriate for project vision and goals.</td><td>Coordinate staffing and consultants for performance management.</td><td>Were staff and other resources sufficient to support engagement in developing content?</td><td>Were resources consistently available through project development?</td></tr><tr><td>«Aim for Fairness» / ensure fairness</td><td>Do demographics of early participants match the project community?</td><td>Are disadvantaged groups represented?</td><td>Were interim drafts shared with disadvantaged groups for comment?</td><td>How did project changes reflect the needs of local communities?</td></tr><tr><td>«Stay Flexible»</td><td>Does a planned evaluation allow for measures to be added in the process?</td><td>Did staff open discussions about strategies to the public?</td><td>Did the number of communities involved increase during the project?</td><td>How were new participants incorporated in the process?</td></tr><tr><td>«Distinguish Outputs from Outcomes,»</td><td>Record basic participation statistics (outputs), and describe results from initial engagement (outcomes).</td><td>Track participation (outputs). Note whose strategies affect plans (outputs).</td><td>How much of the plan was developed by the public? (outputs) How did staff use their suggestions? (outcomes)</td><td>Track public comments (outputs), and resulting changes to plan (outcomes).</td></tr><tr><td>«Use Quantitative and Qualitative Measures Consistently»</td><td>Outputs are more often quantitative. Outcomes are more often qualitative.</td><td>Are the number of strategy comments representative? (quantitative) Are the suggestions usable? (qualitative)</td><td>How many early participants contributed to the plan content? (quantitative) Did their contributions affect substantive changes? (qualitative)</td><td>Number of participants (quantitative) Were the changes substantive, or minor? (qualitative)</td></tr><tr><td>«Track Results over Time»</td><td>Specific goals with quantitative measures support annual evaluation</td><td>Track strategies from planning through implementation</td><td>Record contributions in a consistent manner from one plan to its update. Number of</td><td>Number of comments between two or more plan revisions.</td></tr><tr><td>«Keep It Simple – Start Small,»</td><td>Define a key quantitative goal for early involvement.</td><td>Record changes on the key goal during next-phase involvement.</td><td>Briefly report initial engagement results during content development.</td><td>Share basic results with communication staff for dissemination on a website and public discussions, as applicable.</td></tr></table> Researchers compiled a comprehensive list of measures from which any agency could pick and choose, a la carte style, to measure their activities. The sample measures, listed below, are grouped into three levels: • Tier 1: Observe. • Tier 2: Interact.	Best practices	Project or Plan Phases					Developing Vision and Goals	Drafting Strategies	Developing Transportation Plan Content	Project Development	«Coordinate Expectations»	Did the public have a role in setting the planned level of involvement?	Percent of public project documents clearly stating planned level of involvement.	Percent of interim public project documents clearly stating level of involvement.	If level of involvement changed, describe in all public project documents.	«Designate Resources»	Identify and budget for level of participation evaluation appropriate for project vision and goals.	Coordinate staffing and consultants for performance management.	Were staff and other resources sufficient to support engagement in developing content?	Were resources consistently available through project development?	«Aim for Fairness» / ensure fairness	Do demographics of early participants match the project community?	Are disadvantaged groups represented?	Were interim drafts shared with disadvantaged groups for comment?	How did project changes reflect the needs of local communities?	«Stay Flexible»	Does a planned evaluation allow for measures to be added in the process?	Did staff open discussions about strategies to the public?	Did the number of communities involved increase during the project?	How were new participants incorporated in the process?	«Distinguish Outputs from Outcomes,»	Record basic participation statistics (outputs), and describe results from initial engagement (outcomes).	Track participation (outputs). Note whose strategies affect plans (outputs).	How much of the plan was developed by the public? (outputs) How did staff use their suggestions? (outcomes)	Track public comments (outputs), and resulting changes to plan (outcomes).	«Use Quantitative and Qualitative Measures Consistently»	Outputs are more often quantitative. Outcomes are more often qualitative.	Are the number of strategy comments representative? (quantitative) Are the suggestions usable? (qualitative)	How many early participants contributed to the plan content? (quantitative) Did their contributions affect substantive changes? (qualitative)	Number of participants (quantitative) Were the changes substantive, or minor? (qualitative)	«Track Results over Time»	Specific goals with quantitative measures support annual evaluation	Track strategies from planning through implementation	Record contributions in a consistent manner from one plan to its update. Number of	Number of comments between two or more plan revisions.	«Keep It Simple – Start Small,»	Define a key quantitative goal for early involvement.	Record changes on the key goal during next-phase involvement.	Briefly report initial engagement results during content development.	Share basic results with communication staff for dissemination on a website and public discussions, as applicable.
Best practices	Project or Plan Phases																																																		
	Developing Vision and Goals	Drafting Strategies	Developing Transportation Plan Content	Project Development																																															
«Coordinate Expectations»	Did the public have a role in setting the planned level of involvement?	Percent of public project documents clearly stating planned level of involvement.	Percent of interim public project documents clearly stating level of involvement.	If level of involvement changed, describe in all public project documents.																																															
«Designate Resources»	Identify and budget for level of participation evaluation appropriate for project vision and goals.	Coordinate staffing and consultants for performance management.	Were staff and other resources sufficient to support engagement in developing content?	Were resources consistently available through project development?																																															
«Aim for Fairness» / ensure fairness	Do demographics of early participants match the project community?	Are disadvantaged groups represented?	Were interim drafts shared with disadvantaged groups for comment?	How did project changes reflect the needs of local communities?																																															
«Stay Flexible»	Does a planned evaluation allow for measures to be added in the process?	Did staff open discussions about strategies to the public?	Did the number of communities involved increase during the project?	How were new participants incorporated in the process?																																															
«Distinguish Outputs from Outcomes,»	Record basic participation statistics (outputs), and describe results from initial engagement (outcomes).	Track participation (outputs). Note whose strategies affect plans (outputs).	How much of the plan was developed by the public? (outputs) How did staff use their suggestions? (outcomes)	Track public comments (outputs), and resulting changes to plan (outcomes).																																															
«Use Quantitative and Qualitative Measures Consistently»	Outputs are more often quantitative. Outcomes are more often qualitative.	Are the number of strategy comments representative? (quantitative) Are the suggestions usable? (qualitative)	How many early participants contributed to the plan content? (quantitative) Did their contributions affect substantive changes? (qualitative)	Number of participants (quantitative) Were the changes substantive, or minor? (qualitative)																																															
«Track Results over Time»	Specific goals with quantitative measures support annual evaluation	Track strategies from planning through implementation	Record contributions in a consistent manner from one plan to its update. Number of	Number of comments between two or more plan revisions.																																															
«Keep It Simple – Start Small,»	Define a key quantitative goal for early involvement.	Record changes on the key goal during next-phase involvement.	Briefly report initial engagement results during content development.	Share basic results with communication staff for dissemination on a website and public discussions, as applicable.																																															

#ldb	#36																						
	- Tier 3: Incorporate. These categories range from least resource intensive, at the Tier 1 level, to most resource intensive at Tier 3. They also move from purely observational activities that staff can accomplish independent of interaction with the public, to more dialogue-based activities that require collecting public information, analyzing and using it at future stages in a process. Table 3. Taxonomy of Tiers of Performance Measures: Observe, Interact, Incorporate. <table> <tr> <th colspan="2">SAMPLE PERFORMANCE MEASURES</th></tr> <tr> <td>TIER 1: OBSERVE</td><td>These are primarily quantitative measures that can be implemented from staff observation of activities. Included are counts of events held, participants, public comments, costs, types of attendees, numbers of outreach efforts, etc.</td></tr> <tr> <td>OUTREACH</td><td> - Number and type of events held - Cost of putting together public engagement plan - Labor hours, salaries, etc. - Number of documents distributed to the public - Press releases, emails, flyers, letters, newsletters, etc. </td></tr> <tr> <td>Participation</td><td> - Number of participants at each event - Number of organizations represented at each event - Presence of public officials at each event </td></tr> <tr> <td>Response</td><td> - Number of public comments received - Number of positive and/or negative comments - Mode of receipt (social media, email, etc.) - Number of media inquiries - Number of project website hits - Average response time to inquiries </td></tr> <tr> <td>TIER 2: INTERACT</td><td>These measures require dialogue or interaction with members of the public and other stakeholders, and are both quantitative and qualitative. They measure how and whether members of the public were engaged, and what kind of experience those participants had as a result. Taken together, these objective and subjective measures can be combined to describe how meaningful the public engagement efforts were.</td></tr> <tr> <td>CONVENIENCE</td><td> - Did you receive advance notification of the meeting? - Were you provided with contact information for individuals that would address any questions you had prior to the meeting? - If you had questions prior to the meeting, were they adequately addressed? Was the event held at a convenient time? - Was the event held at a convenient place? - Did you experience any issues accessing the venue? </td></tr> <tr> <td>PARTICIPATION</td><td> - Were you given an adequate opportunity to participate? - Do you feel like your participation made you more involved in the transportation planning process? - Do you feel like your input will affect the ultimate decision that is made with regard to the projects presented? - Do you feel like your input was accurately captured? - Do you feel like your input was considered? - Do you feel like the feedback you received was adequate? - Do you feel like the feedback you received was timely? </td></tr> <tr> <td>CLARITY OF INFORMATION</td><td> - Was the information you heard beneficial in understanding the project? - Was the information presented clearly? - Do you believe the information could have been more easily understood if it was presented differently? </td></tr> <tr> <td>PROJECT SPECIFICS</td><td> - Do you feel like the projects discussed offer a good solution to the problem? - How satisfied are you with the options/solutions presented to you? </td></tr> <tr> <td>DEMOGRAPHIC DISTRIBUTION</td><td> The goal is to collect demographic information to help describe the population present at the event. The following is a list of demographic variables for potential inclusion. - Race/ethnicity - Income - Age - Education - Employment - Gender - Household size - Household vehicles - Geographic identifier - Address - Zip - Neighborhood - Do you have a mobility impairment? </td></tr> </table>	SAMPLE PERFORMANCE MEASURES		TIER 1: OBSERVE	These are primarily quantitative measures that can be implemented from staff observation of activities. Included are counts of events held, participants, public comments, costs, types of attendees, numbers of outreach efforts, etc.	OUTREACH	- Number and type of events held - Cost of putting together public engagement plan - Labor hours, salaries, etc. - Number of documents distributed to the public - Press releases, emails, flyers, letters, newsletters, etc.	Participation	- Number of participants at each event - Number of organizations represented at each event - Presence of public officials at each event	Response	- Number of public comments received - Number of positive and/or negative comments - Mode of receipt (social media, email, etc.) - Number of media inquiries - Number of project website hits - Average response time to inquiries	TIER 2: INTERACT	These measures require dialogue or interaction with members of the public and other stakeholders, and are both quantitative and qualitative. They measure how and whether members of the public were engaged, and what kind of experience those participants had as a result. Taken together, these objective and subjective measures can be combined to describe how meaningful the public engagement efforts were.	CONVENIENCE	- Did you receive advance notification of the meeting? - Were you provided with contact information for individuals that would address any questions you had prior to the meeting? - If you had questions prior to the meeting, were they adequately addressed? Was the event held at a convenient time? - Was the event held at a convenient place? - Did you experience any issues accessing the venue?	PARTICIPATION	- Were you given an adequate opportunity to participate? - Do you feel like your participation made you more involved in the transportation planning process? - Do you feel like your input will affect the ultimate decision that is made with regard to the projects presented? - Do you feel like your input was accurately captured? - Do you feel like your input was considered? - Do you feel like the feedback you received was adequate? - Do you feel like the feedback you received was timely?	CLARITY OF INFORMATION	- Was the information you heard beneficial in understanding the project? - Was the information presented clearly? - Do you believe the information could have been more easily understood if it was presented differently?	PROJECT SPECIFICS	- Do you feel like the projects discussed offer a good solution to the problem? - How satisfied are you with the options/solutions presented to you?	DEMOGRAPHIC DISTRIBUTION	The goal is to collect demographic information to help describe the population present at the event. The following is a list of demographic variables for potential inclusion. - Race/ethnicity - Income - Age - Education - Employment - Gender - Household size - Household vehicles - Geographic identifier - Address - Zip - Neighborhood - Do you have a mobility impairment?
SAMPLE PERFORMANCE MEASURES																							
TIER 1: OBSERVE	These are primarily quantitative measures that can be implemented from staff observation of activities. Included are counts of events held, participants, public comments, costs, types of attendees, numbers of outreach efforts, etc.																						
OUTREACH	- Number and type of events held - Cost of putting together public engagement plan - Labor hours, salaries, etc. - Number of documents distributed to the public - Press releases, emails, flyers, letters, newsletters, etc.																						
Participation	- Number of participants at each event - Number of organizations represented at each event - Presence of public officials at each event																						
Response	- Number of public comments received - Number of positive and/or negative comments - Mode of receipt (social media, email, etc.) - Number of media inquiries - Number of project website hits - Average response time to inquiries																						
TIER 2: INTERACT	These measures require dialogue or interaction with members of the public and other stakeholders, and are both quantitative and qualitative. They measure how and whether members of the public were engaged, and what kind of experience those participants had as a result. Taken together, these objective and subjective measures can be combined to describe how meaningful the public engagement efforts were.																						
CONVENIENCE	- Did you receive advance notification of the meeting? - Were you provided with contact information for individuals that would address any questions you had prior to the meeting? - If you had questions prior to the meeting, were they adequately addressed? Was the event held at a convenient time? - Was the event held at a convenient place? - Did you experience any issues accessing the venue?																						
PARTICIPATION	- Were you given an adequate opportunity to participate? - Do you feel like your participation made you more involved in the transportation planning process? - Do you feel like your input will affect the ultimate decision that is made with regard to the projects presented? - Do you feel like your input was accurately captured? - Do you feel like your input was considered? - Do you feel like the feedback you received was adequate? - Do you feel like the feedback you received was timely?																						
CLARITY OF INFORMATION	- Was the information you heard beneficial in understanding the project? - Was the information presented clearly? - Do you believe the information could have been more easily understood if it was presented differently?																						
PROJECT SPECIFICS	- Do you feel like the projects discussed offer a good solution to the problem? - How satisfied are you with the options/solutions presented to you?																						
DEMOGRAPHIC DISTRIBUTION	The goal is to collect demographic information to help describe the population present at the event. The following is a list of demographic variables for potential inclusion. - Race/ethnicity - Income - Age - Education - Employment - Gender - Household size - Household vehicles - Geographic identifier - Address - Zip - Neighborhood - Do you have a mobility impairment?																						

#Idb	#36						
	<table> <tr> <td>TIER 3: INCORPORATE</td><td>These measures help an agency close the loop on their public engagement evaluation, providing guidance for showing how the results of public engagement informed or improved the process, or influenced the outcome. These may be either quantitative or qualitative, and will vary widely depending on the planning process and the agency's organization and structure.</td></tr> <tr> <td>HOW HAS THE PUBLIC INPUT BEEN CONSIDERED?</td><td> - Was demographic data collected from participants at public engagement events to help identify populations who were/were not engaged? - Were these data then used to help guide the planning for future public engagement activities? - Did the agency report back to the public about how their input was used? </td></tr> <tr> <td>HOW HAS PUBLIC ENGAGEMENT AFFECTED AGENCY GOALS AND STRATEGIES?</td><td> - Did information gleaned through the public engagement process result in modifications to a transportation process, plan or project? - Have public engagement experiences over time affected policies or strategies? Are sufficient resources dedicated to measuring public engagement? </td></tr> </table>	TIER 3: INCORPORATE	These measures help an agency close the loop on their public engagement evaluation, providing guidance for showing how the results of public engagement informed or improved the process, or influenced the outcome. These may be either quantitative or qualitative, and will vary widely depending on the planning process and the agency's organization and structure.	HOW HAS THE PUBLIC INPUT BEEN CONSIDERED?	- Was demographic data collected from participants at public engagement events to help identify populations who were/were not engaged? - Were these data then used to help guide the planning for future public engagement activities? - Did the agency report back to the public about how their input was used?	HOW HAS PUBLIC ENGAGEMENT AFFECTED AGENCY GOALS AND STRATEGIES?	- Did information gleaned through the public engagement process result in modifications to a transportation process, plan or project? - Have public engagement experiences over time affected policies or strategies? Are sufficient resources dedicated to measuring public engagement?
TIER 3: INCORPORATE	These measures help an agency close the loop on their public engagement evaluation, providing guidance for showing how the results of public engagement informed or improved the process, or influenced the outcome. These may be either quantitative or qualitative, and will vary widely depending on the planning process and the agency's organization and structure.						
HOW HAS THE PUBLIC INPUT BEEN CONSIDERED?	- Was demographic data collected from participants at public engagement events to help identify populations who were/were not engaged? - Were these data then used to help guide the planning for future public engagement activities? - Did the agency report back to the public about how their input was used?						
HOW HAS PUBLIC ENGAGEMENT AFFECTED AGENCY GOALS AND STRATEGIES?	- Did information gleaned through the public engagement process result in modifications to a transportation process, plan or project? - Have public engagement experiences over time affected policies or strategies? Are sufficient resources dedicated to measuring public engagement?						
Key points	This feedback loop results in continuous process improvement, allowing agencies to target resource allocation more effectively. Has important questions to ask participants about their participation and the reception of their contributions.						
Method of evaluation	Mixed method						
Type of participation	Active and consultative						
Process phase	continuous - throughout the process						
Limitations	A theoretical framework that poses questions to be asked, but does not indicate its unit of measurement.						
Reference	Griffin, Greg, Gretchen Stoeltje, Tina Geiselbrecht, Chris Simek, Ben Ettelman, Madison Metsker-Galarza, e Texas A & M University. Transportation Policy Research Center. «Performance Measures for Public Participation Methods : Final Report», 1 de janeiro de 2018. https://rosap.nhtl.bts.gov/view/dot/34900 . (Griffin et al. 2018)						

#Idb	#37																			
Name of Methodologic	Synthetic model of Public Engagement (PE) evaluation																			
Objective	Help to target evaluations at the various functions and capacities of PE as a tool for dynamic and responsible governance of research and innovation (R&I). The key idea of this framework is to broaden the evaluation perspective from the habitual event and participant focused approach toward a more systemic view of PE, acknowledging also institutional impacts and indirect impacts.																			
Case study	N.A																			
Summary description	The synthetic model of PE evaluation consists of 40 key evaluation criteria classified into three main clusters (appropriateness, efficiency and impact), and nine subclusters. Can be used as a tool for targeting the evaluations at different dimensions (appropriateness, efficiency, impact), prioritising between (nine) categories of evaluation criteria and selecting the most relevant (among 40 different) evaluation criteria. <table> <tr> <th>Dimensions</th><th>Categories of evaluation criteria</th></tr> <tr> <td rowspan="3">Appropriateness</td><td>Appropriate goals</td></tr> <tr> <td>Ethical quality</td></tr> <tr> <td>Key components</td></tr> <tr> <td rowspan="3">Efficiency of implementation</td><td>Representativeness</td></tr> <tr> <td>Organizational competence</td></tr> <tr> <td>Methodological quality</td></tr> <tr> <td rowspan="6">Impact and effectiveness</td><td>Key components</td></tr> <tr> <td>Practical impacts</td></tr> <tr> <td>Substantial impacts</td></tr> <tr> <td>Key components</td></tr> <tr> <td>Institutional impacts</td></tr> <tr> <td>Political relevance</td></tr> <tr> <td></td><td>Key components</td></tr> </table>	Dimensions	Categories of evaluation criteria	Appropriateness	Appropriate goals	Ethical quality	Key components	Efficiency of implementation	Representativeness	Organizational competence	Methodological quality	Impact and effectiveness	Key components	Practical impacts	Substantial impacts	Key components	Institutional impacts	Political relevance		Key components
Dimensions	Categories of evaluation criteria																			
Appropriateness	Appropriate goals																			
	Ethical quality																			
	Key components																			
Efficiency of implementation	Representativeness																			
	Organizational competence																			
	Methodological quality																			
Impact and effectiveness	Key components																			
	Practical impacts																			
	Substantial impacts																			
	Key components																			
	Institutional impacts																			
	Political relevance																			
	Key components																			
Key points	Model can help to understand what can be realistically expected from successful PE processes and how the success of PE activity can be measured. Include Institutional impacts that are evaluated only rarely, as it is considered that they take place over a longer time span than other impacts, such as participant learning.																			
Method of evaluation	N.A																			
Type of participation	Public engagement																			
Process phase	N.A																			
Limitations	Does not operationalise the evaluation method for each indicator. The proposed synthetic model of PE evaluation results from an empirical study of a sample of innovative PE processes and reflection on the recent literature on PE. In order to increase the validity and relevance of the model, it has to be scrutinised (and publicly deliberated) with actors and stakeholders who are in a position to evaluate or appraise the potential value of different types of PE activities.																			
Reference	Rask, Mikko, Saulė Mačiukaitė-Žvinienė, Loreta Tauginienė, Vytautas Dikčius, Kaisa Matschoss, Timo Aarrevaara, e Luciano d'Andrea. «Public Participation, Science and Society: Tools for Dynamic and Responsible Governance of Research and Innovation». Em Public Participation, Science and Society. Routledge, 2018. https://doi.org/10.4324/9781351272964-3 .																			

#Idb	#38
Name of Methodologic	Qualitative Evaluation using the Canberra Protocol (PoC)
Objective	Evaluating the participatory component of MARGov - a qualitative study was carried out, based on the description and interpretation of a case study.
Case study	the MARGov project, which aims to involve local players in the sustainable management of natural resources
Summary description	The methodology developed throughout the research follows these stages:

#ldb	#38																										
	• Data collection: namely, document analysis, interviews and participant observation, which is understood as direct observation with the collection of data from this observation that can help in analysing the subject. • Analysing and processing information • Evaluation process The evaluation process comprises four stages: 1. the choice of criteria that can measure the participatory process<table><tr><th colspan="2">Evaluation criteria</th><th>Data Source</th></tr><tr><td rowspan="4">The process</td><td>Fair and inclusive dialogue</td><td>Observation notes, interviews, focus group</td></tr><tr><td>Accountability</td><td>Interviews; focus group</td></tr><tr><td>Representativeness</td><td>Reports, focus groups, interviews</td></tr><tr><td>Openness to dialogue</td><td>Observation notes, interviews, focus group</td></tr><tr><td rowspan="5">The results (Outcomes)</td><td>Minimising conflict</td><td>Interviews; focus group</td></tr><tr><td>Individual learning</td><td>Interviews</td></tr><tr><td>Social learning</td><td>Interviews</td></tr><tr><td>Training and Empowerment</td><td>Interviews; focus group</td></tr><tr><td>New relationships</td><td>Interviews; focus group</td></tr><tr><td>The results (outputs)</td><td>Synergies created and actions developed</td><td>Interviews; focus group</td></tr></table> 2. the structuring of the evaluation grid based on an adaptation of the Canberra Protocol (PoC) (Jones et al., 2008) to compare opinions between participants and staff The application of the Canberra Protocol (PoC) will allow for a better understanding of: i) the participatory process as a space for dialogue, which generates results that cannot be quantified but do generate capacity building and empowerment, ii) the level of integration of stakeholders in terms of the constitution of collaborative networks and iii) the capacity of local actors to take ownership of the participatory process due to the expectations created and the desires expressed. The PoC consists of two elements - the Designers Questionnaire (DQ) and the Participants Evaluation Guide (PEG). While the DQ is used to capture the experiences and theoretical rationale of the project team through interview, analysis of project documents and reports and direct observation of the evaluator(s), the PEG reveals the gain and understanding of the participants' experiences. 3. analysing the results by combining the above with the results of the participant observation and the data contained in the final MARGov project report 4. the systematisation of results.	Evaluation criteria		Data Source	The process	Fair and inclusive dialogue	Observation notes, interviews, focus group	Accountability	Interviews; focus group	Representativeness	Reports, focus groups, interviews	Openness to dialogue	Observation notes, interviews, focus group	The results (Outcomes)	Minimising conflict	Interviews; focus group	Individual learning	Interviews	Social learning	Interviews	Training and Empowerment	Interviews; focus group	New relationships	Interviews; focus group	The results (outputs)	Synergies created and actions developed	Interviews; focus group
Evaluation criteria		Data Source																									
The process	Fair and inclusive dialogue	Observation notes, interviews, focus group																									
	Accountability	Interviews; focus group																									
	Representativeness	Reports, focus groups, interviews																									
	Openness to dialogue	Observation notes, interviews, focus group																									
The results (Outcomes)	Minimising conflict	Interviews; focus group																									
	Individual learning	Interviews																									
	Social learning	Interviews																									
	Training and Empowerment	Interviews; focus group																									
	New relationships	Interviews; focus group																									
The results (outputs)	Synergies created and actions developed	Interviews; focus group																									
Key points	For each evaluation criterion, indicate the source of the data. is clear the application of the Canberra protocol																										
Method of evaluation	Qualitative Methods																										
Type of participation	Collaborative Participatory Process																										
Process phase	is an ex-post, summative evaluation																										
Reference	Raposo, Maria Albertina Amantes. «Participação Publica e Conservação da Natureza: Contributo para o estudo da avaliação de Processos Participativos Colaborativos: O caso do MARGOV». 2014. 240.																										



2024

FILIPA FERREIRA

PROCESSOS COLABORATIVOS EM PLANEAMENTO PARA A
SUSTENTABILIDADE - DA TEORIA À PRÁTICA, UM CONTRIBUTO PARA
O MODELO DE AVALIAÇÃO

